

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ANA LETÍCIA ESPOLADOR LEITÃO

**O LUGAR DO ALIMENTO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE MAX. SORRE E DE JOSUÉ DE CASTRO**

**Vitória, Paris
2021**



ANA LETÍCIA ESPOLADOR LEITÃO

**O LUGAR DO ALIMENTO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE MAX. SORRE E DE JOSUÉ DE CASTRO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Linha de pesquisa: Espaço, Cultura e Linguagens.

Orientador: **Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira**

Supervisor de estágio: **Prof. Dr. Gilles Fumey**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – *Finance Code 001.*

Ce travail a été réalisé avec le soutien de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – *Code de financement 001.*

**Vitória, Paris
Setembro de 2021**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

L5331 LEITÃO, Ana Letícia Espolador, 1980-
O lugar do alimento no pensamento geográfico : uma análise a partir de Max. Sorre e de Josué de Castro / Ana Letícia Espolador LEITÃO. - 2021.
300 f. : il.

Orientador: Carlo Eugênio Nogueira.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Josué de Castro. 2. Max. Sorre. 3. Alimento. 4. Fome. 5. História do Pensamento Geográfico. 6. Políticas públicas. I. Nogueira, Carlo Eugênio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

ANA LETÍCIA ESPOLADOR LEITÃO

**O LUGAR DO ALIMENTO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE MAX. SORRE E DE JOSUÉ DE CASTRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Geografia.

Aprovada em 03 de setembro de 2021.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira (UFES)
Orientador e Presidente da Sessão

Prof. Dr. Cassio Arruda Boechat (UFES)
Examinador Interno

Profa. Dra. Barbara Botter (UFES)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Rafael de Castro Catão (Coordenador do PPGG/UFES)
Por: Prof. Dr. Gilles Fumey (Sorbonne-Université)
Examinador Externo

Prof. Dr. Rafael de Castro Catão (Coordenador do PPGG/UFES)
Por: Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (UNICAP)
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CARLO EUGENIO NOGUEIRA - SIAPE 1095225
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 03/09/2021 às 11:25

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/262272?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
BARBARA BOTTER - SIAPE 1914878
Departamento de Filosofia - DF/CCHN
Em 03/09/2021 às 16:59

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/262642?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CASSIO ARRUDA BOECHAT - SIAPE 2368711
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 04/09/2021 às 17:34

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/262758?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL DE CASTRO CATÃO - SIAPE 1416049
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/CCHN
Em 06/09/2021 às 15:37

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/263088?tipoArquivo=O>

Dedico a Deus, por me dar forças e por me proteger sempre, dando-me oportunidades de resiliência e para ser feliz, perdoar e viver longe de quem me fez e faz mal.

À única progressão geométrica populacional que verdadeiramente existe: a dos meus ancestrais, sem a qual não estaria aqui.

Agradecimentos especiais aos meus avós paternos Cláudio de Castro Leitão (*in memoriam*) e Madeleine Pini Leitão (*in memoriam*), por todo amor e por todos os ensinamentos. Vocês são minha razão de continuar “despertando para a vida” para retribuir todo o amor que vocês me deram!

A Josué de Castro e a Max. Sorre: muito obrigada por todos os aprendizados e pela oportunidade de humanizar as ciências humanas e de me humanizar ainda mais.

A todos que têm fome, pois meu objetivo de vida é verdadeiramente exterminar essa manifestação biológica de enfermidade social, fim que precisa ser permanente e constante.

AGRADECIMENTOS

Como não chegamos ao doutorado sem a família, começo por ela. Eis a base da minha família, os meus avós Cláudio e Madeleine. Com vocês aprendi muito, e aprendo todas as vezes que penso em vocês. Queria tê-los protegido também.

Agradeço ao meu único irmão, Carlos André Espolador Leitão, que, de certa forma, mostrou-me o caminho a seguir: o da ciência, ao qual nós chegamos por nossa dedicação e nosso esforço.

À minha sobrinha, Cristal Silva Leitão, à minha cunhada Cíntia Leitão. E aos meus pais, ao meu primo Roberto Pini Jardim, e à minha prima Carla Mol Bhering, por tudo, sempre. E a todos os tios, as tias e primos e primas, em especial àqueles que nos ajudaram na nossa moradia em Brasília, isto é, Tia Vivinha, Silva Maria Mol Tedesco, Elisa Maria Mol Tedesco, Zé Luís Amancio, Tio Zezé (*in memoriam*), Tia Lita, Tânia, Carlos Eduardo... meu muito obrigada eterno!

Por mais que a tese seja um trabalho solitário de pesquisa, realmente é preciso uma coletividade para escrevê-la. Por isso, uma concentração na Academia: ao Prof. Dr. Carlo Eugênio pela orientação, pela finalização da tese e conclusão do doutorado, lendo, esclarecendo minuciosamente as dúvidas que persistiram. Meu muitíssimo obrigada pela atenção especial à leitura da tese, pelas reuniões para transformar essa tese em um trabalho científico útil à sociedade.

E aqui vai um agradecimento muito mais que especial ao Prof. Dr. Gilles Fumey, por ter me aceitado como estagiária de doutorado na Sorbonne-Université, sem o qual não teria acesso ao recurso disponível, mesmo sendo o único que recebi do governo federal brasileiro ao longo de todo o doutorado. Ressalto a importância do investimento nas ciências, sobretudo nas ciências humanas. Graças ao aceite do M. Fumey, pude, então, dedicar-me exclusivamente à escrita da tese doutorado não somente pelos 12 meses que recebi a bolsa, mas ao longo dos 16 meses com toda a estrutura no Campus Condorcet, campus de ciências humanas, inaugurado em setembro de 2019, quando comecei meu estágio doutoral.

M. Gilles Fumey inseriu-me nas suas pesquisas, abrindo todas as portas para mim na França, ensinando-me muito, contribuindo não somente na minha formação, mas também nos projetos com os grupos dos quais participei nessa época na Ufes. Muito obrigada pela oportunidade!

E muitíssimo obrigada à Diretora Mme Marie-Pierre Rey por ter me aceitado no SIRICE, e ao Diretor M. Fabrice Virgili por ter feito parte do meu cotidiano enquanto estive na França.

Aos professores que fizeram e/ou fazem parte do meu percurso acadêmico, como Barbara Botter, que cativou um lugar permanente na minha vida presente e futura, que trabalha comigo nos nossos projetos com responsabilidade; Maria da Penha Smarzaró Siqueira (a Penha), que me motivou e me orientou a me candidatar ao Programa Doutorado-sanduíche no Exterior da Capes, e que também participou da banca de qualificação; aos professores Elaine de Azevedo, Cassio Arruda Boechat e Rafael de Castro Catão por suas valiosas contribuições também na banca de qualificação e sempre que solicitei informação e orientação. Muitíssimo obrigada! Também do PPGG agradeço à Ana Carolina Gonçalves Leite, à Aurélia Hermínia Castiglioni, ao Ednelson Mariano Dota, à Gisele Girardi, ao Igor Martins Medeiros Robaina, ao Luis Carlos Tosta dos Reis, à Ana Lucy Oliveira Freire, ao Cláudio Luiz Zanotelli, Paulo Cesar Scarim, pelo percurso que me possibilitou conhecimentos e vivências, sem os quais não teria desenvolvido meus pensamentos.

Aos bons professores que tive no decorrer das minhas formações, desde as tias, até os professores que estão incluídos neste agradecimento, sem me esquecer dos professores da Economia, como Paulo Nakatani, Luiz Antonio Saade, Adriano Lopes Almeida Teixeira, Arlindo Villaschi Filho e minha primeira orientadora, a professora Vanuza da Silva Pereira Ney. Também aos professores que tive na Especialização e no Mestrado. Graças à educação que tive, pude ter uma visão das instituições sociais de poder livre de opressões, libertando-me do que “ensinam” como sendo “naturais”, mesmo que haja opressões, abusos etc. de todas essas instituições sociais de poder. Assim, a busca pela justiça individual e social estiveram presentes na minha educação libertadora, humanista e que não vê o “homem” como um ser superior.

Aos professores que participaram da defesa da tese, por terem aceitado o convite, pelas contribuições, do Dr. Cassio Arruda Boechat, do PPGG, da Dra. Barbara Botter, do PPGFil, do Dr. Gilles Fumey, da Sorbonne-Université, agradecendo também à entrevista concedida pelo professor Dr. Helder Remígio de Amorim, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco, Centro de Teologia e Ciências Humanas, que também participou do Symposia conosco. E aos pesquisadores que estiveram presentes na tradução simultânea: Mathieu e Angèle. E meu muito obrigada ao Coordenador do PPGG, Prof. Rafael Catão, por seu profissionalismo.

Aos Professores Ruy Moreira, Antonio Alfredo Teles de Carvalho, Tânia Elias Magno da Silva, Alain Bué, Sergio Sá, Hervé Théry, Patrick Caron e Sergio Schneider.

E claro, a todos do SIRICE que me receberam e me acolheram. Mais uma vez agradeço especialmente à Diretora Mme Marie-Pierre Rey e ao Diretor de Pesquisa M. Fabrice Virgili. Também sou muito grata aos funcionários Mme Sandrine Maras, M. Stéphane Guillerez e Mme. Sandra Challin. Aos pesquisadores do SIRICE com quem convivi, em especial M. Rasmus Gjedssø Bertelsen, Mlle Mariia Kobzeva, Mme Isabelle Davion, M. Jean-Pierre Williot, Mme Anne-Laure Briatte, Mme Canela Llecha-Llop, M. Christophe Potier-Thomas e M. Victor Louzon.

Aos doutorandos do SIRICE com quem tive a chance de conviver: Amarillys Siassia Yebazonzila, Sara Legrandjacques, Lise Galand e Maxime Launay. Além das doutorandas do M. Gilles Fumey, HeeJin Yun e Anne-Laure Vincent. Muito obrigada por terem feito parte desse momento, que muitas vezes é solitário.

Aos pesquisadores, professores etc. que conheci na UFES, no CPDA, no Campus Condorcet, nos meus trabalhos: Aila Ferreira Felício, Ana Paula de Farias Rocha, Pablo de Azevedo Rocha, Angèle Proust, Nathan Pécout--Le Bras, Paula Christina Corrêa de Almeida, Renata Aparecida de Souza-Seidl, Mathieu Fruleux, Juliette Dumont, Agdha Rubim de Assis, Maria de Lourdes Soprani Vasconcellos, Willian Liphau Almeida, Dora Vianna Vasconcellos, Laura Vianna Vasconcellos, Ana Luzia Fregonazzi Bottécchia, Ednilson Silva Felipe, Celso Bissoli Sessa, Tiago Dallapicola, Claudeci Pereira Neto, Alice Lucas de Souza Gomes, Raul Bussolotti, Monique Helen Santos Silva, Najla Veloso, Rodrigo Straessli Pinto Franklin, Pollyana Paganoto Moura, Rhaony da Cruz Rocha, Tomaz Musso de Almeida Pinto, Priscila Rosa Bandeira da Costa, Simone Hoffmann, Nicolas Micallef, Maura Neves Coutinho (que me ajudou também na leitura da tese), Francisco José Teixeira Garcia, Luiza Santos Alves, Pedro Henrique Gomide Lucci, André Azoury Vargas, Jéssica Monteiro da Silva Tavares, Lorena Bezerra de Souza Matos, Cláudio Ubiratan Gonçalves, Cecilia Emi Yamanaka Matsumura, Moacyr Martucci Junior, Marta Zorzal e Silva, Thimoteo Camacho, Eduardo de Lima Caldas, Marc Dufumier, Paul Claval, Cimone Rozendo, Rosangela Patriota, Robson Pereira da Silva, Anna Paula Teixeira Daher, Alcides Freire Ramos, Áureo de Paula, Julie Hermesse, Olivier Servais, Danieli Rodrigues Lavino, Jaqueline Carolino, Fernando Mieis Caus, Luana Lavagnoli Moreira, Raphael Ilário, Margareth Santos Silveira, Anna Luísa Mariani Gonçalves, Livia Maria Kalil de Jesus, Lilian Soares Outtes Wanderley, José Carlos Braz Machado Ramos, Olivier De Schuter, Capucine Boidin, Amine Ait-Chaalal, Emmanuelle Kadya Tall, Valdemar Wesz Junior, Danielle Stein Almeida, Banduka da Silva e os pesquisadores do CRIDUP, do PRODIG e do IHEAL. MUITÍSSIMO obrigada!

Ao *Groupe d'études Josué de Castro*, em especial a M. Fumey, a Angèle, a Nathan, a Mathieu e a Renata.

À comissão organizadora dos Symposia: Barbara, Maura, Angèle e Nathan; e aos participantes como palestrantes.

Às alunas e aos alunos que tive que ainda respeitam os professores e que me ensinaram a melhorar minha docência. Aprendi a ensinar com a metodologia de Paulo Freire. Obrigada por me permitirem ver que o melhor caminho do aprendizado e do ensino é o respeito à profissão, às pessoas e ao conteúdo que precisa ser ensinado de forma inovadora, motivadora, pedagógica, instigando a autonomia do aprendizado.

À minha Legião de Anjos na Terra, por existirem!

Às amigas, aos amigos, aos que seguem o caminho com ética e inspiração: Aila, Ana Paula, Angèle, Nathan, Maura, Paula, Renata, Mathieu, Sandrine, Janaína de Carvalho Lacerda Capella, Cátia Maria Hernandez Alvarez, Rafaela Hernandez Alvarez, Agdha, Maria de Lourdes, Pablo, Dra. Luzianny Dalla Bernardina Brocco, a Dra. Yara Santos Rosetti, a Dra. Lusanere Cruz, Willian, Eric Chemin, Dora, Laura, Ednilson, Celso, Tiago, Dona Luiza Vanda da Rocha Carvalho, Edgar da Rocha Carvalho, Raul, Helder Salomão, Marie-Hélène Salvetti, Elvina Koliesnikova, Tatiana Baratto, Rafael Bini, Antonio Cerutti e Emilia Cerutti, Rita Afonso, Terencia Pereira, Anna Luísa, Margareth, Ana Luzia, Vanuza, Luana, Danieli, Reinaldo Ribeiro Lima, Charlie Sachot, Gregory Faivre, Irmão Urbano Kehl e todos que estão permanentemente no meu coração!

Meu muitíssimo obrigada!

O Brasil, último país a acabar com a escravidão, tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso.

Darcy RIBEIRO

Que é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.

Ariano SUASSUNA

A ciência é, portanto, uma perversão de si mesma, a menos que tenha como fim último, melhorar a humanidade.

Nikola TESLA

Os ideais que iluminaram o meu caminho são a bondade, a beleza e a verdade.

Albert EINSTEIN

Para quem tem uma boa posição social, falar de comida é coisa baixa.
É compreensível: eles já comeram.

Bertolt BRECHT

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel BANDEIRA, O Bicho

O LUGAR DO ALIMENTO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MAX. SORRE E DE JOSUÉ DE CASTRO

LEITÃO, Ana Letícia Espolador. **O lugar do alimento no pensamento geográfico: uma análise a partir de Max. Sorre e de Josué de Castro.** 2021. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2021.

RESUMO

A tese apresenta como a alimentação foi estudada na geografia, a partir dos dois autores que se dedicaram intensivamente a esse tema: Josué de Castro e Max. Sorre. O primeiro é o brasileiro que, a partir da década de 1940, estuda efetivamente a fome, depois dos seus estudos sobre alimentação. O segundo é o geógrafo clássico, de nacionalidade francesa, e herdeiro das ideias de Paul Vidal de la Blache, que escreveu “Os Fundamentos da Geografia Humana”, entre outras obras, finalizando seus estudos geográficos com “O Homem na Terra: tratado da geografia humana”, inserindo a alimentação, a geografia da alimentação em diversos de seus estudos, e a fome apresentada ao mundo científico por Josué de Castro. A partir de pesquisa documental, de leitura bibliográfica e de entrevistas, mostramos a importância do tema da alimentação, sobretudo numa época que antecede a revolução das tecnologias de informação e comunicação, a Revolução Verde e o pós-Guerra Fria, marcada por aumento significativo da produção alimentícia e a mudança global, com rupturas de paradigmas. Defendemos a necessidade da verdadeira interdisciplinaridade e a humanização das ciências humanas, também defendidas pelos dois geógrafos, humanistas. Nosso objetivo principal é compartilhar as contribuições de Josué de Castro e Max. Sorre para entendermos melhor as problemáticas observadas e analisadas por Castro e o que aconteceu após sua morte. Concluímos que o tema permanece atual e requer empenho para eliminação do flagelo já denunciado por Castro nos três primeiros quartis do século XX, e que continuam a assolar de forma absoluta e oculta grande parte da humanidade.

Palavras-chave: Josué de Castro; Max. Sorre; Alimento; Fome; História do Pensamento Geográfico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

THE PLACE OF FOOD IN GEOGRAPHICAL THINKING: AN ANALYSIS FROM MAX SORRE AND JOSUÉ DE CASTRO

LEITÃO, Ana Leticia Espolador. **The place of food in geographical thinking**: an analysis from Max Sorre and Josué de Castro. 2021. Thesis (Doctorate in Geography). Center for Human and Social Sciences. Federal University of Espirito Santo, Vitoria, ES-Brazil, 2021.

ABSTRACT

The thesis presents how food has been studied in geography based on two authors who intensively dedicated themselves to this theme: Josué de Castro and Max Sorre. Josué de Castro is a Brazilian doctor and geographer who from the 1940s onwards has effectively studied hunger based on his research on food. Max Sorre is a classical geographer of French nationality and heir of the ideas of Paul Vidal de la Blache, who wrote “The Fundamentals of Human Geography” among other works. Sorre ended his geographical studies with “Man on Earth: treatise on human geography”, inserting food and food geography in several of his studies, as well as hunger in continuation of Josué de Castro. Based on documentary research, bibliographical reading and interviews, we show the importance of the theme of food, especially in a time that precedes the revolution of information and communication technologies, the Green Revolution and the post-Cold War era marked by a significant increase in food production and global paradigm shifts. We defend the need for proper interdisciplinarity, and the humanization of the human sciences defended by these two humanist geographers. Our main objective is to share the contributions of Josué de Castro and Max Sorre in order to better understand the issues they observed and analyzed as well as their influence after their death. We conclude that the theme of food and hunger remains prominent and requires efforts to eliminate the scourge already denounced by Castro in the first three quarters of the 20th century and that continues to devastate, in an absolute and hidden way, a large part of humanity.

Keywords: Josué de Castro; Max Sorre; Food; Hunger; History of Geographic Thought.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – **Finance Code 001.**

LA PLACE DE L'ALIMENTATION DANS LA PENSÉE GÉOGRAPHIQUE : UNE ANALYSE À PARTIR DE MAX SORRE ET DE JOSUÉ DE CASTRO

LEITÃO, Ana Letícia Espolador. **La place de l'alimentation dans la pensée géographique: une analyse à partir de Max SORRE et de Josué de CASTRO.** 2021. Thèse (Doctorat en Géographie). Centre des sciences humaines et sociales. Université fédérale de l'Espírito Santo, Vitoria, ES-Brésil, 2021.

RÉSUMÉ

La thèse présente comment l'alimentation a été étudiée en géographie, à partir de deux auteurs qui se sont intensément consacrés à ce thème : Josué de Castro et Max Sorre. Josué de Castro est un docteur et géographe brésilien qui, à partir des années 1940, a effectivement étudié la faim à la lumière de ses études sur l'alimentation. Le second est un géographe classique de nationalité française et héritier des idées de Paul Vidal de la Blache, auteur entre autres de « Les Fondamentaux de la géographie humaine ». Sorre a conclu ses études géographiques par « L'Homme sur la Terre : traité de géographie humaine », insérant la nourriture et la géographie de l'alimentation dans plusieurs de ses études, ainsi que la question de la faim introduite au monde scientifique par Josué de Castro. À partir de recherches documentaires, de lectures bibliographiques et d'entretiens, nous montrons l'importance du thème de l'alimentation, surtout à une époque qui précède la révolution des technologies de l'information et de la communication, la Révolution verte et la période d'après-guerre froide, marquée par une augmentation significative de la production alimentaire et par des changements de paradigmes globaux. Nous défendons la nécessité d'une véritable interdisciplinarité et d'une humanisation des sciences humaines, défendue également par ces deux géographes humanistes. Notre objectif principal est de partager les contributions de Josué de Castro et de Max Sorre afin de mieux comprendre les problèmes qu'ils ont observés et analysés ainsi que la continuation de leurs idées après leur mort. Nous concluons que le thème reste d'actualité et nécessite des efforts pour éliminer le fléau déjà dénoncé par Castro dans les trois premiers quarts du XX^e siècle, et qui continue de dévaster, de manière absolue et cachée, une grande partie de l'humanité.

Mots clés : Josué de Castro ; Max Sorre ; Alimentation ; Faim ; L'Histoire de la pensée géographique.

Ce travail a été réalisé avec le soutien de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – **Code de financement** 001.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: GLAUCE E JOSUÉ DE CASTRO.....	49
FIGURA 2: RETIRANTES, CÂNDIDO PORTINARI (1944).....	60
FIGURA 3: ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL.....	79
FIGURA 4: PRINCIPAIS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS EXISTENTES NAS DIFERENTES ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL	80
FIGURA 5: CRIANÇA COM EDEMA DA FOME.....	98
FIGURA 6: NANISMO ALIMENTAR: DUAS CRIANÇAS DA MESMA IDADE, UMA FAMINTA.....	99
FIGURA 7: CRIANÇA COM PELAGRA PURPURIFORME.....	100
FIGURA 8: CRIANÇA MEXICANA COM EDEMA DE FOME E PELAGRA.....	101
FIGURA 9: CRIANÇA DA AMÉRICA CENTRAL EM ACENTUADO ESTADO DE DESNUTRIÇÃO MALIGNA.	102
FIGURA 10: CAPA DE LES FONDEMENTS BIOLOGIQUES DE LA GEOGRAPHIE HUMAINE: ESSAI D'UNE ECOLOGIE DE L'HOMME (1943).....	147
FIGURA 11: PUBLICAÇÃO FEITA PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (SECOM) EM REDES SOCIAIS MOSTRA HOMEM COM RIFLE PARA HOMENAGEAR O DIA DO AGRICULTOR FOTO: REPRODUÇÃO/TWITTER	241
FIGURA 12: CHARGE DE BENETT PUBLICADA NA FOLHA DE S. PAULO DIA 29/07/2021	242

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1: PRINCÍPIOS GEOGRÁFICOS	68
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AI-2	Ato Institucional número 2
ASCOFAM	Associação Mundial de Luta contra a Fome
BR	Bancada Ruralista
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CID	Centro Internacional de Desenvolvimento em Paris
CME	Coordenação da Mobilização Econômica
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNRS	Centro Nacional da Pesquisa Científica <i>Centre National de la Recherche Scientifique</i>
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID-19	Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2)
DCNTs	Doenças crônicas não transmissíveis
DIAITA	Laboratório Interdisciplinar de História das Questões Alimentares
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FDR	Franklin Delano Roosevelt
FNFi/UB	Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GeJC	<i>Groupe d'études Josué de Castro</i>

GeQa	Grupo de Estudos da Questão dos Alimentos
GPHPAS	Grupo de Pesquisa sobre História do Pensamento, Alimentação e Saúde
GPS	Sistema de posicionamento global <i>Global Positioning System</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFI	<i>International Financial Institution</i>
MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
OGM	Organismos geneticamente modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDC	Partido Democrata Cristão
PDSE	Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior
PPGFil	Programa de Pós-Graduação em Filosofia
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRP	Partido de Representação Popular
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
Secom	Secretaria Especial de Comunicação Social
SIRICE	<i>Sorbonne, Identités, relations internationales et civilisations de l'Europe</i>
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional

Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDC	Transtorno Dismórfico Corporal
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGI	União Geográfica Internacional
UMR	Unidade mista de pesquisa <i>Unité mixte de recherche</i>
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas <i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
Vigitel	Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1. <i>Justificativa.....</i>	29
2. <i>Objetivos.....</i>	34
3. <i>Metodologia.....</i>	35
4. <i>Modificações ocorridas desde o ingresso no doutorado.....</i>	37
5. <i>Organização da Tese</i>	38
CAPÍTULO I: JOSUÉ DE CASTRO E SEUS PENSAMENTOS, OBRAS E PERCURSOS.....	39
1.1. <i>Contexto acadêmico da Geografia no Brasil.....</i>	39
1.1.1. <i>Contexto histórico do Brasil.....</i>	39
1.1.2. <i>Contexto da Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF).....</i>	44
1.2. <i>Biografia e obras.....</i>	46
1.3. <i>Josué de Castro e a Escola francesa de Geografia.....</i>	66
1.4. <i>Conclusões</i>	68
CAPÍTULO II: A ALIMENTAÇÃO E A FOME EM JOSUÉ DE CASTRO	71
II.1. <i>A partir dos problemas alimentares, Josué de Castro chega à fome.....</i>	71
II.2. <i>Trilogia da Fome</i>	76
II.2.1. <i>Geografia da Fome.....</i>	77
II.2.2. <i>Geopolítica da Fome</i>	87
II.2.3. <i>O Livro Negro da Fome</i>	112
II.3. <i>Dilema entre miséria e fome</i>	115
II.3.1. <i>Para o princípio malthusiano.....</i>	118
II.3.2. <i>Para Josué de Castro</i>	121
II.4. <i>Os tabus em Josué de Castro</i>	128
II.4.1. <i>A fome</i>	130
II.4.2. <i>A reforma agrária.....</i>	133
II.5. <i>Conclusões</i>	137
CAPÍTULO III: MAX. SORRE E SUAS PRINCIPAIS OBRAS.....	139
III.1. <i>Biografia.....</i>	139
III.2. <i>Breve análise de três principais obras</i>	146
III.2.1. <i>Os fundamentos da Geografia Humana.....</i>	146
a. <i>Os fundamentos biológicos: ensaio de uma ecologia do homem.....</i>	148
b. <i>Os fundamentos técnicos.....</i>	152
c. <i>O habitat</i>	153

III.2.2. <i>Encontros da Geografia e da Sociologia</i>	154
III.2.3. <i>O homem na Terra: tratado de geografia humana</i>	161
III.3. <i>Conclusões</i>	169
CAPÍTULO IV: JOSUÉ DE CASTRO EM OBRAS DE MAX. SORRE	172
IV.1. <i>Visão futura do mundo de Max. Sorre e de Josué de Castro</i>	189
IV.2. <i>Conclusões</i>	203
CAPÍTULO V: O LUGAR DO ALIMENTO E DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO ATÉ 2019	205
V.1. <i>Reflexões sobre a segunda metade do século XX até 2019</i>	206
V.1.1. <i>Revolução Verde</i>	207
V.1.2. <i>Alimento como mercadoria: commodities</i>	214
V.1.3. <i>Os regimes alimentares</i>	219
V.1.4. <i>Revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)</i>	236
V.2. <i>Conclusões</i>	239
CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
VI.1. <i>Reflexões sobre a organização da tese e nossas conclusões de cada capítulo</i>	244
VI.1.1. <i>As maiores contribuições de Josué de Castro</i>	246
VI.1.2. <i>Questões importantíssimas que aprendemos com Max. Sorre sobre alimentação</i>	250
VI.2. <i>Ressaltando as questões socioeconômicas</i>	251
VI.3. <i>Impactos da produção alimentícia na lógica predominante</i>	253
VI.3.1. <i>Importância das cadeias curtas</i>	254
VI.3.2. <i>Impactos no meio ambiente dessa lógica do consumo global</i>	255
VI.4. <i>A importância do controle das TICs</i>	256
VI.5. <i>Conclusões finais</i>	258
POST SCRIPTUM	274
REFERÊNCIAS	278
ANEXOS	291
ANEXO I: <i>PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE JOSUÉ DE CASTRO</i>	292
ANEXO II: <i>PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE MAX. SORRE</i>	296

INTRODUÇÃO

La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar.
(Eduardo Galeano)

No século XX emergiram ideias, estatutos e movimentos subsequentes à Segunda Guerra Mundial visando ao combate à fome, buscando a segurança alimentar e bem-estar nutricional das sociedades civis, aumentando importância e discussões em poderes públicos e em relações internacionais. E foi devido aos horrores vividos no continente europeu, no Velho Mundo, assustando a comunidade, quando a fome foi usada como arma de guerra (CASTRO, 1965; ZIEGLER, 2013; ASSOULY, 2019) nos campos de concentração durante a Segunda Guerra, mesmo que existisse antes e continue persistindo aos anos posteriores à *Seconde guerre*.

Temos a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que deveria coordenar as instituições fundadas nos arranjos diplomáticos e militares durante o final da guerra, na Conferência de Bretton Woods, em 1944 (ALMEIDA, 1994). O objetivo da ONU no seu projeto original era de organizar a paz, a segurança e o bem-estar econômico (RINALDI, 2015).

Nos séculos XX e XXI, nossa alimentação sofreu e vem sofrendo alterações do que era produzido por vocações regionais (características físicas, climáticas, entre outros fatores) para o que é comercializado mundialmente, transformando substancialmente a cultura, o regime alimentar da população local, o modo de produzir (FUMEY, 2012). Então, grupos alimentares antes desenvolvidos em determinadas regiões e/ou localidades têm sido modificados por regimes alimentares de outros aglomerados populacionais. Até mesmo a produção antes efetivada para consumo local passa a ser exportada devido ao valor mercadológico em nível internacional, como acontece com a castanha-do-Pará e com a castanha de caju, por exemplo, no Brasil, e a quinoa, no Peru, dificultando seu consumo pela população local, devido ao seu elevado preço onde é produzido, mas que muitas vezes chega ao mercado exterior por um preço acessível.

Quando pensamos na qualidade da alimentação, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) apresenta, há quatro categorias de alimentos, “definidas de acordo com o tipo de processamento empregado na sua produção” (BRASIL, 2014, p. 25). Assim

sendo, o consumo dos alimentos *in natura* e/ou minimamente processados (categoria 1)¹ deve estar presente na maior parte da alimentação diária; os ingredientes culinários processados (categoria 2)² devem ser utilizados com cautela, assim como os processados (categoria 3)³; e os ultraprocessados (categoria 4)⁴ devem ser evitados ao máximo. Isso porque o aumento no consumo de itens contidos nas categorias 3 e 4 amplia o risco do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Os hábitos/comportamentos alimentares passam a incluir produtos das categorias 2, 3 e 4, substituindo produtos *in natura*, e que faziam parte desses hábitos/comportamentos alimentares, quando o nível de internacionalização⁵ / mundialização⁶ / globalização⁷ atendia outros paradigmas. A crescente industrialização alimentícia e o ritmo nas aglomerações urbanas contemporâneas estabelecem a expansão de seu mercado consumidor, além da ampliação do consumo de *fast-food* (FUMEY, 2007).

Da segunda metade do século XX às primeiras décadas do século XXI, passamos e estamos passando por grandes modificações alimentares e de produção agrícola, incluindo a industrialização mais intensa com o ultraprocessamento dos alimentos, os organismos geneticamente modificados (OGM). Tudo isso tem impactado diretamente os regimes alimentares e o próprio debate da fome e da segurança alimentar e nutricional.

O Ministério da Saúde (2017) divulgou uma pesquisa realizada sobre obesidade⁸ e concluiu que uma em cada cinco pessoas no país está acima do peso, passando de 11,8% da

¹ A primeira categoria reúne alimentos *in natura* ou minimamente processados. Alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais (como folhas e frutos ou ovos e leite) e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração de suas características originais. Alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos a alterações mínimas. Exemplos incluem grãos secos, polidos e empacotados ou moídos na forma de farinhas, raízes e tubérculos lavados, cortes de carne resfriados ou congelados e leite pasteurizado (BRASIL, 2014, p. 25-26).

² A segunda categoria corresponde a produtos extraídos de alimentos *in natura* ou diretamente da natureza e usados pelas pessoas para temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias. Exemplos desses produtos são: óleos, gorduras, açúcar e sal (BRASIL, 2014, p. 26).

³ A terceira categoria corresponde a produtos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar a um alimento *in natura* ou minimamente processado, como legumes em conserva, frutas em calda, queijos e pães (BRASIL, 2014, p. 26).

⁴ A quarta categoria corresponde a produtos cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento e vários ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial. Exemplos incluem refrigerantes, biscoitos recheados, “salgadinhos de pacote” e “macarrão instantâneo” (BRASIL, 2014, p. 26).

⁵ De acordo com François Chesnais (2016) a noção de internacionalização tem caráter genérico, porque se refere “ao conjunto dos processos que tecem as relações de uma interdependência entre economias nacionais, supostamente distintas uma das outras, mesmo que não sejam realmente autônomas” (CHESNAIS, 2016, p. 4).

⁶ Mundialização se refere mais ao fenômeno financeiro do capital, inerente à acumulação do capital. Segundo Chesnais, “o conteúdo efetivo da globalização é dado *não* pela mundialização das *trocas*, mas pela mundialização das operações do *capital*, em suas formas tanto industriais quanto financeiras” (CHESNAIS, 2016, p. 4).

⁷ Para Tania Steren dos Santos (2001), globalização e exclusão “são dois conceitos que definem duas realidades interligadas. O primeiro designa as características atuais do processo de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial e o segundo, sua consequência mais visível e imediata” (SANTOS, 2001, p. 171).

⁸ Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel),

população, em 2006, para 18,9%, em 2016. Segundo o Ministério da Saúde, a obesidade aumenta com o avanço da idade e há a carência do consumo de ingredientes básicos e tradicionais pelos brasileiros. Assim, nos domicílios urbanos, há um maior consumo de carboidratos simples e gorduras, elevando o risco de doenças crônicas (diabetes, hipertensão, obesidade, entre outras), acentuado pelo sedentarismo. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no Brasil enfatiza a alimentação adequada como direito fundamental do ser humano⁹.

A alimentação, principalmente aquela voltada para as classes menos favorecidas, constitui uma das grandes questões sociais e de saúde pública no espaço metropolitano das cidades brasileiras. Um amplo conjunto de fatores explica as causas desta problemática, delineada no desemprego; nos baixos rendimentos; no elevado preço da terra urbana, que a torna inacessível para a maioria da população; na especulação imobiliária; na ausência de políticas públicas e, principalmente, na desigualdade socioeconômica que define a configuração excludente das cidades (SIQUEIRA, 2010).

Soma-se a essas causas a pouca importância dada aos hábitos alimentares e sua qualidade nutricional, e aos modos de produção dos alimentos. Especificando na produção, a revolução verde no Brasil beneficiou segmentos da agricultura, excluindo políticas públicas diretamente direcionadas aos pequenos agricultores. Somente na segunda metade dos anos 1990 a agricultura familiar viria a ser efetivamente beneficiada no Brasil com uma política pública, faltando ainda políticas públicas para contemplar toda a diversidade existente no meio rural brasileiro, sobretudo os mini e pequenos fundiários (LEITÃO, 2009). O que na Europa, existe há muito mais tempo e a agricultura chega a absorver mais de 40% dos fundos disponíveis (CARVALHO, 2007/2008).

Desta forma, observando o presente, perguntamo-nos como o tema da alimentação fora estudado anteriormente na geografia, sobretudo a partir dos estudos realizados no **Grupo de Estudos da Questão dos Alimentos** (GeQa), a partir de 2015. O GeQa foi coordenado pelo professor Dr. Paulo Cesar Scarim, do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) até setembro de 2020, e visava ao

realizada em todas as capitais brasileiras. Disponível em: <<http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

⁹ Conforme contido na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e é reafirmado pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, buscando a promoção universal da alimentação adequada e saudável entre outros objetivos e diretrizes.

desenvolvimento de atividades de pesquisa de estudos voltados à alimentação, aos alimentos, observando características locais, regionais, nacionais, globais, numa perspectiva inter/multi/transdisciplinar. Portanto, o GeQa permitiu-me sistematizar o conjunto dos dados e informações sobre a questão dos alimentos e da alimentação no Espírito Santo, no Brasil, na América Latina e no mundo, assim como analisar as pesquisas desenvolvidas em Geografia, História, Ciências Sociais, Economia, Psicologia, Nutrição, Saúde, Agronomia, Filosofia e Engenharia sobre esta temática da Alimentação, num universo multidisciplinar.

E surgiram as questões inquietantes: qual o lugar da alimentação e da fome no pensamento geográfico? Como elas foram estudadas? E por que mantemos os problemas na alimentação e, pior, perenizamos a fome?

A criação do **Laboratório Interdisciplinar de História das Questões Alimentares** (DIAITA), orientado pela Professora Dra. Barbara Botter (Filosofia – Ufes), e do *Groupe d'études Josué de Castro* (GeJC), dirigido pelo Professor Dr. Gilles Fumey na França, com os quais pudemos organizar eventos sobre a alimentação, através dos Symposia franco-brasileiro, foi determinante para aprofundarmos nossos conhecimentos, melhorando a escrita desta tese inédita.

Inédita porque não somente vemos o lugar do alimento no pensamento geográfico a partir de Josué de Castro e de Max. Sorre, mas entendemos o que aconteceu após a morte dos nossos geógrafos.

Tendo como eixo de estudos uma interface entre a alimentação vs. a qualidade (ou precariedade) nutricional, nosso tema de investigação se inclui numa abrangência muito maior de estudos do que comecei no âmbito da linha de pesquisa Espaço, Cultura e Linguagens do PPGG, como pesquisadora doutoranda do PPGG desde março de 2017.

Com a perspectiva das questões apresentadas e no traçado das relações desigualdade/pobreza, expressas no agravamento de problemas com alimentação refletidos na precariedade nutricional e da saúde, como um significativo vetor de expansão dos riscos de DCNTs, partimos dos estudos do pensamento geográfico da concepção dos problemas alimentares e do flagelo da fome, desde Max. Sorre e Josué de Castro, buscando melhor compreender o *processus* desse agravamento.

Por que esses dois geógrafos?

Josué de Castro foi o geógrafo e teórico que introduziu a fome nos debates científicos, a partir dos seus estudos sobre alimentação, provando que “a fome é uma manifestação

biológica de uma enfermidade social”, isto é, que se trata de um fenômeno socioeconômico mais do que devido a fatores físicos do meio, como fora tratado por alguns geógrafos da Escola francesa de Geografia. Max. Sorre foi o geógrafo clássico que se dedicou ao tema da alimentação, não apenas lhe destinando um capítulo exclusivo, mas o inserindo em outras obras ou artigos, capítulos.

Sobre o tema da fome, adotamos o conceito de fome oculta, muito bem explicado por Josué de Castro. Todavia, enfatizamos que alimentação é muito mais do que ter acesso a bens comestíveis, ou objetos comestíveis não identificados, como Fischler, em 1990, denominou as mercadorias industrializadas: “*Objets Comestibles Non Identifiés*” (LEITÃO; FONSECA, 2021).

Por esse motivo fazemos na tese um exame bibliográfico das contribuições e dos princípios teóricos e metodológicos de Josué de Castro e de Max. Sorre, para focarmos a fome e a alimentação segundo os dois autores e alguns argumentos trazidos por Josué de Castro contra a culpabilidade dos pobres pela fome e pela miséria.

Chegamos à assustadora verdade que, perdendo nossos saberes instintivos, sofremos com a ilusão da abundância alimentar e que a maioria da população sofre de fome oculta, devido ao uso de objetos comestíveis não identificados nos seus regimes alimentares, além dos problemas socioeconômicos que persistem.

O “fantasma da fome” perdura, porque a alimentação sempre foi e continuará sendo um dos grandes temas a serem considerados e a serem desenvolvidos para a preservação da vida, conforme expomos no decorrer da tese, mostrando, também, como Josué de Castro influenciou Max. Sorre e o mundo com seus estudos sobre a fome.

E para melhor compreender esses problemas atuais, a pesquisadora concorreu à vaga a bolsista do Edital nº 41/2018 do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) – 2018/2019, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para estudar com o Prof. Dr. Gilles Fumey, pesquisador da geografia sobre a alimentação contemporânea. E no estágio doutoral, criamos o **Groupe d'études Josué de Castro** (GeJC), do qual o Prof. Gilles Fumey é o diretor, trabalhando juntamente ao Laboratório DIAITA, tendo como uma das atividades de internacionalização e interconexão, os **Symposia**, juntamente com a Unidade Mista de Pesquisa (UMR 8138) *Sorbonne, Identités, relations internationales et civilisations de l'Europe* (SIRICE).

1. Justificativa

A relevância do nosso tema se mede na importância do estudo priorizando o entendimento da geografia dos regimes alimentares e da geografia da fome no Brasil nas complexidades vividas nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI. Assim podemos compreender o diagnóstico da alimentação e seus impactos, relacionando as questões teóricas, socioeconômicas e culturais, em perspectiva processual, focando nosso estudo numa pesquisa bibliográfica a partir dos dois geógrafos (Sorre e Castro) que, em continentes diferentes, e, de certa forma, contemporâneos, introduziram os temas da alimentação e da fome no debate científico, havendo contribuições de Josué de Castro no pensamento de Max. Sorre.

A perspectiva de analisar a questão da alimentação e da fome nas vertentes geográficas deve-se principalmente à pertinência dos temas tanto devido ao fato da divisão espacial da produção alimentícia, quanto da geopolítica da fome. A sua relevância contempla também uma necessidade fisiológica, sempre presente nas civilizações, como também as consequências da má alimentação na saúde, a questão socioeconômico-geográfica na produção alimentícia, entre outras que abordamos na tese, buscando compreender os fatos a partir de Max. Sorre e de Josué de Castro que permeiam as noções de qualidade de vida e de direitos humanos, pensando na sociedade como um todo no contexto socioespacial (CATALÃO, 2011), principalmente em relação à alimentação.

Conforme Ziegler, “O direito humano à alimentação, tal como se apresenta no artigo 11 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹⁰, assim se define” (ZIEGLER, 2013, p. 31):

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna (ZIEGLER, 2013, p. 31).

Ainda segundo o autor, “o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta” e afirma que a fome se assemelha ao crime organizado (ZIEGLER, 2013, p. 31), citando o capítulo 34, versículos 25 a 27 de Eclesiástico: “Escasso alimento é o sustento do pobre, quem dele o priva é homem sanguinário. Mata o próximo o que lhe tira o sustento, derrama sangue o que priva do salário o jornaleiro” (ZIEGLER, 2013, p. 31).

E Ziegler prossegue, apresentando estimativas da Organização das Nações Unidas para

¹⁰ Conforme encontramos no livro na nota 1, esse Pacto Internacional foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966.

a Alimentação e a Agricultura (FAO) de 2009 e 2010, constatando que cerca de um bilhão de pessoas sofrem com a subalimentação, padecendo de fome permanente.

Segundo Mercês de Fátima dos Santos Silva:

Certamente, a definição da fome é complexa. Por isso, nos propusemos a frisar o que não é fome no pensamento castrino. A fome equivalente à urgência de se alimentar, causada por apetite, fome individual, ou mesmo a fome aguda causada por guerras ou desastres naturais, não constituem necessariamente o alvo da sua discussão. Mas a fome oculta, crônica, que é permanente, ocorrendo quando a alimentação diária propicia déficit nas atividades do pleno desenvolvimento humano, ou em atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica pode manifestar-se na modalidade de desnutrição (dimensão biológica) ou pode manifestar-se pela dimensão socioeconômica (acesso a alimentos ou déficit de estrutura social adequada) ou simultaneamente, sendo dimensões de um mesmo evento, a pobreza (SILVA, 2016, p. 195).

Assim, temos no nosso foco não apenas a fome aguda, absoluta, mas também a fome crônica, oculta, que é permanente, podendo manifestar-se na dimensão biológica e/ou na socioeconômica.

Nesse sentido, justificamos nosso tema, no âmbito das ciências humanas e sociais, incluindo questões relacionadas à fome, à nutrição, à qualidade nutricional, às relações sociais de produção, na busca de um melhor entendimento entre o problema da alimentação no começo do século XXI, sua dimensão e as ações implementadas por meio de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade nutricional da população, principalmente de baixa renda, geralmente mais afetada pela desnutrição, pela saúde precária ou pelo consumo excessivo de categorias de substâncias alimentícias que afetam diretamente a saúde, seja por meio de impactos na produção de alimentos no reino animal, no reino vegetal e na sociedade humana como um todo, seja pela incitação ao consumo de objetos comestíveis não identificados através de propagandas publicitárias.

Usufruindo da afirmação de Guilherme Ribeiro (2020):

Uma das principais virtudes das Ciências Humanas reside em sua capacidade de *desnaturalizar* práticas, comportamentos, valores e representações. Na vida social, nada é natural. Variando no tempo e no espaço, mesmo as necessidades biológicas de comer, beber e dormir vão sendo particularizadas através de processos históricos e geográficos os quais podem ser sintetizados sob o signo *cultura* (RIBEIRO, 2020, p. 466).

A problemática da alimentação não saudável afeta diretamente a saúde pública, sendo em grande parte responsável pelo aumento das taxas de mortalidade precoce no mundo. O câncer, o diabetes, o colesterol alto, a hipertensão arterial, a desnutrição, a obesidade e os distúrbios alimentares, como bulimia, anorexia, vigorexia são alguns exemplos dessas doenças, embora suas causas não sejam exclusivamente relacionadas aos hábitos/comportamentos

alimentares.

Importante enfatizar como Josué de Castro entende a fome como causa e consequência da pobreza. Assim, conforme Mercês Silva afirma, “o fenômeno da fome, reprodutor de invisibilidade, é resultado de várias relações sociais, aparentemente contraditórias, mas que não se anulam, pelo contrário, se complementam, por isso, não são retiradas da obra castrina” (SILVA, 2016, p. 196). E acrescenta, segundo a visão de Josué de Castro, que:

[...] a pobreza e fome não se associam linearmente e que a fome não é apenas consequência da pobreza, mas possível causa. Ambas são processos de desigualdades sociais, que criam múltiplos critérios de invisibilidade social. Dessa maneira, a fome apresenta-se como indicador central para pobreza, exclusão social e, ao mesmo tempo, uma dimensão que permite hierarquizar a intervenção orientada para a luta contra a pobreza (Monteiro, 2003; Pedro, 2006) (SILVA, 2016, p. 196).

E Mercês, na sua tese, prossegue que não se pode “esquecer da premissa de que a fome é uma manifestação biológica de um problema social, portanto, produzida pelo próprio homem (Castro, 2005)”. Na produção capitalista temos a especificidade da desigual distribuição que “colabora para desprover a massa populacional do acesso aos meios produtivos, fazendo com que os indivíduos tenham o acesso à alimentação condicionado pela renda”. Consequentemente, o que é direito básico à existência humana, o alimento, tornou-se uma mercadoria. “Uma mercadoria abundante, mas com acesso limitado”. Acesso esse delimitado pelo “modo de produção escolhido pelas ações humanas”. E assim, “são nossas ações que contribuem para reprodução diária, intencional e contínua da fome” (SILVA, 2016, p. 196).

Temos, pois desigual distribuição de renda, condicionando o acesso à alimentação de parte da população, transformando em mercadoria um direito básico, e necessário à vida. Podemos concluir que nosso tema tem relevância e impacta diretamente grande parte da população.

Mesmo que o Brasil tenha passado por um processo de redução da desigualdade socioeconômica, iniciado na segunda metade da década de 1990, tendo adoção de políticas públicas mais sociais e estruturais, permitindo ao país sair pela primeira vez do mapa da fome da ONU, em 2014, novas questões surgem que não se limitam ao combate à fome nem à pobreza.

Seria a obesidade a nova fome, devido à aquisição de produtos mais baratos e ultraprocessados, ou seja, pobres em nutrientes e abundantes em calorias, sódio, lipídio e açúcar, os objetos comestíveis não identificados? Quanto à saída da população da pobreza, isso não determina necessariamente a melhoria da alimentação. Podemos consequentemente até ter uma saída da fome absoluta, contudo a manutenção da fome nutricional (fome oculta, conforme Josué de Castro) persiste. Quais questões o século XXI nos coloca? Qual o alimento do futuro?

Será que não estamos matando a população com a má alimentação?

A hipótese que adotamos nesta tese é a alimentação e a fome serem temas fundamentais ao desenvolvimento da vida na Terra, sobretudo da população humana. A alimentação é um ato instintivo repleto de atos culturais. A fome trata-se de um problema socioeconômico e político. E para entendê-las e superá-las precisamos da interdisciplinaridade e de desmistificar algumas falsas crenças e proteger-nos dos regimes alimentares que nos vêm sendo impostos, sobretudo dos produtos industrializados, que mais nos envenenam do que alimentam com seus objetos comestíveis não identificados.

Então, além do diálogo entre as ciências para entendimento e superação dos problemas relativos à fome e aos problemas alimentares, temos também a hipótese que mais do que nunca é preciso humanizarmos a humanidade para não destruímos nossos valores, principalmente os culturais, e não destruímos a vida em nome de uma lógica econômica perversa, excludente, impositora.

Ademais, para compreender o consumo alimentício, é preciso compreender a produção de alimentos. E Josué de Castro foi injustiçado no seu país por tocar na ferida das estruturas agrárias arcaicas do Brasil e das relações socioeconômicas, não obtendo o reconhecimento necessário por décadas. Mostramos que suas contribuições são tantas, que também contribuiu nos estudos e nas conclusões de Max. Sorre. Assim, alimentar-se é muito mais do que apenas comer, consumir o alimento, mas é como produzir e como distribuir esse alimento.

Vemos na tese de qual maneira esses autores contribuem para oferecer caminhos para pensar e refletir os problemas alimentares do século XXI.

Quando Josué de Castro introduziu a fome como sujeito científico, a situação da produção alimentícia e do consumo de alimentos era outra, e os projetos visavam ao combate à fome pela via do aumento da produção. Nós chegamos ao primeiro quinto do século XXI e os problemas são numerosos: seja na produção, na distribuição, no desperdício, na miséria e na abundância do consumo de objetos comestíveis não identificados e de alimentos, seja na produção de dejetos, seja na manutenção da fome absoluta/aguda ou oculta/crônica e nos problemas de saúde devidos aos transtornos alimentares, por exemplo.

Para isso, partimos da forma como Josué de Castro via a fome, como consequência da pobreza (o que não significa apenas privação alimentar, mas também alimentação de má qualidade). E a nossa problemática em matéria alimentar considera que devem ser analisadas tendo em conta não só a quantidade do que se produz, mas sobretudo a qualidade da produção

alimentar, o acesso da população a essa produção, sobretudo o segmento da população que produz esses alimentos, ou seja, os trabalhadores rurais. E do lado do acesso, devemos pensar não só na distribuição de alimentos, mas na capacidade financeira das populações para o acesso ao alimento com qualidade, considerando também as relações não monetárias.

2. Objetivos

De acordo com as questões que permeiam a abordagem de nosso tema e da configuração da alimentação no quadro socioespacial, nosso objetivo geral nesta tese é entender a complexidade da alimentação a partir do *processus* teórico da geografia da fome¹¹ à fome nutricional. Realizamos esse intuito instigando discussões e reflexões acerca dessas fomes, em torno da face da questão social que se manifesta de forma aviltante nos espaços urbanos, aliando pobreza, exclusão e desnutrição. E quem introduziu essa complexidade foi Josué de Castro, influenciando Max. Sorre e demais pensadores posteriores à sua contribuição ao mundo.

Como objetivos específicos, propomos:

1. apresentar como a alimentação foi e é estudada na geografia a partir de Max. Sorre, que dialogou com Josué de Castro;
2. analisar quais as denúncias de Josué de Castro, conhecidas como trilogia da fome: Geografia da Fome; Geopolítica da Fome e O Livro Negro da Fome;
3. apontar as expectativas de Josué de Castro e de Max. Sorre para a superação da fome;
4. compreender os atuais desafios no mundo referentes à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos;
5. demonstrar que Josué de Castro revolucionou as ciências, sobretudo, humanas, ao denunciar a perpetuação da miséria;
6. mostrar a atualidade dos escritos dos nossos geógrafos, sobretudo para a superação da fome;
7. analisar o caminho da interdisciplinaridade no entendimento e na superação de problemas socioeconômicos e da fome.

¹¹ Entendamos o que é a fome. Temos o conceito de André Mayer, que no primeiro parágrafo do Prefácio à nona edição do livro “Geografia da fome”, de Josué de Castro fez a seguinte definição:

“A fome — eis um problema tão velho quanto a própria vida. Para os homens, tão velho quanto a humanidade. E um desses problemas que põem em jogo a própria sobrevivência da espécie humana, a qual, para garantir sua perenidade, tem que lutar contra as doenças que a assaltam, abrigar-se das intempéries, defender-se dos seus inimigos. Antes de tudo, porém, precisa, dia após dia, encontrar com que subsistir — comer. E esta necessidade, é a fome que se encarrega de lembrá-la. Sob o seu ferrão e para lutar contra ela a humanidade aguçou seu gênio inventivo. Ninguém o ignora. E todo mundo sabe também que nesse velho combate contra esta praga permanente, o homem conseguiu apenas uma vitória incerta e precária”. Lembrando que André Mayer foi Professor da Universidade de Paris e Presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

“A fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas. Um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade do próprio homem”. (Josué de Castro, numa de suas frases célebres).

Conforme Campos (2004) afirma, foi “transcendendo a questão individual que o autor [Josué de Castro] conseguiu construir seus conceitos de fome, em uma articulação correta entre o biológico e o social. Assim, conseguiu relacioná-los com a ciência, o desenvolvimento e a construção da nação. Sua obra demonstrou, não somente uma visão de fome, mas também de saúde e de sociedade em determinado período” (CAMPOS, 2004, p. 3).

3. Metodologia

Na formulação no âmbito da questão alimentar desta tese, partimos dos pressupostos teóricos de Max. Sorre sobre alguns fundamentos da geografia humana, dentre eles os regimes alimentares e a geografia da alimentação, sobre seus encontros entre a geografia e a sociologia e do seu tratado de geografia humana, no qual ele faz um estudo do homem na Terra; e de Josué de Castro, com “Geografia da Fome” (1946), “Geopolítica da Fome” (1951) e “O Livro Negro da Fome” (1957). Temos, por isso, a pesquisa bibliográfica. Ademais, no contexto da problemática da alimentação e dos problemas sobretudo urbanos no Brasil, o método exploratório é o instrumento privilegiado para compreensão e análise dos fenômenos, permitindo situar o objeto de estudo num processo de investigação mais amplo, compreendendo o presente a partir de eventos de um passado recente, articulando dados, fundamentados em abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa tem como bases a pesquisa bibliográfica geral e específica, uma pesquisa documental que nos conduz a uma teorização mais elaborada sobre o tema em questão, incluindo teses e análises de outros autores sobre os nossos geógrafos, bem assim entrevistas a estudiosos de Josué de Castro e Max. Sorre¹², incluindo quem trabalhou com Josué de Castro, no período do exílio em Paris, até sua morte em 1973.

Nosso procedimento metodológico interpreta os dados apoiado no processo de análise de conteúdo em sua aplicação nas ciências humanas e sociais, estabelecendo uma interface de conhecimentos relativos às fundamentações qualitativas, correspondendo a um conjunto de categorias de análise, que de acordo com Bardin (2006), deve satisfazer uma perspectiva interpretativa, realizada no contexto de um critério semântico (categoria temática). Entendemos que esse procedimento metodológico atende às expectativas de nossa investigação, pois é possível conduzir a pesquisa através de pré-análise; exploração do material; construção teórica; inferência; análise categorial; interpretação.

Ressaltamos que a análise em questão se apresenta como uma proposta dialética, cuja metodologia é dinâmica, realizando-se por meio de uma interação temática, num processo de investigação. A produção do conhecimento está num quadro de referências, no qual a noção de cientificidade tem, simultaneamente, um polo de unidade e um polo de diversidades, além de contradições, atingindo o universo de nosso objeto de estudo na busca de uma reflexão sobre a

¹² Entrevistamos os geógrafos Antonio Alfredo Teles de Carvalho e Ruy Moreira, além da socióloga Tania Elias Magno da Silva, do historiador Helder Remigio de Amorim, da Najla Veloso, da FAO, e de Alain Bué, contemporâneo de Josué de Castro e da sua filha, Anna Maria de Castro.

necessidade de políticas públicas destinadas à melhor alimentação no enfrentamento das injustiças, desigualdades, discrepâncias entre abastados e alijados, para influir mudanças sociais. Os problemas de saúde, e seus custos socioeconômicos com a saúde pública, que impactam de forma geral a população como um todo, sobretudo a mais vulnerável, são diretamente relacionados por essa questão socioeconômica e geográfica. Podemos, por isso, orientar não somente suas reduções como também a economia de gastos com saúde em tratamento, ao considerarmos necessárias as prevenções dessas DCNTs.

4. Modificações ocorridas desde o ingresso no doutorado

O tema da fome e da desnutrição acompanha minha trajetória há muito tempo. Sobretudo a partir de 2005, quando comecei a estudar de perto os pequenos agricultores.

Para ingressar no doutorado, pleiteei o projeto querendo abordar as consequências da alimentação atual, dos regimes alimentares, a partir da tradução feita do quinto capítulo do Maximilien Sorre: *Geografia dos Regimes Alimentares*, juntamente com José Ramos, acrescentando o Josué de Castro.

Sempre querendo estudar Max. Sorre e Josué de Castro, quando submeti o projeto ao processo seletivo, em 2016, apresentei-o com o título *Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional*, alterando para *A Geografia dos Regimes Alimentares no Brasil: da segunda metade do século XX ao primeiro quintil do século XXI*, até finalmente chegarmos a *A Geografia dos Regimes Alimentares no Brasil no Primeiro Quintil do Século XXI*.

Quando cheguei à França, ainda no último trimestre de 2019, pensamos em falar sobre *A fome e direito à alimentação no Brasil de 1988 a 2020*. Contudo a pandemia global do coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), conhecido como COVID-19, fez ressurgir velhas problemáticas sobre alimentação e fome, sendo ainda mais importante compreender as contribuições dos dois autores para a atualidade, pois o problema que nos atormenta ainda é a fome e as mudanças dos regimes alimentares.

Concentramos, assim, nossos estudos em *O lugar do alimento no pensamento geográfico: uma análise a partir de Max. Sorre e de Josué de Castro*, não apenas pela necessidade desse estudo, mas por sua contribuição para a compreensão da fome e de outras questões da alimentação que servirão para debates teóricos posteriores, pela sua riqueza teórica e para transmitir ao mundo as contribuições de Josué de Castro, não apenas na Geografia, pelas quais muitas vezes não lhe é atribuído o merecido reconhecimento.

5. Organização da Tese

Nossa tese ***O lugar do alimento no pensamento geográfico: uma análise a partir de Max. Sorre e de Josué de Castro***, é então dividida em seis capítulos, além da Introdução.

Dedicamos o primeiro capítulo a apresentar Josué de Castro e seu pensamento e obra, num contexto particular no Brasil, porque nele temos esse diálogo com as ciências naturais e as ciências sociais, mas em Castro encontramos o percurso intelectual trans/multi/interdisciplinar. Josué vem da medicina para chegar ao método geográfico, passando pela nutrição, pela defesa econômica do salário mínimo, trabalhando na administração pública, sendo político (deputado federal), professor acadêmico, representante da FAO etc. E quem introduziu a fome no debate científico, sobretudo como resultado da miséria, e não o contrário.

Por isso o segundo capítulo versa sobre essa introdução da fome no debate científico, oriunda dos seus estudos sobre alimentação. E como fome é o tema realmente desenvolvido por Josué de Castro, analisamos a trilogia da fome, e vemos posteriormente o dilema entre miséria e fome, para chegarmos aos tabus que Josué denunciou: o da fome e o da reforma agrária.

O terceiro capítulo é dedicado ao Max. Sorre, porque Sorre, geógrafo “puro”, dialoga com as ciências naturais e as ciências sociais e humanas, por isso vemos algumas de suas três principais obras: ***Les fondements de la Géographie humaine***; ***Rencontres de la Géographie et de la Sociologie***; e sua última obra, ***L’Homme sur la Terre : traité de Géographie humaine***, de 1961, na qual ele sintetiza, um ano antes de sua morte, os 60 anos de estudo sobre a Geografia. Entendemos também suas influências e como chega à Geografia no Brasil.

No quarto capítulo, analisamos como Josué de Castro influenciou Max. Sorre e o mundo com a fome por ele abordada, por desvelar a fome como consequência da desigualdade social.

O quinto capítulo aborda as transformações ocorridas no último quarto do século XX até o ano de 2019, entendendo algumas mudanças nos regimes alimentares, que fizeram aumentar a produção de objetos comestíveis não identificados, oriundos das *commodities*, por exemplo. Transformações essas observadas por Max. Sorre na padronização dos regimes alimentares urbanos, primeiramente de influência britânica, posteriormente, estadunidense.

Chegamos ao sexto capítulo, das nossas considerações finais, para no *post scriptum* apresentarmos reflexões geradas pela síndrome do Coronavírus.

CAPÍTULO I: JOSUÉ DE CASTRO E SEUS PENSAMENTOS, OBRAS E PERCURSOS

Se um dia tiver que escolher entre o mundo e o amor lembre-se: se escolher o mundo ficará sem o amor, mas se escolher o amor com ele você conquistará o mundo.
(Albert Einstein)

[...] a formulação de um pensamento novo se torna indispensável se a humanidade deseja sobreviver e se mover para planos mais elevados.
(EINSTEIN *apud* CASTRO, 1968, p. 12)

Neste primeiro capítulo, para compreendermos quem foi Josué de Castro e o que ele é, apresentamos o contexto histórico do começo do século XX e de como o curso universitário de Geografia foi implantado no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, onde Josué de Castro foi docente. Para posteriormente vermos a biografia e as obras do pernambucano, para vermos as influências que Josué de Castro teve no arranjo epistemológico de sua análise geográfica da fome. Embora tudo esteja entrelaçado, propomos essa divisão para melhor visualizarmos a importância de Josué de Castro para o Brasil e para o mundo. Finalmente, encerramos nosso primeiro capítulo com algumas conclusões.

Por isso, organizamos este capítulo em quatro seções: a primeira contempla o contexto acadêmico da Geografia e histórico do Brasil; a segunda, a biografia e as obras de Josué; a terceira, Josué e a Escola francesa de Geografia; e a quarta, nossas conclusões do capítulo.

1.1. Contexto acadêmico da Geografia no Brasil

Antes de apresentarmos Josué de Castro, partimos do contexto histórico, acadêmico e político no qual o médico pernambucano está inserido. Para isso dividimos esta seção em duas partes: a do contexto histórico e a da Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF).

1.1.1. Contexto histórico do Brasil

No Brasil, ainda agrário, do início do século XX, prevaleciam discursos sobre a nação brasileira, para consolidar a Independência do Brasil (1822), “ancorado na noção de ‘civilização’” e “sob o impulso catalizador de outro conceito de espacialidade – o de *modernização*” (ADAS, 2007, p. 8). Ainda segundo Adas (2007) “a integridade do território

ensejava uma possibilidade de recuperação positiva do passado e a Geografia afluava, junto com a História, como um saber considerado estratégico para a formação de uma consciência nacional” (Idem, p. 9).

Nesse contexto, os discursos geográficos surgidos desde a República Velha (1889-1930¹³) chegam à República Vargas (1930-1945) das conquistas, manutenção das fronteiras brasileiras e integração nacional, com uma série de medidas como impostos regionais, um aparato de leis, centralização do poder, políticas públicas, inclusive para a educação nacional, entre outras. Ademais, como Sirlândia Schappo (2008) enfatiza, esse contexto é marcado por projetos de modernização do Brasil, mesmo havendo divergentes grupos políticos envolvidos, como os dos agroexportadores, por exemplo.

Discursos esses que influenciaram a organização política e econômica desenvolvimentista na primeira metade do século XX, que também chega às escolas, nas ementas das disciplinas, influenciando as formações socioculturais, políticas e econômicas do Brasil a partir de conteúdos programáticos, por exemplo (ADAS, 2007; FERREIRA, 2012).

Mesmo que tenham sido criadas escolas de nível superior quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido, a partir de 1815, foi somente com a República Velha, principalmente no início do século XX – mais precisamente entre 1909 e 1928, conforme afirma Machado (2009) –, que houve a configuração do ensino superior no Brasil. E somente na Era Vargas, a criação das Universidades.

Salientamos que a Era Vargas, de acordo com Gisele Becker (2013) nomeia de Estado de Compromisso, divide-se em três fases: a primeira foi a do governo provisório, de 1930 a 1934, a segunda, do governo constitucional, de 1934 a 1937, e a terceira, ditatorial, do Estado Novo, de 1937 a 1945 (BECKER, 2013).

Mas nessa estruturação do Estado, temos a consolidação das universidades brasileiras, que foram criadas a partir de escolas isoladas, sendo efetivadas no governo de Getúlio Vargas.

Conforme Mônica Sampaio Machado (2009) apresenta, em 1934 temos a implantação

¹³ Segundo Rui de Campos (2004), nesse período da República Velha traduziram-se algumas obras estrangeiras que continham ideais do positivismo comtiano, provocando uma renovação nos estudos geográficos no período republicano. Mesmo que a Proclamação da República tenha sido “um golpe militar, sem povo e sem rupturas significativas”, essa última década do século XIX e as três primeiras do século XX trouxeram uma redefinição da identidade nacional. “Nesta redefinição buscou-se, no exterior, teorias que ajudassem a levar o Brasil ao grupo das nações modernas. Por isto, não deve ter sido coincidência o fato de as principais ideologias científicas importantes, como o darwinismo social e o positivismo, estarem impregnadas de idéias de mudança, de evolução” (CAMPOS, 2004, p. 63).

da USP e no ano posterior, a UDF no Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembrando que de 1891 a 1960, a cidade do Rio de Janeiro era o Distrito Federal¹⁴.

Institucionalizada a partir de dois polos (o paulista e o carioca), temos a implantação da geografia universitária moderna no Brasil, com distintas especificidades. Como Josué de Castro vai para a UDF, concentraremos nossa apresentação no contexto da Geografia carioca (MACHADO, 2009).

Sob o comando de Getúlio Vargas (1930-1945), o Brasil passa por grandes transformações, como a do projeto de deixar a condição de país agrário-exportador, para modernizar o país, produzindo “um novo modelo institucional que permitiu não só a construção de sua unidade nacional, mas, sobretudo, da nova sociedade brasileira” (MACHADO, 2009, p. 125).

Nesses três lustros da Era Vargas, o Estado brasileiro foi estruturado, havendo a formação de um Estado capitalista-industrial, centralizador do poder político (na República Velha, o poder era descentralizado, oligárquico, agroexportador), com um discurso nacionalista e de integração do território nacional.

O Estado assumiu características de “promotor, organizador e mecenas o mundo econômico e cultural” (MACHADO, 2009, p. 125), contudo, como observa a autora, sobre o processo de implantação das universidades no Brasil:

Embora a modernização institucional tenha sido gerada entre 1930-1945 e as transformações no sentido de construção de uma política pública datarem deste período, algumas das principais mudanças vinham sendo lentamente geradas no bojo da Primeira República (1889-1930). Eram embriões de mudanças de origens e motivações diversas que convergiam numa aguda preocupação com relação à debilidade do Estado. Essas debilidades vinham sendo debatidas desde a I Guerra Mundial por intelectuais, políticos, empresários e militares. O projeto político e cultural sobre o qual o Estado Novo se assentou foi sendo, nesse sentido, elaborado entre 1920 a 1940 (OLIVEIRA, 1999). Frente à importância que os intelectuais desenvolveram neste projeto, especificamente, no caso da implantação da universidade, nos ocuparemos agora em traçar os principais matizes que sustentaram

¹⁴ Rio de Janeiro passou a ser capital da Colônia portuguesa (1763-1815), quando a capital deixou de ser Salvador, por causa da mineração ocorrida em Minas Gerais, quando a capital política deixou de estar na Bahia para estar no Rio de Janeiro, deixando o Espírito Santo como “barreira verde” para evitar o contrabando do ouro e/ou para controlar a cobrança dos 20% sobre o ouro e sobre os demais minérios em nome da Coroa Portuguesa. Depois, com a elevação da Categoria de Reino Unido, com a chegada da Família Real em 1808, o Rio de Janeiro passou a ser a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822). Com a Independência do Brasil, o Rio de Janeiro passou a ser capital do Império do Brasil (1822-1889) e, posteriormente, capital da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1960) (COSTA, 2010). Lembrando que a segunda Constituição do Brasil estabeleceu que a capital do Brasil República seria no Distrito Federal, sendo correto dizer que de 1891 a 1960 o Rio de Janeiro foi a sede do Distrito Federal, até haver a transferência geográfica do DF localizado no centro do Brasil, onde foi construída Brasília.

as atuações mais representativas da intelectualidade brasileira no período (MACHADO, 2009, p. 126).

Para a criação de instituições efetivamente nacionais, houve a necessidade do aprofundamento do conhecimento da cultura nacional pelo governo e pelos intelectuais, estando o nacionalismo presente em todos e diversificados movimentos artísticos, como os surgidos nos anos da década de 1920, obtendo incentivos após a década de 1930 (MACHADO, 2009). Machado (2009) atenta para o ambiente intelectual para a comemoração do Centenário da Independência do Brasil e para a Semana de Arte Moderna, ambas em 1922, com outras manifestações que permitiram a construção da nova nacionalidade, com o debate efervescente do movimento modernista, redirecionando a arte e a cultura brasileiras.

Como Machado (2009) afirma o movimento intelectual do modernismo caracterizou-se pela polarização de ideias como região *vs.* nação e tradição *vs.* futuro, ideias iniciadas na década de 1920 e integradas na década de 1930, “permeando a modernização institucional e a construção do projeto universitário brasileiro”. Desta forma, Machado (2009) afirma que teve atenção para o eixo existente na década de 1930 sobre o debate da questão nacional, “que incluía pensar os rumos da política e da cultura brasileiras [... para] vivenciar ativamente uma grande preocupação com as questões sociais do país”, discutindo “certa falência moral, econômica e social”, buscando-se “as virtudes básicas da nacionalidade” (MACHADO, 2009, p. 128). Assim:

A busca dessas virtudes ficaria a cargo dos homens esclarecidos, de uma elite de cultura e ciência, capaz aos poucos de construir um pensamento dominante e influenciar a grande população brasileira. A crença de que essas elites, desde que recebam treinamento especializado, possam transformar o Brasil, é marcante na década de 1930. É nesta mesma década que são instaladas a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal. Estas instituições de ensino superior, guardando suas devidas especificidades com relação aos seus projetos políticos, foram marcadas por esse espírito e revelam a complexidade do panorama intelectual daquele momento. Essas universidades se constituíram como polos privilegiados, entretanto diversificados, de construção e difusão do pensamento nacional. Cada uma, à sua maneira, buscava a questão nacional a partir de perspectivas e anseios distintos. Seus cursos, dessa forma, refletiam tal diversificação. Com o intuito de situar a geografia universitária implantada no Rio de Janeiro nesse debate, apresentaremos a seguir alguns dados históricos referentes à concepção e formação da Universidade do Distrito Federal. (MACHADO, 2009, p. 128).

E chegamos à criação da UDF, em 4 de abril de 1935, pelo Decreto 5.513, instituída por Anísio Teixeira e mantida pela Prefeitura do Distrito Federal. Segundo Machado (2009) a UDF surge do conflito dos projetos dos liberais representantes da política educacional (tendo como expoentes Anísio Teixeira, Carneiro Leão e Fernando e Azevedo) e dos projetos dos conservadores representados por líderes católicos, sobressaindo-se Alceu de Amoroso Lima e Francisco Campes (MACHADO, 2009).

Com intervenção direta do Presidente Getúlio Vargas, a UDF foi instituída então por decreto, via gestão de Anísio Teixeira, havendo “certa vitória do projeto político dos liberais” (MACHADO, 2009, p. 129).

Em discurso de inauguração dos cursos da UDF, em 1935, Anísio Teixeira afirmava a necessidade de estabelecimento da relação entre universidade, cultura e aperfeiçoamento da sociedade na direção da superação das distorções presentes nas atividades intelectuais do país, principalmente o isolacionismo acadêmico. Para Anísio Teixeira, a universidade se constituiria como fonte de formação da identidade de um povo e do caráter nacional. Nada mais natural construir isto a partir da UDF, sediada no Rio de Janeiro, então capital do país, indiscutivelmente um dos grandes polos nacionais de irradiação cultural. Caberia à UDF contribuir no combate ao autodidatismo e ao isolamento intelectuais, constituindo-se em núcleo de formação do quadro intelectual do país, até aquele momento formado ao sabor do mais abandonado e mais precário autodidatismo (FÁVERO, 1989a:26) (MACHADO, 2009, p. 129-130).

Marieta Moraes Ferreira atenta para as mudanças ocorridas a partir de 1930, como a criação do Ministério de Educação e Saúde, já em novembro de 1930, inaugurando “uma nova fase para as políticas educacionais no país” (FERREIRA, 2012, p. 613). Segundo a autora, a UDF estava comprometida com o ensino público, laico e gratuito. Sendo escolhidos os melhores intelectuais do Brasil e alguns da França para compor o corpo docente. Entre eles, Josué de Castro, ministrando geografia humana. A seleção dos professores não era por concurso público e sim “nas redes de relações que os candidatos possuíam” (FERREIRA, 2013, p. 615), e na UDF:

[...] era clara a importância de laços com os educadores da Associação Brasileira de Educação, liderada por Anísio Teixeira, como via de acesso àquela universidade. Percebe-se também a presença marcante de nomes já com expressão intelectual e política na esfera nacional, como Afonso Arinos (história da civilização brasileira) e Gilberto Freyre (sociologia), bem como de um núcleo de professores oriundos do Colégio Pedro II, como Delgado de Carvalho (história contemporânea), Jayme Coelho (história da Antiguidade), Fernando Raja Gabaglia (geografia), Isnard Dantas Barreto (história medieval). A vinculação com o Colégio Pedro II funcionava como um passaporte de prestígio para garantir o acesso à universidade recém-criada. A presença dos professores Luís Camillo de Oliveira (história da civilização brasileira), Josué de Castro (geografia) e Vitor Leuzinger (geografia) também permite evidenciar o papel dos laços de amizade nos mecanismos de seleção. Luís Camillo foi trazido por Afonso Arinos; Eremildo Vianna e Sérgio Buarque foram indicados respectivamente por Eugène Albertini (história da Antiguidade) e Henri Hauser (história moderna e contemporânea); Josué de Castro e Vitor Leuzinger, por Pierre Deffontaines (FERREIRA, 2012, p. 615).

Assim sendo, a UDF foi pensada nessas propostas e implantada na capital do Brasil. Com apoio de grandes nomes da época, no corpo docente da UDF estavam intelectuais importantes que aderiam ao pensamento de Anísio Teixeira, como Josué de Castro, Carlos Delgado de Carvalho, Carlos Leão, Cândido Portinari, Cecília Meirelles, Heitor Villa-Lobos, Lúcio Costa. E do lado conservador, destacando-se Alceu de Amoroso Lima, que seguindo Machado (2009) foi um dos principais responsáveis pela demissão de Anísio Teixeira do cargo

de Diretor de Instrução, quatro meses após a inauguração da UDF e, posteriormente, da incorporação da UDF à Universidade do Brasil (MACHADO, 2009).

I.1.2. Contexto da Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF)

Raja Gabaglia, Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser foram “os mentores do Curso Superior Livre de Geografia, criado no Rio de Janeiro em 1926” (ADAS, 2007, p. 12). Segundo Adas (2007):

[...] Os esforços desses homens estavam voltados para a defesa e o impulso do processo de modernização do ensino, em que se buscava estabelecer um perfil mais científico para a educação. Isso significou a queda-de-braço contra os moldes da Geografia até então praticada e ensinada, basicamente assentados na descrição e na nomenclatura, de forte caráter mnemônico. O objetivo perseguido consistiu em dotar a disciplina de um rumo mais analítico, realçando as relações entre os fenômenos com a introdução de novos temas. Por intermédio dessas mudanças, os articuladores do Curso Superior Livre de Geografia buscavam colocar seu campo de conhecimento à altura das transformações pelas quais o país passava, minimizando o sentido memorizante e de nominata dos estudos geográficos até então vigente e divulgado, substituindo-o por uma abordagem mais científica. [...] (ADAS, 2007, p. 12).

Vemos, pois, que a Geografia se organiza para influenciar as esferas educacionais, políticas, econômicas, sociais, culturais etc. do Brasil. E é nesse contexto que Josué de Castro está inserido, mesmo porque é no Rio de Janeiro que ele atuou, tanto na administração pública (Governo Vargas), quanto na Universidade, como docente, posição esta que já exercera em Pernambuco.

A UDF, então, foi criada em 1935, após a promulgação da terceira Constituição brasileira, a de 1934¹⁵, e em 1939 viria a ser fechada e incorporada à Universidade do Brasil, esta organizada pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, e tornada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1965.

Machado (2009) afirma que os intelectuais que constituíram o grupo inicial da

¹⁵ O Brasil teve ao total sete Constituições, considerando a última, de 1988. Sua primeira Constituição promulgada depois da Independência do Brasil em 1822, isto é, em 1824, no Brasil Império; seguida da Constituição da República Velha, em 1891; e no Governo de Getúlio Vargas tivemos a promulgação de duas Constituições: a de 1934, ainda no período democrático do Governo Vargas, e a de 1937, na instauração do Estado Novo. Assim elas estão organizadas, desde a primeira até a última:

I Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824;
 II Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891;
 III Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934;
 IV Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937;
 V Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946;
 VI Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967; e
 VII Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. (LEITÃO, 2009, p. 12, nota 12).

comunidade científica de geografia, que contribuíram para a formação da UDF, em 1935, e da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB), esta organizada pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, foram Pierre Deffontaines, Josué de Castro, Hilgard Sternberg, Francis Ruellan, Fernando Antônio Raja Gabaglia e Carlos Delgado de Carvalho que, mesmo atuando em direções diferenciadas, compartilharam na Geografia o grande projeto de “implantar e difundir a geografia moderna no Brasil, utilizando-a na busca do conhecimento da realidade territorial brasileira, à época extremamente carente de investigações, conhecimento fundamental para a montagem da tão aclamada identidade nacional” (MACHADO, 2009, p. 138).

Apesar da efêmera existência de quatro anos, de 1935 a 1939, a UDF foi como um “viveiro de capacidade intelectual do Brasil” (MACHADO, 2009, p.134).

Adas (2007) chama atenção que o curso de Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF) “foi iniciado no ritmo da supressão crescente das liberdades políticas” (ADAS, 2007, p. 20). Além da UDF, a Universidade de São Paulo (USP) também tem presente a ideologia para alicerçar um padrão identitário nacional, sendo “um denominador comum entre governo e educadores progressistas e católicos, todos envolvidos em lastro de intenso ‘patricismo’ em matéria de cultura” (Idem, p. 21), diante da necessidade de se fazer planos e “propostas de desenvolvimento e de construção nacional, sob a coordenação ascendente do governo federal [...] que apontava para a ampliação dos serviços públicos federais” (Idem, p. 22).

Os membros fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 17 de setembro de 1934, foram Caio Prado Jr., Luiz Flores de Moraes Rego, Pierre Deffontaines e Rubens Borba de Moraes. Outras instituições da Geografia foram fundadas, como o Conselho Nacional de Geografia (CNG) em 24 de março de 1937, implantado no Conselho Nacional de Estatística (CNE), criado em 1934. E que passaram a integrar um único órgão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, autarquia subordinada à Presidência da República (CARVALHO, 2007, p. 55).

Trilhando esse percurso nasceu e desenvolveu-se a Geografia no Brasil. Porém, dentro dessa trajetória convém não olvidar a contribuição de grandes mestres brasileiros, a exemplo de Arthur Ramos, Alberto Lamego, Victor Ribeiro Leuzinger e Josué de Castro, dentre outros, que tiveram significativa importância nesse processo. Não por acaso, ao esboçar uma periodização do pensamento geográfico brasileiro, no interstício entre 1946 e 1964, ressalta Dias (1989, p. 197) “não saberíamos como esclarecer esta passagem sem destacar a contribuição original de Josué de Castro” (CARVALHO, 2007, p. 56).

Vejamos a biografia e as obras de Josué de Castro para entendermos a Geografia acadêmica no Rio de Janeiro, da qual Josué de Castro faz parte. Por isso voltaremos a ela na

seção I.3. Mas conheçamos primeiro a trajetória do nosso pernambucano.

I.2. Biografia e obras

Filho único do proprietário de terras em Cabaceiras, Paraíba, Manuel Apolônio de Castro (filho de João Evangelista de Castro e Izabel Victorina de Castro), e de Josepha Barbosa de Castro (filha de Francisco Carneiro da Silva e Florentina de Barros da Silva), conhecida como “Dona Moça”, Josué Apolônio de Castro nasceu no Recife no dia 5 de setembro de 1908 (GASPAR, 2009; CARVALHO, 2007), de uma família de classe média de origem sertaneja (ANDRADE, 1997). Segundo Josué de Castro “Sou filho de Manoel Apolônio de Castro e de Josefa Carneiro de Castro. Meu pai era homem pobre, da Paraíba, Cabaceiras, o lugar mais seco do Nordeste. Mamãe era professora” (Josué de Castro *apud* Anna Maria de Castro, s/d, p. 1). E morreu no exílio em Paris, no dia 24 de setembro de 1973.

Conforme Castro relata, ele nasceu numa rua que homenageava Joaquim Nabuco, o grande abolicionista dos escravos no Brasil Império. “A casa que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos, e siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, com os caranguejos, já com dois anos estava dentro dele” (CASTRO, 2001, p. 16 *apud* CARVALHO, 2007, p. 57).

Passou a infância às margens do Rio Capibaribe:

Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe, cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste: pelas terras cinzentas do Sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou da seca de 1877 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da Zona da Mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho (CASTRO, 2001, p. 18 *apud* CARVALHO, 2007, p. 57).

Esse contexto o fez observar a miséria, sobretudo das populações ribeirinhas do Recife. Na concepção de Castro, “os mangues do Capibaribe constituem o paraíso dos caranguejos, onde tudo é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que nela vive. [...]” (CARVALHO, 2007, p. 57).

Seu estudo superior, concluído em 1929, foi na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Conforme Schappo (2008) salienta, Josué de Castro foi para o México em 1929, presenciando “um dos maiores movimentos camponeses da história e que constituía a Revolução Mexicana, emergente na primeira década do século XX” (SCHAPPO, 2008, p. 22), que sucedeu a ditadura de Porfírio Díaz (1876-1911). Depois dessa

experiência, estagiou por quatro meses nos Estados Unidos.

Ao voltar para o Recife, como médico, Josué encontrou um período conturbado, devido à Revolução de 1930. Schappo (2008) afirma que, as ligações políticas que Josué tinha até então, sucumbiram com a Revolução de 1930. E sua alternativa foi abrir uma clínica de nutrição.

Segundo Schappo (2008), Josué esteve próximo a pessoas como Gilberto Freyre, Nelson Chaves, José Américo de Almeida, Ricardo de José Lins do Rego, Jorge Amado, Raquel de Queiroz:

[...] Se com Gilberto Freyre as aproximações condizem com a construção da nacionalidade, da identidade nacional e com um pensamento que se opunha aos preconceitos de ordem racial, com os romancistas sociais nordestinos, chamados de Geração de 30, além destas aproximações, enfatiza-se ainda o desvendamento das desigualdades sociais entre a casa grande e a senzala, a questão agrária e o processo perverso de modernização para os trabalhadores no meio rural e urbano (SCHAPPO, 2008, p. 26).

Em 1932, Josué tornou-se livre-docente em Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife e em 1933, participou do grupo que idealizou e fundou a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife.

Sobre a vida acadêmica de Josué de Castro, sobretudo de docente, Carvalho (2007) chama atenção para a fundação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, em 22 de setembro de 1933, da qual Josué de Castro:

[...] foi vice-diretor e professor de Antropogeografia Social, que na sua concepção consistia numa introdução geográfica à História e à Sociologia. Na elaboração do conteúdo programático da disciplina optou por dividi-la em três partes: (1) influências geográficas: a vida e o meio exterior; o homem e o meio físico. Geografia Humana, morfologia social: meio físico e organização social. Evolução humana e evolução histórica; (2) estudo dos meios naturais. Fatores telúricos e climáticos. O clima e a aclimação humana. Fatores fisiológicos e teoria da aclimação; (3) estudo das raças, dos povos, gênero de vida. Hábitos e costumes, organização econômica, a cidade e o campo. Certamente esse foi seu primeiro contato com a Geografia na condição de docente (CARVALHO, 2007, p. 63).

A importância da criação da Faculdade de Filosofia para Josué de Castro se refere sobretudo ao que Carvalho (2007) reconhece ser a inspiração no modelo europeu, pois Josué:

[...] via na criação da Faculdade de Filosofia o ponto de partida para criação de uma universidade, ainda inexistente no país naquele momento¹⁶ [em 1933]. Partia do

¹⁶ Numa entrevista concedida ao jornal O Estado, José de Castro afirmara sobre a natureza teórica que a nova Faculdade poderia apresentar: “É bem verdade que há quem julgue inúteis essas escolas chamadas de teóricas, alegando nos faltarem técnicos e que o Brasil vive cheio de cientistas teóricos, absolutamente desnecessários. Mas é um engano, é preciso não confundir erudição com verdadeira cultura. Não nos faltam apenas técnicos, mas também elementos como cultura teórica bem formada. Esses nos são ainda mais indispensáveis, porque fazer as cousas é muito mais fácil – o difícil é fazê-las e compará-las com espírito rigorosamente científico. E esse espírito só se forma com uma larga cultura viva, com o conhecimento direto dos fenômenos naturais, do campo sociológico – pela investigação e comparação dos problemas sociais” (O ESTADO, 24/09/1933 *apud* CARVALHO, 2007, p. 63).

entendimento que em grandes centros culturais, a exemplo da Rússia, Alemanha e Estados Unidos, as Universidades giravam em torno da Escola de Filosofia (CARVALHO, 2007, p. 63).

Também sua preocupação com a qualidade nutricional foi tanta que, juntamente com Cecília Meireles, Josué de Castro passa a escrever uma cartilha para o público infantil, difundindo hábitos alimentares saudáveis. A proposta dele era esclarecer e disseminar conhecimentos sobre alimentação, via educação alimentar e nutricional. Na introdução da cartilha, os autores escreveram:

[...] o tipo de alimentação de cada indivíduo é o resultado de hábitos que, uma vez adquiridos, dificilmente se modificam na idade adulta. Pouca influência têm os conselhos científicos dados no meio da vida, por mais sugestivo que sejam: são tentativas tardias, porque a resistência do hábito inconsciente é bem mais forte do que a lógica da ciência e que a própria força de vontade a serviço dessa lógica. [...] Esquece-se que comer não basta, que é preciso ficar-se alimentado. E a alimentação é coisa muito mais complicada do que se pensa. Um desses problemas é o da educação – de que depende a formação dos hábitos (CASTRO e MEIRELES, 1996 *apud* NASCIMENTO, 2012a, p. 608).

Conforme sua filha informa, Josué de Castro chegou à nutrição por acaso. Segundo ele mesmo:

“Eu, na realidade, queria ser psiquiatra, mas o Ulhôa Cintra (outro médico) tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um, e resolvi fazer nutrição. Apenas um livro, ‘O tratado de UMBER’, figurava na minha biblioteca. As doenças da nutrição eram cinco, na época: obesidade, magreza, diabete, gota e reumatismo. Como era coisa nova, consegui ter uma boa clientela, apesar de minha cara de menino, que às vezes assustava os clientes” (Josué de Castro *apud* Anna Maria de Castro, s/d, p. 1).

No seu trabalho numa grande fábrica como médico, pôde avaliar as consequências da fome, verificando que os doentes não tinham doença definida e que não podiam trabalhar. Acusados de preguiça, esses trabalhadores sofriam do mal da fome. E quando Josué de Castro disse: “Sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los, porque sou médico, e não diretor daqui. A doença desta gente é fome”. Foi quando Josué foi demitido e compreendeu que a fome é um problema social e geográfico. “Era um problema mundial, um drama universal” (Josué de Castro *apud* Anna Maria de Castro, s/d, p. 1).

Dedicando-se à especialidade de fisiologista, introduziu tratamentos endocrinológicos. Paralelamente ao exercício da medicina, Josué de Castro ingressou como professor na Faculdade de Medicina, recém-fundada pelo famoso médico Otávio de Freitas, defendendo a tese para livre-docente intitulada “O problema fisiológico na alimentação” (ANDRADE, 1997, p. 172). “[...] Escritor, Cientista e Professor Universitário, foi o pioneiro no Brasil dos estudos sobre os problemas de alimentação e nutrição, tendo realizado em 1932 o primeiro inquérito social levado a efeito no país para apurar as condições de vida do nosso povo” (CASTRO, 1968, p. 179).

E como Anna Maria de Castro afirma:

É com o Inquérito Sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Recife, realizado em 1932 por Josué de Castro, que, pela primeira vez, são estabelecidas relações diretas entre a produtividade do trabalhador e sua alimentação, bem como são examinadas suas condições de vida, seu tipo de moradia, seu salário. Este trabalho pioneiro é, sem dúvida, um divisor de águas para a história da nutrição no Brasil. A partir da publicação do inquérito, já era possível identificar nos jornais notícias sobre o assunto. Falava-se em vitaminas, fósforos, cálcio, ferro; discute-se o que se denominou “alimentação racional do povo” (CASTRO, s/d, p. 1).

Em 1934, Josué de Castro casou-se com Glauce Rego Pinto, que fora Miss Pernambuco em 1930 e sua aluna, e seria sua única mulher, a senhora Glauce do Rego de Castro, com quem teve seus três filhos: o economista Josué Fernando de Castro, a socióloga Anna Maria de Castro e a geógrafa Sonia de Castro.

Figura 1: Glauce e Josué de Castro



Fonte: PROJETO MEMÓRIAS JOSUÉ DE CASTRO, 2004. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/verbetes/glauce.htm>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Apesar do período agitado no Recife na época de Josué de Castro, o médico dedicava-se às pesquisas sobre as condições de vida do operariado pernambucano, não se envolvendo politicamente nessa conturbada conjuntura. Desenvolveu o trabalho pelo Departamento de Saúde Pública do Estado, dando origem a um ensaio sobre “As condições de vida das classes

operárias no Recife”, publicado no Rio de Janeiro, em 1935, pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (ANDRADE, 1997, p. 172-173).

Mesmo fazendo referências às habitações (mocambos edificadas em palafitas, sobre os rios onde se desenvolviam os manguezais, casas construídas com palhas de coqueiro, pedaços de papelão prensado, folhas de flandres ou feitas de taipa, cobertas por folhas), Josué de Castro não discutiu se eram ecológicas ou condenáveis. O autor destacou prioritariamente o problema da fome (ANDRADE, 1997):

[...] salientando a tese que desenvolveria posteriormente em livros, sobre o problema não ser apenas fenômeno biológico, mas sobretudo econômico e social. Não era o homem que procurava não comer ou comer mal, mas o sistema econômico que, para privilegiar os controladores dos meios de produção, pagava à classe operária salários insuficientes ao atendimento do mínimo de suas necessidades.

Numa época em que se atribuía o atraso e a pobreza às origens climáticas e étnicas, ele afirmava serem tais estigmas causados por razões sociais, estruturas impostas à sociedade. O ensaio seria publicado em 1936, no livro *Alimentação e raça*, no qual foi incluído um apêndice a respeito de inquérito sobre as condições do trabalho agrícola no Brasil, demonstrando a preocupação com os habitantes do campo, ampliando desse modo a gama de suas preocupações, passando do Recife para o Brasil (ANDRADE, 1997, p. 173).

Importante aqui esse último parágrafo supracitado, porque como veremos no capítulo III, muitos estudos estavam atrelados às características climáticas, étnicas, à visão eurocêntrica de povos civilizados etc. E foi Josué de Castro que observara a questão da pobreza, da má alimentação, impactando o desempenho, a saúde e outras capacidades dos humanos, como, por exemplo, do grupo que ele analisou numa fábrica.

Saindo de Pernambuco em 1935 para retornar ao Rio de Janeiro, à época capital do Brasil, assumiu uma Cadeira na Universidade do Distrito Federal (UDF), organizada pelo educador Anísio Teixeira. Josué de Castro ainda não teria assumido militância política bem definida, apesar de sua aproximação a grupos de esquerda (ANDRADE, 1997). Schappo (2008) atribui essa saída de Pernambuco ao impacto que seu conto **O Ciclo do Caranguejo**, escrito em 1935, causou em seu estado natal, devido às denúncias socioeconômicas nele contidas.

Abriu um consultório em 1936 e ingressou como professor de Antropologia na UDF a convite do Reitor Azevedo do Amaral. Schappo (2008) diferencia as universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro:

[...] Enquanto em São Paulo a *intelligentsia* se organizava em um departamento universitário, visando muito mais influir decisivamente no circuito da opinião pública e da sociedade civil do que se instituir, seja no Estado ou nos partidos, como ator direto do processo de transformação social, no Rio de Janeiro, os intelectuais denominados por Werneck Vianna de *intérpretes do moderno e da modernização* localizam-se em posições chave no Estado, assumindo a representação em geral de tais temas, privilegiando o papel do Estado na mudança social e os modelos de

interpretação desenvolvimentistas (SCHAPPO, 2008, p. 29).

Assim, no Rio de Janeiro, para efetivar o ideal universitário, os melhores intelectuais modernizantes do país, com contribuição seminal de professores estrangeiros, compõem “o plantel nacional na área de ciências sociais, letras e artes” (ALMEIDA, 1989, p. 196 *apud* SCHAPPO, 2008, p. 29). Maria Hermínia Tavares de Almeida (1989) destaca nomes como Afonso Arinos de Mello Franco, Álvaro Vieira Pinto, Arnaldo Estrela, Arthur Ramos, Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Lourenço Filho, Mário Casasanta, Mário de Andrade, entre outros, ao lado de Josué e Castro.

Então a cultura política no então Distrito Federal favorecia “a emergência de uma *intelligentsia* que adotava uma perspectiva de modernização e de reformas ‘por cima’, privilegiando o papel do Estado na ‘mudança social provocada’. A modernização induzida pelo Estado provocaria uma transformação da sociedade” (SCHAPPO, 2008, p. 29-30). Assim, a *intelligentsia* mannheimiana¹⁷ adotada geralmente provia a representação dos temas da modernização e da mudança social intervindo diretamente como estrato social na vida pública.

[...] Como afirma Werneck Vianna, a Sociologia, nesta perspectiva revelada no pensamento de Josué e emergente no Rio de Janeiro, seria um recurso científico de uma *intelligentsia* que se inscreve diretamente na vida pública em nome da luta pela mudança social. O desenvolvimento não seria um processo espontâneo devido à incapacidade dos interesses em ação na sociedade civil para superar os impasses à modernização. Para tanto, seria necessária uma *intelligentsia* influente na agência estatal para que a partir dos seus diagnósticos apontasse com precisão quais os obstáculos para superação do atraso e do subdesenvolvimento e se chegar a uma nação moderna (SCHAPPO, 2008, p. 30-31).

Assim, Schappo (2008) afirma que a proposta da Sociologia “é interventiva, assumindo a representação em geral da sociedade, em nome da erradicação do atraso e orientada pelos problemas macroestruturais” (SCHAPPO, 2008, p. 31). E prossegue:

[...] Esta visão de intelectuais como intérpretes da sociedade, bem como o papel que eles desempenham na superação do atraso, perpassa o pensamento de Josué de Castro. Primeiramente, Castro observa no Estado o grande responsável pela mudança social, [...] o autor ressalta também o papel dos intelectuais na formação da consciência coletiva, em que o povo seria um dos grandes atores do processo de “revolução social”.

¹⁷ A nota 35 da página 30 contém a seguinte constatação:

“Josué aproxima-se da concepção de Mannheim no que se refere à possibilidade de um grupo de intelectuais voltar-se para os interesses gerais da sociedade, o que não significa que estes intelectuais estejam completamente alheios às relações de classe. Segundo Mannheim a *intelligentsia* representa um agregado situado entre e não acima das classes. Seus membros podem ou não terem uma orientação particular de classe ou de partido, mas acima destas orientações eles estarão preparados para encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não apenas de uma. ‘Dissemos que ele está equipado para encarar os problemas de sua época a partir de mais de uma única perspectiva, ainda que em diferentes casos ele possa atuar como partidário e alinhar-se como uma classe. Seu equipamento adquirido torna-o mais instável que os outros. O membro da *intelligentsia* pode mais facilmente mudar seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado num lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa. Essa propensão pode ocasionalmente entrar em conflito com os interesses de classe da mesma pessoa’ MANNHEIM, Karl. Sociologia da cultura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 81” (SCHAPPO, 2008, p. 30).

Neste último período, aparece mais claramente a influência de Jean Paul Sartre na concepção de Josué sobre o papel dos intelectuais.

A crença de Josué de Castro na necessidade de “homens espiritualmente capazes” para a concretização de um governo eficiente encontra-se explicitada no artigo *Ensino Universitário*, publicado em 15 de junho de 1935 sob o clima intelectual de criação da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Nesse escrito, Josué argumenta que as revoluções sociais nos impõem sempre não apenas novos problemas de economia e de política, mas também novos problemas de cultura. Seria imprescindível que o país armazenasse conhecimentos e sistematizasse as suas forças de pensamento e de vontade. O ensino universitário, que até então se situava à margem de incentivos no país, teria esse papel. Josué deixa claro que não se refere ao ensino técnico-universitário, este seria uma imagem deturpada da verdadeira finalidade do ensino universitário (SCHAPPO, 2008, p. 31).

Josué de Castro aproximou-se do presidente da República, Getúlio Vargas, quando chefiou o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), organizou e dirigiu o Serviço Central de Alimentação (SCA), que originou o Serviço de Alimento da Previdência Social (SAPS), e também, foi vice-diretor da Comissão Nacional de Bem-Estar Social e integrou a Comissão Nacional de Reforma Agrária. Ademais, representou o Brasil em importantes fóruns de debates e em “planejamento de políticas alimentares, integrou e dirigiu entidades e associações [...]. Os resultados exitosos, concederam-lhe as prerrogativas de principal autoridade, seja do saber, seja da política da alimentação no país e reconhecimento internacional” (CARVALHO, 2007, p. 65-66).

Acrescenta-se o contexto histórico da época deles, de Josué e de Vargas. Como muito bem afirma Amorim (2016) sobre a configuração do Estado nacional brasileiro:

Entre as décadas de 1930 e 1960, o Estado brasileiro passou por um processo de constituição por meio do nacional-estatismo. Essa cultura política foi marcada por um Estado controlador e intervencionista que produziu políticas públicas desenvolvimentistas e regulou o mercado. A formação de uma aliança entre Estado, empresários e trabalhadores foi a base de sustentação desse modelo. [...]

A formação desse modelo de Estado no Brasil, propiciou o engajamento de muitos intelectuais que se inseriram em projetos políticos e estatais. Josué de Castro, durante o primeiro e o segundo governo de Getúlio Vargas participou de políticas públicas ligadas ao setor da alimentação e da nutrição. Posteriormente, no governo de Juscelino Kubitschek, como deputado federal, defendeu a reforma agrária, e a criação da SUDENE. Durante o governo João Goulart, se tornou embaixador do Brasil em Genebra. Nesse sentido, acredito que Josué de Castro foi se construindo enquanto intelectual e político, por meio do engajamento aos projetos do Estado nacional-estatista no Brasil. A partir do golpe civil-militar de 1964, o Estado brasileiro rompeu com esse modelo e as ideias e práticas políticas de Josué de Castro não tiveram mais lugar na configuração política que se apresentou. [...] (AMORIM, 2016, p. 21).

Para Anna Maria de Castro, a história das políticas públicas alimentares se confunde com a própria história de seu pai, Josué de Castro. Em parceria com Cecília Meireles, Josué elaborou uma cartilha para difundir princípios de uma alimentação sana e adequada:

Em 1937, desejoso de difundir os princípios de uma alimentação adequada para a saúde, elaborou, juntamente com Cecília Meireles, uma cartilha para o público infantil, denominada ‘A Festa das Letras’, em que cada letra representa uma lição alimentar,

proporcionando, com todo o alfabeto, a variedade necessária ao equilíbrio fisiológico humano. Fruto de uma década em que trabalha incansavelmente, lança, em 1938, 'Fisiologia dos Tabus', uma aproximação com a Psicologia (seu antigo interesse) e com a Antropologia, sua cátedra na universidade. Sentindo necessidade de pôr em prática seus conhecimentos teóricos, funda a Sociedade Brasileira de Alimentação, em 1940, constituído de futuros dirigentes do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado em agosto do mesmo ano. Era uma criação do Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, para fazer frente a um decreto-Lei que estabelecia a obrigatoriedade de as empresas com mais de 500 empregados instalarem refeitórios para os trabalhadores (CASTRO, s/d, p. 2).

Ressaltando a instituição do salário mínimo, Mercês de Fátima dos Santos Silva e Everardo Duarte Nunes (2017) afirmam que os estudos de Josué de Castro, abordando a relação entre trabalho e alimentação, influenciaram a instituição do primeiro salário mínimo nacional (ACCIOLY, 2012).

Foi então criado o salário mínimo em todo o território brasileiro, no governo de Getúlio Vargas, mediante o Decreto nº 2.162, de maio de 1940 (CASTRO, s/d).

Além disso, não descarta das atitudes pioneiras, tão ao gosto de sua personalidade inquieta; é assim que, em 1941, participa da fundação dos "Arquivos Brasileiros de Nutrição", editados sob a responsabilidade do Serviço Técnico da Alimentação Nacional, em convênio com a *Nutrition Foundation*, de New York (CASTRO, s/d, p. 2).

Anísio Teixeira procurava implantar um sistema superior mais abrangente, que formasse mais pesquisadores e cientistas, deixando de ser apenas profissionalizante. Essa proposta universitária colidiu com os propósitos do governo Vargas, e em 1939 a UDF foi fechada e incorporada à Universidade do Brasil, onde Josué de Castro ocupou interinamente a Cátedra de Geografia Humana, efetivando-se em 1957 por concurso, defendendo a tese sobre os *Fatores de localização da cidade do Recife* (ANDRADE, 1997).

Josué de Castro, impressionado com o problema da fome, a princípio no Recife e em seguida no Brasil e no mundo, dirigiu seus estudos para a análise não apenas do problema da fome em si e de sua incidência sobre as pessoas mal alimentadas, mas das causas do problema e da ameaça que representava para a humanidade, das sequelas que deixava nas populações mal alimentadas, com repercussões na esperança de vida, na produção e no desenvolvimento intelectual do homem. Partiu para os estudos de Geografia, a fim de localizar as áreas de fome endêmicas no mundo, e as implicações provocadas pelas condições naturais e pela organização social. Preocupou-se também com os estudos da Sociologia e da Economia Política, que têm implicações acentuadas sobre o problema alimentar; daí a sua visão de totalidade do problema da fome e o norteamento dado tanto aos seus estudos quanto à ação política nos planos nacional e internacional (ANDRADE, 1997, p. 175).

Em 1938, obteve o título de Doutor em Filosofia pela Universidade do Brasil. Josué de Castro foi designado primeiro diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado no governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940, como organismo subordinado ao Ministério do Trabalho. Josué de Castro, além de professor de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, e de Nutrição e Alimentação no curso de pós-

graduação da Faculdade Nacional de Medicina, atuava como diretor do SAPS (ANDRADE, 1997, p. 176-177; SILVA, 1995, p. 88; SILVA, 2010, p. 406; EVANGELISTA, 2011; SILVA, 2014, p. 18).

Devido à Segunda Guerra Mundial, foi criada no Brasil, em 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), que tinha incluído o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), sendo o diretor Josué de Castro, responsável pelo abastecimento de alimentos. Josué de Castro torna-se diretor do STAN em 1943.

Nas palavras de Renato Carvalheira de Nascimento:

Em 1943, Josué de Castro torna-se diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão mediante o qual o governo federal coordenava todas as atividades relacionadas aos assuntos econômicos nacionais, criado a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial. Cabia ao STAN realizar pesquisas laboratoriais, experimentos, novos métodos de conservação de alimentos, enfim, voltava-se para a área de tecnologia alimentar.

No esforço de aperfeiçoar a indústria brasileira que poderia aproveitar aquele momento de desestruturação da economia dos países que participavam da Segunda Guerra mundial, principalmente da Europa, é criado em 1944, por iniciativa do STAN, o Instituto de Tecnologia Alimentar que terá um carinho e uma atenção especial de Josué de Castro.

Em 1945, o STAN é substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que Josué de Castro passa a dirigir até 1954. Era um órgão do Conselho Federal de Comércio Exterior que tratava de dar um caráter mais permanente às atividades iniciadas pelo STAN: educação alimentar e assistência à indústria nacional de alimentos, no tocante ao aperfeiçoamento de tecnologia alimentar também de base nacional (NASCIMENTO, 2012a, p. 609).

Importante salientar que o debate da segurança alimentar surge no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e intensifica-se após o término desta.

A segurança alimentar – depois recebe o termo nutricional – é temática presente de longa data na agenda pública, surgindo há quase 70 anos nos países europeus, como França, Alemanha, Inglaterra, Espanha e Itália, que durante a I e a II Guerras Mundiais, e no período entre guerras tiveram um abalo muito grande nos sistemas alimentares. Desde o período entre guerras, principalmente depois da II Guerra, esses países reduziram drasticamente os índices de desnutrição, fome e outros déficits nutricionais. [...] (NASCIMENTO, 2012b, p. 8).

E Carvalho (2007) atribui dois eventos que “marcaram excepcionalmente a trajetória de Josué de Castro [...] a implantação do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil [...] e sua atuação como Presidente do Conselho Executivo da FAO por dois mandatos consecutivos de 1952 a 1956” (CARVALHO, 2007, p. 66).

Assim, em 1951 Josué de Castro passa a integrar a ONU, onde realizou várias pesquisas experimentais, divulgando-as em publicações científicas e em vários livros, dando-lhe projeção mundial, culminando em sua “eleição em 1951 para o alto cargo de Presidente do Conselho da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, a FAO, e sua reeleição para o

mesmo cargo em 1953” (CASTRO, 1968, p. 179).

À frente da FAO Josué persistiu na luta no combate à fome e à desnutrição. No entanto viu frustrados os planos de alargar e concretizar os seus ideais em função dos preceitos que norteavam as ações da entidade, dentre os quais aqueles que preconizavam que para “a humanidade alimentar-se melhor seria suficiente, apenas, educar os agricultores e pescadores, fazendo-os seguir modernos métodos agrotécnicos” (Ritter, 1958: 26) ou, vê a questão alimentar como sendo estritamente um problema agrícola. Apesar das muitas tentativas, não conseguiu sensibilizar os governantes dos países desenvolvidos para instituir uma reserva internacional contra a fome, ou mesmo, uma campanha mundial de combate a este mal (CARVALHO, 2007, p. 66).

De volta ao Brasil, foi deputado federal por Pernambuco na década de 1950, reelegendo-se nas eleições seguintes, quando “fez dobradinha com Francisco Julião, líder das ligas camponesas e que se orgulhou de ter transferido votos para Josué de Castro” (NASCIMENTO, 2012a, p. 614).

[...] A partir dessa parceria, a questão agrária recebe uma maior atenção por parte de Josué de Castro que culminará na obra *Sete palmos de terra e um caixão*, em 1965, último livro do autor publicado no Brasil e uma obra de referência para quem se dedica à questão (NASCIMENTO, 2012a, p. 614)

Também se inicia na política dentro do PTB e ao longo desse período (entre os anos 30 e os anos 50) publica o que há de mais expressivo no conjunto da sua obra, desde “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, publicado em 1937, aos clássicos “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” em 1946 e 1951 respectivamente, onde delata as causas e efeitos de espectros como a miséria, o subdesenvolvimento, mas, sobretudo, a fome, a qual desmistificou e mostrou ao mundo como o fenômeno criado pelo homem e que o tem acompanhado desde os tempos mais remotos (CARVALHO, 2007, p. 66).

Importante porque, no Parlamento, nas legislaturas de 1955-1958 e 1959-1962, Josué de Castro defendia a reforma agrária para resolver o problema da fome, uma vez que observou sua adoção exitosa em países europeus e asiáticos, e a via como instrumento essencial para reversão da concentração fundiária que mantemos desde a colonização portuguesa. No primeiro mandato foi “o 7º deputado federal mais votado da coligação composta pelos partidos PTB, PST, PSD, PDC, PSP, PRP¹⁸” (MELO; NEVES, 2007, p. 56).

Voltando à sua atuação político-administrativa e intelectual, foi fundador e vice-Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, fundador e primeiro diretor do SAPS, Professor de Antropologia, de Geografia Humana no Brasil. Foi Delegado do Brasil em Conferências e Congressos Internacionais importantes, e foi professor Honorário de várias universidades estrangeiras, e membro Honorário de outras várias associações científicas em diferentes países, ganhador de prêmios importantes, além de ter sido indicado duas vezes ao

¹⁸ Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – 1945-1965; Partido Social Trabalhista (PST) – 1947-1965; Partido Social Democrático (PSD) – 1945-1965; Partido Democrata Cristão (PDC) – 1945-1965; Partido Social Progressista (PSP) – 1946-1965; e Partido de Representação Popular (PRP) – 1945-1965. Os partidos políticos foram extintos como Ato Institucional número 2 (AI-2), baixado pelo regime militar em 27 de outubro de 1965.

Prêmio Nobel.

Sobre seu ponto de vista político, Mercês de Fátima Silva afirma que a crítica de Josué de Castro se direcionava tanto ao corpo político de direita, que planejava o Golpe, quanto à classe intelectual de esquerda, mencionando: “Sou da esquerda, mas não tolero a ditadura. Por isso, nunca fui nem serei do Partido Comunista. Ditadura, nem do proletariado” (Castro, 1963 *apud* Silva, 1998, p. 114) (SILVA, 2016, p. 30-31).

Voltando à intelectualidade de Castro, a interdisciplinaridade é inerente à sua trajetória. Cleder Fontana em sua tese aborda a relação feita entre fome e questão ambiental, mas com maestria em demonstrar que, mesmo a fome sendo um fenômeno social, a questão ambiental se relaciona com ela. E obviamente a interdisciplinaridade está inserida nessa associação.

[...] Isso significa dizer que a própria superação da fome, para além de uma relação entre os homens, exige uma específica relação dos homens com a natureza. Desta forma, a superação da fome como fenômeno social é indissociável de uma questão ambiental, ou seja, os homens, enquanto natureza, ao se relacionarem, relacionam-se com a natureza, regulam-se socialmente, ao passo que regulam o metabolismo homem-natureza (FONTANA, 2014, p. 15).

Sobre a publicação de *Geografia da Fome* ser apenas em 1946, Amorim (2016) destaca:

No Brasil, o fim do Estado Novo e a tentativa de reconstrução da democracia significou um momento propício para o lançamento de um livro que promoveu uma denúncia sobre a condição de desnutrição em que a maior parcela da população brasileira vivia. Assim como muitos outros intelectuais que estiveram ligados ao Estado Novo, Josué de Castro não teria muita influência no recém-estabelecido Governo Dutra. O processo de construção da nação e do homem brasileiro, já não se constituía como prioridade. Seguindo uma tendência internacional do Pós-Guerra, a preocupação do Estado com os modelos de desenvolvimento passou a ser latente. Josué de Castro fará, posteriormente, a leitura dos novos movimentos e projetos políticos do Estado e adequará suas obras e posicionamentos a partir da noção de desenvolvimentismo dos anos 1950 (AMORIM, 2016, p. 121).

Importante que como vinculado ao governo Vargas, uma denúncia desse teor poderia ir de encontro com o presidente da república. E mostra o viés desenvolvimentista do Josué, pois atualiza suas obras, acompanhando o ideal desenvolvimentista, e suas mudanças.

A dimensão nacional do problema da fome no Brasil provocou impacto no recente processo de redemocratização. A opinião de Edison Carneiro, que é citado no prefácio de *Geografia da Fome* como um dos colaboradores, valoriza o esforço acadêmico empreendido, concedendo ao livro um estatuto inovador no âmbito do pensamento social brasileiro. Essa inovação se devia principalmente pela condição de ser uma obra propositiva no âmbito das políticas públicas de combate à fome, e humanista, pela preocupação com a dignidade humana (AMORIM, 2016, p. 139-140).

De acordo com Josué de Castro, para compreender o fenômeno da fome, o método geográfico é o único que lhe permite “estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos”. Enfatiza Castro que não se trata do “método descritivo

da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de la Blanche, Griffith Taylor e tantos outros” (CASTRO, 2008, p. 16).

E evidencia que sua *Geografia da Fome* não trata estritamente da fome em si, mas que contempla os aspectos biológicos, médicos e higiênicos, acrescentando-lhes os princípios geográficos, para delimitar, correlacionar os fenômenos naturais e culturais, permitindo verificar melhor o fenômeno da fome decorrente de fatores como localização, extensão, causalidade, correlação e unidade terrestre (CASTRO, 2008).

Assim, além do método geográfico, foram contemplados aspectos biológicos, higiênicos e médicos nessa sua análise do fenômeno da fome (endêmica e epidêmica), conforme destaca Vasconcelos (2008).

Ricardo Abramovay (2008) desenvolve a interdisciplinaridade presente em Josué de Castro e a necessidade dela para o entendimento e o combate à fome. O método geográfico presente em Josué de Castro tem como resultado uma sondagem de natureza ecológica, que busca compreender as ações e reações dos seres vivos em relação às influências do meio. Assim sendo, Abramovay afirma que Josué de Castro é um verdadeiro precursor da abordagem socioambiental dos problemas do século XXI:

[...] Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam do que o fenômeno da alimentação – o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais essas populações se organizam para satisfazer suas necessidades fundamentais em alimentos (CASTRO, 1980, p. 35 *apud* ABRAMOVAY, 2008, p. 2.705).

Sobre a interdisciplinaridade do Josué de Castro, Abramovay (2008) não apenas a enfatiza, mas sintetiza num parágrafo o que as ciências, sobretudo as humanas, negligenciaram no decorrer da história. Segundo ele:

As ciências sociais contemporâneas desenvolveram-se de costas para o mundo natural. O exemplo da economia é emblemático. No século XVIII, os fisiocratas identificavam o valor a uma propriedade física exclusiva da agricultura, o único setor, segundo François Quesnay, apto a realizar o milagre da multiplicação dos pães. A indústria só transforma o que já existe e que o comércio faz mudar de mãos. É só na agricultura que se cria riqueza legitimamente nova. Adam Smith, contemporâneo e admirador de Quesnay, ampliou seu quadro de análise fazendo do trabalho em geral – e não mais apenas da atividade agrícola – a base da formação do valor. E no século XIX, com a revolução marginalista, o valor separa-se totalmente de sua base física e natural. Emancipa-se da natureza e do próprio gasto humano de energia (o trabalho) adquirindo conotação subjetiva, ligada à maneira como os indivíduos fazem escolhas. Nos clássicos da sociologia a distância do mundo natural também é nítida. Para Durkheim, o social explica o social. Max Weber fazia questão de não confundir a sociologia com a psicologia: embora o sociólogo tenha por missão compreender o sentido da ação social, isto em nada o remete ao mundo da natureza e muito menos da

própria “natureza humana”. As únicas vertentes das ciências sociais que, na primeira metade do século XX, se voltaram para o estudo integrado entre sociedade e natureza foram a antropologia e a ecologia humana. Não é casual, nesse sentido, que Josué de Castro tenha ocupado a cadeira de antropologia física em sua vida universitária (ABRAMOVAY, 2008, p. 2705).

E Abramovay (2008) atenta para duas dimensões na abordagem interdisciplinar de Josué de Castro: uma contemplando a biodiversidade e a outra, a reunificação da natureza à natureza orgânica do próprio ser humano, ligando sistemas sociais a sistemas ecológicos. Também, afirmando que a visão naturalista de Josué de Castro não é apenas um patrimônio da história das ciências sociais brasileiras, mas também:

[...] ele ajuda a enfrentar o mais importante desafio do pensamento contemporâneo: como transformar os padrões de produção e consumo tornando-os compatíveis com preceitos básicos de ética e equidade e, sobretudo, com a urgência de uma nova relação entre sociedade e natureza. Esse desafio vai muito além da formulação dos problemas alimentares e refere-se ao próprio cerne do processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2008, p. 2.708).

Fontana (2012) ressalta a necessidade da dialética entre o social e o natural e, para sua compreensão, é condição que haja “uma socialização da natureza, no presente, mesmo que indissociada da ação humana, em seus próprios movimentos de recomposição e a natureza humana, sobretudo, no que diz respeito a necessidades básicas como a alimentação” (FONTANA, 2012, p. 22-23). Para ele, conhecer a trajetória intelectual do Josué de Castro, que vem da medicina, para ir para a nutrição, a fisiologia e antropologia, chegando enfim à geografia é fundamental para compreender esse entrelaçamento das questões naturais e sociais. Por isso, Fontana (2014) faz uma metáfora apresentando a pintura *Retirantes* de Cândido Portinari, afirmando que:

O que Portinari expressou em forma de pintura, pode ser aproximado com o que Josué expôs tanto através da ciência, como da literatura. É o que se tenta demonstrar na continuação: a fome, o desespero da fuga, os corpos mirados e grotescos, enfim, a vida biológica e de todas as potencialidades humanas esvaindo-se. A partir do que se pode extrair da obra de Josué, manifestações da condição social no corpo e na vida de todas e todos (FONTANA, 2014, p. 59).

Além dessa interdisciplinaridade com as ciências, Fontana (2014) atenta para a conexão entre fome e arte realizada pelo próprio Josué de Castro. Josué fez questão de inserir algumas pinturas nas suas obras, para relatar a fome, como falaremos no decorrer, quando chegarmos ao que chamamos de trilogia da fome.

Acrescenta-se à arte, a literatura, como no romance escrito por Josué: *Homens e Caranguejos*, por exemplo.

Também apresentada na tese de Fontana (2014), a pintura de Cândido Portinari *Retirantes*, de 1944, que faz parte do acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis

Chateaubriand (MASP), é a representação fidedigna à realidade observada e vivenciada por Josué de Castro, além da observada por Graciliano Ramos, muito bem retratada em *Vidas Secas* (1938). Ademais, Ana Paula Kiffer¹⁹ (2008) faz um belo artigo relacionando o romance ficcional de Graciliano Ramos, que adota a verossimilhança na sua obra²⁰, à Geografia humana de Josué de Castro, que retrata a realidade dos retirantes, que são habitantes da parte seca da Região Nordeste, migrando em busca de alimentos e de melhores condições.

¹⁹ Sob o título de *Graciliano Ramos e Josué de Castro: um debate acerca da fome no Brasil*, Kiffer (2008) faz essa relação entre a literatura e a geografia humana sobre uma obra consagrada na literatura, *Vidas Secas*, do alagoano Graciliano Ramos, e dos escritos sobre a fome na Geografia humana do pernambucano Castro.

²⁰ Em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos retrata a migração retirante de Fabiano, Sinhá Vitória, os dois meninos, o papagaio e a Baleia (cadelinha da família) de forma brilhante. Além da falta de humanidade de Fabiano, que grunhia e desejava uma cama tal qual a do seu patrão... a falta de diálogo na família mostra o que a seca, as condições hostis do meio provocam na família em que os meninos não têm nome: é o menino mais velho, o menino mais novo. E condições hostis essas devido à pobreza socioeconômica e cultural que a condena. E a preocupação do autor alagoano em dar o nome de um mamífero oceânico à cadelinha, que caçava preás para alimentar a família é tocante. E quando ela falece, causa comoção, pois ao animal é dada a humanidade que fora tirada das pessoas que compõem a família pelas condições de miséria a ela imposta. Lembro-me da leitura em 1998 deste livro que ficou marcada na minha memória, e que despertou ainda mais um sentimento de lutar pelo fim da miséria que maltratou essa família fictícia, mas que maltratou e maltrata tantas outras famílias reais.

Figura 2: *Retirantes*, Cândido Portinari (1944)



Fonte: MASP, Disponível em: <<https://masp.org.br/acervo/obra/retirantes>>. Acesso em: 30 out. 2020.

Nas teses de Fontana (2014), Amorim (2016), na dissertação (2002) e na tese (2007) de Carvalho e em pesquisas realizadas por mim (pela internet) constam obras de Josué de Castro (em ordem cronológica), também mostrando parte de sua produtividade²¹ além do debate

²¹ Para quem desejar toda a bibliografia do autor, sugerimos consultar o livro coordenado por Tânia Elias Magno da Silva (2012), que consta das nossas referências. Ressaltamos que além das resenhas das principais obras de Josué de Castro, ele contém um levantamento bibliográfico detalhado, separado por: 1-Livros; 2-Publicações em coletâneas; 3-Estudos e publicações realizados em conjunto; 4-Artigos produzidos e/ou publicados: 4.1- em língua nacional, e 4.2-em idioma estrangeiro; 5-Poesias; 6-Conferências, manifestos e mensagens: 6.1- em língua nacional, e 6.2-em idioma estrangeiro; 7-Discursos, entrevistas, debates, declarações, reportagens: 7.1- em língua nacional, e 7.2-em idioma estrangeiro; 8-Entrevistas concedidas e/ou publicadas: 8.1- na língua nacional, e 8.2-em idioma estrangeiro; 9-Projetos e relatórios; e 10-Prefácios de livros.

exaustivo da, e sobre a, fome, mas inserindo-a no meio artístico, ou em documentários, que elucidam sua interdisciplinaridade e seu percurso. A seleção dessa bibliografia se encontra no Anexo I: produções bibliográficas de Josué de Castro.

Fontana (2014) afirma que além da preocupação médica, ou melhor, das ciências médicas, de Josué de Castro, temos a preocupação com a questão da qualidade da alimentação, considerando o consumo adequado de vitaminas e de sais minerais, partindo da alimentação individual, chegando à alimentação coletiva. Assim, o “estudo do problema da alimentação [...] aborda uma série de aspectos que transitam entre as ciências naturais e as ciências humanas” (FONTANA, 2014, p. 78).

Josué de Castro escreveu romance, fez questão de fotografar pessoas que sofriam com o flagelo da fome na *Geopolítica da Fome* (edição brasileira de 1965, por exemplo), para permitir maior compreensão das suas consequências, inclusive comparando duas crianças: uma nutrida e uma desnutrida, incluiu 12 ilustrações no seu *O Livro Negro da Fome* (1968), de Anna Kindynis, uma artista grega, que não tinham legenda, pois para Josué de Castro todas podiam ser intituladas “fome”. Isso porque a artista sofrera com a fome, tendo uma irmã morta pelo flagelo. Em suas palavras: “São ilustrações que em seu mutismo suficiente dispensam títulos ou legendas explicativas, porque na verdade todas elas carregam, bem visível em sua aparência, um único título: fome” (CASTRO, 1968, p. 8).

E Carvalho (2002) assim o apresenta: médico, nutricionista, cientista social e geógrafo. Além do lado ativista de Josué de Castro, enfatizando que “uma das características mais salientes da sua obra é a priorização da inter-relação entre o biológico e o social respaldada por um cabedal de disciplinas” contemplando tanto as fisiológicas e de nutrição, quanto a Geografia, a Sociologia, a “Antropologia, a Filosofia, a História, a Economia” ou, “a noção de Ecologia introduzida na análise da fome” (Magalhães, Op. Cit.: 50) (CARVALHO, 2002, p. 116).

Carvalho (2002) afirma que “o geógrafo buliçoso que denunciara que o capitalismo no seu bojo, dimanava bolsões de miséria, bem como a sua contribuição, ainda estão por ser resgatados à geografia” (CARVALHO, 2002, p. 137).

Helder Remigio de Amorim (2016) lembra que além de tudo que falamos da interdisciplinaridade do Josué, ele também foi professor, embaixador, deputado federal, intelectual, político, presidente do Conselho Consultivo da FAO, presidente do Centro Internacional de Desenvolvimento (CID), em Paris.

E além das contribuições no campo teórico-científico, em escala mundial, Josué de

Castro passou a integrar organismos internacionais de combate à fome, como a FAO, sem deixar de olhar para o próprio país, prova disso não são apenas os cargos políticos que ocupou, como deputado federal ou integrando o governo, sobretudo o de Getúlio Vargas, mas sendo a maior referência de políticas públicas de combate à fome no seu país. Cabe enfatizar aqui, como Amorim (2016) ressalta, no retorno de Getúlio Vargas à presidência (de 1951 a 1954). Josué de Castro, que não se elegera deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do presidente, nessas eleições de 1950, fora convidado a integrar mais uma vez o governo, no cargo de membro da Comissão Nacional de Alimentação (CNA):

Essa nomeação possibilitou que Josué de Castro continuasse transitando e inferindo nos debates sobre o tema da alimentação no âmbito estatal. A Comissão Nacional de Alimentação foi fundada ainda em 1945 e tinha como função definir a política nacional de alimentação, estimular pesquisas, realizar campanhas educativas, e aprimorar a indústria de alimentos desidratados. Mas, no segundo Governo Vargas essa comissão passou a ter um novo papel, de acordo com o decreto presidencial Nº 29.446 de 6 de abril de 1951 (AMORIM, 2016, p. 161-162).

Nesse decreto temos a ligação direta do Brasil, como país-membro da ONU, no seu artigo 1º consta que “Fica a Comissão Nacional de Alimentação investida nas funções de Comitê Nacional de Organização e Alimentação e Agricultura das Nações Unidas” (AMORIM, 2016, p. 162). Amorim ressalta que “Essa política da FAO se alinhava com o pensamento nacional-desenvolvimentista defendido por Vargas e pelo PTB, bem como com as teses defendidas por Josué de Castro em suas obras” (AMORIM, 2016, p. 163).

Sobre sua participação na FAO, o historiador afirma:

Josué de Castro atuou na presidência do conselho da FAO durante quatro anos, tendo sido eleito em 1952 e reeleito em 1954. As reuniões da FAO aconteciam semestralmente, não havendo a necessidade de Josué de Castro residir em Roma. Nessa fase a sua atuação no Brasil passou a ser mais incisiva no que concerne à articulação das ações da FAO que trouxessem soluções para o enfrentamento da fome no país. No entanto, grande parte dessas ações não passou da fase de cooperação técnica. Contudo, Josué de Castro passou a desenvolver trabalhos como a Campanha Nacional de Alimentação, fomentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela FAO, que englobou diversas outras políticas, que tiveram como foco principalmente o Programa Nacional de Merenda Escolar. Essas iniciativas estiveram ligadas a Comissão Nacional de Alimentação e a Comissão de Bem-Estar Social (AMORIM, 2016, p. 169).

Mas em meio à Guerra Fria, mais se pensava nos armamentos massivos do que no combate à fome, e Josué de Castro acreditava ser possível acabar com a fome se esses recursos fossem empregados na produção de alimentos:

Ao demonstrar frustração no desempenho da FAO no combate a fome no mundo, Josué propõe profanar as políticas alimentares então vigentes. A tentativa de criar um banco de alimentos para ser utilizado em momentos de crise alimentar, que seria abastecido pelas grandes potências, foi uma das suas principais propostas. Concomitantemente, Josué de Castro, no limiar dos debates, dos enfrentamentos, produz um efeito de verdade, por meio do seu discurso que pretendia justificar a

ineficácia das suas próprias ações. Por outro lado, no período em que Josué de Castro esteve à frente da FAO, passou a ser convidado por diversos países para proferir palestras, e a se comunicar diretamente com chefes de Estado de aproximadamente 68 nações. Com a notoriedade internacional produzida por meio do cargo, as obras de Castro foram publicadas nos mais variados idiomas (AMORIM, 2016, p. 170-171).

Assim, quando Josué de Castro passa a integrar a FAO, o interesse de Vargas pelas ações da FAO aumentou, criando-se no Rio de Janeiro um escritório regional da agência para América Latina. “As experiências de Josué de Castro durante o segundo governo Vargas no campo da alimentação, do bem-estar social e da questão agrária, tornaram-se importantes, sobretudo, em meio a um governo em crise” (AMORIM, 2016, p. 173).

A situação polarizada culminou no suicídio de Getúlio Vargas no dia 24 de agosto de 1954. Josué de Castro candidatou-se a deputado federal, vencendo as eleições, sendo reeleito no mandato seguinte. Foi então deputado federal pelo PTB de Pernambuco de 1955 a 1959 e de 1959 a 1962. Isso porque ele renunciou em 10 de outubro de 1962 para exercer o cargo de representante do Brasil junto aos Organismos das Nações Unidas, com sede em Genebra²².

E por sua bibliografia e contribuições à humanidade, Josué de Castro fora agraciado com o Prêmio Roosevelt da Academia de Ciências Políticas dos Estados Unidos, pelo livro *Geografia da Fome*, em 1952, foi agraciado com a Grande Medalha da Cidade de Paris, em 1953, foi indicado ao Prêmio Nobel em 1954, mas não ganhou, e foi agraciado pelo Prêmio Internacional da Paz, criado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1955, recebendo acusações de ser comunista por isso (AMORIM, 2016).

Ademais, teve divergências com Celso Furtado, importante economista, que não detalharemos aqui. Mas enquanto deputado federal, Josué defende a reforma agrária no Nordeste afirmando que seu problema “não era físico ou climático, mas sim agrário” (AMORIM, 2016, p. 220).

E durante seu exílio (de 1964, devido ao Golpe Civil-Militar, até sua morte, em 1973), Castro vivenciara um dos principais acontecimentos do século XX: a Rebelião de Maio de 68. Assim descreve o historiador:

[...] Os estudantes parisienses produziram um movimento de contestação da política, da economia, dos costumes tradicionais, mas, sobretudo, de luta pela liberdade. As palavras de ordem: “É proibido proibir!” ganharam as ruas do *Quartier Latin*, quando cerca de 20 mil estudantes seguiram em marcha, mobilizados contra a prisão de um grupo de universitários de Nanterre. A noite do dia 10 de maio de 1968 foi marcada pelo confronto entre os estudantes e a polícia: barricadas se formaram em um dos embates mais representativos da história da república francesa. Em alguns dias os protestos proliferaram, e deu-se início a uma greve geral que contou com a

²² Conforme informações da Câmara dos Deputados, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/130825/biografia>>. Acesso em: 16 nov. 2020

participação de 10 milhões de trabalhadores (AMORIM, 2016, p. 46).

Como uma das reivindicações dos estudantes parisienses era uma nova concepção de universidade que combatia o “academicismo francês e a hierarquia arcaica”, foi criado o Centro Universitário Experimental de Vincennes. “A Universidade passou a funcionar provisoriamente no *Bois de Vincennes* em um terreno do Ministério da Defesa, ao lado de um campo de tiro. As instalações foram construídas às pressas para entrar em funcionamento no ano letivo universitário de 1968-1969” (AMORIM, 2016, p. 59).

Essa nova Universidade foi, de fato, uma antítese da Sorbonne, tendo como princípio promover outros caminhos e abrir novas possibilidades de pesquisa. Vincennes adotou uma perspectiva pluridisciplinar e “recusou de início os programas tradicionais de preparação para concursos nacionais a fim de permitir a expansão de suas capacidades de pesquisa”. A Universidade de Vincennes se transformou em um centro de excelência e uma expressão da modernidade, do pensamento epistemológico e um lugar de referência para os estruturalistas. Essa Universidade foi principal refúgio dos contestadores do movimento de maio de 1968; os filósofos Michel Foucault e Pierre Kuentz, o linguista Jean-Claude Chevalier foram os professores pioneiros (AMORIM, 2016, p. 60).

E nosso Josué de Castro que tinha uma importância acadêmica no Brasil, passa a compor o corpo docente dessa Universidade:

Ainda em 1968, uma comissão composta por intelectuais como Roland Barthes, Jacques Derrida e Emmanuel Le Roy Ladurie, se encarregou da nomeação do conjunto do quadro docente, professores adjuntos e assistentes da Universidade. Josué de Castro se candidatou para uma vaga na disciplina de geografia humana e se tornou Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade de Vincennes (Paris VIII), a partir do mês de novembro de 1968. De acordo com o geógrafo Alain Bué, amigo e assistente de Josué de Castro: “a proposta interdisciplinar da universidade representou o reencontro com a sua própria trajetória de médico, nutrólogo, geógrafo e sociólogo” (AMORIM, 2016, p. 60).

Amorim (2016) afirma que em Vincennes Josué “pôde realizar experimentos interdisciplinares, utilizando os conhecimentos que adquiriu durante a sua trajetória, no trânsito por vários campos de saber. Participou das primeiras reuniões dos professores que formaram o curso de geografia daquela instituição” (AMORIM, 2016, p. 60), continuando a estudar “as condições de vida das camadas populares da Zona da Mata de Pernambuco e da cidade onde nasceu, o Recife. [...]” (AMORIM, 2016, p. 61).

Sua filha, Sônia de Castro, teve a oportunidade de ser estudante dessa universidade e aluna de Josué, pois tornou-se também geógrafa.

Como historiador, Amorim se preocupou em registrar a vida do Josué, também no seu exílio na França, contemplando a sua morte. Na sua tese, ele apresenta as notícias em Paris e no mundo, que davam atenção à morte do brasileiro. E nas reportagens póstumas:

[...] Josué de Castro é lembrado como um militante das causas humanitárias, especificamente do combate à desnutrição, como um autor reconhecido no mundo,

que por meio das suas obras, denunciou a fome como um instrumento de exploração dos homens contra os próprios homens. A imagem produzida pelo discurso jornalístico identifica Josué de Castro a partir do local de nascimento, pelo *status* dos títulos acadêmicos, pelas obras de circulação internacional, mas, principalmente, constrói a imagem de um homem que se engajou na luta contra a fome no mundo. [...] (AMORIM, 2016, p. 32).

No Brasil, sob o regime militar, a notícia da morte do Josué não tivera a importância recebida em Paris e no mundo. Assim Amorim descreve o setembro de 1973, quando faleceu nosso intelectual:

Em setembro de 1973, o Brasil vivia os chamados “anos de chumbo”, “o regime voltava a legitimar-se, reagrupando a ampla frente de forças de direita e de centro que sustentara a intervenção militar”. Nessa perspectiva, a ditadura civil-militar que ascendeu ao poder por meio do golpe de 1964 intensificou o combate aos movimentos sociais através da perseguição política e da tortura. A retórica da democracia proferida pelo regime foi reforçada pelos órgãos oficiais e pela censura. O milagre brasileiro já apresentava sinais de desgaste, mas havia cumprido o papel de beneficiar economicamente as altas e médias camadas da sociedade (AMORIM, 2016, p. 32).

E como constata o historiador a partir de suas pesquisas, uma parcela considerável dos periódicos brasileiros, ao contrário dos destaques à morte do Josué de Castro em jornais europeus, restringiu-se “a emitir pequenas notas sobre falecimento”. Isso porque o historiador atribui à censura, “às práticas de controle de informações implementadas pelos órgãos oficiais de censura” no Brasil “com diferentes objetivos, dentre os quais estavam: ‘garantir o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional’” (AMORIM, 2016, p. 35-36). E o pernambucano sofrera com isso.

Foram omitidas no Brasil “as razões que o levaram a viver o exílio em Paris e a cassação dos direitos políticos ocorrida em 1964” (AMORIM, 2016, p. 37). E não houve registro fotográfico da chegada do seu corpo. Ademais, o historiador revela que seu enterro no Cemitério São João Batista, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, fora vigiado.

Apesar da proibição de fotografar a chegada do corpo ao Aeroporto do Galeão, durante o enterro os fotógrafos do periódico *O Jornal* conseguiram realizar alguns registros. No entanto, aqueles que estiveram presentes “obedeciam às instruções dos agentes de segurança – que desde a noite de sexta-feira impediam o contato de familiares de Josué de Castro com a imprensa”. Entre os presentes que decidiram falar, se restringiram apenas a fazer breves comentários sobre a obra e a atuação de Josué de Castro em organismos internacionais. A partir dessas informações é importante pensar que mesmo depois de morto, o regime civil-militar considerava Josué de Castro e as suas ideias, livros e memórias, um verdadeiro perigo para a Segurança Nacional (AMORIM, 2016, p. 41).

Conforme seu filho Josué Fernando de Castro relata numa entrevista realizada no dia 8 de outubro de 2013:

Ele sempre achou que a cassação foi de uma injustiça enorme, se achava injustiçado, tinha sido cassado, não podia voltar para o país dele. Ele dizia: eu não sou comunista, tiraram assim o meu direito de ir e vir. Então ele sempre achou que foi um negócio muito duro. Mas eu dizia: claro, se tivesse de cassar tinham que cassar você mesmo, você estava envolvido no processo político, como você queria que não cassassem? Mas é difícil realmente você aceitar (AMORIM, 2016, p. 46).

E como Amorim (2016) também observa, seu exílio em Paris fora monitorado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Podemos constatar que Josué de Castro fora injustiçado, perseguido, exilado do Brasil, sem ter a chance de voltar para seu país natal ainda em vida. E mesmo na França foi vigiado, sem ter relações com acusações que recebeu, como seu envolvimento com comunismo, por exemplo.

1.3. Josué de Castro e a Escola francesa de Geografia

Antônio Alfredo Teles de Carvalho (2007) revela na sua tese de doutorado que Josué de Castro, significativamente influenciado pela Escola Francesa, concebe o método geográfico como o único meio capaz de contemplar toda a complexidade da fome. E os estudos do Josué de Castro estão mais concentrados no interstício de 1937 a 1954, apesar do médico e geógrafo ter introduzido a geografia da fome na história do pensamento geográfico no Brasil a partir de 1925.

Relatando o contexto histórico desse período, o Brasil mudara substancialmente com a implementação da República Vargasista, havendo a implantação da primeira universidade brasileira em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) e em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro. Em 1939 a UDF é incorporada à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Brasileira (FNFi/UB).

Temos a convivência de Josué de Castro com os mestres franceses que lecionaram na UDF e/ou na FNFi/UB, como André Gilbert, Francis Ruellan (1940-1956) e Deffontaines. Na UDF, Josué foi professor de 1935 a 1938 de Geografia Humana e na FNFi/UB foi professor catedrático interino de Geografia Humana entre 1940 e 1964, além do brasileiro Victor Ribeiro Leuzinger, como professor de Geografia Física (MACHADO, 2009).

Mas quem será o verdadeiro introdutor da escola francesa no Brasil, segundo Carvalho (2007), é Carlos Delgado de Carvalho, filho de brasileiros e nascido na França, fora um marco para a moderna geografia científica no Brasil.

A permanência desses mestres no país, mais a passagem menos duradoura ou simples visitas de outros tantos, a exemplo de Emmanuel de Martonne, Pierre Gourou e, mais adiante, Jean Tricart, Michel Rochefort e Jacqueline Beaujeu-Garnier, dimanou e difundiu no país uma geografia calcada na “orientação da Escola Francesa sob a égide lablachiana” (Monteiro, 1980, p. 14) que aqui predominou no decênio de 1930 até meados de 1950. Momento em que se realiza no Rio de Janeiro, o XVIII Congresso Internacional de Geografia sob os auspícios da União Geográfica Internacional – UGI. Onde já é possível perceber indícios de mudanças no que se refere ao paradigma vidalino (CARVALHO, 2007, p. 51).

Carvalho (2007) apresenta outras contribuições como a do alemão Leo Waibel, por exemplo. Mas é marcante a influência francesa.

Como já exposto anteriormente, Josué de Castro fora docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, inaugurada em 1933. Mas ele se muda para o Rio de Janeiro, ingressando na UDF.

Como Carvalho (2007) constata, na Geografia Clássica, a alimentação aparece como tema de destaque, especialmente em autores franceses ou vinculados à Escola Francesa. Cita Vidal de la Blache, mas de uma forma mais vinculada ao gênero de vida. Foi Max. Sorre que vê a Geografia da alimentação como capítulo inicial de toda a Geografia Humana.

E quando Josué de Castro se aproximou mais da Geografia para escrever suas obras sobre alimentação (na década de 1930) é que podemos ver a influência da Escola Francesa de Geografia, sobretudo da linha vidalina (CARVALHO, 2007).

[...] o que é perceptível na familiaridade demonstrada com autores como Emmanuel De Martonne, Jean Brunhes, Max. Sore, Pierre Deffontaines e Lucien Febvre em muitos dos seus trabalhos. À guisa de exemplo ancora-se em De Martonne, para espacializar o fenômeno a partir do conceito de geografia como ciência dos fenômenos físicos, biológicos e sociais distribuídos na superfície terrestre, suas causas e relações recíprocas, em Brunhes aprofunda a análise acerca dos gêneros de vida, ou mesmo Reclus, para falar em fome universal a partir de “*Nouvelle Géographie Universelle*” (CARVALHO, 2007, p. 85).

Como Carvalho (2007) observa, a influência da Escola Francesa não foi absoluta para Josué, pois ele também reconhecia Humboldt, Ritter e Ratzel.

E a visão do pernambucano do papel da Academia é revolucionária, pois seu discurso:

[...] versou sobre a “Função Social da Universidade”, destacando a dimensão humanista dessa instituição em detrimento ao tecnicismo. Para Josué de Castro, “as universidades, mais do que oficinas de sábios devem ser fábricas de Homens”. Nessa frase lembrou o filósofo Spinoza, mas, principalmente, o tempo em que vivia, em que estava na ordem do dia à reconstrução do homem que havia se despedaçado com os horrores da guerra. Josué de Castro também rememora os tempos de estudante de medicina na Bahia e o início da carreira docente no Rio de Janeiro (AMORIM, 2016, p. 105).

Carvalho (2007) organizou um quadro sinótico para melhor compreender os princípios geográficos em Josué nas suas obras da década de 1930:

Quadro 1: Princípios Geográficos

PRINCÍPIO	ENUNCIADO	FORMULADOR
Extensão	O geógrafo, ao estudar os fatores geográficos ou uma área, inicialmente deve buscar localizá-la e estabelecer os seus limites, usando mapas disponíveis e o conhecimento direto da área	Friedrich Ratzel
Analogia	Delimitada e observada uma área em estudo, não se deve prescindir de compará-la com o que se observa em outras áreas, estabelecendo as semelhanças e as diferenças existentes.	Karl Ritter
Causalidade	Observando os fatos, se deverá procurar as causas que os determinaram, estabelecendo relações de causa e efeito.	Alexander von Humboldt
Conexidade	Os fatores físicos e humanos, ao elaborarem as paisagens, não agiram separada e independentemente, havendo uma interpretação da ação dos vários fatores físicos entre si, bem como de ambos. No decorrer do processo, quaisquer fatores físicos ou humanos agem de forma isolada, <u>mas sempre se dá de forma integrada com outros fatores</u>	Jean Brunhes
Atividade	Refere-se ao dinamismo do fato geográfico, visto que o espaço geográfico está em contínua mudança, em face à constante ação dos vários fatores.	Jean Brunhes

Fonte: Antônio Alfredo Teles de Carvalho, 2007, p. 79.

Rui Ribeiro de Campos (2011) mostra um certo esquecimento de Josué de Castro na geografia nacional, possivelmente porque sua carreira não se resume à academia, pois ele assumira postos político-administrativos durante sua vida, o que não o impediu de ser o intelectual que se preocupava em propagar seus ideais e seus pensamentos, difundindo seus conhecimentos para seus alunos também.

1.4. Conclusões

A fome é um fenômeno geograficamente universal, a cuja ação nefasta nenhum continente escapa.
(Josué de Castro)

Admitimos a influência europeia de Josué de Castro, que começara seus estudos vendo alimentação e raça, assim como Max. Sorre. Contudo é preciso respeitar o momento histórico que eles estavam vivendo. E a Escola Francesa de Geografia tinha ainda uma justificativa colonizadora na consolidação das Ciências Humanas, separando-as da Filosofia, e que não fora imparcial. Pelo contrário!

Enfatizamos que o brasileiro muito contribuiu nas suas análises geográficas, devido ao contexto no qual estava inserido, além dos fatos que Josué de Castro presenciou/presenciava. Reconhecemos o intercâmbio de ideias, mas o Josué de Castro tem sua influência no tratamento

do fenômeno da fome.

Como Schappo (2008) observa, as produções de Josué de Castro contemplam o resgate da cultura nacional, as denúncias das más condições das pessoas, das desigualdades socioeconômicas, da fome, da pobreza, da questão fundiária, entre outras contribuições do médico no pensamento intelectual brasileiro.

Ademais, por um conservadorismo ou por uma falta de valorização do nacional, alguns geógrafos contemporâneos a Josué, e mesmo posteriores a ele, teimam em não o considerar um geógrafo, ainda por preconceitos que já foram superados mediante vários argumentos e estudos, inclusive de outros geógrafos, como Carvalho, por exemplo. E não o consideram do movimento crítico da Geografia, mesmo tendo dividido a mesma universidade com Yves Lacoste.

Compreendemos a missão de Josué de Castro na sua luta no combate à fome. Fazemos o uso da afirmação de Tânia Elias Magno da Silva (2012) que perfeitamente sintetiza o percurso do brasileiro como médico, escritor, geógrafo, sociólogo, diplomata, político,

Em sua trajetória de lutas tornou-se *escritor*, para narrar a fome e sua dor; *médico*, para entender os mecanismos biológicos da desnutrição e suas consequências; *geógrafo*, para mapear a distribuição da fome no Brasil e no mundo e tipificar as formas de fome que afligem os homens; *sociólogo*, para esclarecer como as consequências da fome afetam o homem comum, sua vivacidade e sua atividade produtiva; *diplomata*, para inscrever na agenda internacional a luta contra a fome e as causas dos países do terceiro mundo; por fim, como não poderia deixar de ser, *político*, para dar sentido a um combate visceral que não poderia restringir-se ao plano intelectual, mas que se fazia urgente no plano das ações do Estado e da sociedade civil (SILVA, 2012, p. 13).

Lembrando que a interdisciplinaridade é inerente ao Josué, até mesmo por sua trajetória, e para compreensão e difusão dos problemas da fome, que ultrapassam quaisquer análises limitadas, superficiais...

Que o contexto histórico no qual ele estava inserido contribuiu para a inclusão da fome no debate científico e das políticas públicas, seja no Brasil, com a Era Vargas (e posterior a ela), seja no mundo, com a criação da ONU, depois dos horrores da Segunda Guerra.

E que suas contribuições subsistem até hoje. Exemplos disso são a merenda escolar gratuita que temos nas escolas de ensino básico públicas do Brasil, e o Programa Fome Zero, implantado por Luiz Inácio Lula da Silva enquanto presidente da república, com o qual pela primeira vez o país saiu do Mapa da Fome da ONU, em 2014.

Josué de Castro também denunciou a maior responsabilidade das nações ricas no combate à fome, devido ao passado imperialista, e ao aumento constante do fosso da desigualdade sociais, sobretudo entre as nações ricas e pobres, sem esquecer da existência da

desigualdade socioeconômica também nas nações ricas.

Ressaltamos que Josué de Castro não apenas via o acesso a um salário mínimo necessário para aquisição de alimentos, mas também a questão fundiária, defendendo interesses dos pequenos agricultores e condenando o latifúndio agroexportador, herança da colonização.

Vejamos agora mais de perto a fome e a alimentação em Josué de Castro para entendermos melhor como nosso brasileiro impactou o Brasil e o mundo com seus estudos e suas constatações.

CAPÍTULO II: A ALIMENTAÇÃO E A FOME EM JOSUÉ DE CASTRO

O desenvolvimento humano só existirá se a sociedade civil afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade.
(Herbert de Souza, o Betinho)

Neste capítulo enfatizamos a alimentação e a fome em Josué de Castro, porque para chegar ao problema da fome, Josué de Castro começara seus estudos na alimentação (deficiente), e não por acaso ele consolidou o conceito de fome oculta, inexistente até então.

Expomos esse percurso e seus conceitos ao longo das cinco seções em que subdividimos o presente capítulo: na primeira, historiamos a trajetória de Josué de Castro, partindo da alimentação, chegando à fome; na segunda, focamos a trilogia da fome; na terceira seção, analisamos o dilema entre fome e miséria, apontada pelo pernambucano, que expressa a contraposição entre as ideias de Malthus e as de Josué de Castro; na quarta seção destacamos os tabus em Josué de Castro, importantes para compreender por que há fome e por que ela fora analisada mais devido ao meio do que às relações sociais; e a quinta seção apresenta as conclusões do capítulo.

II.1. A partir dos problemas alimentares, Josué de Castro chega à fome

Conforme Fontana (2014) observa, o ponto de partida da produção escrita do Josué de Castro sobre a alimentação é sua tese, de 1932, intitulada *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. E a partir da atenção a esse tema, houve progressiva inclusão do tema da fome nos estudos de Josué de Castro. A evolução dos seus estudos parte da sua abordagem do aspecto fisiológico da questão da alimentação, passando a relacionar o fenômeno biológico com vários aspectos sociais presentes na cultura brasileira. Dessa forma, a década de 1930 foi destinada ao estudo de Josué de Castro à alimentação (FONTANA, 2014).

Assim, além de *O problema fisiológico da alimentação no Brasil* em suas respectivas edições, *Alimentação e raça* (CASTRO, 1936) e *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* (CASTRO, 1937) compõem os principais registros de Josué de Castro, nos anos 1930, sobre o tema da alimentação. A estes, com um caráter empírico e em forma de estudo de caso, deve-se incluir os inquéritos realizados pelo autor, sobretudo, o estudo sobre as condições de vida da classe operária no Recife, publicado com o título de *O valor da alimentação – Estudo econômico das condições de vida das classes operárias no Recife* (CASTRO, 1935). Apesar do comportar objetivos bem diferentes dessas, *Fisiologia dos tabus* (CASTRO, 1941) e *A festa das letras* (MEIRELES; CASTRO, 1996) são publicações que também versam sobre o tema da alimentação (FONTANA, 2014, p. 65-66).

Aqui Fontana (2014) desperta para o deslocamento de Josué de Castro da questão da alimentação para o problema da fome, dizendo que nas suas três primeiras obras sobre alimentação, Josué atenta-se às necessidades de desenvolvimento dos indivíduos e do desempenho no trabalho, chegando à fixação de um padrão alimentar racional.

Esse padrão alimentar definido como racional considera uma alimentação adequada à combinação de hábitos alimentares e exercícios físicos (FONTANA, 2014).

Josué demarca a necessidade de encarar o problema da alimentação sob um ponto de vista científico. Isso não significa que restrinja o mesmo a uma área, antes pelo contrário, acautela que um trabalho sobre alimentação deve abranger os vários aspectos da questão, sendo o mesmo consideravelmente vasto, indo da culinária ao econômico, do higiênico ao moral, do social ao médico etc. De todo modo, isso não impede o autor de considerar que o mesmo “é antes de tudo e principalmente fisiológico” (CASTRO, 1939, p. 16) (FONTANA, 2014, p. 66).

E Josué então define o que é alimento, do ponto de vista biológico, isto é, sua definição não é fixa e varia com o desenvolvimento da ciência. Usando a noção de energia no estudo da alimentação, ou seja, a bioenergética, Castro rompe com a noção adotada até então: de que o alimento era “considerado ‘como simples trocas de matéria’, portanto ‘ideia de simples massas inertes, de função puramente plástica, servindo para a construção da matéria viva e para o reparo dos seus gastos e estragos materiais’”. Assim, sua noção de bioenergética faz brotar “‘a concepção do valor biológico do alimento, como fonte de energia’ e, a partir disso, ficou evidenciado que ‘todas as manifestações energéticas são retiradas dos alimentos pelo ser vivo’” (FONTANA, 2014, p. 67).

Castro (1936, 1937 e 1939) estuda a influência das vitaminas na alimentação, registrando ocorrências de doenças, quando as necessidades energéticas não eram atendidas, mas que essas “doenças de carências” eram curadas ou agravadas com mudanças no regime alimentar (FONTANA, 2014).

No seu conceito de alimentação racional, o regime alimentar racional deve ser suficiente, completo e harmônico (FONTANA, 2014). Sintetizemos a seguir três observações salientadas por Fontana (2014) nos três estudos de Josué de Castro na década de 1930:

- 1) “A alimentação não é apenas um processo interno, mas também resultado das condições do meio” (FONTANA, 2014; p. 69);
- 2) A nutrição é o total de processos por meio dos quais os seres vivos recebem e utilizam os materiais exteriores necessários à manutenção da vida. Na realidade, os fenômenos vitais não são efeitos de uma atividade puramente interna; são, ao contrário, resultantes da ação recíproca entre a matéria viva e o ambiente, donde as duas condições essenciais de vida, uma interna, que é a organização celular e outra externa, que é a existência de um meio conveniente (CASTRO, 1937, p. 31 *apud* FONTANA, 2014, p.

69);

3) “O tema alimentação descortina-se entre naturais e possibilidades econômicas, sempre considerando a necessidade de conhecimento para estabelecer um padrão alimentar coerente com ambos e com os hábitos alimentares locais” (FONTANA, 2014, p. 69-70).

Superando as “particularidades com a constituição dos biótipos, Josué preocupa-se com a alimentação enquanto possibilidade econômica. Abordando os cereais, analisa os três principais consumidos pelos brasileiros: o trigo, o milho e o arroz” (FONTANA, 2014, p. 75). E Josué afirma que a farinha de mandioca poderia substituir o trigo na alimentação do brasileiro, acrescentando ainda a batata-doce, o aipim (mandioca, macaxeira) e o inhame como capazes de substituir o trigo, buscando justamente orientar uma alimentação nutritiva, e barata, respeitando os hábitos e as tradições alimentares (FONTANA, 2014).

Buscando uma síntese do problema da alimentação, ao estabelecer uma alimentação racional, Josué considera como fundamental:

[...] i) para a regulação das questões econômicas e sociais tendo em vista a sua relação com a capacidade de trabalho dos indivíduos e ii) pelo conhecimento do consumo dos recursos naturais, pois estes são a base da qual depende a produção dos alimentos. A contribuição da fisiologia para a resolução do “problema” dá-se com a precisão que a mesma oferece do dispêndio de energia do metabolismo basal que, conforme defende o autor, possuem particularidades de acordo com as condições climáticas, em decorrência da temperatura e da umidade (FONTANA, 2014, p. 77).

Josué de Castro escreveu um livro recomendado pela editora Nestlé, *Fisiologia dos tabus* (CASTRO, 1939a), segundo o qual muitos tabus nos regimes alimentares eram criados para desencorajar os escravizados a consumir alguns alimentos. Um exemplo disso é a superstição, que perpassa gerações, de que ingerir manga com leite faz mal. Josué de Castro então afirma que uma das estratégias adotadas pelas famílias dos senhores de engenho para garantir o consumo de alimentos ricos em vitaminas e pouco cultivados (pois estávamos numa lógica de colônia de exploração, com monoculturas e visando sempre à exportação) consistia em impor interdições alimentícias às pessoas escravizadas, sobretudo de produtos lácteos.

A alimentação do povo brasileiro é objeto de análise detalhada de Josué de Castro, em *Geografia da Fome*, ressaltando não apenas o que predominava em cada regime alimentar, mas o que faltava, inserindo o conceito da fome oculta, de que tratamos na próxima seção, referido à subdivisão do território brasileiro em cinco diferentes áreas alimentares assim caracterizadas: 1) Amazônia; 2) Mata do Nordeste; 3) Sertão do Nordeste; 4) Centro-Oeste; e 5) Extremo Sul. Dentre elas, considerando o conceito adotado, as áreas Amazônica e da Mata e do Sertão Nordestinos são nitidamente áreas da fome.

Josué Castro, compreendendo a extensão territorial do Brasil, com abundante variedade climato-botânica, afirma que:

[...] seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas (CASTRO, 2008, p. 34).

Enfatiza também que há diferentes tipos de solos e de climas, de quadros paisagísticos, distintas linhagens étnicas, distintas culturas, não havendo uniformidade de tipos de alimentação.

O autor afirma, inicialmente, que o alimento está para o organismo humano assim como os combustíveis estão para as máquinas. Em suas palavras:

O organismo humano é uma máquina muito semelhante aos maquinismos fabricados. Qualquer trabalho que realiza é sempre resultado de uma transformação de energia que se processa na intimidade de seu complicado mecanismo. O combustível que a máquina humana utiliza é o alimento, o qual, queimado no motor humano, fornece a energia necessária ao seu funcionamento vital, tal qual o carvão-de-pedra ou o petróleo, quando queimado nas máquinas de combustão (CASTRO, 1965, p. 81-82).

Entretanto, diferentemente das máquinas, “a máquina humana” é “capaz de ampliar suas engrenagens e de recompor os seus materiais usados, através do próprio trabalho. É o aparente milagre do crescimento e do equilíbrio vital que o organismo realiza à custa dos alimentos” (CASTRO, 1965, p. 82). Isto é, os alimentos “fornecem, pois, os meios indispensáveis à fabricação, manutenção, trabalho e reparação da máquina viva. Daí sua extraordinária importância biológica; daí o fato, mundialmente reconhecido, de ser a alimentação a mais fundamental das necessidades da vida” (CASTRO, 1965, p. 82). E prossegue, informando que, por meio da alimentação, “obtem o homem a energia necessária às suas funções, a matéria indispensável à formação dos seus tecidos e à recuperação dos seus gastos fisiológicos” (CASTRO, 1965, p. 82).

Vemos a importância do alimento para nutrir o ser humano, tendo ele qualidade e variedade presentes na refeição. E conforme Castro, há cerca de quarenta princípios essenciais “indispensáveis ao perfeito equilíbrio do organismo” (CASTRO, 1965, p. 82).

Conforme Fontana (2014) aduz, “Josué de Castro deixou um legado de uma específica forma de conexão entre a dimensão natural e a dimensão social”, compreendendo os contextos sociais, quando estudou a fome. “Por isso, a obra do autor representa um referencial histórico, teórico e metodológico que amplia a questão do ambiente, permitindo, do ponto de vista epistemológico, relacionar a fome e questão ambiental” (FONTANA, 2014, p. 203).

Temos, pois, a inclusão da desigualdade social na questão da fome que não foi considerada em Sorre antes de 1951, ou seja, mais do que a penúria causada por disponibilidade do meio, temos a fome se manifestando na estrutura de desigual distribuição de recursos (financeiros). Lembramos que Sorre considera a fome causada por conflitos políticos, como a guerra, por exemplo.

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior (2008) atribui a três fatores esse percurso de Josué de Castro. O primeiro é o contato, desde a infância, com a desigualdade social, a miséria e a fome, mesmo que não fosse vítima do flagelo; o segundo, sua trajetória acadêmica; e o terceiro, sua abordagem de tratar simultaneamente a relação médica (biológica) com a social. Assim, segundo o autor, o fenômeno da fome aparece “diretamente associado a causas sociais, em especial à pobreza, o que revela o esforço de Josué de Castro em desnaturalizar o fenômeno da fome, de superar os discursos do determinismo racial e climático que a naturalizavam” (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 36).

Importante aqui ressaltarmos o contexto histórico da publicação da *Geografia da Fome*. Conforme Amorim (2016) destaca, devido aos conflitos da Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade da criação de um sistema organizacional internacional para auxiliar as nações nos conflitos diplomáticos e nas questões humanitárias. Assim, foi concebida (entre 1942 e 1945) a Organização das Nações Unidas, pelos países que saíram vencedores da guerra.

Com o estabelecimento da ONU, o campo da alimentação passou a fazer parte das prioridades institucionais de diversos países. Em 1946, na cidade de Quebec, no Canadá, houve uma reunião com Estados membros das Nações Unidas que realizou a primeira conferência da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO). A finalidade dessa nova instituição era promover a igualdade de distribuição dos alimentos entre a humanidade, de combater e erradicar a fome (AMORIM, 2016, p. 149).

Acrescenta-se a isso a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948:

Nesse momento de criação de instituições que permitam acompanhar as tensões mundiais, também houve a elaboração de leis e decretos voltados para os direitos do homem. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) traz em seu artigo 25º, o direito à alimentação. O livro *Geografia da Fome* obteve reconhecimento nos meios intelectuais e teve sua circulação favorecida pelas condições e discursos daquele momento histórico. Josué de Castro passou a ser convidado para participar de conferências e palestras promovidas pela ONU. O periódico *Diário de Notícias* publicou em 20 de outubro de 1948 um decreto que autorizava Josué de Castro a representar o Brasil como um dos delegados na Conferência Geral de Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, na capital dos Estados Unidos. Nessa mesma conferência, Josué de Castro foi eleito “Vice-Presidente da Comissão de Atividades Técnicas” (AMORIM, 2016, p. 149-150).

E Josué de Castro adequa seu discurso de combate à fome, numa escala mundial, afirmando que “a fome é a maior sabotadora da paz no mundo” (AMORIM, 2016, p. 150).

Amorim ressalta a contribuição da geografia para Josué, considerando como se dava seu pensamento, sobretudo considerando as dimensões política e social. Assim, Josué:

[...] desenvolveu ações para desnaturalizar a fome como atributo dos pobres e resultado das condições climáticas e de solo. Destacam-se, no âmbito dos debates acerca da sociedade brasileira, os estudos de Josué de Castro sobre as condições alimentares da população e as análises referentes à estrutura agrária do país. Para desenvolver esses temas, Castro se situou academicamente no campo de saber da geografia (AMORIM, 2016, p. 18).

Como estamos na fome, vejamos sua trilogia.

II.2. Trilogia da Fome

Chamamos de trilogia da fome as três obras destinadas à fome: *Geografia da Fome* (1946), *Geopolítica da Fome* (1951) e *O Livro Negro da Fome* (1957). Embora seja repetitivo falar da fome, nossa preocupação nesta tese, como foi a de Josué de Castro, é mobilizar a humanidade sobre a necessidade de superar essa manifestação biológica fruto da enfermidade socioeconômica, conforme Castro comprovou.

Mesmo a fome existindo desde sempre, assim como a pobreza, a humanidade passou a ter consciência em relação à fome, reivindicando, por exemplo, as necessidades básicas. Ademais, a ciência e o povo precisam ter consciência de que a fome e a pobreza são sofrimentos desnecessários, e é dever da ciência e da sociedade eliminá-los. Sobre essa consciência, Josué de Castro exemplifica a situação da Índia, onde Mahatma Gandhi teve importância na conscientização dos hindus de sua miséria, para poderem libertar-se dela.

Consciência importante para a humanidade lutar contra a injustiça social, uma vez que “a fome e a miséria não são indispensáveis ao equilíbrio do mundo”, sendo, inclusive, possível suprimi-las, devido ao progresso técnico-científico.

Fontana (2014) relaciona a fome com a concepção de natureza, “pois diz respeito à falta de determinados elementos nutritivos que, diretamente, afeta o desenvolvimento do próprio corpo humano” (FONTANA, 2014, p. 17). Sinteticamente, Josué de Castro distingue dois tipos de fome: a epidêmica e a endêmica. Considerando a fome individual (devido ao mecanismo fisiológico e ao aspecto subjetivo), a fome coletiva que é o foco de combate de Josué de Castro. Josué de Castro via a fome, ou as fomes na relação homem-natureza, e da natureza humana, incluindo a relação social.

Segundo Silva e Nunes (2017):

Castro argumentava que essa naturalização da desigualdade não foi operada apenas

pela elite política, mas também pela elite intelectual brasileira, que de forma disfarçada ou escancaradamente optava por aderir e justificar este ato. Castro constatava que parte da nossa sociedade, mais numerosa e faminta, estava privada do direito primário: o de se alimentar. Para ele, a miopia da intelectualidade ou os óculos da ideologia dominante com seus interesses econômicos trabalhavam para esconder o fenômeno da fome, reprodutora da pobreza (SILVA; NUNES, 2017, p. 3.679).

Também os autores contemplam a importância de se considerar o processo histórico para entender e sanar os problemas dessa fome e da desigualdade social.

Assim, ao abrir as cortinas do nosso país, para apontar que somos um país famélico, Castro não operou apenas no plano das ideias passageiras com afirmações frágeis de que é possível reverter a situação de miserabilidade da nossa nação por um decreto do Estado, pelo contrário, analisou que a fome é um problema com várias ramificações aparentemente desarticuladas entre si, mas que estão estritamente vinculadas e, no nosso caso, complexificam-se dada a extensão territorial, as condições do homem tropical, a diversidade cultural do povo e a cultura política da elite brasileira. Sendo assim, os problemas sociais, tendo a fome como eixo central, não poderiam ser baseados numa relação masoquista entre senhor de escravo (bem alimentado) e os escravos (alimentado), conforme relatado por Freyre (SILVA; NUNES, 2017, p. 3.679).

Enfim, a fome foi exaustivamente apresentada por Josué de Castro e ele enquanto trabalhou na FAO fez de tudo para combatê-la, propondo e criando a Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), a partir do terceiro livro do que denominamos trilogia da fome. Vimos que Josué se dedicou a mostrar que na verdade é vítima da fome quem era visto como culpado por ela, isto é, os pobres, os miseráveis. Por isso veremos nesta seção as três obras em separado, ressalvada a presença delas no decorrer da tese.

II.2.1. Geografia da Fome

A **Geografia da Fome** trata de um estudo pioneiro, que apresenta a fome nos seus dois aspectos, a fome absoluta e a fome oculta (a subnutrição), publicado pela primeira vez em 1946. E o autor já afirma no começo de sua obra:

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações (CASTRO, 2008, p. 16).

Dessa constatação decorre a criação de conceitos alimentares, como áreas de fome endêmica, áreas de fome epidêmica, áreas de subnutrição e mosaico alimentar, que Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos (2008) sintetiza desta forma:

Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro introduz os conceitos de áreas alimentares, áreas de fome endêmica, áreas de fome epidêmica, áreas de subnutrição, mosaico

alimentar brasileiro e, por consequência, traça o primeiro mapa da fome no país. Por *áreas alimentares*, concebe uma determinada região geográfica que dispõe de recursos típicos, dieta habitual baseada em determinados produtos regionais e com seus habitantes refletindo, em suas características biológicas e socioculturais, a influência marcante da dieta. Por *área de fome endêmica*, concebe uma determinada área geográfica em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações de carências nutricionais permanentes. Por *áreas de fome epidêmica*, concebe uma determinada área geográfica em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações nutricionais transitórias. Por *áreas de subnutrição*, concebe uma determinada área geográfica em que os desequilíbrios e as carências alimentares, sejam em suas formas discretas ou manifestas, atingem grupos reduzidos da população. E por *mosaico alimentar brasileiro*, concebe a diferenciação regional dos tipos de dieta existentes no país, oriundas das variadas categorias de recursos naturais (alimentos) e das distintas etnias que constituíram a nação brasileira (VASCONCELOS, 2008, p. 2.710-2.711).

Josué de Castro já expõe no primeiro parágrafo do prefácio de seu *best-seller*:

1. O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. É realmente estranho, chocante, o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e de publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações. Consultando a bibliografia mundial sobre o assunto, verifica-se a sua extrema exiguidade. Extrema quando a vemos em contraste com a minuciosa abundância de trabalhos sobre temas outros de muito menor significação. Tal pobreza bibliográfica se apresenta ainda mais estranha e mais chocante quando meditamos acerca do conteúdo do tema da fome — de sua transcendental importância e de sua categórica finalidade orgânica (CASTRO, 2008, p.11).

Ressaltamos que esta obra pioneira é resultado de suas reflexões e pesquisas direcionadas às políticas sociais de alimentação, denunciando a fome como fenômeno político-social. Silva e Nunes (2017) afirmam que *Geografia da Fome* é, pois, síntese de seus estudos anteriores e que:

Em síntese, *Geografia da fome* traz à tona algumas das interpretações mais relevantes sobre a situação alimentar brasileira, lançando o primeiro manifesto-científico-propositivo para construção de um Plano de Política Pública de Segurança Alimentar no Brasil. Subjazem a esta sua discussão os aspectos do processo de construção do Estado-nação, o desenvolvimentismo nacional e o papel dos intelectuais brasileiros. Tais questões somam-se à preocupação do autor com a formação de ações propositivas que levassem a mudanças sociais e redefinições das condições de exclusão social de parcela significativa da população brasileira (SILVA; NUNES, 2017, p. 3.683).

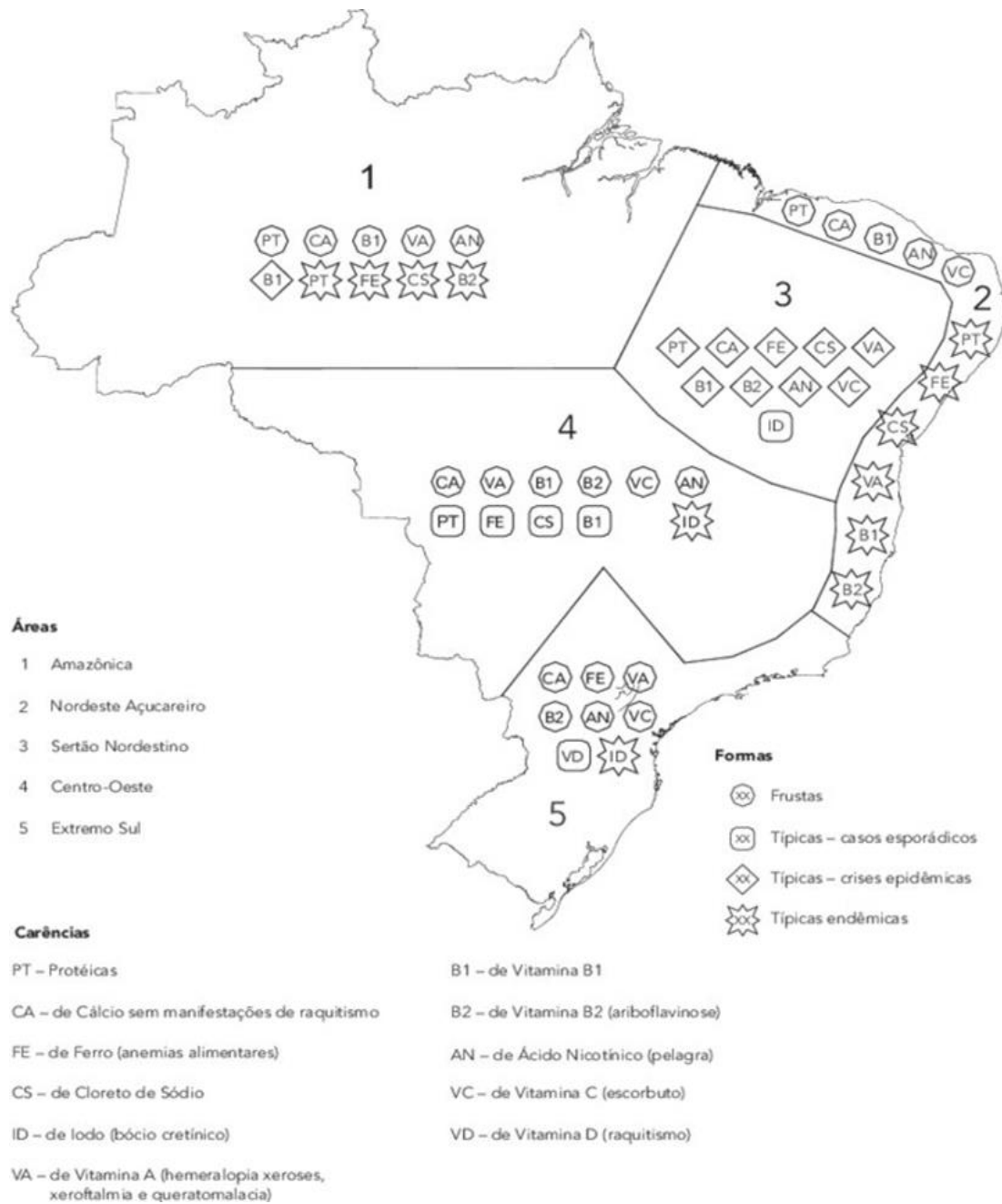
Vejamos a seguir os mapas contidos na obra de Josué de Castro especificando as áreas alimentares do Brasil, conforme apresentada na figura 3; e o mapa das principais carências nas diferentes áreas alimentares do Brasil (Figura 4). Extraímos as ilustrações do artigo do Vasconcelos (2008), que contém os mapas de *Geografia da Fome* numa versão que permite melhor visualização.

Figura 3: Áreas alimentares do Brasil



Fonte: VASCONCELOS, 2008, p. 2.712

Figura 4: Principais carências nutricionais existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil



Fonte: VASCONCELOS, 2008, p. 2.715

Respeitando a cultura local, e os cultivos, Josué de Castro observa que o regime alimentar na área amazônica consistia, basicamente, de farinha de mandioca adicionada a outros alimentos de origem vegetal típicos da região, e da fauna local, como antas, crustáceos, jabutis, macacos, peixes, patos, tartarugas, tracajás. Destacava-se a existência de buriti (*Mauritia flexuosa*), açaí e castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*) com características nutricionais importantes, ensejando, no entanto, a conclusão de que a dieta amazônica era pouco trabalhada

e havia inúmeras deficiências nutritivas. Fazendo, pois, uma análise geográfica, socioeconômica e histórica da região, analisando a dieta amazônica biológica e quimicamente.

Para Castro, um regime alimentar racional “quaisquer que sejam as substâncias alimentares que entrem em sua formação, deve ser suficiente, completo e harmônico. Deve conter um total de energia correspondentes aos dispêndios do organismo, a fim de ser julgado suficiente” (CASTRO, 2008, p. 53-54). E para ser completo, deve oferecer diferentes elementos para crescimento e equilíbrio funcional que o organismo necessite. E para ser harmônico, é preciso que esses diferentes elementos componham a dieta, em proporções adequadas. Explicitando como a deficiência alimentar impacta o ser humano, o autor afirma:

Na insuficiência alimentar quantitativa e na forçada adaptação orgânica a esta situação permanente, residem as explicações da apregoada preguiça dos povos equatoriais. A preguiça no caso é providencial: é um meio de defesa de que a espécie dispõe para sobreviver, e funciona como o sinal de alarma numa caldeira que diminui a intensidade de suas combustões ou para mesmo automaticamente, quando lhe falta o combustível (CASTRO, 2008, p. 56).

Já as deficiências qualitativas são ainda mais graves, como a proteica e em sais minerais, considerando a pobreza do solo acarretando a pobreza mineral dos alimentos.

O porquê de no Brasil serem relativamente raras as doenças relacionadas à carência de vitamina D explica-se pela insolação abundante. Não obstante a população possa desenvolver características físicas adversas devido às carências alimentares, de maneira geral os ossos são saudáveis.

Sem raquitismo, porém com “grande incidência de cáries dentárias (principalmente nas áreas urbanas de populações mestiçadas de índios com brancos, sendo bem menor a incidência nas populações rurais mais puras e de alimentação mais natural e até certo ponto mais variada)” (CASTRO, 2008, p. 63). A deficiência em ferro é responsável por um tipo de anemia característico na região que, antes, era atribuído erroneamente ao clima. Aqui mais uma vez Josué de Castro mostra que o problema não é físico, mas sim da qualidade da alimentação.

O autor chama atenção para que esse déficit mineral não se limita à área amazônica, e o correlaciona ao fenômeno da *geofagia* ou *geomania*, que se trata do hábito ou mania de comer terra, comum em pessoas anêmicas, buscando no solo elementos minerais. Esclarece também que “anemia tropical” não é, portanto, uma fatalidade climática.

A deficiência em cloreto de sódio também é acentuada, abordando a necessidade de se compreender o mecanismo de aclimação, isto é, o ajustamento biológico de grupos humanos sob a ação de diferentes atributos climáticos (CASTRO, 2008, p. 68). Apesar de ter havido

investimentos para melhorar a alimentação local, a Amazônia continua sendo uma região marginal no conjunto da economia nacional (CASTRO, 2008).

Josué de Castro afirma que poucas regiões no mundo têm natureza tão bela como o Nordeste açucareiro, contudo, devido à extrema exploração por ação do homem, sofreu impactos na sua população.

Quatro séculos de história a serviço de uma finalidade deram ao Nordeste brasileiro seu processo de constituição e de transformação socioeconômica e política. Geograficamente, o Nordeste Açucareiro “abrange uma estreita faixa de terrenos de decomposição e de sedimentação, estendendo-se ao longo de todo o litoral do Nordeste brasileiro, do Estado da Bahia até o Ceará” (CASTRO, 2008, p. 95-96).

Segundo o autor, ao estudar as condições de alimentação, surpreendemo-nos com o contraste em relação à região amazônica, onde a fome se justificaria até certo ponto pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças extremamente agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares, isto é, a fome na Amazônia é oriunda principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos (CASTRO, 2008, p. 96). Já no Nordeste açucareiro, a fome não se explicaria por fenômenos naturais, e sim, socioeconômicos e de seu processo histórico. Então podemos ver que Josué de Castro também considera os fatores físicos como responsáveis pela fome, mas ele extrapola essa análise ao considerar os fatores socioeconômicos.

Por uma análise minuciosa, constata-se que a pobreza na região deve-se não apenas a impactos dessa exploração na estrutura socioeconômica e cultural, mas também na ambiental, consubstanciados na perda da fertilidade do solo e no processo erosivo, sobretudo pela monocultura em latifúndios. Apesar da riqueza de variedades de frutas e outros recursos naturais abundantes em nutrientes que há nesta área alimentar, as tentativas de fortalecer a policultura não prosperavam, em virtude da ameaça que os minifúndios acarretavam à produção colonial.

Então, o processo de transformação e de desvalorização que o cultivo da cana-de-açúcar deflagrou no Nordeste destruiu suas florestas, abrindo com queimadas as clareiras para cultivo, expandindo as propriedades em grandes latifúndios monocultores. E a partir de 1870, “com o estabelecimento dos chamados ‘engenhos centrais’, precursores das grandes usinas atuais, a absorção das terras pelo latifundiarismo progrediu assustadoramente, acentuando a miséria alimentar nesta zona” (CASTRO, 2008, p. 103).

Sobre o empobrecimento do solo devido ao latifúndio e à monocultura, Castro também cita os impactos dos cafezais paulistas na perda da fertilidade pela adoção dessa prática na produção, prática essa que afeta não apenas o solo, mas a sociedade como um todo, por sufocar a policultura, as pequenas propriedades e devido à exploração também do trabalho, aumentando a desigualdade socioeconômica, além de degradar a vida humana, os seres vivos envolvidos nesse modo produtivo.

Muitos produtos como leite e ovos eram inacessíveis à população que ganhava muito pouco para adquirir esses alimentos, por exemplo, explicando sua deficiência alimentar pela pobreza. Castro atenta que o regime alimentar deficiente impacta diretamente o perfeito desenvolvimento e equilíbrio do indivíduo. Descrevendo algumas riquezas naturais alimentares, e mesmo outras culturas trazidas da África, da Índia, Josué de Castro aborda também a questão dos tabus alimentares implantados na população nordestina, tendo ele realizado um estudo encomendado pela Nestlé para sua desmistificação. Em suas palavras:

Muito contribuíram para esse desamor — mais do que desamor, desprezo mesmo — do camponês pelas frutas do Nordeste, os tabus, as interdições de toda ordem criadas contra as mesmas e hoje enraizadas na alma do povo. Num estudo que realizamos há tempo sobre os tabus alimentares no Brasil recolhemos no Nordeste grande número dessas superstições alimentares, proibições, restrições ao uso de certos alimentos em determinados períodos, tudo sem nenhum fundamento biológico, puras sobrevivências culturais das interdições dos senhores a seus escravos e moradores.

A verdade é que esses tabus se constituíram como uma espécie de policiamento moral que os proprietários mantinham para defesa dos seus bens (CASTRO, 1984, p. 153).

Para o autor não restam dúvidas que esses tabus foram criados por fundamentos econômicos. E afirma o malefício do regime alimentar da família rica do senhor de engenho, que provoca não apenas avitaminose, mas também diabetes, devido ao consumo elevado de hidrocarbonetos.

Não faremos aqui todas as menções à riqueza de detalhes e de aspectos apontados pelo autor, contudo, não podemos deixar de expor o parágrafo no qual ele afirma que:

É bom que se ponha em destaque o fato de que os estudos recentes da nutrição, valorizando mais os aspectos vitamínicos e minerais dos regimes e deixando em segundo plano seu valor energético, vêm reabilitando por toda parte as dietas por grupos humanos mais primitivos, com seus *menus* instintivamente organizados, à base dos recursos naturais de cada quadro regional (CASTRO, 1984, p. 163).

E mais, ele também declara a importância de manter o regime alimentar o mais natural, fazendo usufruto da alimentação local, o que evocará mais adiante a importância das cadeias curtas.

Além da área do açúcar, também há a da monocultura do cacau, que se estende do Recôncavo para o sul da Bahia até o Espírito Santo, tendo algumas diferenças, descritas por

Castro. Contudo, sua conclusão é a seguinte:

A área do cacau é, sociologicamente, uma área do açúcar despida daqueles arranjos acomodativos que o patriarcalismo criou no Nordeste, daquele sossego aparente da doce vida dos engenhos, deixando-se arrastar, no ímpeto dos seus desenfreados interesses mercantilistas, aos graves extremos da miséria física e moral. É mais uma zona de fome, alimentada pela fictícia riqueza do cacau (CASTRO, 1984, p. 172).

Josué de Castro conheceu na primeira metade do século XX os impactos das avitaminoses agindo negativamente no físico, no psicológico e nos princípios morais dos acometidos por essa deficiência alimentar.

Especificando o regime alimentar do sertanejo, Josué afirma que é basicamente de milho em suas variadas formas, como angu, canjica e cuscuz, por exemplo, geralmente acompanhados do leite e seus derivados, “completando a caseína do leite as deficiências em aminoácidos da zeína do milho” (CASTRO, 1984, p. 194). Juntamente aos produtos agrícolas e ao leite e seus derivados, quase tudo para autoconsumo, temos as carnes de suas criações.

Uma observação muito importante que Josué faz em relação à carne é que mesmo não sendo elevada a quantidade consumida pelo vaqueiro²³, o seu consumo é generalizado por todas as populações do sertão. “Além do milho, do leite e da carne, fazem habitualmente parte da alimentação do sertanejo o feijão, a farinha, a batata-doce, o inhame, a rapadura e o café (CASTRO, 1984, p. 198). Alimentação essa pobre em frutas, como exposto no decorrer do capítulo de *Geografia da Fome*. Contudo é evidente o equilíbrio proteico que impacta positivamente a saúde do sertanejo.

Entretanto, os períodos de seca desequilibram a alimentação do sertanejo. Então, mesmo fazendo uso de produtos não apropriados, quando a seca é intensa, vemos o movimento de migração, dos retirantes. Daí decorrem várias carências vitamínicas que atingem principalmente as crianças, comprometendo seu crescimento e desenvolvimento cognitivo, aumentando a propensão a doenças, por exemplo.

Conforme Castro afirma, existem dois tipos de gêneros de vida: o da agricultura e o da criação.

Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante, como culturas de hortas e jardins. Pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de

²³ Segundo Queiros et al. (2019), vaqueiros figuram como representações psico-socioculturais, fundadas na história de quem trabalha com gado na Região Nordeste, mais precisamente no sertão, fazendo parte da cultura, de mitos e ritos específicas da construção subjetiva do sertanejo.

extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura do sertanejo, de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana (CASTRO, 1984, p. 190-191).

Sendo preciso no que a fome provoca, Josué descreve:

A sensação de fome não é uma sensação contínua, mas um fenômeno intermitente com exacerbações e remissões periódicas: De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo das atividades que conduzam à obtenção de alimentos e, portanto, à satisfação do instinto mortificador da fome. Destes sentidos há um que se exalta ao extremo, alcançando uma acuidade sensorial incrível: é o sentido da visão. No faminto, enquanto tudo parece ir perecendo aos poucos em seu organismo, a visão cada vez mais se vai acendendo, vivificando-se espasmodicamente (CASTRO, 1984, p. 245).

E mais, são “limites perigosos para a segurança do espírito” no qual a personalidade se vai desagregando, esfumando-se e apagando as suas reações normais a inúmeras outras solicitações do meio exterior, sem correlação com a fome. Nesta desintegração do eu desaparecem as atividades de autoproteção, de controle mental e dá-se, finalmente, a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral (CASTRO, 1984, p. 248).

Assim há três fenômenos estorvando o sertanejo: a seca, o fanatismo religioso e o banditismo. Mesmo que essa passagem seja polêmica, pois há discussões sobre as limitações dessas constatações, deixamos essas observações feitas por Josué de Castro que buscou explicar fenômenos socioculturais a partir da fome. Isso porque Josué de Castro atribui as características do sertanejo mais como consequência da sua alimentação deficiente do que aos aspectos culturais, por exemplo.

Além desta ação direta sobre a personalidade do sertanejo, fazendo-os uns desorientados e desajustados, age a fome periódica desorganizando ciclicamente a economia da região e criando um meio social extremamente receptível às atividades do cangaceirismo e do beatismo. Meio social formado de massas humanas predispostas à aceitação e à adoração desses tipos singulares que simbolizam a sua aspiração de fuga à miséria — fuga pela força do fuzil ou pela força da magia. A verdade é que, para o sertanejo, o cangaceiro raramente é um criminoso, um celerado, sendo cantado e louvado como um homem valente que joga cavalheirescamente a sua vida para defender os oprimidos e alimentar os famintos, roubando dos ricos para distribuir com os pobres (CASTRO, 1984, p. 255).

Buscando concluir as características do sertão, Josué de Castro ressalta a importância do conhecimento geográfico, pois

[...] Grande parte das dilapidações das riquezas naturais, da violentação e do desequilíbrio provocado pelo homem nos quadros ecológicos regionais e mesmo das violentações dos grupos culturais, se deve ao pouco conhecimento das realidades geográficas em sua expressão dinâmica, exercida através do jogo de suas interações e implicações do natural sobre o cultural e vice-versa (CASTRO, 1984, p. 258).

Seu reconhecimento de que a seca em si não é responsável pelo fenômeno da fome é

inovador. Contundentemente, Josué afirma que a luta contra a fome na região deve ser contra o subdesenvolvimento, que é a expressão “da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região” (CASTRO, 1984, p. 260).

Temos, pois, a exposição do diagnóstico de Josué: a fome é um problema de miséria socioeconômica, da estrutura agrária monocultora e latifundiária, necessitando uma reforma agrária racional para transformar a estrutura social. Houve enfim a proposta da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)²⁴, sobre a qual Josué de Castro apresenta algumas críticas, mostrando-se otimista com a possível evolução do órgão para buscar o desenvolvimento respeitando as necessidades regionais e os interesses nacionais.

Concentrando nas áreas central e sul, Josué esclarece que não se trata de áreas de fome, “no sentido rigoroso da palavra, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais” (CASTRO, 1984, p. 264).

Há nessa região incidência de obesidade e de diabete, e da carência de iodo, causadora do cretinismo e do bócio endêmicos. E Castro continua demonstrando algumas sequelas da má alimentação, dizendo que além do bócio endêmico, há outras endemias como a verminose e o paludismo, também consequentes do regime alimentar.

Falando do Sul do país²⁵, agregando-se o Rio de Janeiro aos estados São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, temos a caracterização do regime alimentar composto por uma variedade de verduras e frutas. “Sendo a zona mais rica do país, de maior desenvolvimento, tanto agrícola como industrial, compreendendo 80% da capacidade econômica de toda a nação, não é de estranhar que disponha de elementos para tornar-se um tanto mais elevado o seu padrão alimentar” (CASTRO, 1984, p. 274).

Josué de Castro atribui essa melhoria à sua base econômica mais sólida, à produção mais abundante, favorecida pelas condições do solo e do clima, como pela influência dos imigrantes que contribuíram para a diversificação dos recursos alimentares. Contudo o autor conclui que o Sul é “uma zona de subnutrição crônica, cujas populações, embora libertadas em sua maioria das formas mais graves da fome, estão, no entanto, longe de gozar dos benefícios de um metabolismo perfeitamente equilibrado” (CASTRO, 1984, p. 277).

Ressaltamos aqui que não estamos focando as limitações de *Geografia da Fome*, como

²⁴ Fundada em 1959.

²⁵ Até meados da década de 1950, a Região Sul era composta por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; o Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Sergipe compunham a Região Leste.

o da generalização que Josué de Castro faz dividindo o país em cinco áreas alimentares, por exemplo, e sim as contribuições que temos nas observações e descobertas do pernambucano, as quais serão pontuadas nas considerações finais.

II.2.2. Geopolítica da Fome

Geopolítica da Fome, publicado pela primeira vez em 1951 e no idioma inglês, é um livro composto de dois volumes, divididos em três partes, contendo ao total oito capítulos, acrescido, na edição que estamos adotando (de 1965, em português), do manifesto **O Livro Negro da Fome**, com 25 páginas.

A primeira parte é intitulada **O fenômeno universal da fome**, contendo dois capítulos: I - O tabu da fome; e II - Os matizes da fome. A segunda parte, **Distribuição regional da fome**, é composta por quatro capítulos: III - A fome no novo mundo; IV - A fome na velha Ásia; V - A fome no continente negro; e VI - A Europa faminta. A terceira e última, **Um mundo sem fome**, tem os capítulos VII - A luta contra a fome, e VIII - Geografia da abundância. Nas duas primeiras partes, “o mundo da fome é analisado em sua expressão universal e em suas peculiaridades regionais” (CASTRO, 1965, p. 74). Já a terceira parte, destina-se ao estudo de um mundo sem fome, “um mundo de homens libertados desta terrível escravidão biológica” (CASTRO, 1965, p. 74).

No prefácio de *Geopolítica da Fome*, temos o que foi traduzido da edição norte-americana, escrito por Pearl S. Buck, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura, que contém a afirmação contundente de que a paz é possível, embora haja quem insista em querer a guerra. A paz é possível com a melhoria da alimentação, com a sua distribuição, acabando, assim, com a fome. Nas palavras de Buck:

É este o mais encorajador, o mais esperançoso e o mais generoso livro que eu já li em toda a minha vida. Livro escrito por um famoso cientista, um técnico que sabe o que está dizendo, um conhecedor dos problemas práticos, um homem do mundo no melhor sentido da palavra, porque conhece o mundo e suas populações e apresenta-nos numa obra magistralmente escrita o conhecimento fundamental para a felicidade e a paz dos homens.

A paz tem sido largamente discutida por indivíduos que ignoram por completo o assunto. Indivíduos que não têm a menor ideia de como obter-se a paz porque não conhecem ou recusam conhecer o que é essencial para a sua obtenção. Aqui está um livro que nos diz quais são esses aspectos essenciais e prova que eles são capazes de assegurá-la, o que torna a obtenção da paz um objetivo prático e realizável. Esta deve ser uma notícia desagradável para aqueles que preferem a guerra à paz, mas é uma gloriosa notícia para a maioria da humanidade.

É por essa razão que eu afirmo que este livro – a **Geopolítica da Fome**, do eminente cientista Josué de Castro – é o mais importante livro que já foi publicado nestes

confusos, perigosos e ridículos tempos atuais. Ridículos porque, embora a paz seja prática e possível, indivíduos há, em várias partes do mundo, tocando seus tambores para manufaturar uma guerra (CASTRO, 1965, p. 9).

Importante ressaltar o parágrafo a seguir, que não apenas mostra que a teoria malthusiana não condiz com os fatos, mas também porque dá ênfase à necessidade de se planejar, organizar o mundo pensando no combate à fome em vez de se cultivar a prática da guerra, da morte:

Como sobreviver, eis o tema central, e é alentador verificar-se que na alimentação adequada, e não na bomba atômica, reside a resposta adequada. A superpopulação é resultado da fome e não a causa desta, e não há país inteiramente livre dos efeitos daninhos da fome. A palavra de ordem deve ser a de uma organização adequada dos suprimentos alimentares do mundo e a do desenvolvimento de vastas áreas cultiváveis, mesmo na África (CASTRO, 1965, p. 10).

Já o prefácio à edição inglesa, escrito por Lord John Boyd Orr, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, inicia-se sugerindo outro título ao livro, “Fome e Política”, porque são as perspectivas políticas que exurgem dos debates sobre a fome, conforme Josué de Castro apresenta no seu livro. E Lord John Orr ressalta que a fome é desnecessária.

Segundo suas palavras, muitas vezes temos fome por conflitos de interesse político-econômicos, e a quem se propuser a ler o livro de Josué de Castro sem ideias preconcebidas, sem preconceito, é possível ver a importância de se acabar com a fome. Em relação à fome, o Lord Orr chama atenção para as diferenças da palavra “fome”, que no passado fora usada para exprimir falta de alimento para satisfazer o apetite, enquanto Josué de Castro a usa para expressar a “falta de quaisquer dos quarenta ou mais alimentos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde” (CASTRO, 1965, p. 14).

Também Lord Boyd Orr mostra argumentos contra a teoria malthusiana/neomalthusiana. Num contexto de Guerra Fria, de bipolaridade, também expressa na fome o argumento comum capaz de fazer a luta contra a qual poderia pôr fim às divergências políticas, às ideologias políticas.

Comentamos a seguir os prefácios de Josué de Castro às primeiras quatro edições do seu *Geopolítica da Fome*.

O prefácio à 1.^a edição, escrito em dezembro de 1951, faz menção, já no seu primeiro parágrafo, ao *Geografia da Fome*, Josué afirma que a expressão “Geografia da Fome” fora empregada pela primeira vez, soando aos ouvidos de muita gente como algo chocante, porque a geografia, no seu sentido usual, tratava “muito mais dos aspectos positivos e favoráveis do mundo que de seus aspectos negativos – mais das riquezas da terra e das vitórias do homem do que de suas misérias e de seus fracassos”. A Geografia Humana apresentava mais o que o

homem fizera, alterando o meio natural, como um verdadeiro agente geográfico. A geografia proposta por Josué era aquela que “tratava, exatamente, daquilo que o homem não fez, não soube ou não quis fazer. Tratava das possibilidades geográficas que ele não aproveitou ou que malbaratou. Não era, pois, uma geografia das grandezas humanas, mas uma geografia de suas misérias”. Sendo assim, essa geografia que Josué propunha era a que “estudava, não a terra que dá de comer ao homem, mas o homem servindo apenas para alimentar a terra” (CASTRO, 1965, p. 25).

E o autor relata o reconhecimento da obra, tornando a problemática apresentada inteligível, em diversos países. Essa relação de escalas, partindo da local e regional para a mundial é própria do “método geográfico” da época. Então, para Josué de Castro era possível estudar o fenômeno da fome na expressão universal.

Para ampliar a escala, então limitada ao Brasil na obra anterior, Josué de Castro abordou o globo terrestre e suas manifestações dessa enfermidade social, a fome. “Seria, pois, o livro encomendado, um pouco mais do que uma Geografia da Fome. Teria que ser uma Geopolítica da Fome, correlacionando a crise biológica com a crise política contemporânea” (CASTRO, 1965, p. 26).

Para expor seus motivos, Castro afirma:

[...] temos em mira esclarecer o leitor brasileiro certos pontos que nos parecem indispensáveis para a melhor compreensão de nossas intenções ao escrever este ensaio. Primeiro, desejamos acentuar que o livro foi escrito especialmente para o público norte-americano, procurando o autor atender, da melhor maneira, às exigências do leitor médio dos Estados Unidos. Esta contingência influi de maneira decisiva no plano de elaboração – tanto no tratamento do material como na forma de exposição do problema –, tornando o presente livro, sob certos aspectos, bem diferente dos anteriores.

Outra explicação que desejamos dar diz respeito ao título da edição brasileira, destinada inicialmente ao público norte-americano: *Geopolítica da Fome*. Usamo-lo porque não encontramos outro que correspondesse ao conteúdo do livro sem trair a intenção do autor e o desejo dos editores, de que este livro fosse realmente uma *geopolítica da fome*. Esta a razão de figurar na capa uma denominação tão perigosa, ainda mais perigosa que a do nosso livro anterior – a *Geografia da Fome*. Perigo que não deriva apenas da palavra tabu *fome*, mas desta outra palavra tão comprometida, tão destorcida em sua significação essencial, tão contaminada e tão execrada – a *geopolítica*. Contudo, embora degradada pela dialética nazista, a palavra *geopolítica* continua mantendo sua hierarquia científica e precisa ser reabilitada em seu sentido real. Tal reabilitação merece o mesmo sacrifício do autor, expondo-se ao perigo das interpretações apressadas à simples leitura do título do livro. O sentido real da palavra Geopolítica é o de uma disciplina científica, que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, a fim de demonstrar que as diretrizes políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacadas da realidade e das contingências do meio natural e do meio cultural. É claro que a Geopolítica, assim compreendida, nada tem que ver com a *Geopolitik* germânica, pseudociência de Karl Haushoffer, que não passava de uma nebulosa mistura de princípios contraditórios, concebida com a finalidade única de justificar as

aspirações expansionistas do Terceiro Reich (CASTRO, 1965, p. 26-27).

Esclarecido sobre o conceito de *Geopolítica*, que se diferencia, pois, do que foi adotado pelo nazismo, o autor prossegue afirmando que Geopolítica²⁶ é “um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente”. E confirma que “Poucos fenômenos têm interferido tão intensamente na conduta política dos povos, como o fenômeno alimentar, como a trágica necessidade de comer; daí a viva e crua realidade de uma Geopolítica da Fome” (CASTRO, 1965, p. 27).

Ao dar seguimento às avaliações da primeira edição, no prefácio à segunda edição de 1952, o autor ressalta a “alta compreensão e o espírito de tolerância dos críticos em relação a pontos de vista, falhas e mesmo acusações às vezes ásperas que este livro encerra”. E afirma que isso tudo transparece promissora ao caminho “de uma nova era de convivência e de melhor entendimento entre os povos” (CASTRO, 1965, p. 29).

O livro foi rapidamente difundido pelo mundo, sendo traduzido em 14 idiomas. E o autor ainda enfatiza que as críticas a potências imperialistas não despertaram nelas ações defensivas, e sim de aceitação para possíveis melhorias nas instituições. Nessa perspectiva, dedica um parágrafo aos Estados Unidos e à Inglaterra, e outro aos continentes americano e europeu.

Além desse reconhecimento dos erros da história, temos também esta importante sugestão: a da criação de um Fundo Internacional de Emergência para combate universal à fome.

Numa troca de ideias que mantivemos na Câmara dos Comuns com parlamentares britânicos, acerca do problema da fome e da necessidade de ser criado um Fundo Internacional de Emergência para um combate no plano universal, ouvimos as opiniões de líderes da envergadura de Aneurin Bevan, Harold Wilson, Sir Richard Acland, Gilbert Mc Allister, Clements Davis e Julian Snow, todos eles unânimes em reconhecer a necessidade urgente da substituição da economia colonial por uma economia de mútua cooperação de interesses, tal como preconizamos em nosso livro (CASTRO, 1965, p. 31).

O autor inicia o prefácio à 3ª edição, escrito em novembro de 1954, informando que fora avisado pelo editor de que seria necessária a tiragem, com urgência, da terceira edição do livro, devido ao esgotamento da anterior. Por isso, não houve tempo hábil para atualizações estatísticas dos dados básicos em relação à situação alimentar do mundo.

E com a contribuição de seu testemunho como Presidente do Conselho Executivo da FAO, o autor afirma, apreensivo:

Estando, há três anos, à frente do organismo internacional que se ocupa do problema da alimentação mundial, como Presidente do Conselho Executivo da FAO, temos

²⁶ Não aprofundaremos o debate a respeito das inter-relações entre Geografia Política e Geopolítica naquela época.

verificado, através da volumosa documentação estatística coletada por este organismo, como vem mudando constantemente a fisionomia alimentar de certas regiões, com nítidas repercussões sobre outros setores das atividades sociais de vários povos. Encontramo-nos, pois, numa situação privilegiada para obter os elementos indispensáveis à permanente atualização do retrato que há três anos traçamos, das áreas de fome do mundo. Mas, por outro lado, pesado encargo de administração não nos tem deixado nenhum tempo disponível para este trabalho de elaboração – de seleção, comparação e interpretação destes dados, dentro da estrutura do nosso livro. Diante deste impasse, resolvemos transferir o projeto de uma revisão completa do mesmo para o advento provável de uma quarta edição (CASTRO, 1965, p. 35).

Entretanto, Josué é assertivo quanto à situação da fome, apesar das modificações ocorridas na economia alimentar a partir de então, “a situação geral não se diferencia muito da que expusemos na primeira edição do nosso trabalho: dois terços da humanidade continuam a passar fome e as vítimas desta fome endêmica continuam concentrando-se, predominantemente, nas regiões subdesenvolvidas do mundo” (CASTRO, 1965, p. 35).

Como o retrato da fome em 1954 não é menos sombrio do que o de 1951, o autor reforça que não são necessários os reparos de atualização. Contudo, devido às mudanças mais visíveis da situação da China, houve inclusão de páginas ressaltando a reorganização socioeconômica da China de Mao Tse-tung em relação à China de Chiang Kai-shek²⁷.

Finalmente, o autor começa o prefácio à 4ª. edição, escrito em julho de 1957, com o contundente parágrafo, mesmo com a redundância de “fatos concretos”:

Desde o aparecimento deste livro em 1951 que a evolução do mundo vem trazendo, através de fatos concretos, uma confirmação cada vez mais sólida às nossas teorias. Teorias que nos cinco anos passados pareciam em contradição com o senso comum e mesmo com a ciência mais ortodoxa e por isto foram julgadas por muitos como temeridade (CASTRO, 1965, p. 39).

Elucidativamente, o autor prossegue:

As ideias-chave em que baseamos nosso trabalho, tais como a da existência de recursos naturais suficientes para alimentar bem a toda humanidade, a da fome como causa da superprodução e a da correlação entre os altos consumos de proteínas e os baixos índices de natalidade não podiam deixar de surpreender a certos espíritos impregnados dos preconceitos malthusianos, da convicção de que os solos cultiváveis do mundo são limitados e esgotáveis e o crescimento das populações naturalmente ilimitado (CASTRO, 1965, p. 39).

E continua a apresentar outros fatos e argumentos categóricos que comprovam sua teoria em contraposição à de Malthus, tanto socioeconômicos como experiências laboratoriais com nutrição e desnutrição. Encerrando a análise deste prefácio, transcrevemos seus três últimos parágrafos que não apenas diagnosticam a realidade a partir de seu processo histórico, como

²⁷ Após o triunfo da Revolução liderada por Mao Tse-tung, em outubro de 1949, já no cenário da Guerra Fria, proclamou-se a República Popular da China e manteve-se a República da China, presidida por Chiang Kai-shek, apenas na ilha de Taiwan e em alguns arquipélagos menores.

apresentam prognóstico otimista e possível.

Sendo este o panorama científico e social dos nossos dias, panorama tão de acordo com os nossos princípios e as nossas ideias, julgamos ao apresentar esta nova edição deste nosso livro, não ser necessário proceder a nenhuma alteração de base. As características da evolução mundial cada vez mais difundidas constituem a sua melhor ilustração e a sua mais patente atualidade.

Apenas, tivemos o cuidado de atualizar uns quantos dados estatísticos e de acrescentar com maiores detalhes alguns dos fatos acima aludidos em consonância com o desenvolvimento geral de nossos princípios.

Cada vez mais somos otimistas acerca do futuro da humanidade, apesar dos erros cometidos pelos homens contra a própria humanidade, muitos dos quais são apresentados e criticados em nossa obra (CASTRO, 1965, p. 40-41).

Concluimos desses prefácios não apenas a importância, a relevância da **Geopolítica da Fome**, mas também que, com racionalidade, Josué de Castro deixa o legado de que é possível pensar um mundo melhor, um mundo sem fome, realizando-o.

E fazendo uma síntese dessa parte pré-textual, podemos ver que a escritora Pearl S. Buck, o Lord John Boyd Orr e, por fim, Max. Sorre, são unânimes nos elogios e na adesão às contribuições de **Geopolítica da Fome**. Não apenas pelas contribuições pertinentes para o fim da fome, entendendo-a sob o prisma das causas e consequências fisiológicas, tanto como nas socioeconômicas. E ao reconhecimento da falência da teoria de Malthus e tudo que dela deriva, evidenciando a fome como causadora do crescimento populacional e não o inverso.

Encontramos nesses prefácios as classificações dos tipos de fome: fome absoluta ou fome oculta; fome aguda ou fome crônica/latente/específica. Em relação ao comportamento sexual, a fome crônica (específica ou latente) exacerba a intensidade do interesse sexual, aumentando a taxa de natalidade, diferentemente da fome aguda, que age amainando a libido.

Nos prefácios de Josué de Castro às edições anteriores, houve a inclusão da China pós-1949, que não obstante as controvérsias de cunho político e ideológico entre os adeptos da revolução e os que a ela se opõem, a República Popular da China adotou como política pública o combate à fome aos seus habitantes. E é nisso que Josué de Castro foca, embora desconhecesse a fome que a China passara de 1958 a 1961.

Conforme o próprio Josué de Castro, o presente livro “é uma pequena contribuição individual ao indispensável trabalho coletivo, visando a apressar o amadurecimento desta ideia – a premente necessidade de iniciar-se uma batalha mundial pelo extermínio da fome” (CASTRO, 1965, p. 71).

Josué de Castro desmistifica a profecia da “erosão dos solos” que afirma que “na marcha em que as águas vêm removendo os solos e carregando-os para o mar, a Terra será dentro em

breve um planeta morto, com seu esqueleto de pedra à mostra sem a carne do solo nem a pele viva da vegetação para lhe recobrir a velha carcaça” (CASTRO, 1965, p. 66-67).

E o autor continua demonstrando argumentativamente que existem dois tipos diversos de erosão: a natural e a provocada pelo homem. A erosão natural é inerente à evolução dos solos e do seu equilíbrio vital, sendo um fenômeno geológico. Já o processo de erosão provocada pela interferência humana, precisa de controle, regulação para uso racional do solo sem seu esgotamento.

Castro afirma: “Muito mais grave do que a erosão da riqueza do solo, que se processa em câmera lenta, é a violenta erosão da riqueza humana, é a inferiorização do homem provocada pela fome e pela subnutrição” (CASTRO, 1965, p. 68). Comprovando essa afirmação com dados, com empirismo, o autor menciona o relatório do cientista Lord John Boyd Orr, segundo o qual, antes do começo da Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, “cerca da metade da população estava sujeita aos efeitos nocivos da fome vivendo 40% num regime de fome parcial (deficiências específicas) e 10%, num regime de fome global, de grave deficiência de todos os princípios alimentares” (CASTRO, 1965, p. 69). Mesmo na Alemanha de 1936, apenas 75% dos jovens nazistas que se apresentaram ao serviço militar puderam ser aceitos. Em 1938, essa taxa declinou para 55%, pois, devido à fome, “O número de incapazes, de débeis mentais e de deformados crescia assustadoramente no seio da raça ‘superior’” (CASTRO, 1965, p. 69). Comparando com dados dos alistados nos Estados Unidos, país considerado como “o mais bem alimentado do mundo”, houve uma rejeição de 15% devido às consequências da fome, fazendo com que Josué afirmasse que a fome não afeta isoladamente, isto é, “não é apenas um grupo, uma raça ou um país que está em decadência, mas a humanidade *in totum*” (CASTRO, 1965, p. 69).

Com o objetivo de estudar o fenômeno da fome coletiva, “da fome que atinge endêmica ou epidemicamente grandes massas humanas” (CASTRO, 1965, p. 72), tanto a fome total, a verdadeira inanição, denominada em inglês de *starvation*, como a fome oculta, existente devido à falta de determinados princípios nutritivos, Josué de Castro conceitua fome que “abrange desde as deficiências latentes e as carências alimentares rotuladas normalmente como estado de subnutrição e desnutrição, até os estados de inanição absoluta” (CASTRO, 1965, p. 72). Para isso, o autor apresenta os diferentes tipos de fome, com base em observações científicas ao longo de vinte anos de constatações dos problemas de alimentação e nutrição, tanto no Brasil, país com extensão continental, quanto em outros três diferentes continentes, recolhendo informações sobre as disfunções da fome, além das experiências com renomados especialistas

em sucessivas conferências mundiais da FAO.

Josué de Castro afirma que a “fome constitui um fenômeno de extrema variabilidade”. Assim, entre os dois extremos de fome, “**a devastadora inanição aguda**” e “**a insidiosa deficiência crônica**”, Josué de Castro levanta o mapa da fome, de todos os tipos de fome. A fome quando for tratada como coletiva não se limitará apenas à devastadora inanição aguda.

Josué de Castro expõe que a fome global, como os episódios de fome aguda, usuais na Idade Média, tornou-se mais rara, enquanto as fomes específicas ficaram mais frequentes e graves, sendo a fome oculta “forma típica da fome de fabricação humana” (CASTRO, 1965, p. 84). Então, segundo Castro, algumas razões explicam a fome oculta: começemos pela monotonia alimentar, isto é, o hábito das pessoas se nutrirem à base de um número restrito de componentes alimentares.

Há, então, uma redução da variedade do consumo de alimentos, devido à domesticação, ao cultivo, entre outros fatores que facilitam a produção alimentícia, ao mesmo tempo que limitam sua variedade. Em suma, a limitação do número de alimentos usados por grupos civilizados causa o agravamento das carências específicas, na medida em que a alimentação monotonamente igual impede a compensação semanal de certa deficiência nutricional que possa ocorrer dia após dia.

Outro fator de agravamento das carências específicas, apresentadas pelo autor, é “o uso generalizado dos alimentos concentrados, purificados ou refinados” (CASTRO, 1965, p. 85), presente nos grupos civilizados.

Já no Continente Africano, no Extremo Oriente e noutras áreas chamadas pelo autor de “*menos civilizadas*” ainda era possível encontrar “sementes alimentícias cujo teor em sais e em vitaminas é muitas vezes superior aos das sementes dos cereais com que se alimenta o grosso da humanidade” (CASTRO, 1965, p. 85-86). Isso explicaria, até certo ponto, a pouca incidência de certas carências entre as populações primitivas que se mantiveram isoladas, ou quase isoladas, do contato com a civilização eurocêntrica. Isso porque esses grupos primitivos, “embora disponham de alimentação quantitativamente insuficiente, incluem em sua dieta, em geral, produtos nativos extremamente ricos em princípios minerais e vitamínicos” (CASTRO, 1965, p. 86). E, paradoxalmente, o contato dito civilizatório com os “grupos brancos”, ao invés de melhorar, acaba piorando o tipo de alimentação desses grupos primitivos.

Cabe ressaltar que Josué de Castro já apresentava o processo de industrialização alimentícia, como empobrecimento de seus nutrientes:

Os progressos técnicos de polimento do arroz, de refinação do açúcar, de fabricação de farinha de tipo alvo, de extração baixa, eliminando os invólucros das sementes alimentícias ou as supostas impurezas existentes são fatores de empobrecimento da alimentação, em vitaminas e sais minerais, condicionando, desta forma, as fomes específicas de seus consumidores. Ainda outro fator da frequente existência das fomes específicas entre os povos civilizados foi a perda, por parte da maioria dos grupos humanos, de sua capacidade instintiva de sentir esse tipo de fome. [...] (CASTRO, 1965, p. 86).

Logo, ocorre perda nutricional com o polimento do arroz, o refinamento do açúcar, o branqueamento da farinha, enfim, tirando do arroz, do açúcar da cana-de-açúcar, da farinha de trigo a propriedade nutricional desses produtos no seu estado integral, inicial do processo industrial, gerando calorias vazias no sentido nutricional. E a maioria dos grupos humanos, com esse consumo “ocidental”, perde sua capacidade instintiva de buscar no alimento a correção da carência nutricional, tendo apenas um apetite artificial. “O apetite do homem civilizado é mais de ordem psíquica e visa mais à satisfação do prazer de comer do que à satisfação de suas necessidades de nutrição” (CASTRO, 1965, p. 87). Comparando o homem civilizado ao animal, este, orientando-se instintivamente, alcança o equilíbrio nutricional por alimentar-se das substâncias de que o organismo se sinta desfalcado:

[...] Enquanto o animal experimenta sempre a sensação da falta de um determinado princípio alimentar e busca instintivamente os meios de corrigir a deficiência específica, o homem civilizado entorpeceu o seu instinto de nutrição a tal ponto que já não tem discernimento do que seu organismo necessita para viver bem. O civilizado apenas sente apetite, mas uma espécie de apetite artificial, não diretamente orientado por suas necessidades específicas. O apetite do homem civilizado é mais de ordem psíquica e visa mais à satisfação do prazer de comer do que à satisfação de suas necessidades de nutrição. Já entre os animais o instinto orienta o apetite para determinadas substâncias capazes de fornecer certos princípios específicos de que o organismo se sinta desfalcado. A galinha com certa deficiência em cálcio, durante o período de postura, procura suprir-se desse mineral, quando deficiente em sua alimentação, bicando a cal das paredes ou os grãos calcários do solo. Os gatos de estimação das casas ricas, alimentados com uma dieta de iguarias pouco equilibrada, fogem para os jardins, onde caçam lagartixas e outros bichos e lhes roem os ossos para se suprir do cálcio que lhes falta em seus defeituosos regimes domésticos. Os cães de luxos que abandonam sua dieta sofisticada para pastar como se fossem herbívoros, comendo a grama dos jardins, fazem-no levados pelo instinto que os orienta para uma alimentação mais rica em princípios vitamínicos. Em todos esses animais, a fome específica serve de orientadora de suas preferências alimentares, para evitar a instalação das graves carências específicas (CASTRO, 1965, p. 86-87).

Em certos casos, prevalece essa orientação alimentícia instintiva, como a geofagia, e outros consumos, como ocorrem na África Equatorial, na América do Sul e com os inuítes. Isso acontece mais frequentemente com grupos humanos considerados “*primitivos*”, uma vez que os “*civilizados*” perderam quase totalmente a sabedoria instintiva.

Josué de Castro expõe que a fome de proteínas se trata de uma das formas mais grave e generalizada de carências de fome específica, pois as proteínas são os elementos essenciais da estrutura do protoplasma vivo, sendo, por isso, substrato da própria vida. O “vegetal representa

destarte o elo indispensável entre o homem e o meio físico é por seu intermédio que se processa a maior influência do ambiente sobre os grupos humanos” (CASTRO, 1965, p. 88).

[...] Apesar de sua ubiquidade – de sua capacidade de viver em todos os quadrantes da Terra – o homem só existe onde encontra uma base de vida vegetal, porque, em última análise, o homem tem que ser sempre vegetariano, seja diretamente utilizando os alimentos vegetais, seja indiretamente, alimentando-se de animais que subsistem à custa do mundo vegetal (CASTRO, 1965, p. 88).

Mesmo que a proteína não seja exclusividade de espécies do reino animal, cada espécie, seja animal ou vegetal, tem características distintas, devido a sua estrutura química, a proporção e a qualidade de seus componentes (ácidos aminados). Assim, o “valor biológico de uma proteína depende de sua riqueza nesses ácidos aminados, que constituem os materiais de construção do seu edifício molecular” (CASTRO, 1965, p. 89). As proteínas de origem vegetal são incompletas, por serem, quase sempre, desfalcadas de um ou mais ácidos aminados, mas como as proteínas completas costumam ter um custo mais elevado, torna-se difícil a obtenção do ideal recomendado de consumo proteico.

Destarte, o consumo insuficiente de proteínas manifesta-se primeiramente no retardo e/ou na insuficiência do crescimento das crianças. É de suma importância ressaltar que existem motivos genéticos, mas também os provenientes da alimentação são evidenciados. Josué de Castro comprova tais afirmações com estudos antropológicos que observavam povos com diferentes regimes alimentares, além da experiência em ratos, constatando-se a importância da proteína e os efeitos de sua carência. A questão apontada pelo autor, então, não necessariamente está relacionada com o poder aquisitivo, apenas, mas na disponibilidade alimentícia encontrada no seu entorno, e da mesma região geográfica. Sobretudo, que a fome de proteína não é um “fenômeno excepcional, localizado em algumas poucas áreas do mundo. Não. [...] Mas, na verdade, em escala maior ou menor, o fenômeno é universal” (CASTRO, 1965, p. 92). Assim sendo, todos nós estamos sujeitos a essa fome, seja pela questão econômica, seja por adoção de hábitos alimentares que, se não dispensam totalmente o consumo de proteína animal, contudo não a repõem adequadamente, com todos os componentes de ácidos aminados necessários.

E não há apenas as consequências nos tamanhos, dos fenótipos de certos grupos humanos. Também há a diminuição da resistência orgânica às doenças em geral, principalmente às de natureza infectuosa, como consequência do consumo de proteína aquém do recomendado. “Desde a primeira Guerra Mundial que os especialistas tinham evidenciado o fato de que, à proporção que a quota de proteína baixa na dieta, vão também aumentando a incidência e a virulência de doenças como a tuberculose, pneumonia, disenteria, tifo etc.” (CASTRO, 1965, p. 93), a ponto de se chegar a afirmar, com veemência, “que a tuberculose é tanto uma doença

infeciosa quanto uma doença de deficiência alimentar – uma doença de fome” (CASTRO, 1965, p. 93), e o autor afirma que:

[...] Os indivíduos bem alimentados, com uma dieta rica em ferro e outros princípios essenciais, assim como podem abrigar em seus intestinos inúmeros vermes sem apresentar qualquer sintoma de doença, também poderão ser portadores do terrível bacilo de Koch, sem jamais ficarem tuberculosos. A única maneira realmente eficaz de realizar a profilaxia da tuberculose nessas áreas de misérias, é procurar alimentar bem os indivíduos, porque, bem alimentados, ficarão eles como que imunes aos ataques do bacilo tuberculoso (CASTRO, 1965, p. 91-92).

Então, além de haver problemas no crescimento e maior tendência das pessoas a adoecer, ocorrem também – e o que é mais alarmante, ocasionados pelo regime alimentar deficiente em proteína – os sinais clínicos dessa carência proteica que, segundo Josué de Castro, são inconfundíveis. Trata-se, então, do fenômeno aparecendo, não apenas nas guerras mundiais e na guerra civil espanhola – quando várias pessoas sofreram com os sinais clínicos da falta proteica na alimentação, conforme descrito pelo autor –, mas sendo frequentemente observado no nordeste brasileiro, nos retirantes da seca que, ao chegarem ao lugar de destino, carregam em si as deformações físicas causadas pela fome: magreza extrema, membros afinados e ventre estufado, devido à retenção de água (CASTRO, 1965).

Há outro grupo de fomes específicas, de determinados princípios minerais no regime alimentar, que atingem uma grande parte da humanidade. “A importância dos sais minerais na economia decorre da infinidade de funções que estas substâncias têm a desempenhar no mecanismo vital e do fato de não serem as mesmas mutuamente substituíveis nessas funções” (CASTRO, 1965, p. 94). Tanto o baixo consumo de alimentos, cujas fontes de sais minerais são abundantes, como os solos pobres em nutrientes podem constituir fatores causadores dessa fome específica. “Embora possam ocorrer esporadicamente, ao homem, carências de todos os princípios minerais que compõem os seus tecidos, de hábito só o atingem em escala social carências de um pequeno número desses princípios – o ferro, o cálcio, o sódio e o iodo” (CASTRO, 1965, p. 95-96). Como o cálcio é o elemento mineral mais abundante no organismo humano, sendo o principal componente da estrutura óssea, é necessário seu consumo diário. Todavia, é uma das carências mais frequentes (CASTRO, 1965).

Exibimos ao longo desta seção cinco fotografias com crianças vítimas da fome, contidas no livro *Geopolítica da Fome*. E observamos o sofrimento de todas as crianças famintas que não são culpadas pelo flagelo.

Figura 5: Criança com Edema da fome



Fonte: Geopolítica da Fome, 1965. Figura 3: Edema da fome.

Josué de Castro continua a explicar algumas incidências de doenças resultantes da carência da vitamina D, devido à não exposição ao sol, por exemplo, mesmo que o regime alimentar contenha cálcio, comparando com regiões onde a insolação é intensa durante o ano, mesmo sem haver tanto consumo de cálcio, por exemplo. E para compensar a carência de vitamina D, por não haver a absorção do cálcio pela menor insolação, Josué de Castro sugere como solução aumento de consumo de óleo de peixe, como presente na dieta dos inuítes – que quase não tomam sol e não dispõem nem de leite nem de vegetais na sua alimentação tradicional – e não sofrem “de raquitismo, porque se saturam de vitamina D, a qual fixa magnificamente o pouco cálcio que eles arranjam, roendo os ossos das caças e comendo as barbatanas dos peixes” (CASTRO, 1965, p. 98).

A figura 6 retrata duas crianças, da mesma idade. A da esquerda, bem alimentada, a da

direita, faminta. A diferença é explícita no desenvolvimento físico das duas meninas. Além da expressão de sofrimento da criança à direita.

Figura 6: Nanismo alimentar: Duas crianças da mesma idade, uma faminta



Fonte: Geopolítica da Fome, 1965. Figura 4: Nanismo alimentar. Duas crianças da mesma idade, uma faminta.

Além das carências alimentares, Josué aponta a incidência massiva de verminose nas populações. “A infestação verminótica em alta escala, principalmente pelo *Ancilostomas duodenalis* e pelo *Necator americanus*, constitui tremendo fator coadjuvante da anemia alimentar – da fome de ferro”, quando o regime alimentar tem carência de ferro. Caso contrário, esses vermes tornam-se quase inofensivos (CASTRO, 1965, p. 101).

Outra situação é a da fome de iodo, que se manifesta “sob a forma do bócio endêmico ou da endemia bócio-cretínica. [...] O bócio constitui terrível praga carencial, que conduz à degeneração do indivíduo”, sendo consequências de sua ausência o nanismo, o papo, a surdo-mudez, a debilidade mental (CASTRO, 1965, p. 102). Também há a incidência da fome de

sódio em algumas situações, devido à eliminação do suor, tendo como manifestação a neurastenia e a preguiça tropical (CASTRO, 1965, p. 103).

Na figura 7 temos uma criança com pelagra purpuriforme.

Figura 7: Criança com pelagra purpuriforme



Fonte: Geopolítica da Fome, 1965. Figura 5: Criança com pelagra purpuriforme.

Josué de Castro declara, enfático e assertivo, que “O mais variado, o mais rico em matizes de todos os grupos de fomes específicas é, sem dúvida alguma, o das carências em vitaminas. Mas é, também, o mais conhecido em nossos dias” (CASTRO, 1965, p. 104).

Já houve tempo em que as vitaminas eram vistas com mistério, de efeitos obscuros e milagrosos, contudo, atualmente, as crianças na escola já conhecem os nomes e as propriedades desses princípios essenciais à nutrição, inclusive o que a(s) sua(s) carência(s) pode(m) causar na saúde humana. E as experiências científicas, consequentes do aparecimento da polinevrite em aves alimentadas com arroz polido, evidenciaram o que a falta de vitaminas ocasiona: não

apenas “doenças típicas, características, como é o caso da xeroftalmia, do beribéri, da pelagra, do escorbuto, mas também estados indefinidos de mal-estar, perturbações obscuras que traduzem a fome oculta ou latente” (CASTRO, 1965, p. 104-105).

Na figura 8 temos uma criança que sofre de fome e de pelagra.

Figura 8: Criança mexicana com edema de fome e pelagra



Fonte: Geopolítica da Fome, 1965. Figura 7: Criança mexicana com edema da fome e pelagra.

Sem apresentar os sintomas de cada uma das carências vitamínicas, Josué de Castro destaca as características marcantes desse grupo de fomes específicas. Segundo o autor, um pequeno número de vitaminas “possui nítida significação social, sendo responsáveis as suas

deficiências por malefícios que atingem coletivamente as massas humanas. Estas são as vitaminas A, B1, B2, C, D e G” (CASTRO, 1965, p. 105).

Importante atentar para a existência de várias doenças no extenso período da história humana, sendo algumas apenas descobertas, efetivamente, no século XX.

A figura 9 é a fotografia de uma criança em estado de desnutrição maligna.

Figura 9: Criança da América Central em acentuado estado de desnutrição maligna.



Fonte: Geopolítica da Fome, 1965. Figura 8: Criança da América Central em acentuado estado de desnutrição maligna.

Por exemplo, não são apenas as perturbações oculares e visuais que a carência da vitamina A provoca. Citemos algumas. A fome da vitamina A também determina a diminuição ou a parada do estiramento de indivíduos na fase de crescimento. Encontrada nas fontes naturais de gorduras animais e certos vegetais, a fome de vitamina A foi endêmica em vários lugares, além de ter entravado o crescimento de muitas crianças e cegado muitas pessoas. Essa endemia

foi apontada pelo autor no interior da China e do Japão; durante a Idade Média, muitos cegos “mendigavam nos burgos europeus” (CASTRO, 1965, p. 106).

Josué de Castro afirma que, ainda que “nos tempos modernos” tenha havido o decréscimo desse tipo de fome específica no continente europeu, a presença dela em outras áreas, “como no Extremo Oriente e na América Latina, continua cobrando altos tributos à humanidade” (CASTRO, 1965, p. 105).

Especificando assim o caso do Brasil, Josué de Castro menciona os efeitos das secas que costumam assolar periodicamente as terras centrais do Nordeste. Quando as condições estão normais, há suprimento de vitaminas. Contudo, em época de secas, ao desaparecerem os animais e as fontes vegetais de alimento, as populações dessas áreas costumam ficar desamparadas e sofrendo os efeitos, inclusive, de fomes. O autor cita o trabalho de Euclides da Cunha, no qual há registro do aparecimento da cegueira noturna durante a época de secas.

Em relação à fome específica de vitamina B1, há diversos males, dos quais o mais conhecido é o beribéri, uma “doença que se caracteriza por paralisias musculares, perturbações nervosas periféricas e outros sinais de origem nervosa ou circulatória; grassa endemicamente no Extremo Oriente e surge esporadicamente em surtos epidêmicos em outras regiões do mundo” (CASTRO, 1965, p. 107).

Desvelando o que causava o beribéri, o médico colonial holandês Dr. Christian Eijkman começou a observar sua existência nas Índias Orientais Holandesas, inclusive nas galinhas, e descobriu o porquê da incidência da doença nos doentes de um hospital e nos galináceos: ambos se alimentavam de “restos de arroz descorticado e cozido” (CASTRO, 1965, p. 110) o que o levou a concluir que a causa não era outra senão “erro ou deficiência da alimentação”. E quando passou a alimentar as galinhas com arroz integral, não descorticado, observou que se curavam do beribéri “como por encanto” (CASTRO, 1965, p. 110).

Infelizmente as teorias do Dr. Christian Eijkman não foram facilmente aceitas. E entre os anos de 1900 e 1910 observou-se a morte de, aproximadamente, meio milhão de pessoas no continente americano, na extensa bacia amazônica.

O insucesso das medidas sanitárias experimentadas no enfrentamento a essa epidemia levou muitas pessoas a óbito, até que “[...] Um dia, de repente, a epidemia acabou. O beribéri desapareceu da região. O mesmo ocorreu nas plantações de borracha do Extremo Oriente, mas em poucos anos a ciência da nutrição ganhava mais terreno e impunha seus pontos de vista acerca do mal” (CASTRO, 1965, p. 111-112).

O autor relatou a informação recebida do médico sanitaria Dr. Victor Heiser que, ao visitar uma imensa plantação de borracha na ilha de Sumatra, e encontrar 400 leitos para atender às necessidades de 10.000 operários, aconselhou a empresa, em vez de ampliar o número de leitos para 800, que “desenvolvesse o cultivo regional e os meios de abastecimento adequado de alimentos frescos” (CASTRO, 1965, p. 112). Como resultado, “algum tempo depois, quando o número de operários já atingira a 20.000, o primitivo hospital, ao invés de insuficiente, era demasiado grande para atender aos poucos doentes que se apresentavam (CASTRO, 1965, p. 112).

Na contemporaneidade de *Geopolítica da Fome*, Josué afirma que embora o beribéri tenha se tornado raro, as carências da vitamina B1 continuam comuns, sendo manifestadas “sob a forma de nervosismo, inapetência, insônia, fadiga fácil etc.” (CASTRO, 1965, p. 112).

Há o relato também do médico espanhol da corte de Felipe V, Gaspar Casal, que, em 1735, descreveu minuciosamente o quadro clínico de uma terrível doença conhecida como mal-da-rosa, cujo sintoma comum era o aparecimento de manchas rubras na pele, semelhantes às pétalas de uma rosa. No século XVIII, então, essa doença foi confundida como uma espécie de hanseníase. Além do mal-da-rosa, o escorbuto e a pelagra são de origem alimentar, sendo encontradas também em regiões da Itália, da Romênia e da Bessarábia²⁸. Pelagra significa em italiano *pele áspera* e esse nome universalizou-se para designar a carência de vitamina causadora da doença. Sintomas cutâneos, digestivos e nervosos caracterizam a pelagra, que foi observada nos Estados Unidos, atingindo pessoas mal alimentadas e desnutridas. Contudo, chegaram a pensar que se tratava de uma doença contagiosa, e depois a associaram a uma toxina possivelmente presente no milho, base de alimentação de muitos pacientes da pelagra.

Lamentavelmente, os produtos alimentícios para evitar a doença requerem elevado poder de compra (isto é, poder aquisitivo) das pessoas para adquiri-los. E as populações dos estados do sul conseguiam consumir com seus recursos farinha de milho e toucinho, como já faziam há tempo e, conseqüentemente, continuavam a morrer de pelagra.

Ainda sobre o mal da fome condenando os pobres, Josué de Castro mostra o exemplo das rachaduras nos cantos da boca, vulgarmente chamadas de “boqueiras”, presentes em meninos e adultos que habitavam os cortiços, “das vilas operárias e das cabanas pobres das diferentes áreas rurais do mundo. Sabia-se assim, há muito tempo, que a ‘boqueira’ era um sinal de vida apertada, sem conforto, sem limpeza, sem higiene, (...) traduz[ando] também um tipo

²⁸ Denominação de uma região da Europa Oriental cujo território se divide entre a Moldávia e a Ucrânia.

de fome específica” (CASTRO, 1965, p. 115). Ou seja, a carência de vitamina B2, abundante em fígado, leite e em certos vegetais, também causava “inflamações da língua e a invasão da córnea ocular pelos vasos sanguíneos” (CASTRO, 1965, p. 116). E foram observadas tanto no sul dos Estados Unidos quanto em zonas açucareiras da América Latina.

E pior, a combinação de fomes específicas estampa na face dos famintos a “expressão de maldade”, além de comportamento colérico, devido aos descontroles do sistema nervoso consequentes da falta de riboflavina (vitamina B2) – “que provoca congestão dos olhos” –, associada com a falta de tiamina (vitamina B1) – “que protege os nervos e cuja deficiência desconcerta o sistema nervoso, ficando os indivíduos irascíveis e violentos” (CASTRO, 1965, p.116).

O escorbuto, conhecido desde a antiguidade, é uma das mais terríveis manifestações de fome específica. “Hipócrates, em seus escritos, fala de uma feia doença que provoca frequentes hemorragias e nojentas ulcerações das gengivas – sintomas cardeais do escorbuto” (CASTRO, 1965, p. 116). O autor relata também sua presença em vários momentos e em diversos lugares. Contudo, nas palavras do autor, apenas no século XX, “porém, é que se esclareceu o mistério dessas curas, as razões biológicas que salvaram os marinheiros de Colombo em Curaçau, os de Cartier no Canadá e os da Marinha inglesa nos setes mares da Terra” (CASTRO, 1965, p. 119).

Em relação à fome de vitamina D, há, tipicamente, duas doenças que se manifestam: o raquitismo e a osteomalácia. Castro analisa a manifestação do raquitismo desde a remota antiguidade, entre as populações de zonas frias. Inclusive foram encontrados esqueletos do primeiro século da nossa era nas planícies húngaras, mostrando a frequência da doença naquela época e naquela região. “Cedo verificou-se que a doença aparecia principalmente nas terras pouco insoladas do Norte e grassava, de preferência, entre as crianças das classes mais pobres” (CASTRO, 1965, p. 120).

Em contraste, em zonas tropicais, onde as regiões são intensamente insoladas, não há essa incidência de avitaminose D, mesmo entre classes mais pobres. Não obstante, há exceções, como na Índia e na China, onde mulheres de elevadas castas e de classes abastadas, respectivamente, não se expõem ao ar livre, por questões socioculturais. Importante ressaltar que a não epidemia da carência de vitamina D nas regiões com elevada insolação está relacionada aos hábitos gerais da população, mas pode vir a existir a incidência em casos particulares.

Josué de Castro salienta que geralmente a pessoa não sofre apenas de uma, e sim da

associação de várias carências alimentares, desenvolvendo quadros enfermicos, extremamente complexos. Tanto que o autor pondera:

[...] para o fato de que é excepcional um tipo de carência apresentar-se isoladamente. Em regra, o que ocorre é a associação de várias delas, desenvolvendo quadros mórbidos de extrema complexidade. Mesmo algumas doenças que até há pouco eram consideradas expressões da deficiência de determinado princípio nutritivo essencial, sabe-se hoje que são produtos da deficiência conjunta de alguns deles. A pelagra, por exemplo, já não é mais tida como uma fome específica de ácido nicotínico, mas de diferentes elementos essenciais. Na patogenia de certas formas de beribéri há também uma tendência a admitir-se o mesmo ponto de vista (CASTRO, 1965, p. 122).

Destaca também Castro que “sejam em formas isoladas, sejam associadas, as fomes específicas atuam poderosamente sobre os grupos humanos, marcando o corpo e a alma dos indivíduos” (CASTRO, 1965, p. 122). E mais, o autor prossegue assertivamente: “A verdade é que nenhum fator do meio ambiente atua sobre o homem de maneira tão despótica, tão marcante, como **o fator alimentação**” (CASTRO, 1965, p. 122, grifo nosso).

Josué de Castro atenta ao fato de que a fome aguda não se trata de uma sensação contínua e sim de um fenômeno intermitente. Explica-se a fome crônica, ou deficiência alimentar, que tem ação prolongada e persistente, não apenas por seu conceito, mas também pela diferenciação entre as fomes crônica e aguda:

[...] Se, em sua atuação desequilibrante do comportamento humano, a fome aguda tende a determinar, de preferência, a exaltação anormal do espírito, a fome crônica tende a provocar depressão e apatia. É que os indivíduos que sofrem de fome crônica perdem em pouco tempo o apetite, a sensação de fome, e se desfazem desta forma do aguilhão que com mais intensidade impulsiona o homem à atividade. As populações cronicamente desnutridas quase que não sofrem da sensação da falta de alimentos, porque o seu apetite é escasso, às vezes mesmo quase nulo. Para que nos desnutridos desperte o apetite, é necessário, muitas vezes, o estímulo de aperitivos com temperos picantes, como a pimenta. É o que se passa, por exemplo, no México, o que levou o antropologista Ramos Espinosa²⁹ a afirmar que o povo daquele país, “para vencer sua inapetência, cauteriza a boca e o estômago com pimenta, a fim de produzir uma secreção reflexa de saliva que simule a provocada pelo bom apetite” (CASTRO, 1965, p. 128).

Sobre a deficiência alimentar, que é uma fome crônica, Josué de Castro compara um experimento feito em laboratório, com ratos, com o que se passa com populações como a mexicana, algumas latino-americanas, a chinesa e a indiana, seja por sua apatia, devido à pouca ingestão de alimentos, acostumando-se a isso, seja pelo conformismo à injustiça social.

Além desse comportamento, há também a tristeza, a depressão.

A tristeza é outro sinal emocional dos povos cronicamente famintos. Não há propriamente raças tristes, como afirmam liricamente certos sociólogos, sem atentar bem no problema. O que há são povos tristes, possuídos desta tristeza que a fome acarreta, e que não conseguem alegrar-se, muitas vezes, nem mesmo sob a ação

²⁹ Conforme encontramos no livro na nota 26, a fonte está presente em ESPINOSA, Alfredo Ramos. *La Alimentación en México*, 1939.

estimulante do álcool. A tristeza do índio mexicano, por exemplo, é uma consequência da sua alimentação escassa e deficiente, à base de milho, e nem o “pulque”, com sua boa dose de álcool, consegue vencê-la (CASTRO, 1965, p. 129).

Exemplo disso foi observado no povo francês tanto em tempos normais como em guerras, e foi nítida a diferença entre os estados de abundância alimentar e de fome estampadas nas faces das crianças (CASTRO, 1965).

Investigações realizadas em países americanos revelaram que o “continente constitui como uma das grandes áreas mundiais de subnutrição e de fome” (CASTRO, 1965, p. 141). Isso surpreendeu o autor. E esta fome não se limita a uma das Américas, ou seja, há fome na América do Sul, na América Central e na América do Norte. Assim, não se atém tampouco à consequência de certo tipo de colonização.

Dividindo-se as Américas segundo as matrizes linguísticas determinadas pelos processos de colonização, observam-se dois tipos diferenciados de fome, o da América anglófona e o da América Latina, sendo que quando foi publicado o livro *Geopolítica da Fome*, dois terços do total das populações latino-americanas sofriam com a fome.

Na América do Sul há diferentes tipos de fomes devido aos hábitos alimentares. Em limitadas áreas, e em contingências excepcionais, surgem avitaminoses típicas em surtos epidêmicos ou em forma endêmica (CASTRO, 1965, p. 160). O caso da carência de vitamina A é raro, devido ao consumo de azeite-de-dendê (*Elaeis guineenses*), de chá-mate, conforme o regime adotado em cada grupo em diferentes regiões. Em relação à carência da vitamina B, ocorreu especificamente na Amazônia, com a exploração do látex, mediante o beribéri, a pelagra e as arriboflavinoses (CASTRO, 1965, p. 161).

Josué de Castro quando fala da Ásia expõe que no continente a fome é algo preocupante e lamentável:

A Ásia é, por excelência, a terra dos homens e a terra da fome. Em nenhuma outra parte do mundo os homens imprimiram na superfície da Terra tão profunda marca de sua presença; em nenhuma outra parte do mundo a fome imprimiu, na estrutura dos grupos humanos, sinais mais profundos de sua ação. [...] (CASTRO, 1965, p. 221).

Sobre a África:

Entre os mais antigos documentos autênticos da história das fomes no mundo, conta-se a famosa “Lápide da Fome” encontrada num túmulo de granito, na primeira catarata do Nilo. Nessa pedra tumular acha-se gravado o relato de uma terrível epidemia de fome que assolou as terras do Egito no reinado de Tosorthrus, cerca de dois mil anos antes dos tempos de Abraão. Foram as próprias lamentações do monarca que ficaram preservadas por aqueles hieróglifos, até os nossos dias: “Do alto do meu trono” – lamentava-se o antigo rei – “choro essa grande desgraça: durante o meu reinado, a inundação do Nilo falhou durante sete anos. Os grãos estão minguados, as safras escassas e há falta de toda espécie de alimentos. Todos os homens se transformaram em ladrões de seus vizinhos. Querem correr e nem ao menos podem andar. As crianças

choram, os jovens caminham como velhos: as almas estão alquebradas, as pernas recurvadas, arrastando-se pelo chão, e as mãos repousam em seus regaços. O Conselho dos Grandes está deserto. Abertos estão os celeiros, mas, ao invés de gêneros alimentícios, encontramos neles apenas ar. Tudo se esgotou”³⁰ (CASTRO, 1965, p. 311).

O autor afirma que há provas de que a fome existe no segundo maior continente do mundo, o africano, desde a antiguidade. E mesmo tão extenso, é um dos menos povoados.

Para entendermos a fome no continente, o autor se propõe a apresentar a multiplicidade de fatores que conspiram contra a libertação da fome, ou da pressão da necessidade de alimentos, fatores esses que são naturais e outros culturais, sobretudo de submissão à pressão do colonialismo europeu (CASTRO, 1965, p. 302).

Analisando a Europa, temos a assertiva otimista de Montesquieu:

Em meados do século XVIII, afirmou Montesquieu: “A Europa não é mais do que uma nação formada pela reunião de várias delas”. Os fatos político-sociais ocorridos no continente europeu, nos últimos dois séculos, desautorizam por completo a afirmação otimista do célebre filósofo francês – a existência de uma suposta unidade política na Europa (CASTRO, 1965, p. 339).

E aduz mais explicações sobre o continente onde há vários interesses antagônicos e, na época em questão, ainda havia o a “cortina de ferro” e que “nenhuma outra região da Terra viveu em tão constante e tão estreita dependência econômica do resto do mundo, como a velha Europa” (CASTRO, 1965, p. 340).

Então há “vários mundos” no continente europeu: o Atlântico, o Eslavo e o Mediterrâneo, que imprimiram na constituição da civilização europeia distintas e múltiplas influências. Todavia, a *cortina de ferro* separou o continente em dois grandes compartimentos estanques. Isso dificulta a análise de Josué de Castro em abordar a fome num plano continental. Contudo, buscando obedecer ao método geográfico adotado, admite o ponto de vista adotado pela ONU.

Para compreender a situação alimentar na Europa, o autor entende que “é preciso que se tenha conhecimento do estado ali reinante antes da última guerra, das alterações e transformações ocorridas durante a guerra e do que se passou no período de pós-guerra” (CASTRO, 1965, p. 345-346).

Abordando a segunda década do período entre as guerras (de 1930 a 1939), na qual a Alemanha se recuperava economicamente da decisão do Tratado de Versalhes, assinado em 1919, Josué de Castro desmistifica que a Europa vivia em excelentes condições, ou, ao menos

³⁰ Conforme encontramos no livro na nota 1, a fonte está presente em GRAVES, Ralph, A. “*Fearful Famines of the Past*”, in *Nat. Geog. Mag.*, julho 1917, vol. XXXII, nº. 1.

melhores, em relação às demais populações de outros continentes.

Em pesquisa realizada pela então Liga das Nações, evidenciou-se que “a Europa constituía uma grande área de fome, com densos grupos de população permanentemente submetidos a dietas insuficientes e incompletas” (CASTRO, 1965, p. 346).

E o autor relata em vários países essas fomes ocultas, sobretudo na Inglaterra, e suas consequências à população, fazendo uma retrospectiva histórica; e prossegue descrevendo a manutenção do feudalismo agrário na Espanha, o que impacta com a desnutrição da população causando pelagra, bócio, por exemplo. Entretanto, no passado, quando prevalecia a policultura, a Espanha já fora famosa pela boa alimentação de sua população. A decadência da qualidade do regime alimentar da Espanha começara nos séculos XV e XVI com a *Mesta*, a Organização de Criadores de Carneiros, havendo a conservação a partir de então do latifundiarismo (CASTRO, 1965).

Com mais riqueza da descrição da situação europeia, agravada ainda mais pela crise econômica, de aumento do desemprego, da fome crônica, a falta de mercados consumidores, aumento das tarifas protecionistas etc. houve uma Conferência Mundial de Economia, convocada em Londres, em 1933, na qual a única recomendação com aprovação unânime “foi a necessidade inadiável de uma maior restrição de produção [de alimentos], apesar da comprovada existência da fome e da subnutrição universais” (FAO, 1946 *apud* CASTRO, 1965, p. 359):

E Josué de Castro detalha todo o planejamento de mobilização dos recursos alimentares, de racionamento, de criação de reservas alimentares. Assim, quando desencadeou a guerra, a Alemanha atravessava uma situação alimentar favorável (CASTRO, 1965).

Chegando à Segunda Guerra Mundial, “**Europa, campo de concentração**”, Josué compara a fome no Holocausto dessa Guerra com os constantes holocaustos que a fome gera no mundo. **Se o campo de concentração impactou a opinião pública, por que a fome não impacta, se dizimou, e dizima, populações, ou as fazem sofrer como já descrito e detalhado?**

Josué de Castro associa a discriminação racial com a discriminação alimentar, sendo os únicos bem alimentados os da “raça superior alemã”, e os inimigos eram privados, intensamente, de alimentos, e submetidos a um regime de verdadeiro extermínio (CASTRO, 1965, p. 362).

Medidas de confisco de controle alemão dos alimentos são descritas no livro, com riqueza de detalhes tanto do racionamento, quanto das ações desesperadas das pessoas em busca de alimentos, comendo até cães, gatos e ratos, preparando sopas com suas peles e com a casca

das árvores, por exemplo, e a disseminação de bacilos e demais doenças devido a essa fome enfrentada pelos povos europeus (CASTRO, 1965, p. 366-367). O sofrimento do povo judeu atingiu o paroxismo dessa política de extermínio infligida aos europeus.

Concluimos, pois, que a fome foi usada como arma nazista para dizimar povos europeus. É evidente que a população judia foi a grande vítima desse flagelo, a que todos os habitantes do globo terrestre estão suscetíveis, na sua forma oculta ou absoluta.

A Alemanha, submetida a situações graves de alimentação por três anos que sucederam à guerra, e outros países europeus vivenciavam situações peculiares. Contudo na Alemanha chegou-se a cogitar ser “vingança” essa situação de fome sofrida no país, tendo os médicos alemães escrito o memorando no qual endossavam a impressão do povo germânico “de que havia um plano de ‘fome organizada’, pelos aliados, para exterminar o inimigo derrotado” (CASTRO, 1965, p. 376).

A fome se agravou na Alemanha em 1947, assim como em quase toda a Europa, devido à seca no ano anterior, que reduziu o rendimento das colheitas (CASTRO, 1965). E a divisão do território posterior à guerra não contribuiu para sua ascensão.

Havendo outro erro, o do plano de desmantelamento industrial da Alemanha, obtendo déficits na Balança Comercial. Isso tudo que ocasionou problemas políticos e econômicos na Alemanha também contribuiu para agravar a situação alimentar até 1949 (CASTRO, 1965). Do mesmo modo, a França sofreu com esses anos que seguiram o fim da Guerra, assim como a Inglaterra e a Holanda, entre outros países. Cabe ressaltar que o autor estava num mundo bipolar, o que vai remeter-nos à análise de “**Por trás da Cortina de Ferro**”, no qual veremos o que havia no lado soviético.

Atribui-se ao ministro da propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, ainda durante a guerra a autoria da expressão “cortina de ferro” para referir-se aos países do bloco socialista controlados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa denominação foi celebrizada por Churchill e foi amplamente empregada durante o período da Guerra Fria. “Procurou esta expressão traduzir a impenetrabilidade da mais rígida fronteira do mundo, a qual divide a Terra em dois hemisférios econômicos e separa a Europa em dois “compartimentos estanques, sem mútua cooperação” (CASTRO, 1965, p. 387-388):

Do lado de cá da *Cortina*, encontram-se os países cuja situação acabamos de passar em revista; do lado de lá, as Repúblicas Populares, politicamente estruturadas em moldes socialistas. A verdade é que estas duas Europas sempre foram bem diferentes uma da outra, sempre contrastaram em suas características, mas sempre se complementaram em suas economias. Das duas partes, a Oriental foi sempre a mais

pobre e a mais atrasada, intensamente impregnada pelas tradições de um feudalismo agrário que mantinha as massas camponesas num estado muito próximo ao da servidão dos tempos medievais. Howard K. Smith assim descreve, em linhas gerais, a Europa Oriental de antes da guerra: “A metade oriental da Europa tem sofrido de pobreza crônica, atraso e acentuado feudalismo de concepções e tradições, mesmo nos pontos onde a reforma agrária já data de uma geração. Com exceção da Tchecoslováquia e da Finlândia, essa parte da Europa jamais conhecera democracia e, sem uma grande classe média ou sem certas concessões sociais, – considerável riqueza nacional – o liberalismo nunca criou raízes entre as populações camponesas, predominantemente pobres”³¹.(CASTRO, 1965, p. 388).

Ficando, assim, durante a guerra, no “fogo cruzado” entre os gigantescos exércitos alemão e soviético, os países da Europa Oriental encontraram-se “à beira do abismo econômico, com a economia despedaçada e com os sobreviventes de suas populações gravemente ameaçados por uma epidemia de fome” (CASTRO, 1965, p. 388-389).

Foi nessa atmosfera de angústia e de necessidade que os sete países, cognominados hoje satélites da Rússia, deram início aos seus planos de reestruturação econômica, para escapar do cerco implacável da fome e da destruição definitiva. Destes planos, faziam sempre parte as reformas agrárias, o incremento da produção, a industrialização em grande escala e a elevação do nível de vida das populações. Pondo em jogo toda uma série de fatores ligados ao momento político mundial, os líderes soviéticos dirigiram os rumos daqueles países para o regime de progressiva coletivização da riqueza. E a verdade é que essa política socializante não encontrou grandes resistências locais, desde que as massas, espoliadas pelo feudalismo agrário e pelos partidos políticos opressores, indo até ao regime fascista, receberam com grandes esperanças o advento de uma nova era econômica que lhes prometia, antes de tudo, a melhoria das condições de vida. Condições de vida que naquele trágico momento tinham descido ao nível mais ínfimo de toda a história da região (CASTRO, 1965, p. 389).

Assim iniciou-se nesses países a busca da melhoria de vida, tendo como medidas iniciais adotadas a reforma agrária para promover aproveitamento racional do solo para aumento da produção de alimentos e findar a manutenção da relação feudal no campo. Josué de Castro descreve com detalhes como se passou na Hungria, havendo determinação de tamanhos máximos da propriedade, com atenção às famílias descendentes de camponeses, amparando os novos proprietários rurais via Estado, estimulando a organização de cooperativas agrícolas para corrigir possíveis consequências desfavoráveis do parcelamento das terras. Assim, melhoraram as produções Hungria e Polônia, conforme descrito pelo autor, mediante planificação da economia, via planos trienais ou quinquenais. A Europa Oriental passou por um período de expansão social, enquanto a Ocidental, por um de contração social.

Assim o autor vê a diferença entre as condutas das duas Europas:

A diferença essencial na conduta das duas Europas, a do Oriente e a do Ocidente, é que uma tomou seu caminho – certo ou errado – e por ele marcha com confiança, enquanto a outra se mantém indecisa e se afasta do caminho, ficando à margem da estrada, pedindo conselho e amparo aos transeuntes para os seus males e vicissitudes.

³¹ Conforme encontramos no livro na nota 75, a fonte está presente em SMITH, Howard. *op. cit.*

Os perigos que envolvem esta anômala situação, para a segurança do mundo, não podem escapar à visão de quem quer que encare o mundo em sua unidade espacial. É necessário e urgente que, por todos os meios, seja tirada a Europa Ocidental dessa absurda retração a que se recolheu, e a única maneira coerente com a realidade geográfica é promover-se a unificação das duas, numa só Europa (CASTRO, 1965, p. 395).

Concluindo, o autor afirma que a URSS abrange extensão de um sexto da superfície terrestre, com grande importância político-econômica, com a ressalva de que quando escreveu a primeira edição do livro, o autor não disponha de muitos elementos informativos, não podendo falar muito sobre ela. Contudo, em 1955 visitou a URSS, onde observou “múltiplos aspectos dos problemas da agricultura e da alimentação no regime socialista” (CASTRO, 1965, p. 396), que o fizeram cogitar de escrever “Socialismo e Fome”, contemplando a “análise do problema da fome no mundo” (CASTRO, 1965, p. 396).

II.2.3. O Livro Negro da Fome

O último livro da trilogia da fome, **O Livro Negro da Fome**, foi publicado pela primeira vez em 1957 “como um manifesto recomendando a criação da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM)” (CASTRO, 1968, p. 1). Na edição de 1968, constam os prefácios às edições norte-americana, inglesa e francesa, escritos, respectivamente, por Pearl S. Buck, Lord John Boyd Orr e Max. Sorre. Também temos os prefácios de Josué de Castro às quatro primeiras edições. Conforme Silva e Nunes (2017):

A escolha de escrever um livro-manifesto teve o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de criação de um governo supranacional entre nações, povos e diferentes classes, voltado para a formulação de uma nova teoria do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. Essa nova teoria deveria integrar os fatores humanos à Economia, de modo a fazer com que o desenvolvimento econômico fosse um meio de proporcionar dignidade a todos.

Esse manifesto foi publicado em vários idiomas e concentrou-se em quatro setores de atuação: 1) sensibilizar e despertar a consciência universal sobre o problema; 2) realizar pesquisa, investigações e inquéritos sobre a situação alimentar; 3) formar pessoal qualificado; 4) elaborar projetos específicos de âmbito nacional ou regional (SILVA; NUNES, 2017, p. 3.684).

O livro contou com doze ilustrações da grega Anna Kindynis, intituladas “fome”.

Agradecendo ao economista francês Maurice Lenggellé (p. 7), Josué de Castro deixa claro o objetivo principal do livro, “o de demonstrar que fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos, que constituem cerca de dois terços da população mundial” (CASTRO, 1968, p. 1).

A ASCOFAM foi criada graças ao apoio de grandes personalidades internacionais, como

Abbé Pierre, Alber Schweitzer, Lord Boyd Orr, Padre Joseph Lebret, Kuo-Mo-Jo, Louis Maire, Max Habitch, Paul Martin, Raymond Schevein, René Dumont, Tibor Mende.

Foram realizadas viagens pelo mundo, para melhor entender e buscar combater a fome. É notável que países com regimes político-econômicos distintos foram unânimes na luta contra a fome, como podemos perceber nas palavras do autor:

Através de sucessivas viagens que realizamos nos últimos três anos, em vários continentes, do Canadá à China, do Chile à União Soviética, por toda parte, pudemos bem aquilatar como mudou a atitude do mundo, como se permeabilizou rapidamente o pensamento oficial a todas estas ideias que vimos defendendo, ideias da necessidade de melhor distribuição da riqueza, de mais adequada estrutura da economia universal – ideias até bem pouco por muitos condenadas como perigosas ou dissolventes. É impressionante constatar-se como hoje se cristalizam depressa certos conceitos e se propaga o seu impacto pelo mundo afora. O apoio dado à ASCOFAM por parte dos governos dos mais diferentes coloridos ideológicos e dos mais diversos níveis de poder econômico é bem uma evidência de que conquistamos a consciência universal para nossa causa (CASTRO, 1968, p. 6).

Apresentamos a ideia de todos os capítulos desse livro histórico, para que entendamos melhor a necessidade do reconhecimento da fome, para podermos combatê-la. Josué de Castro estabelece uma relação entre a fome e o desequilíbrio econômico do mundo, enaltecendo a missão de acabar com a fome, sobretudo para garantia da paz.

A fome não deve ser limitada à visão geral do problema, e sim enquadrar-se como calamidade presente tanto em países industrializados, quanto nos agrários. Constatou, ademais, maior impacto da alimentação sobre a vida do que devido às condições climáticas, propriamente ditas, na relação até mesmo “homem-natureza”. Assim, é possível verificar enfaticamente a relação do fator alimentar sobre a saúde, incluindo tanto as síndromes nutricionais quanto as clínicas. Se por um lado houve diminuição da incidência de certas carências alimentares, devido à era pré-científica, por outro lado, aumentou-se o estado de carências parciais e de desequilíbrios alimentares. Josué de Castro nos apresenta uma das manifestações mais funestas da degenerescência da estrutura alimentar: a fome oculta.

Necessária é a diferença que Josué de Castro faz entre fator *predominante* e fator *determinante*, sendo a alimentação defeituosa um fator *predominante* da doença.

Em todo este capítulo das fomes específicas ou carências alimentares, a alimentação defeituosa é o fator *predominante* da doença. Não diria o fator *determinante* porque cada vez mais, à luz dos modernos conhecimentos de fisiopatologia, se chega à evidência de que os desequilíbrios da saúde são, no mais das vezes, os resultados da ação conjugada de inúmeros fatores, uns hereditários, outros de categoria mesológica, uns predisponentes, outros desencadeantes dos mesmos desequilíbrios (CASTRO, 1968, p. 19).

Josué de Castro chama atenção que deve haver prudência, tanto na medicina, quanto no campo das ciências sociais ou geográficas, “ao falarmos em *determinismo*, desde que mais

consentâneo se apresenta o conceito de *possibilismo*, ou seja, da ação de fatores que possibilitam o aparecimento de determinados fenômenos, quer sejam biológicos ou sociais (CASTRO, 1968, p. 19-20).

Assim, o autor continua a discorrer sobre as demais condições que afetam grupos humanos, como as “climáticas, o regime de trabalho, os agentes vivos do meio biótico e as suas próprias condições psíquicas dos grupos humanos, submetidos a diferentes impactos de categoria social” podendo influenciar nas deficiências específicas da alimentação. Ele atenta para o fato de que os hábitos alimentares criaram “uma forma de equilíbrio dinâmico entre o organismo e o meio ambiente”, assim sendo, as necessidades específicas do organismo variam e distinguem-se, e por isso as deficiências específicas são mais ou menos proeminentes (CASTRO, 1968, p. 20-21).

Conclui que efetivamente o fator alimentar é *predominante*. Além desse fator, Josué de Castro apresenta as doenças de massa como sendo o fator *predisponente* ou *preparador* do terreno, devido à incidência em grupos subnutridos, como “a tuberculose, o tracoma, a lepra, as verminoses e outras parasitoses gastrointestinais”. Josué considera que “todas estas doenças possuam um agente patogênico específico”, entretanto “as suas manifestações mórbidas, a sua propagação e a sua evolução dependem enormemente do estado de resistência orgânica dos grupos humanos, isto é, do seu estado de nutrição” (CASTRO, 1968, p. 21).

Josué de Castro também aduz as doenças degenerativas, mas por não serem expressão biológica da fome, não aprofunda suas considerações. Sem embargo, seja como fator *determinante* ou *predominante*, seja como fator *predisponente* de incontáveis males, “a fome rebaixa aos níveis mais ínfimos o estado de saúde das populações subnutridas” (CASTRO, 1968, p. 22).

Josué de Castro faz afirmações célebres sobre a fome: tanto aquela que “é a fome a mais generalizada de todas as doenças endêmicas e a mais grave manifestação do pauperismo mundial” quanto aquela que a miséria universal dividiu o mundo em dois grupos de seres humanos: “o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem” (CASTRO, 1968).

II.3. Dilema entre miséria e fome

*Les lois sont des toiles d'araignées à
travers lesquelles passent les grosses
mouches et où restent les petites.*
(Honoré de Balzac)

O grande dilema: é a fome que gera a miséria ou a miséria que gera a fome?

Para os primeiros economistas clássicos e Malthus, é a miséria que gera a fome. Para Josué de Castro é a fome que amplia a miséria. Vejamos um pouco seus pensamentos.

O meio científico inicialmente era ocupado por pessoas oriundas da elite, e que defendiam seus interesses porque o povo alijado era excluído do acesso à educação, pois tinha de trabalhar. Acrescentamos que a educação por muito tempo não era universal, pelo contrário, seu acesso era privado às mulheres, por exemplo, e restrito a essa elite que vinha com teorias que fizeram parte de mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais (às vezes determinando-as “teoricamente”), como a mudança do fim do feudalismo europeu. As revoluções francesa e gloriosa (no âmbito político, sobretudo) e as industriais (no âmbito econômico, principalmente) promoveram rupturas, e as teorias emergentes foram um fio condutor para essa nova realidade. Vejamos na nota de rodapé sobre a Escola clássica de economia³² contida no Dicionário de Economia de Paulo Sandroni (1999).

Notemos que é justamente na segunda metade do século XVIII que começa a Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra, consolidando o capitalismo. E nessa Escola Clássica estão Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, John Stuart Mill, Jean-Baptiste Say, por exemplo. Tendo a Inglaterra obtido esse pioneirismo na Revolução Industrial graças a um

³² “Linha de pensamento econômico que vai da publicação do livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, em 1776, aos *Princípios de Economia Política*, de John Stuart Mill, de 1848, e é marcada pela obra de David Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*, de 1817. Fundada por Smith e Ricardo, a escola clássica desenvolveu-se nos escritos de Malthus, Stuart Mill, McCulloch, Senior e do francês Jean-Baptiste Say. Com os representantes da escola clássica, a economia adquiriu caráter científico integral quando passou a centralizar a abordagem teórica na questão do valor, cuja única fonte original era identificada no trabalho em geral. Além da teoria do valor-trabalho, do uso do método dedutivo, do materialismo e da preocupação em simplificar e generalizar as proposições econômicas e de uma visão de conjunto da evolução econômica, a escola clássica baseou-se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo e firmou os princípios da livre-concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês. [...]” (SANDRONI, 2005, p. 303).

processo que inclui acumulação primitiva de capital³³, revolução comercial³⁴, *enclosures*³⁵ etc., não por coincidência os primeiros teóricos econômicos falavam de livre comércio, de vantagem absoluta (Smith), vantagem comparativa (Ricardo), por exemplo, estimulando a especialização de certo(s) produto(s) para o mercado internacional, com a promessa de se tornar uma “nação rica”, como se isso fosse possível para todas as nações, e para todos os cidadãos.

E mesmo no século XXI ecoam discursos ideológicos que favorecem uma minoria em detrimento da maioria da população. Não nos cabe detalhar esses fatos, mas não é difícil

³³ Segundo Sandroni (2005), também conhecida como acumulação originária, a acumulação primitiva de capital corresponde ao “Processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII, que possibilitou as grandes transformações econômicas da Revolução Industrial. Foi estudado e descrito por Karl Marx, que tomou a Inglaterra como modelo de sua teoria. A acumulação primitiva de capital, para Marx, se desenvolveu a partir de dois pressupostos: 1) a concentração de grande massa de recursos (dinheiro, ouro, prata, terras, meios de produção) nas mãos de um pequeno número de proprietários; 2) a formação de um grande contingente de indivíduos desprovidos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho aos senhores de terra e donos de manufaturas. Historicamente, isso foi possível graças às riquezas acumuladas pelos negociantes europeus com o tráfico de escravos africanos, ao saque colonial (metais preciosos), à apropriação privada das terras comunais dos camponeses, ao protecionismo às manufaturas nacionais e ao confisco e venda, a baixo preço, das terras da Igreja por governos revolucionários. Com o advento da Revolução Industrial, conclui Marx, a acumulação primitiva foi substituída pela acumulação capitalista (SANDRONI, 2005, p. 20).

³⁴ Também segundo Sandroni (2005), a revolução comercial trata-se do “Conjunto de transformações ocorridas nas relações de troca entre a Europa e o resto do mundo no período que vai do século XV ao XVII. Decorreu da formação dos mercados nacionais e do desenvolvimento do comércio no continente europeu, a partir do século XI. Incrementando a economia monetária e o comércio com o Oriente, dominado até fins do século XV por genoveses e venezianos, a Revolução Comercial foi o fator determinante da destruição do feudalismo. O ponto culminante da Revolução Comercial foi a descoberta do caminho das Índias através do Atlântico por Vasco da Gama (1498), o que acabou com a hegemonia das cidades italianas que dominavam as rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente pelo Mediterrâneo. Com esse feito e a descoberta do Novo Mundo por Colombo, Portugal e Espanha e, mais tarde, Inglaterra, Holanda e França ascenderam a potências comerciais. Abriram-se para a Europa as fontes fornecedoras de especiarias da Ásia e da África, além das riquezas minerais do Novo Mundo. A ampliação do comércio mundial, englobando quatro continentes, tornava-se uma monumental fonte de recursos para os mercadores europeus. Só na primeira viagem de Vasco da Gama os portugueses auferiram lucros de 6 000%. A Europa abarrotava-se de seda, chá, noz-moscada, pimenta, cravo — as famosas especiarias —, até então trazidas do Oriente com dificuldade e a preços elevados. Formaram-se então as grandes companhias de comércio (Índias Ocidentais e Índias Orientais), que, aliadas às Coroas europeias, empreenderam a luta pelo domínio das fontes de metais preciosos e especiarias. Com isso, desenvolveu-se o mercantilismo, fruto da acirrada concorrência entre Inglaterra, Holanda, França, Portugal e Espanha. O ouro e a prata proveniente do México e Peru vieram atender à crescente necessidade de cunhagem de moedas, pois a falta desses metais na Europa constituía, havia muito tempo, um obstáculo ao desenvolvimento das relações comerciais no continente e no comércio com o Oriente. O desenvolvimento do comércio e as grandes viagens transoceânicas, bem como a construção de navios e armamento de tropas para garantir a cada potência europeia regiões conquistadas ou descobertas, levaram a um incremento sem precedentes das atividades bancárias; muitos historiadores chegam mesmo a chamar o período da Revolução Comercial de Idade dos Fugger, a casa bancária mais importante da Europa. A riqueza acumulada na Europa com o comércio colonial, junto com o tráfico de escravos, o saque das terras descobertas e os metais preciosos provenientes do Novo Mundo foram alguns dos elementos econômicos que possibilitaram ao continente os recursos monetários posteriormente aplicados nas atividades produtivas que viabilizaram a Revolução Industrial” (SANDRONI, 2005, p. 732).

³⁵ Segundo Sandroni (2005), *Enclosure* é uma expressão inglesa que significa cercamento. A partir do século XVII, na Inglaterra, passou a designar o processo de eliminação dos campos abertos ou pastos comuns mediante o cercamento de terras, que passaram a constituir propriedade privada dos *landlords*. O processo de cercamento provocou a substituição de lavouras por pastagens para a produção de lã (matéria-prima por excelência da florescente indústria têxtil inglesa), causando a ruína dos camponeses que antes habitavam essas terras e sua migração maciça para as cidades” (SANDRONI, 2005, p. 295).

encontrar aqueles que ainda responsabilizem os pobres pela miséria, mesmo que quem assim se manifeste não pertença à classe dominante, ou seja, pobres que responsabilizam os pobres pela pobreza, defendem os ricos por sua riqueza, mesmo que ela não tenha sido adquirida por “meritocracia”. Um exemplo é o que ocorreu na Inglaterra com os *enclosures* que, além de expulsar os camponeses do campo, gerando sua migração para as cidades, aumentando a pobreza urbana, beneficiou direta e exclusivamente o enriquecimento dos *landlords*³⁶.

Enfim, a ciência nunca foi nem nunca será imune à ideologia: seja uma ideologia para proteger uma minoria dominante proprietária de meios de produção, terra, capital etc., seja uma ideologia para combater isso, buscando a justiça social. Basta olhar a biografia de Adam Smith, de David Ricardo e de Thomas Malthus, por exemplo. E já nessa época tínhamos intelectuais que divergiam de Malthus, como, por exemplo, o Marquês de Condorcet³⁷.

O embate entre Malthus e Condorcet, ocorrido no final do século XVIII, se deu num cenário em que prevaleciam altas taxas de mortalidade e fecundidade. Segundo Condorcet (1993) essas altas taxas eram frutos da ignorância, do fatalismo e do preconceito e poderiam ser reduzidas com a aplicação das luzes da inteligência, da razão e do progresso material da sociedade. Para Malthus (1983), contudo, as altas taxas de mortalidade e de fecundidade eram elementos de uma sina inevitável, fora do alcance da intervenção humana. A espécie humana não poderia, por simples esforços racionais, reduzir essas taxas e escapar da fome e da pobreza. A natureza avara e a população prolífera condenariam a humanidade a sofrer indefinidamente nesse mundo cheio de vícios e maculado pelo pecado. As leis demográficas e os rendimentos decrescentes da agricultura seriam, segundo Malthus, os fatores responsáveis pela miséria e a depauperação dos povos (ALVES, 2002, p. 7).

José Eustáquio Diniz Alves (2002) também afirma que:

[...] No que tange às ideias demográficas, a ideologia gris de Malthus adquiriu indiscutível hegemonia nos séculos seguintes e tem sido utilizada, muitas vezes, de forma acrítica, anacrônica e fora do contexto. A maior parte do tempo, o malthusianismo tem funcionado como uma justificativa para a defesa de teses conservadoras e reacionárias, que se opõem ao progresso e à justiça social (ALVES, 2002, p. 7).

E antes de prosseguirmos na análise entre Malthus e Josué de Castro, ainda na divergência entre Malthus e Condorcet, Alves (2002) aduz:

³⁶ Também segundo Sandroni (2005), *landlords* são “termo em inglês que significa, literalmente, ‘senhor da terra’. É o correspondente ao latifundiário no Brasil” (SANDRONI, 2005, p. 465).

³⁷ Marie Jean Nicholas Caritat, pensador francês liberal, condenado à morte durante a Revolução Francesa (período da ditadura jacobina, época do Terror), escreveu o livro *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de L'Esprit Humain* (Ensaio de um Quadro Histórico do Progresso do Espírito Humano) em 1794 [...]. Em seu livro defendeu a propriedade privada, que considerava estimulante ao estudo, à educação e ao desenvolvimento da individualidade. Propôs também a criação de uma “Caixa de Socorro e Poupança” para eliminar a pobreza e, dessa forma, a humilhação e a corrupção que a acompanhavam, e todos os seus membros seriam felizes. Esta proposta foi muito criticada por Malthus, que dizia: “Se os ociosos e negligentes são colocados em pé de igualdade em relação a seus créditos e ao sustento futuro de suas famílias, da mesma forma que os ativos trabalhadores, podemos esperar ver os homens exercerem aquela animada atividade de melhorar sua condição, que forma hoje a principal causa da prosperidade pública?” (SANDRONI, 1999, p. 120).

É impressionante como o pensamento de Malthus teve tanta repercussão e tantos adeptos. Talvez seu sucesso decorra da sua maneira simples de explicar e justificar a pobreza e a miséria. Nada melhor que a lei do menor esforço para justificar o atraso. O paradigma malthusiano apresentou um bode expiatório – o crescimento ilimitado da população – para explicar a fome, as guerras e os vícios. Por outro lado, a existência desses fenômenos se transformou em evidência do suposto caráter utópico do paradigma de Condorcet. Muitas pessoas viram o pessimismo de Malthus como realismo e o otimismo de Condorcet como idealismo (ALVES, 2002, p. 7-8).

Na polêmica entre os dois, inclui-se a discussão entre desenvolvimento e população. E fazendo uma reflexão no século XXI dessas contraposições entre Malthus e Condorcet, Alves (2002) também declara:

[...] A redução das taxas de mortalidade e natalidade modificou os parâmetros da polêmica. Os fatos mostram que o desenvolvimento econômico e a transição demográfica nasceram no mesmo momento histórico, porém apresentam dinâmicas distintas. São dois fenômenos gêmeo, mas não siameses. [...] (ALVES, 2002, p. 8).

Vejamos a seguir como Malthus e Josué de Castro viam fome e miséria.

II.3.1. Para o princípio malthusiano

José Eustáquio Alves (2002) faz uma brilhante análise do Malthus. Como nosso objetivo não é focarmos nele, faremos uso de alguns estudos sobre Thomas Robert Malthus e seus legados. Nascido em 14 de fevereiro de 1766, numa família abastada, no condado de Surrey, Inglaterra, Malthus morreu em 23 de dezembro de 1834. Seu pai era Daniel Malthus, “adepto dos ideais de Rousseau e Condorcet e amigo dos pensadores David Hume e Godwin”. (ALVES, 2002, p. 16). E ele “recebeu uma educação de primeira linha, graduou-se em 1788 e obteve o título de *Master of Arts Degree* em 1791. Em 1797, recebeu as ordens eclesiásticas, tornando-se sacerdote da Igreja Anglicana” (ALVES, 2002, p. 16-17).

Fundamental é entendermos as contribuições de Malthus e suas influências, porque até o presente sofremos com elas. Como Imanol Zubero afirma:

[...] *En enero de 2013 el conocido naturalista británico David Attenborough declaraba que los humanos son “una plaga sobre la Tierra” e instaba a controlar el crecimiento de la población para sobrevivir: “No se trata solo del cambio climático. Es también una cuestión de espacio, de si habrá suficiente sitio para cultivar alimentos que suministrar a toda esa enorme multitud”, señalaba [...]* (ZUBERO, 2015, p. 5).

Para Zubero:

El argumento es sobradamente conocido y se remonta hasta la temprana fecha de 1798, cuando Malthus escribe la primera versión de su Ensayo sobre la población. El principio malthusiano reza así: “La capacidad de crecimiento de la población es infinitamente mayor que la capacidad de la tierra para producir alimentos para el hombre. La población, si no encuentra obstáculos, aumenta en progresión geométrica. Los alimentos sólo aumentan en progresión aritmética. Basta con poseer las más

elementales nociones de números para poder apreciar la inmensa diferencia a favor de la primera de estas dos fuerzas”. Darwin se basará en esta regla de la progresión geométrica para elaborar su principio de la lucha por la existencia. Como consecuencia, Malthus nos confronta con una sencilla alternativa: o se equilibran ambas tendencias, a saber, el crecimiento de la población y la provisión de alimentos, o el desequilibrio resultante afectará cruelmente a las posibilidades de supervivencia de amplios sectores de la humanidad (ZUBERO, 2015, p. 6-7).

Explicando as limitações da “lei de Malthus”³⁸, Alves prossegue contestando o princípio relativo ao crescimento geométrico, como se os casais fossem ter muitos filhos, vindo do princípio bíblico “*Crescei e multiplicai-vos*” e ao princípio do crescimento aritmético da “*lei dos rendimentos decrescentes*”, “para dizer que a terra é avara e que os meios de sustento familiar só podem crescer em progressão aritmética. Em nenhuma passagem do ‘*Ensaio...*’ ele comprova ou apresenta fortes argumentos para demonstrar a impossibilidade de crescimento geométrico dos recursos de subsistência” (ALVES, 2002, p. 18-19).

Temos, pois, convicções, e não evidências, acerca dos argumentos de Malthus, e uma visão limitada dos rendimentos da terra, como Alves (2002) alegou. Ademais, matematicamente já era improvável tal conta: alimento crescer em progressão aritmética enquanto a população crescia em progressão geométrica.

Malthus estableció que la población, si ningún obstáculo viene á impedirselo, crecería indefinidamente en razón geométrica. Si la progresión geométrica de la población fuese: 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, las subsistencias aumentarían según la progresión aritmética; 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Evidentemente no es más que una figura, pues que el aumento real de las subsistencias no puede determinarse de modo tan simple, pero esta figura da una idea de la proporción del acrecentamiento de los factores de la ley de la población. Excepto al principio de una colonia nueva, tiempo relativamente corto representado por las cifras 1, 2 de las progresiones citadas, el desequilibrio es, pues, constante entre la población y las subsistencias. Sin embargo, nos hacen observar los espíritus superficiales, todos los seres humanos que pueblan la tierra hallan su subsistencia desde el momento que existen, por lo tanto, hay equilibrio y la ley de Malthus es falta (DEVALDÉS, 1908, p. 6-7).

O contexto histórico no qual Malthus está inserido é o da revolução industrial, no qual além de muitos pobres, sobretudo devido aos *enclosures* (cercamento de terras), há ultraexploração das pessoas nas fábricas. Segundo Gentil Corazza:

[...] a realidade social decorrente da Revolução Industrial, no final do século XVIII, era muito preocupante e desafiava intelectuais, políticos e governantes. Os efeitos sociais da industrialização eram agudos: desemprego, pobreza, doenças, habitações precárias, transformações no campo, êxodo agrícola e migração populacional para as cidades, provocando oferta abundante de mão-de-obra e queda dos salários. Os registros históricos são dramáticos: jornadas de 18 horas para mulheres e crianças, promiscuidade social, epidemias, doenças e mortes (CORAZZA, 2005, p. 2-3).

³⁸ Segundo Sandroni (2005): Lei de Malthus estabelece que, “enquanto a população cresce numa progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32...), os meios de subsistência crescem em progressão aritmética (2, 4, 6, 8...), o que significaria uma falta crônica de alimentos e a condenação à fome e à miséria da população, se medidas de controle ao crescimento populacional não fossem tomadas” (SANDRONI, 2005, p. 475).

Prosseguindo:

Por sua vez, as “leis dos pobres”, que garantiam o auxílio à população carente, começavam a ser contestadas pela classe proprietária de terras e pelos capitalistas industriais, devido aos seus elevados custos e aos obstáculos que criavam para a formação do mercado de trabalho, restringido a mobilidade da mão-de-obra. Tanto Ricardo quanto Malthus defendiam a revogação dessas leis.

Ao mesmo tempo, o fermento das ideias revolucionárias vindas da França encontrava terreno fértil entre os pobres e contestadores sociais na Inglaterra. A reação da classe proprietária e dos ricos foi a de negar qualquer responsabilidade sua pela pobreza generalizada. Os pobres eram considerados como os maiores responsáveis pela sua pobreza e eles mesmos é que deveriam encontrar a solução para ela (CORAZZA, 2005, p. 3).

Vemos não apenas os pobres sendo responsabilizados pela pobreza, havendo omissão do processo de expropriação de muitos e o enriquecimento de poucos, mas tendo a contestação do auxílio à população carente via a “lei dos pobres”. É necessário “entender que a pobreza e sua estigmatização funcionam como uma estratégia de manutenção da desigualdade social e nunca se deve apontar a pessoa pobre como culpada pela sua situação” (MOURA JR, 2015, p. 184).

Numa visão que culpa os pobres pela miséria, pela fome, “Malthus considera que somente o salário de subsistência seria capaz de garantir o equilíbrio homeostático entre a população e o fundo de manutenção do trabalho” (ALVES, 2002, p. 20). Contrariando os ideais iluministas, Malthus:

[...] descarta qualquer possibilidade de “esforço racional” para acabar com a pobreza e faz uma defesa do fatalismo. Enquanto Condorcet considerava a fome, as doenças, as epidemias, as guerras e a miséria como frutos do preconceito, das superstições e da falta de progresso, Malthus as considera “freios positivos” necessários para o controle da população e um entrave a qualquer tipo de progresso: “*Essa desigualdade natural dos dois poderes, da população e da produção da terra, e essa grande lei da nossa natureza que deve manter constantemente uniformes suas consequências constituem a grande dificuldade, que a mim me parece insuperável no caminho da perfectibilidade da sociedade. Não vejo nenhuma forma pela qual o homem possa escapar da influência desta lei que impregna toda a natureza viva.*” (p. 282). Todavia, uma forma racional e viável de restringir o crescimento da população seria o controle da natalidade através do uso de métodos contraceptivos (artificiais ou naturais), esterilização, aborto, abstinência sexual no casamento etc. Mas esse “esforço racional” ia contra os (pre)conceitos religiosos do autor, que condenava o aborto e qualquer tipo de regulação da fecundidade entre os casais (ALVES, 2002, p. 21).

Sobre o salário de subsistência, Alves (2002) esclarece que Malthus, como “ideólogo conservador e porta-voz declarado dos ricos fazendeiros, ele defendia os ganhos do latifúndio contra os interesses da burguesia nascente e o progresso das classes populares”, “elaborou o princípio da população para justificar o salário de subsistência” (ALVES, 2002, p. 21).

[...] O modelo econômico/demográfico de Malthus visava a defender a inflexibilidade do salário de subsistência em benefício da renda da terra. Por conseguinte, ele foi contra a liberação do comércio e a importação de cereais, como reivindicavam os setores urbanos da Inglaterra de seu tempo. Essa liberação possibilitaria a redução do

preço dos alimentos, barateando o custo de reprodução da força de trabalho, o que beneficiaria o lucro da burguesia industrial e elevaria o poder de compra dos salários. Dessa forma, Malthus defendia o salário de subsistência como forma de equilibrar as taxas de natalidade e mortalidade, mantendo a população sob controle (ALVES, 2002, p. 21).

As taxas de mortalidade e fecundidade não poderiam ser reduzidas para Malthus, uma vez:

[...] que eram consequências de uma “lei de população” fora do alcance da intervenção humana. A dinâmica populacional seria determinada por forças naturais e pelos desígnios da Providência, sendo que o crescimento populacional descomedido seria limitado pela tríade fome-doenças-guerras (Oliveira e Szmrecsányi, 1980). Entretanto a transição demográfica tirou a população da condição de réu e veio demonstrar que a racionalidade humana está acima das pequenas armadilhas da natureza, das forças sobrenaturais e das credices religiosas. A vitória que possibilitou o controle da mortalidade e a autolimitação da fecundidade é a mais pura expressão do avanço da ciência e do autoconhecimento do Espírito, instrumentos de emancipação da espécie humana (ALVES, 2002, p. 48-49).

Devaldés (1908) enfatiza a influência religiosa de Malthus, sendo, por isto, o meio de Malthus um meio moral. E Corazza (2005) demonstra como Malthus faz um problema social ser tratado como um problema natural. Veremos a seguir como Josué de Castro combate os argumentos malthusianos, mas que continuam ainda sendo utilizados para condenar os pobres.

II.3.2. Para Josué de Castro

Josué não se mimetizou, nem se multiplicou. Ao contrário, se fez modelo a copiar, ou pelo menos a reconhecer, mas apenas para ser livre. Compôs sua própria província científica, que ensinou o mundo a cultivar: o estudo socioecológico dos condicionantes sociais e culturais da nutrição e da desnutrição humana. Aprofundou-se, como ninguém, na denúncia da ordem fundada no latifúndio, que esfomeia o Brasil. Josué foi o intelectual mais brilhante que conheci e foi talvez, nos seus últimos anos de vida, o brasileiro mais admirado lá fora, em qualquer tempo. Tinha ditos fantásticos, como o de afirmar que no Brasil todos morrem de fome. Uns de fome mesmo. Outros de medo dos que têm fome.

(Darcy Ribeiro, 2012, p. 109 *apud* Amorim, 2016, p. 65)

Josué de Castro desvenda a fome, demonstrando que ela não é causada estritamente por

questões climáticas nem por questões de guerras, mas devido às desigualdades sociais, um problema mais relacionado à má distribuição da comida do que pelas catástrofes. Por isso, desnaturalizando a pobreza e outras perversidades socioeconômicas, Josué de Castro também demonstra que a fome é que causa a miséria e não o contrário, como defendido por Malthus e seus seguidores.

Castro também analisou os malefícios das deficiências alimentares nos desenvolvimentos físico, intelectual e moral dos indivíduos, e se o pobre continuar sendo pobre, condenará ainda mais a população à miséria. A saída para o fim desse ciclo é melhorar a condição da população, sobretudo a qualidade de sua alimentação.

Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro já mostrava que a fome é causa e não efeito da superpopulação, contradizendo o que a teoria de Malthus defende.

Castro demonstra que a taxa de fecundidade é reduzida quando a dieta é rica em proteína, enquanto a deficiência proteica na dieta faz com que a fecundidade aumente. Castro evoca a humanização da nossa civilização, em vez da condição desumana que acentua a desigualdade social *vis-à-vis* a exploração das riquezas, condenando muitos seres humanos à miséria, devido à má distribuição dessas riquezas.

Quanto à relação entre produção de alimentos e crescimento populacional, o primeiro crescendo em progressão aritmética (PA) e o segundo em progressão geométrica (PG), já se mostrava inviável na época de Josué. E ele justamente defende a teoria de que a fome específica (crônica ou latente), estimula a intensificação do interesse sexual, observado pelo aumento na taxa de natalidade. Nas palavras do autor:

No que diz respeito ao comportamento sexual, verifica-se que a fome crônica – específica ou latente – age de maneira bem distinta da fome aguda. Os povos submetidos à ação contínua de uma alimentação deficitária, longe de diminuírem seu apetite sexual, apresenta exaltação do mesmo e nítido aumento de fertilidade. Esta intensificação da capacidade reprodutiva dos povos cronicamente famintos explica-se através de um complexo mecanismo onde entram fatores de ordem psicológica e de ordem fisiológica. Psicologicamente, a fome crônica determina exaltação das funções sexuais, como um mecanismo de compensação emocional. Todos os fisiólogos são unânimes em reconhecer que, em condições normais, existe uma espécie de competição entre os dois instintos – o de nutrição e o de reprodução – e, toda vez que um se atenua, o outro, imediatamente, se exalta (CASTRO, 1965, p. 129-130).

E continua explicando o fenômeno:

Como a fome crônica, principalmente a fome de proteínas e de certas vitaminas, determina inapetência habitual, perda de interesse pelos alimentos, dá-se em consequência um enfraquecimento da força do instinto de nutrição diante da força do instinto de reprodução, que passa a predominar. Com o apetite embotado, satisfazendo-se facilmente com qualquer coisa, o faminto crônico pode desviar seus interesses para outras atividades independentes da obtenção do alimento, e o primeiro

grupo de atividades biológica, como também como compensação psicológica, é o das atividades de ordem sexual. Neste mecanismo psicológico baseia-se o exagerado sensualismo de certos grupos humanos e de certas classes que vivem num regime de desnutrição crônica (CASTRO, 1965, p. 130).

O instinto de sobrevivência é, então, despertado pela desnutrição, fazendo com que a reprodução aumente. Isso foi observado em animais estéreis, que foram submetidos à restrição alimentar, recuperando assim a fertilidade.

[...] Mas o fato empírico não tivera grande repercussão nos meios científicos. Hoje, no entanto, dispomos de dados experimentais e de observações sistematizadas que nos permitem compreender como atuam as deficiências alimentares parciais, como fator de aceleração da multiplicação da espécie. É exatamente a fome de proteínas, acarretando o fornecimento deficitário de certos ácidos aminados indispensáveis, que atua de maneira mais intensa sobre a capacidade reprodutiva dos animais (CASTRO, 1965, p. 130-131).

Em experiências realizadas com ratos por J. R. Slonaker³⁹, de 1925 a 1928, concluiu-se que “com boas doses de proteínas, capazes de garantir uma boa sobrevivência da prole, caía o número de filhos e que, com dietas proteicas insuficientes, a natureza multiplica o número de indivíduos, para garantir a sobrevivência da espécie” (CASTRO, 1965, p. 132).

Nos seres humanos, Josué observava o mesmo fenômeno, como apresenta o autor, tendo altos índices de natalidade onde há carência nutricional, sobretudo de proteína, em certas populações do Extremo Oriente, da África e da América Latina, contrastando com certas populações com elevada proporção de alimentos de origem animal na dieta na Europa Ocidental (17%), nos Estados Unidos (25%) e na Austrália e Nova Zelândia (36%).

Agrupando segundo um critério geográfico os países com elevados coeficientes de natalidade, Josué de Castro constatou que “são todos países tropicais, de condições geográficas e econômicas impróprias, tanto à produção como ao consumo das proteínas de origem animal” (CASTRO, 1965, p. 132). Continuando:

[...] A alimentação, de predominância vegetal, desses países, constitui um dos fatores decisivos, influenciando no segredo de sua prolificidade. Se comparamos os coeficientes de natalidade e os consumos de proteína de origem animal, no mundo inteiro, verificamos que existe franca correlação entre os dois fatores, baixando a fertilidade à proporção que sobe a taxa de consumo destas proteínas (CASTRO, 1965, p. 132).

Valendo-se para isto de estatísticas produzidas por Lynn Smith⁴⁰ numa publicação da FAO sobre problemas populacionais e de consumo de proteínas no mundo, encontram-se dados irrefutáveis sobre a relação inversamente proporcional entre consumo diário de proteína animal

³⁹ Conforme encontramos no livro na nota 27, a fonte está presente em SLONAKER, J. R. *Amer. J. Physiol.*, nºs 71, 83, 96, 97, 98, 123, de 1925-1928.

⁴⁰ Conforme encontramos no livro na nota 29, a fonte está presente em SMITH, T. Lynn. *Population Analysis*, 1948.

e natalidade. Logo, mais uma vez, a teoria malthusiana não explica a realidade.

Todavia, houve discordâncias do que fora apresentado por Josué de Castro. Em suas palavras:

Estes aspectos do problema alimentar referentes à influência da dieta sobre a reprodução têm constituído o ponto mais debatido e controvertido de nosso trabalho. Desde que apareceu a primeira edição deste livro em 1951, várias críticas foram formuladas, principalmente tendo-se em vista que a ciência clássica da nutrição sempre considerou o fato de que uma dieta rica em proteínas constitui uma condição indispensável à boa capacidade reprodutiva. Considerando a alta importância deste assunto, pela repercussão e aplicação social que poderá ter esta teoria no campo prático da política demográfica, tomamos a deliberação de prosseguir em nossos trabalhos experimentais sob cujos resultados pretendemos publicar um trabalho especialmente dedicado ao problema de alimentação e reprodução. Aproveitamos, no entanto, a oportunidade do aparecimento desta nova edição para apresentar, de forma sintética, alguns fatos novos oriundos da investigação de outros estudiosos da matéria e da observação de fatos sociais que confirmam os nossos pontos de vista (CASTRO, 1965, p. 133-134).

Há, portanto, descrições de experimentos laboratoriais com ratos, com protozoários e com aves, bem assim de observações sociais. Josué de Castro demonstra que “não é a superpopulação que cria e mantém a fome em certas áreas do mundo, mas que é a fome que origina a superpopulação” (CASTRO, 1965, p. 75). Evidenciando, assim, que não é possível moderar o crescimento das populações com controle da natalidade. As taxas de natalidade diminuem com a erradicação da fome. E a história mostra aumento da taxa de fecundidade em situações de pobreza, de miséria, de fome, em oposição à sua redução, em situação de crescimento econômico, de pessoas sem fome. Isto é, a teoria malthusiana não condiz com a realidade, como já provado e como é comprovado no decorrer do livro de Josué.

Para ele, com a instauração de uma economia da abundância não apenas serão solucionados os aspectos qualitativos, como também seres humanos sadios, bem alimentados terão sua redução na taxa de fecundidade, ajustar-se-ão às possibilidades naturais e culturais de cada grupo. E afirma que o caminho da sobrevivência do mundo está na decisão de encarar a realidade social, buscando superar as dificuldades naturais, e mesmo socioeconômicas. Atualmente temos já muito avanço tecnológico, faltando-nos ainda pensar na distribuição de renda, no acesso de todos às oportunidades.

Na *Geopolítica da Fome*, Josué de Castro escreve uma seção intitulada “**O espantallo malthusiano**”, para se contrapor ainda mais diretamente à teoria de Thomas Robert Malthus.

Segundo o próprio autor:

Outro grupo de especuladores em torno do fenômeno da fome acusa a natureza de provocar essa calamidade mercê de um mecanismo indireto: dando ao homem a capacidade de reproduzir-se de maneira intempestiva e provocando, em consequência,

a superpopulação da Terra. Pertencem a esse grupo os chamados neomalthusianos, ressuscitadores das teorias do célebre economista inglês Thomas Robert Malthus, que as apresentou em fins do século XVIII, na fase em que as primeiras experiências industriais davam a impressão de que a máquina poderia substituir o homem e, portanto, conviria ir logo diminuindo a fabricação deste, isto é, da máquina humana, para evitar sua concorrência com as novas máquinas. Foi esta uma das razões por que suas teorias tiveram, a princípio, larga aprovação, principalmente em seu país, berço do industrialismo. Afirma Alfred Sauvy que também o medo do socialismo nascente contribuiu, em larga escala, tanto para a criação como para a aprovação das teorias de Malthus (CASTRO, 1965, p. 61).

Segundo Josué, faltam bases científicas à sua teoria. Primeiro, porque Malthus errou em “considerar o crescimento da população como uma variável independente, como um fenômeno isolado no quadro das realidades sociais, quando, na verdade, esse crescimento está na mais estrita dependência dos fatores políticos e econômicos” (CASTRO, 1965, p. 61-62). E Josué de Castro já observava a redução das taxas de natalidade, fazendo-o afirmar que estava surgindo, “ao lado do perigo da superpopulação, o perigo da subpopulação” (CASTRO, 1965, p. 62).

Josué de Castro pergunta por que a teoria principal de Malthus estava ressurgindo, se ela já era desmentida na primeira metade do século XX. E a resposta é dada no mesmo parágrafo, no qual a inquietação e a incerteza do futuro fazem emergir argumentos sem fundamentos, que defendem um grupo privilegiado em detrimento de grande parcela da população.

A doutrina principal de Malthus “foi, assim, completamente desmentida pela evolução real”, afirma o notável demógrafo Imre Ferenczi. “Na civilização ocidental o espectro levantado por Malthus foi derrubado” escreveu em 1937 o Dr. W. R. Aykroyd, atual Diretor da Divisão de Nutrição da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. Como se explica, então, que esta teoria, enterrada sob os escombros de suas profecias aterradoras, seja desencavada nos nossos dias e, com os seus materiais, se estructure nova profecia ainda mais aterradora – a do próximo fim do mundo, despovoado pela fome em massa? É que existem, no momento atual, condições de receptividade coletiva muito semelhantes às do tempo do velho Malthus. Viveu o economista inglês numa fase revolucionária – a era da revolução industrial – e, portanto, numa fase de inquietação e de incerteza do futuro, fenômeno que se repete ainda em maior escala na revolução social dos nossos dias. A atual revolução mundial envolve uma transformação tão radical nos processos sociais, que torna inteiramente imprevisível o futuro do mundo. Com razão afirma Julian Huxley que a atual revolução, mesmo dentro do quadro comparativo das revoluções, é inteiramente revolucionária (CASTRO, 1965, p. 62-63).

Assim, os povos famintos passam de vítimas a “criminosos culpados desse feio e tremendo crime de passar fome” (CASTRO, 1965, p. 63).

Segundo Josué de Castro, a teoria neomalthusiana seria uma “teoria do faminto-nato”, pois:

[...] O faminto passa fome porque é faminto-nato, como o criminoso da antiga teoria lombrosiana mata e rouba por ser criminoso-nato. Como os criminosos-natos, merecem os famintos um castigo exemplar e, por isto, os neomalthusianos os condenam ao extermínio, individualmente, levando-os a morrer de inanição, e coletivamente, controlando-lhes os nascimentos, até que desapareça do mundo a raça dos famintos-natos, desses criminosos-natos, culpados do crime masoquista de criar

a fome e sofrer suas consequências ... (CASTRO, 1965, p. 63).

E concluindo esta parte, o autor explica o termo “espantalho malthusiano”:

Aos olhos dos neomalthusianos, a população da Terra aparece como algo ainda mais calamitoso do que um bando de pássaros famintos – como uma densa nuvem de gafanhotos ameaçando devorar toda a produção do seu pequeno pomar. Desse pequeno pomar que, como vimos, não ocupa mais de 10% da superfície da Terra. Contra essa praga humana que ameaça a segurança alimentar e o nível geral de vida das populações mais ricas, levantam os neomalthusianos, nos quatro cantos do mundo, os espantalhos de suas teorias do excesso de população – espantalhos que são um símbolo e um fantasma. Tem razão o poeta que fala dos espantalhos como “esculturas do medo, de nossa gente e de nossa época” (CASTRO, 1965, p. 66).

Castro inclusive acentua que as diferenças entre grupos étnicos são devidas “mais aos recursos e hábitos alimentares dos grupos humanos do que de seus patrimônios genéticos” (CASTRO, 1965, p. 123). Os efeitos da fome não se limitam ao físico, pois afetam também o espírito, a estrutura mental e a conduta social dos indivíduos. Castro observa um grande efeito nocivo na conduta mental do ser vivo, inclusive do ser humano, quando atinge o limite da verdadeira inanição e a fome o fustiga à necessidade imperiosa de comer, a ponto de ele poder ter comportamentos coléricos.

Num primeiro momento, pois, ocorre aumento do apetite sexual, contudo, com a fome acentuada, diminui-se a libido. Entretanto, veremos mais à frente que o estado de fome oculta aumenta o apetite sexual, diferentemente da fome absoluta. Ao anular o que condiciona os comportamentos humanos, ou seja, a ordem moral, a fome desagrega a personalidade, podendo incitar certos fenômenos antissociais e/ou que abalam a integridade humana, como o comprovam as palavras do autor:

Anulando as outras forças condicionadoras do comportamento humano, a fome desagrega a personalidade, apaga ou mesmo inibe suas relações normais a todas as outras solicitações do meio ambiente alheias à satisfação do instinto de alimentação. Nessa desintegração mental progressiva, desaparecem as atividades de autoproteção e de controle mental e dá-se, finalmente, a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral. Nestas contingências, o homem se manifesta, mais do que nunca, como o animal de rapina, de que fala Spengler e que representa “a forma suprema da vida movediça, o extremo da necessidade de afirmar-se, lutando, vencendo e aniquilando”. No decorrer deste trabalho teremos ocasião de chamar a atenção para certos fenômenos sociais, tais como o do banditismo e do misticismo mórbido, de certas áreas atrasadas do mundo, o das revoluções episódicas de outras áreas, o da prostituição e depravação moral – tudo isso como consequência mais ou menos direta dos efeitos dissolventes da fome aguda, sobre o equilíbrio mental e a integridade da pessoa humana. Nas experiências, já referenciadas, do Dr. Ancel Key, foi verificada uma verdadeira neurose da fome de variada intensidade, mas denunciadora de reações antissociais perigosas. Quando a fome atinge o auge, chega-se mesmo a um estado de fúria ou raiva, chamada pelos navegadores dos séculos XVI e XVII, bons conhecedores das crises de alimentos, de “hidrofobia de fome” (CASTRO, 1965, p. 127).

Max. Sorre fala de Malthus e de Josué de Castro sobre esse dilema populacional. Sobre Malthus:

Desde o século XVIII, desde Malthus, economistas, sociólogos e moralistas têm estudado a progressão das multidões humanas e suas consequências. O problema é examinado aqui de um ângulo geográfico, sem preocupação com teorias e controvérsias. O equilíbrio demográfico geral depende da proporção de natalidade-mortalidade, considerando também a migração. Podemos definir como regra que o segundo termo apresenta uma diminuição acelerada na maior parte do globo, enquanto o balanço das variações regionais do primeiro permanece positivo (SORRE, 1961, p. 61, tradução nossa⁴¹).

Max. Sorre então ressalta que houve uma diminuição da taxa de mortalidade, devido ao progresso da medicina e da higiene, havendo um aumento da expectativa de vida por causa da melhoria da higiene, dos medicamentos, da elevação do padrão de vida, como fora observado por Halbwachs. Quanto à natalidade:

[...] A taxa de natalidade está, de fato, sujeita a influências complexas, cuja natureza e intensidade variam de acordo com os grupos. Poderíamos citar tribos cuja fertilidade natural é limitada (Fuégiens). Essa esterilidade fisiológica invocada por Corrado Gini só é certa em casos isolados de infectados por doenças venéreas. Por outro lado, se limitarmos os casos de esterilidade fisiológica, não estaremos inclinados a aceitar a associação sobrenatalidade – fertilidade da miséria fisiológica –, à maneira de Castro (SORRE, 1961, p. 62, tradução nossa).

Embora Abramovay (2008) afirme com veemência que faltam pesquisas científicas que confirmem tal associação ao aumento da fertilidade feminina nos humanos, na natureza, a vida animal dá seu jeito para perpetuação da espécie em situação de ameaça à vida. Consultemos pesquisas de biólogos e de ecologistas, para entendermos que essa perpetuação é possível quando a ação de destruição dolosa do ser humano, ou mesmo de catástrofes naturais, afeta certa(s) espécie(s). Assim os seres-vivos procuram retornar ao equilíbrio dos ecossistemas para manter a vida, para perpetuar a espécie...

E Abramovay (2008) está correto com a cautela dessa afirmação castrina no âmbito social, porque infelizmente faltam pesquisas destinadas à qualidade nutricional humana, relacionando com a capacidade cognitiva, por exemplo, além do aumento da população humana. Contudo é uma explicação aceitável a de Josué de Castro para dizer que a miséria gera o aumento populacional e não o aumento populacional que gera a miséria, porque observando dados atuais populacionais, houve um decréscimo da taxa de fecundidade em quase todos os países do mundo, e passamos por um processo demográfico de envelhecimento populacional, assim como também afirmava Condorcet.

De toda forma, verificamos a necessidade de incentivar maiores pesquisas sobre a qualidade nutricional para ver quais são seus impactos nos indivíduos, já que na sua conduta social e na sua relação com o meio não depende tanto da alimentação e sim das relações sociais

⁴¹ As traduções feitas nesta tese dos textos em francês foram feitas pela autora. Além da tradução do capítulo *Geografia dos regimes alimentares*, publicado na revista *Geografias* em 2018, juntamente com José Ramos.

e humanas estabelecidas, propriamente ditas. Mas para o desenvolvimento do indivíduo e de outros comportamentos, ou patologias, diretamente relacionadas à alimentação (à qualidade nutricional), faltam pesquisas médico-nutricionais relacionando-as com os comportamentos morais e/ou sociais.

II.4. Os tabus em Josué de Castro

*Il arrivera donc, ce moment où le soleil
n'éclairera plus sur la terre que des
hommes libres, ne reconnaissant d'autre
maître que leur raison ; où les tyrans et
les esclaves, les prêtres et leurs stupides
ou hypocrites instruments n'existeront
plus que dans l'histoire et sur les
théâtres ; où l'on ne s'en occupera plus
que pour plaindre leurs victimes et leurs
dupes ; pour s'entretenir, par l'horreur de
leurs excès, dans une utile vigilance ;
pour savoir reconnaître et étouffer, sous le
poids de la raison, les premiers germes de
la superstition. et de la tyrannie, si jamais
ils osaient reparaitre !*
(CONDORCET, 2005, p. 198)

Segundo Oliveira-Cavalcanti (2011) quando se pensa na palavra fome, o estudioso do pensamento social brasileiro a associa ao Josué de Castro, que se dedicou ao combate do “maior flagelo que tem fustigado a humanidade desde sua história mais remota” (OLIVEIRA-CAVALCANTI, 2011, p. 70).

Indagando “Quais são as causas ocultas desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome?”, Josué de Castro responde:

[...] O fenômeno é tão marcante e se apresenta com tal regularidade que, longe de traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente. O fundamento moral que deu origem a esta espécie de interdição baseia-se no fato de que o fenômeno da fome, tanto a fome de alimentos como a fome sexual, é um instinto primário e por isso um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre o dos instintos na conduta humana. Considerando o instinto como o animal e só a razão como o social, a nossa civilização, em sua fase decadente, vem procurando negar sistematicamente o poder criador dos instintos, tidos como forças desprezíveis. Aí encontramos uma das imposições da alma coletiva da cultura, que fez do sexo e da fome assuntos tabus — impuros e escabrosos — e por isto indignos de

serem tocados. Sobre o problema do sexo, foi mantido um silêncio opressor, até o dia em que um homem de gênio, num gesto inconveniente e providencial, afirmou, diante do fingido espanto da ciência e da moral oficiais, que o instinto sexual é uma força invencível, tão intensa que atinge a consciência e a domina inteiramente. Freud demonstrou com tal genialidade o primado do instinto, que é essencial, sobre o racional, que é acessório, no desempenho do comportamento humano, que não houve remédio senão aceitar-se, mesmo a contragosto, a sua teoria e deixar-se abrir os diques com que se procurava ingenuamente afogar as raízes da própria vida. Desde então foi possível debater-se em altas vozes o problema do sexo (CASTRO, 2008, p. 12-13).

De uma forma geral, “o Brasil é realmente um dos países de fome no mundo atual. Tanto em seus quadros regionais como em seu conjunto unitário, sofre o Brasil as duras consequências dessa condição biológica aviltante de sua raça e de sua organização social” (CASTRO, 1984, p. 278).

O autor fala da influência do poder político central e dos interesses colonialistas que manipularam o progresso econômico brasileiro, fazendo que “se limitasse a ampliar os lucros de um pequeno número de proprietários agrícolas, associados em sua aventura colonial, sem atingir, entretanto, o conjunto da população. [...]” (CASTRO, 1984, p. 281).

Então, foi esta característica essencial do desenvolvimento econômico do tipo colonialista, que difere do desenvolvimento econômico autêntico do tipo nacionalista, que

[...] promoveu pelo mundo uma certa forma de progresso, mas sempre a serviço dos seus lucros exclusivos, ou quando muito associado a um pequeno número de nacionais privilegiados que se desinteressam pelo futuro da nacionalidade, pelas aspirações políticas, sociais e culturais da maioria. Daí o desenvolvimento anômalo, setorial, limitado a certos setores mais rendosos, de maior atrativo para o capital especulativo, deixando no abandono outros setores básicos, indispensáveis ao verdadeiro progresso social. Como consequência desta visão egoística do progresso econômico se constituiu em vários países de economia dependente o que alguns sociólogos chamaram de uma “estrutura social dualista” com a superposição do quadro social bem desenvolvido sobre outro quadro de total estagnação econômica. Ainda hoje, perdura em certos meios uma atitude mental fiel às tradições colonialistas inclinada a conceber o progresso econômico em termos de lucros a curto prazo ou de simples injeção de dólares para exploração imediata de certos recursos mais abundantes. [...] (CASTRO, 1984, p. 282-283).

Castro também atribui o relativo abandono das regiões mais pobres do país no desenvolvimento econômico, sendo pouco favorável à melhoria da alimentação de suas populações. “[...] Faz-se necessário que as áreas mais ricas, de maior poder, tanto econômico como político, tenham mais respeito pelas regiões mais pobres e procurem cooperar para sua emancipação, em benefício da nacionalidade. [...]” (CASTRO, 1984, p. 284).

Para Josué de Castro, o desenvolvimento econômico-social autêntico atenua os desníveis econômicos – as disparidades “entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico de uma Nação” (p. 285) – “através de uma melhor distribuição de riqueza e de um mais justo

critério de investimentos nas diferentes regiões e nos diferentes setores das atividades econômicas do país” (p. 285).

Castro também ressalta a questão da agricultura, prejudicada principalmente pela existência de latifúndios improdutivos. Quanto à produção de alimentos, não atende às necessidades vitais da população, que não pode pagar pelos alimentos. Então, esse não desenvolvimento do mercado consumidor interno prejudica e perpetua a desigualdade socioeconômica. Para Josué de Castro, para haver libertação “da opressão e da escravidão econômica que esmagam a maioria de nossas populações” é preciso que haja a “tomada de consciência da realidade social brasileira” (CASTRO, 1984, p. 293).

Sua ideia de desenvolvimento buscava o equilíbrio entre o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento da economia agrária.

Luitgarde Oliveira-Cavalcanti (2011) revela um pouco de Josué de Castro e sua dedicação para o combate da injustiça humana, da condição indigna de parte numerosa da população.

Como Abravomay (2008) sintetiza, Josué de Castro teve a maestria de reunificar o que a constituição das ciências contemporâneas separou: a natureza em si, e a natureza humana (considerando seu instinto, seu lado racional e sua natureza social). Assim, Josué de Castro alude aos dois tabus presentes na *Geografia da Fome*: o tabu da fome e o tabu da reforma agrária. Falaremos deles nesta seção, cada um numa subseção.

II.4.1. A fome

*Uma das cruéis ironias da vida: só os
bem alimentados podem lutar pelos
famintos. Os muito miseráveis nem sequer
se revoltam: deixam-se morrer à míngua.
É preciso muita proteína para fazer uma
revolução.*
(Paulo Leminski)

Comparando fome ao sexo, dois temas tabus na sociedade, Oliveira (2015) afirma que para Josué de Castro “a fome de alimentos e a fome sexual são instintos primários do homem. O sexo foi mantido em silêncio por muito tempo, até que Freud (a quem ele chamou de gênio) teve a coragem inconveniente e providencial de levantar o tema” (OLIVEIRA, 2015, p. 242).

Josué de Castro já começa o primeiro capítulo de *Geopolítica da Fome, O tabu da fome*, com a veemente afirmativa: “A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia” (CASTRO, 1965, p. 45).

E continua:

[...] Parece, pois, difícil explicar e ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem – este animal pretensiosamente superior, que tantas batalhas venceu contra as forças da natureza, que acabou por se proclamar seu mestre e senhor – não tenha até agora obtido uma vitória decisiva nesta luta por sua própria subsistência. Basta ver que, depois deste longo período de algumas centenas de milhares de anos de batalha, hoje se verifica, sob critério de observação científica, que cerca de dois terços da população do mundo vivem num estado permanente de fome; que cerca de um bilhão e meio de seres humanos não encontram recursos para escapar às garras da mais terrível de todas as calamidades sociais (CASTRO, 1965, p. 45).

O autor nos diz que a fome é uma calamidade social que, apesar de todos os avanços tecnológicos, apesar da superioridade do ser humano perante outros seres vivos, ainda é uma espécie que sofre dessa calamidade chamada fome. Numa questão crucial, já no segundo parágrafo, Josué de Castro indaga: “Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?” (CASTRO, 1965, p. 45). E é justamente a resposta a essa indagação que é abordada na presente obra, uma vez que é um assunto, conforme o autor, delicado e perigoso e que permaneceu (e permanece?) tabu na nossa civilização. Usando conceitos freudianos, Josué de Castro associa o conceito de tabu à calamidade social chamada fome.

Assim, tornou-se a fome qualquer coisa de vergonhoso como o sexo. Qualquer coisa de impuro e escabroso e, portanto, indigna de ser tocada – um tabu. A verdade é que, embora na antiguidade Buda haja afirmado que “a fome e o amor constituem o germe de toda a história humana” e, mais recentemente, Schiller haja dito que “a fome e o amor dirigem o mundo”, bem pouca coisa tem sido escrita acerca do fenômeno da fome em suas diferentes manifestações. [...] (CASTRO, 1965, p. 45-46).

Na época em que Josué de Castro escreveu suas obras, o tema da fome era ainda mais censurado, por isso, para ele “o silêncio tem sido mais opressor” (CASTRO, 1965, p. 46), e porque mata mais do que guerras e epidemias, procuramos evitar discutir e solucionar a aterrorizante fome.

Encontramos vários fatores que explicam o silêncio em torno do fenômeno calamitoso da fome: 1º obedece a um princípio de ordem moral, por se tratar de um instinto primário; 2º está atrelado às desigualdades socioeconômicas, resultantes do imperialismo, conforme o autor desenvolve em “**Fome e imperialismo econômico**”.

Quanto ao tabu da fome, havia razões ainda mais fortes do que os preconceitos de ordem moral. Razões cujas raízes mergulhavam no escuso mundo dos interesses

econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade. [...] (CASTRO, 1965, p. 49).

O fenômeno econômico sobrepõe-se ao fenômeno da fome: o fruto da ascensão, expansão das economias capitalistas europeias muito se deve à exploração, à colonização, mesmo ao tráfico humano e à escravidão.

Foram fatores de natureza econômica especial que esconderam aos olhos do mundo feias tragédias como a da China, onde, durante o século XIX, cerca de 100 milhões de indivíduos morreram de fome, por falta de um punhado de arroz, ou como a da Índia, na qual 20 milhões de vidas humanas foram destruídas por esse mesmo flagelo, nos últimos 30 anos do século passado (CASTRO, 1965, p. 49).

Exemplo marcante foi dado no episódio de quando as tropas aliadas resgataram pessoas dos “campos de concentração”, em 1945, em situação avançada de fome, de “último grau de inanição” (CASTRO, 1965, p. 51) e não adiantava o uso de injeção nem a ingestão de alimentos, pois o estado dos edemas da fome era gravíssimo. Descobriram que o melhor alimento no caso era o leite desnatado.

Argumentado sobre a necessidade de sobrepor a humanização ao dinheiro/ao poder, Josué de Castro via nas *revoluções* ocorridas em contraposição ao sistema econômico do capitalismo, um esboço:

[...] de pôr-se o dinheiro a serviço do homem e não de fazer o homem escravo do dinheiro. De dirigir-se a produção de forma a satisfazer as necessidades fundamentais dos grupos humanos e não deixar que o homem continue a matar-se estupidamente para satisfazer a insaciável ganância de lucro da empresa de produção (CASTRO, 1965, p. 53).

Essa (re)humanização ultrapassaria sistemas econômicos, diferenças espaciais etc. pois:

[...] o progressivo interesse do homem pelo próprio homem e a sôfrega busca do bem-estar coletivo marcam o ponto para onde deverão convergir os sistemas econômicos, a fim de obter, através de uma progressiva aproximação, a vitória definitiva sobre os antagonismos que marcam esta crítica circunstância atual da convivência do homem com o próprio homem (CASTRO, 1965, p. 54).

Josué de Castro provava com dados que o problema da fome mundial não está relacionado à produção, ou à limitação da produção, e sim ao problema de distribuição adequada da produção desses alimentos. E confirmamos isso no século XXI, pois, mesmo com a Revolução Verde, não sanamos o flagelo da fome, visto que seu problema é essencialmente de distribuição. Vamos ao segundo de tabu de Josué de Castro na próxima subseção.

II.4.2. A reforma agrária

*Apresenta-se ... a reforma agrária como
uma necessidade histórica ... como um
imperativo nacional.*
(Josué de Castro)

O segundo tabu a ser combatido, e que foi intensamente abordado no seu *Geografia da Fome*, é sobre a reforma agrária. Como Amorim (2016) afirma:

A dimensão histórica da obra de Josué de Castro é pouco ou quase não lembrada nos diversos trabalhos acadêmicos sobre o autor. A escrita de Castro, especialmente em *Geografia da Fome*, questiona a estrutura agrária do Brasil que até hoje é essencialmente amparada no latifúndio. Josué de Castro constata, na década de 1940, que o passado da colonização portuguesa contribuiu para que o Brasil tivesse uma concentração fundiária perversa, que contribuía substancialmente para cerceamento do direito à alimentação de uma parcela significativa da população. Nesse sentido, compreender que a fome é um fenômeno social, não seria possível sem estudar o tema localizado no tempo e nas relações entre os homens. A história enquanto disciplina, apesar de não ser uma ferramenta explícita na estrutura da obra, foi utilizada pelo autor como um mecanismo para a leitura do presente (AMORIM, 2016, p. 147).

Para Castro, do latifúndio decorrem: a) a ínfima porcentagem de área cultivada no país (de baixo rendimento e de alto grau de destruição da fertilidade dos solos), b) a existência das grandes massas dos *sem-terra*, dos trabalhadores rurais explorados, e c) mesmo a existência do minifúndio, que “significa a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência que não dão para matar a fome da família” (CASTRO, 1984, p. 298).

Sendo contundente na sua conclusão, Josué de Castro evidencia ser “indispensável alterar substancialmente os métodos da produção agrícola, o que só é possível reformando as estruturas rurais vigentes” (CASTRO, 1984, p. 299). Assim, a Reforma Agrária se configura como uma *necessidade histórica*.

O tipo de reforma que julgamos um imperativo da hora presente não é um simples expediente de desapropriação e redistribuição da terra para atender às aspirações dos sem-terra. Processo simplista que não traz solução real aos problemas da economia agrária. Concebemos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais. Traduz, pois, a reforma agrária uma aspiração de que se realizem, através de um estatuto legal, as necessárias limitações à exploração da propriedade agrária, de forma a tornar o seu rendimento mais elevado e principalmente melhor distribuído em benefício de toda a coletividade rural (CASTRO, 1984, p. 299).

E Josué aduz alguns obstáculos para essa reforma agrária, que são “produtos da lei natural da inércia ajudada pela reação que sempre criam ao progresso os direitos e os privilégios adquiridos” (CASTRO, 1984, p. 299). Ele também alude que:

Como um imperativo nacional esta medida exige a participação de todos os brasileiros

verdadeiramente patriotas para ser realizada em termos de interesse coletivo. Exige, pois, uma preparação psicológica através de uma campanha de esclarecimento da opinião pública. De esclarecimento de que não se trata de uma medida visando beneficiar um só grupo, o dos párias rurais — os sem-terra — mas que beneficiará a todas as classes e grupos sociais, interessados no desenvolvimento econômico equilibrado do país (CASTRO, 1984, p. 300).

Enfatizando que sua visão de desenvolvimento é socioeconômica, melhorando a estrutura da sociedade, rompendo com o pré-capitalismo que persiste no mundo rural, responsável pela perpetuação e pelo aumento da desigualdade social, o êxodo rural, e mesmo a fome, por não produzir adequada e suficientemente a alimentação do povo brasileiro, por não pensar no fortalecimento do mercado consumidor interno, entre outros argumentos mais bem detalhados no seu livro.

Josué apresenta diagnóstico sobre o que causa a fome atual no continente. E esse tipo de latifúndio agrário, monocultor e exportador desestimula o desenvolvimento do abastecimento alimentar. Segundo nosso autor, “[...] Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males do continente, que entram de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar” (CASTRO, 1965, p. 169).

Temos não apenas elevada concentração de terras no Brasil, mas latifúndios improdutivos e pequeníssima produção de alimentos no contexto relatado. E esse desequilíbrio regional da produção alimentar e a falta de comunicação entre diferentes ilhotas econômicas constituem o agravamento do abastecimento alimentar, segundo Josué de Castro (1965).

Abramovay (2008) ressalta que:

[...] Os que estão hoje em situação de fome vivem, na sua maioria, nas áreas rurais e dependem, para sua reprodução, da atividade agrícola. Basear sua subsistência em importações alimentares inibe a expansão local da agricultura, uma das poucas atividades que se encontram a seu alcance. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que essas populações vivem em sistemas ecológicos frágeis, cuja exploração agrícola com base em insumos de origem industrial poderia ser catastrófica. A solução para esse dilema, preconizada por Conway e Swaminathan traduz-se nas expressões revolução sempre verde (*evergreen revolution*) ou revolução duplamente verde (*doubly green revolution*). Trata-se de intensificar a produção agrícola, sem o recurso em larga escala aos meios químicos que consagraram a revolução verde e cujo uso nesses ecossistemas pode ser desastroso. A vitória sobre a fome, nesse sentido, passa pelo fortalecimento do direito dos povos em garantir sua própria alimentação: não se trata de uma consigna panfletária isolacionista. É claro que há inúmeras situações em que o comércio internacional de alimentos é socialmente benéfico e deve ser estimulado. No entanto, no caso das sociedades onde a fome se abate com maior intensidade, a exploração sustentável da biodiversidade para estimular a satisfação das necessidades alimentares da população é uma das poucas alternativas para a sua integração e sua emancipação social. Isso traz notáveis desafios para a pesquisa científica, pois exige melhoramento do material vegetal em consonância com as regulações biológicas e em coevolução com os sistemas de produção. Valorizar os conhecimentos locais e utilizar melhor a biodiversidade, fazer modelos referentes à

decisão dos agricultores e estimular formas de inovação que se apoiem no conhecimento do mundo natural e não apenas na gestão de insumos de origem industrial, eis os grandes desafios da pesquisa científica nas regiões ecologicamente frágeis onde se concentra a fome no mundo de hoje (ABRAMOVAY, 2008, p. 2706-2707).

E denunciemos a manutenção dos latifúndios no Brasil que, não apenas persistem, mas também crescem e continuam tendendo a crescer. E não é por nenhuma causa aleatória. O Congresso Nacional é ocupado pela bancada ruralista (BR), isto é, latifundiários que ocupam cargos públicos, quando não cooptam políticos para defender seus interesses particulares.

Mencionamos alguns estudos que denunciam a manutenção e a ampliação desses privilégios tão criminosos para a estrutura fundiária, para a estrutura política, para a estrutura socioeconômica, para a estrutura cultural, para a maioria das estruturas do Brasil.

Ivete Simionatto e Carolina Rodrigues Costa (2012) verificaram que prevalece um projeto dessa BR que privilegia os setores mais capitalizados da sociedade, utilizando o Estado como meio de cooptação de fazer e refazer suas alianças, debilitando “os frágeis elos políticos existentes entre as classes subalternas, acirrando a dificuldade de inscrever suas demandas” (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p. 234).

Elizângela Cardoso de Araújo Silva (2017) apresenta o estudo sobre o conservadorismo da BR que atinge os povos indígenas, fazendo regredir seus direitos e acirrando os conflitos no campo.

A Bancada Ruralista (BR) constitui-se como amplo grupo político que atua na esfera parlamentar buscando intervenções determinantes para mudanças nos processos regulatórios e nas decisões do poder executivo e judiciário, no que se refere à proteção dos interesses do agronegócio e das formas de avanço do capital no campo, comandado pelas mãos dos latifundiários e do patronato rural. A bancada constitui-se com a presença de ruralistas em partidos políticos, que são eleitos parlamentares e passam a intervir sistematicamente em negociações e formação de alianças com objetivos de intervenções nos processos de votação no poder legislativo como ressaltam Simionatto e Costa (2012). Práticas apoiadas pela ação lobista, com vistas a assegurar a ampliação do seu poder e influência no Congresso Nacional (SILVA, 2017, p. 446).

Silva (2017) também chama atenção para a manutenção arcaica dessa estrutura:

Não é recente a exploração do capital no campo brasileiro. Temos uma formação social e histórica baseada na concentração e exploração de grandes extensões de terra que constituíram o latifúndio e a produção predominantemente agroexportadora baseada na exploração da mão de obra escrava. Ou seja, a presença e a dominação patronal rural dos grandes proprietários e empresários rurais fazem parte da própria constituição histórica das relações sociais no Brasil, como bem explicaram grandes intérpretes brasileiros, como Caio Prado Júnior na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (SILVA, 2017, p. 447).

Mayrá S. Lima (2016) traz à tona não somente as vantagens de mobilização dos recursos financeiros, mas também as vantagens políticas que a BR tem mediante a ocupação dos espaços

políticos, acontecendo uma atualização de mecanismos ao longo da história. Eis “um exemplo em que as questões relacionadas à classe social interferem na manutenção de poder de um grupo que opera nas duas faces do poder: seja por estar à frente da tomada de decisões por maioria numérica, seja pela capacidade de manipular valores sociais e políticos” (LIMA, 2016, p. 116).

Deysi Ciocari e Simonetta Persichetti (2020) atentam para o fato de a BR ser formada por parlamentares de diversos partidos políticos, contudo defendendo um assunto ou um tema específico, culminando na defesa “dos seus interesses da classe, como proprietários de terra ou capitalistas da agricultura” (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2020, p. 26). E prosseguem na explicação:

[...] um grupo de deputados federais e senadores que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses dos ruralistas, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o Governo. Além da autoidentificação como ruralistas, em geral têm diferentes formações profissionais e ao longo de sua trajetória política exerceram cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal. Esses deputados federais podem ascender a outras posições no Senado. [...] Ou seja, transitam para outros cargos do Legislativo e do Executivo para continuar a defesa da expansão capitalista da agricultura. [...] A capilaridade política é uma de suas principais características. Os representantes dessas bancadas têm um histórico ligado à terra que vem desde a República com parentes na política e ascendência de famílias tradicionais que se entranham pelos estados onde haja representatividade (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2020, p. 26-27).

Regina Bruno (2015) chama atenção para o discurso dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais, que se apresentam como solução para a sociedade brasileira. Nas suas palavras:

[...] gostaríamos de chamar a atenção o discurso patronal rural e agroindustrial que se apresenta cada vez mais marcado pela ideologia da competência técnica e da rentabilidade empresarial como solução para os problemas da sociedade brasileira, mas, sem abrir mão, quando necessário, da retórica da tradição justificadora da existência do latifúndio, do uso da terra como reserva de valor, da violência, do recurso a relações de trabalho similares ao trabalho escravo, dentre outros. Há um *habitus* social conservador “ruralista” profundamente enraizado, que não consegue se desvencilhar dos valores ligados ao patrimonialismo, ao clientelismo, embora, em alguns momentos apoiem pleitos considerados “progressistas”. Um discurso que carrega consigo uma visão essencialista pautado na ausência de alternativas históricas hoje expressas na defesa da inexorabilidade do agronegócio e no “destino” Brasil, celeiro do mundo. Uma concepção que naturaliza as lutas por terra e defesa do território e apaga as relações de poder onde as desigualdades são percebidas como inevitáveis (BRUNO, 2015, p. 20).

Possivelmente por causa dessa presença dos latifundiários no Congresso Nacional, o tabu da Reforma Agrária está longe de ser combatido no Brasil. E para combater a fome, é preciso rever a questão agrária, a produção alimentícia, vendo a policultura, a qualidade do solo, a agroecologia etc. que não é possível num sistema monocultor latifundiário, e agroexportador, sem se preocupar em alimentar a população do país, nem de preservar o meio ambiente, nem

os pequenos agricultores.

II.5. Conclusões

*Não existe verdadeira inteligência sem
bondade.*
(Ludwig van Beethoven)

Vimos aqui como Josué de Castro chega ao problema da fome, isto é, partindo do seu estudo sobre a alimentação. Assim, o médico pernambucano viu as consequências de uma alimentação deficiente no organismo humano, estendendo essas sequelas individuais a seus comportamentos sociais, isto é, de como uma alimentação deficiente pode impactar as relações sociais dos indivíduos, devido a carências nutricionais, provenientes, principalmente, das desigualdades socioeconômicas.

E extrapolando as escalas de local a regional, de regional a nacional, de nacional a internacional, associando com o passado colonizador, imperialista que formou a sociedade humana, gerando pobreza *vs.* riqueza, por isso, e sem criminalizar a vítima, ou seja, os pobres, como eram culpabilizados desde então pelas ciências, para justificar seja a dominação, seja o enriquecimento via exploração (dos recursos naturais e das pessoas) até então.

Apesar de repetitivo o conteúdo sobre a fome no que chamamos a Trilogia da fome, Josué de Castro empenha-se para denunciar o problema socioeconômico mais do que o natural, sem desconsiderá-lo, como vimos na fome na Região Norte no Brasil, por exemplo, em **Geografia da Fome**. Dessa forma Josué de Castro rompe com o tabu da fome, denunciando que ela é causada sobretudo pela desigualdade socioeconômica.

Isso porque na sua época os tabus estavam relacionados a querer não falar da fome, assim como de sexo, segundo suas observações para classificar a fome como um tabu.

Na atualidade, com a produção de objetos comestíveis não identificados, extrapolamos esse tabu com a perversão, gerando as DCNTs, por exemplo, ou então a perversão econômica sobrepondo-se à vida, ou seja, as pessoas só podem consumir esses objetos comestíveis não identificados pela ausência de recurso financeiro e/ou de condições materiais para aquisição de alimentos e/ou por incitação ao consumo de mercadorias industrializadas, por exemplo. E uma dessas perversões vemos também na relação fundiária, além da concentração de renda sempre

crecente nas mãos de um grupo progressivamente menor.

Quanto à relação fundiária, Schappo (2008) apresenta na sua tese a interface entre a agricultura de sustentação, de policultura que amplia as possibilidades alimentares para as populações, e a reforma agrária defendidas pelo Josué de Castro.

Entendamos melhor o que é agricultura de sustentação. Conforme Schappo (2008), ela aparece em diferentes temporalidades e espaços em **Geografia da Fome**. A autora destaca as oposições traçadas na obra pelo Josué de Castro quando ele compara dois espaços geográficos, o da Área do Sertão e o da Área do Norte Açucareiro, por exemplo. Neles predominam “dois modos de produção e de vida distintos: policultura x monocultura, trabalho familiar x trabalho assalariado, pequena propriedade x grande propriedade, agricultura de subsistência x agricultura mercantil, preservação x degradação ambiental, fome epidêmica x fome. [...]” (SCHAPPO, 2008, p. 4-5). Sirlândia Schappo faz questão de ressaltar o destaque dado pelo Josué de Castro ao demonstrar “a importância da cultura e das formas de cultivo indígenas e africanas, especialmente aquelas presentes nos quilombos, para a superação da monotonia alimentar na região açucareira do Nordeste”, por exemplo e a questão que também está presente na obra, “que opunha diferentes propostas: a realização ou não de uma reforma na estrutura agrária do país” (SCHAPPO, 2008, p. 5).

Schappo (2008) é enfática ao afirmar que para um plano de política alimentar, Castro aparta um conjunto de medidas de caráter urgente buscando reformular a economia agrária do país, incluindo o combate ao latifúndio e à monocultura, além do incentivo à policultura.

Vimos em Josué de Castro a busca de nutrientes na terra, por exemplo, quando havia certas carências, ou seja, o saber instintivo das pessoas em busca de nutrientes necessários na alimentação prevalecia em algumas situações, como o da geofagia observada pelo autor.

Concluimos este capítulo enfatizando que além da interdisciplinaridade do pensamento castrino, temos as questões socioeconômicas sendo consideradas, inclusive da qualidade nutricional, para explicar comparativamente os povos, sem a limitação eugênica e de darwinismo social predominante em alguns argumentos pretensamente científicos.

CAPÍTULO III: MAX. SORRE E SUAS PRINCIPAIS OBRAS

Je ne suis pas, messieurs, de ceux qui croient qu'on peut supprimer la souffrance en ce monde ; la souffrance est une loi divine ; mais je suis de ceux qui pensent et qui affirment qu'on peut détruire la misère. Remarquez-le bien, messieurs, je ne dis pas diminuer, amoindrir, limiter, circonscrire, je dis détruire. [...]
(Victor Hugo, 9 juillet 1849)

Neste capítulo apresentamos Max. Sorre, incluindo sua biografia e parte de suas produções, para que possamos bem compreender nosso geógrafo francês, seus pensamentos, suas trajetórias etc. lembrando que ele foi um intelectual do seu tempo, escrevendo a partir dos conhecimentos que tinha, e do que estava observando, e, de certa forma, prevendo. Também iniciando, pois na sua época não havia tanto diálogo entre as ciências, como vemos hoje, embora ainda existam os defensores das “ciências puras”.

Então dividimos o presente capítulo em três seções. A primeira que trata da biografia do geógrafo, a segunda, uma breve análise das três principais obras do autor, quais sejam **Os fundamentos da Geografia Humana**, **Encontros da Geografia e da Sociologia** e **O homem na Terra: tratado de geografia humana**. Já a terceira seção contém nossas conclusões.

III.1. Biografia

A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.
(Paulo Freire)

Embora a trajetória intelectual de Sorre esteja na geografia, ele dialogou com outras ciências, numa transdisciplinaridade necessária para a compreensão geográfica. Max. Sorre, como geógrafo “puro”, não apenas dialoga com todas as ciências de forma geral (como as naturais), mas enfatiza alguns diálogos, como explicita em suas obras ***Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*** e no seu ***L’Homme sur la terre: traité de la géographie humaine***, sobretudo com a sociologia, além de suas frequentes menções à economia, à psicologia, e a

outras ciências humanas. Vejamos um pouco sobre a biografia e a bibliografia dele.

Nascido em Rennes, no dia 16 de julho de 1880, no dia 10 de agosto de 1962 em Messigny-et-Vantoux, faleceu Maximilien Joseph Sorre, mais conhecido como Max. Sorre, o geógrafo francês que carregou e desenvolveu, na primeira metade do século XX, as instituições e as orientações inicialmente formuladas por Vidal de la Blache, ocupando um lugar singular na posteridade vidalina. Max. Sorre “solicita, com leituras e referências muito amplas, as contribuições das ciências biológicas e das técnicas para atualizar e aprofundar o programa que Vidal estabeleceu em seus *Princípios da Geografia Humana*” (TISSIER, 2014, s/p, tradução nossa).

Max. Sorre foi aluno, de 1899 a 1901, da *École normale de Saint Cloud*, que formava professores das escolas normais departamentais. Em Montpellier, em 1903, ele iniciou um curso universitário de história e de botânica, onde segue os cursos de Charles Flahault⁴², que o apresentam às particularidades do ambiente mediterrâneo. Este curso lhe permite matricular-se no doutorado, sob a direção de Paul Vidal de la Blache, sobre um tema da geografia biológica, rendendo-lhe em 1913 um trabalho pioneiro (TISSIER, 2014).

Segundo Pierre George (1962a), Max. Sorre foi diretor dos *Annales de Géographie* e, mesmo octogenário, o geógrafo estava em plena atividade científica, vindo inclusive a publicar uma síntese de sua obra sob um tratado da geografia humana. Sobre os *Annales*, segundo Ribeiro (2008), os *Annales de Géographie* são uma revista geográfica fundada em 1891, por Paul Vidal de la Blache, manifestando a pluralidade das ideias vidalinas.

Max. Sorre ensinou até a Primeira Guerra Mundial (de 1901 a 1914) nas *Écoles Normales em Roche-sur-Yon* e depois em Montpellier, e defendeu sua tese em 1913. Casou-se em 15 de dezembro de 1910 com Marguerite Marie Soulas⁴³, com quem teve um filho, Maurice Sorre, nascido em 24 de dezembro de 1919 e morto em 9 de outubro de 2001⁴⁴.

A partir de agosto de 1914, participou da guerra, até ser gravemente ferido no outono de 1915, recebendo a *Croix de guerre* e a *Légion d'honneur* sobre o leito do hospital, pois se

⁴² Grande botanista francês, nascido em 1852 e morto em 1935, Charles Flahaut, professor da Université de Montpellier focava seus estudos na botânica, mas relacionando a geografia, sobretudo a geografia humana. Eis algumas de seus escritos: *Le Devoir des botanistes en matière de géographie humaine*, . Disponível em: <https://data.bnf.fr/fr/12315094/charles_flahaut/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

⁴³ BOULVAIS, Patrick. Geneanet. Disponível em: <<https://www.geneastar.org/genealogie/?refcelebrite=sorremaximi&celebrite=Maximilien-SORRE>>. Acesso em 11 out. 2020.

⁴⁴ BNF DATA. Maurice Sorre. Disponível em: <https://data.bnf.fr/fr/12544613/maurice_sorre/>. Acesso em 7 set. 2020.

duvidava que ele sairia vivo. Posteriormente, ele começa a lecionar no ensino superior, inicialmente em Bordéus (*Bordeaux*), depois em Strasbourg, contribuindo na organização do ensino francês juntamente com Henri Baulig, Lucien Febvre e Marc Bloch. Retorna a Bordeaux em 1919, onde permaneceu menos de três anos. Posteriormente, ensina nove anos na *Faculté de Lettres* de Lille, tornando-se reitor em 1929, o que o leva à administração (GEORGE, 1962a). Assim, foi “[...] nomeado reitor em Clermont-Ferrand em outubro de 1931; em Aix-Marseille, em agosto de 1934; e tornou-se diretor da educação primária em 1937. Assumiu as funções até um decreto do governo de Vichy, de 29 de julho de 1940, substituí-lo no quadro das faculdades [...]” (GEORGE, 1962a, p. 449, tradução nossa). Eleito em outubro de 1940 “[...] professor na Sorbonne para a cadeira deixada vaga pelo desaparecimento de Albert Demangeon, ele somente foi nomeado vários meses depois, no decorrer de 1941. Ele agora estava determinado a não mais deixar sua cadeira e recusou sua reintegração na Alta Administração em 1945” (Idem).

Importante parêntese aqui para o geógrafo Albert Demangeon que teria morrido na ocupação da França. Voltando ao Sorre, George (1962a) assinala sua extensa biografia na área administrativa, tendo trabalhado em várias funções, até chegar ao próprio campo da Geografia: (1) presidente do Comitê Nacional de Geografia, sendo um dos fundadores em 1920; (2) vice-presidente da União Geográfica Internacional; (3) membro correspondente de várias sociedades estrangeiras de geografia; (4) vice-presidente da Associação dos Geógrafos Franceses; (5) membro da Comissão de Trabalhos Históricos e Geográficos; e (6) sua participação por quinze anos nos trabalhos da Comissão Executiva dos *Annales de Géographie*, tendo escrito seu primeiro artigo em 1904 (GEORGE, 1962a).

Conforme Jean-Louis Tissier (2014), esse posicionamento de Sorre, “sob o signo do paradigma mesológico das relações entre homem e ambiente” (TISSIER, 2014, s/p, tradução nossa) afasta-o das orientações dominantes da geografia francesa do pós-guerra. Sorre foi um geógrafo com visão humanista, que aproximou a Geografia à Ecologia e à Sociologia.

Um homem engajado, com múltiplas responsabilidades acadêmicas, editoriais e científicas, Sorre foi um observador atento aos novos desenvolvimentos nas ciências biológicas e sociais. Ao acompanhar as pesquisas médicas sobre pandemias, “foi sem dúvida um dos primeiros na França a relatar o trabalho da Escola de Chicago, e, nos últimos dez anos de sua vida, debateu com os sociólogos os modos de vida, para atualizar a herança vidalina do gênero de vida” (TISSIER, 2014, s/p, tradução nossa).

Para Sorre, o principal problema da geografia humana é esclarecer a relação entre o homem e o meio, considerada sob um ângulo espacial e como recíproca, uma vez que as

técnicas humanas modificam o ambiente natural ao mesmo tempo que elas devem se adaptar às suas necessidades (SORRE, 1961).

Como George (1962a) afirma, a constante preocupação de Sorre é descrever e compreender a vida, sobretudo do homem na Terra. Tendo estabelecido contatos com médicos, biólogos, e sociólogos, foi quem impulsionou os primeiros estudos de geografia médica na França, tornando-se um dos líderes da Sociedade de Biogeografia e chegando a presidir o Centro de Estudos Sociológicos do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). Segundo George (1962a), Sorre “quis, durante toda sua vida, ser exclusivamente geógrafo. Discípulo direto, como todos os de sua geração, do grande Vidal de la Blache, adquirira uma erudição excepcional lendo todos os tratados, examinando todas as dissertações, todas as revistas estrangeiras”. Muito familiarizado com a literatura geográfica alemã, ele fora influenciado por Alexander de Humboldt e Karl Ritter, assim como por Élisée Reclus e Vidal de la Blache, esforçando-se “para seguir a linhagem de seu pensamento por meio do trabalho de seus sucessores. Mesmo em momentos de sua vida em que dedicava a maior parte do tempo às responsabilidades administrativas como reitor, ou então como diretor da educação primária do Ministério”, Sorre lia e acumulava anotações de sua leitura, sempre pensando como um geógrafo, “refinando seu julgamento ao expor dos encontros ao acaso às últimas conclusões de suas reflexões, às últimas descobertas de suas leituras” (GEORGE, 1962a, p. 450, tradução nossa).

Chevalier (1952) afirma que a concepção de mesologia de Sorre fez dele um precursor mais ou menos reconhecido das questões ambientais, como nas estações escuras da *Ocupação uma meditação premonitória*.

A bibliografia de Max. Sorre é vasta. Exibimos no Anexo II: produções bibliográficas de Max. Sorre o que Françoise Grivot (1963) apresentou, com seleção, adição e/ou correções da autora da tese. Ressaltamos que algumas seleções de obras, artigos e outras publicações variam entre relatório, nota crítica e outras categorias.

Observamos a variedade de temas publicados pelo Max. Sorre, além do ritmo ativo, sobretudo no final de sua vida.

Acrescentada à ênfase que ele dá à alimentação, aos regimes alimentares, como veremos no decorrer da tese, está presente o estudo sobre agricultura, por exemplo. Sorre dedicou-se aos estudos geográficos, buscando compreender muitas nuances e questões contemporâneas, respeitando o processo histórico e as particularidades de diferentes meios, culturas, localidades

etc. Não havendo apenas estudos da França, da Europa ocidental, mas da América Latina, como, por exemplo, no Brasil, na Colômbia, na Argentina, no Chile etc., sobretudo de 1929 a 1932. Vejamos algumas de suas publicações sobre a América Latina:

L'économie du Mexique d'aujourd'hui (1958), *Deux ouvrages sur le Brésil* (1955), *Une contribution à la géographie agricole de Porto-Rico* (1955), *Une nouvelle carte économique de l'Argentine* (1932), *Les problèmes de Porto Rico* (1932), *L'utilisation des avions dans l'Amérique latine* (1932), *Le problème agraire au Chili* (1931), *L'industrie brésilienne* (1931), *Les nitrates chiliens* (1930), *La nouvelle division du Chili et l'État de Chiloé* (1930), *La population du Chili au 1^{er} janvier 1928* (1930), *La Pampa argentine est-elle une véritable steppe ?* (1930), *L'expédition péruvienne de L'« American Geographical Society »* (1930), *La marche des températures dans l'Amérique du Sud* (1930), *Les frontières du Honduras et du Guatemala* (1929), *Le cyclone des Antilles (septembre 1928)* (1929), *Races et civilisations indigènes de l'Amérique* (1929), *Deux cartes de la végétation de l'Amérique du Sud* (1929), *Une colonie Nord-américaine dans l'État de São Paulo (Brésil)* (1929), *L'aire de drainage intérieur de Callao* (1929), *Voyages d'études dans les Andes centrales* (1929), *L'exportation du café colombien* (1929), *La question sucrière à Cuba* (1929), *La population de la Colombie* (1929), *La population de Costa Rica au 11 mai 1927* (1929), *La crise du henequen et l'économie du Yucatan* (1929), *La canne à sucre dans le monde* (1923).

Ademais, temos o foco dado por Sorre aos meios de transporte, à urbanização, à energia, à ecologia, por exemplo.

De acordo com Ruy Moreira,

Sorre tem em mente uma geografia ecológica, nomenclatura que não deve ser confundida com o entendimento ambiental que o termo ganhou recentemente. A visão ecológica de Sorre casa-se com a dos gêneros de vida, *habitat* e ecúmeno, dos clássicos da Geografia. E, numa incrível coerência, é sob este modelo que compreende do clima ao homem. A referência dos entendimentos é a relação homem-meio. Assim, clima é o que sai dessa relação, nestes termos vindo para ela. Não vem de fora, já que Sorre abjura a visão meteorológica de clima, para ele um conceito físico e distante. Sua proposta de Geografia Médica é o que melhor ilustra essa concepção ecológica de natureza, de homem e de relação homem-meio, uma geografia de fluxos com o processo biogeográfico da vida no centro (MOREIRA, 2003, p. 135-136).

Ou seja, para Moreira (2003) Sorre é coerente nas suas relações dos gêneros de vida, do *habitat* e do ecúmeno. Ele também acentuou que o relacionamento entre a Sociologia e a Biogeografia na sua Geografia Humana é uma contribuição original de Sorre:

[...] Sorre é um geógrafo absolutamente original. Já começa que sua Geografia Humana é fruto do relacionamento de um lado com a Sociologia e de outro com a Biogeografia. Não por outra razão, é ele o criador da Geografia Médica. O modo como vê os fenômenos é o dos complexos. Nenhum fenômeno é isolado. E dentro do seu

“nicho” próprio, é parte de um complexo. A técnica é um complexo técnico. A cultura é um complexo cultural. A alimentação é um complexo alimentar. Os complexos interagem dentro do real, de modo que o todo é uma rede de complexos. Além de complexos relacionais, os fenômenos estão em permanente movimento, como um fluxo constante, à exemplo dos complexos patogênicos (Idem, p. 135).

No seu artigo *Économistes ruraux et géographes*, de 1950, Sorre já fala da necessidade do diálogo entre os economistas e os geógrafos na França, enumerando três principais razões dessa comunicação. A primeira, refere-se aos problemas humanos do mundo agrícola; a segunda, havia pesquisadores da geografia humana curiosos da economia rural; finalmente, a terceira razão se deve à colaboração que os geógrafos têm dado a um conhecimento propagador dos homens e da região, buscando compreender “em cada lugar a totalidade do complexo geográfico e de procurar as conexões de seus elementos – um sentido persistente humano que domina todas as considerações puramente técnicas ou puramente econômicas – uma recusa em mutilar a realidade viva” (SORRE, 1950a, p. 3, tradução nossa). É assim que Sorre via o verdadeiro geógrafo.

Megale (1983) afirma que indiscutivelmente pertence à Escola Francesa de Geografia, mas com a originalidade de se aproximar da sociologia.

Entre as características próprias do Sorre estão:

- 1) o dinamismo dos fatos geográficos ou o seu processo em permanente atividade;
- 2) a ecologia como orientação ou método na pesquisa geográfica;
- 3) a criação da explicitação do conceito de complexo patogênico;
- 4) a aproximação com a sociologia no sentido de fixar mais ainda o caráter social da geografia humana;
- 5) a unidade da ciência geográfica, embora compartimentada em vários ramos para fins de pesquisa acadêmica e investigação empírica;
- 6) a previsão de ocorrência de fenômenos com base em estudos e observações do ponto de vista geográfico; e
- 7) o desejo de continuidade de suas pesquisas geográficas e o incentivo aos demais geógrafos, que encontram em suas obras, sugestões e mesmo roteiros para esta tarefa (MEGALE, 1983, p. 8).

Nas alusões de Januário Megale a Sorre, “Homem e meio ambiente são os dois termos-chave da geografia humana. Ora, o homem não surge nem sobrevive isoladamente. Falar em homem significa falar em grupo social, em comunidade, em sociedade”. Surge aí o conceito de origem grega, o ecúmeno. “Meio natural designa o habitat, num primeiro momento representando a natureza sem a presença humana; e, num segundo momento, esta mesma natureza modelada pela ação antrópica”. Uma vez que “a ação humana sobre a natureza se dá pela técnica” e “o grupo social pode subsistir se imbuído de valores e aspirações que criarão e manterão as instituições sociais”. Assim, segundo Megale (1983), “Temos então os três termos clássicos da geografia sorriana: ecúmeno, técnica e *habitat*. Ora estes conceitos são os da própria ecologia humana. Daí a identificação feita por Sorre entre geografia humana e ecologia

do homem” (MEGALE, 1983, p. 11).

Em relação ao complexo patogênico, sua criação e sua explicitação são atribuídas “como de autoria de Max. Sorre na ciência médica e nos estudos de higiene”. “A importância do complexo patogênico se prende ao seu conteúdo de modificador do ecúmeno a curto e médio, ou mesmo longo prazo, através da mortalidade, da diminuição da expectativa de vida e da expansão das moléstias contagiosas em consequência da migração”. Sendo o termo de complexo patogênico apropriado “devido ao ciclo vital do vetor ou do parasita que infesta o indivíduo”. Assim, a “diversidade e as etapas da infecção contagiosa justificam” o complexo patogênico, que designa “exatamente a teia de relações entre o meio natural, o elemento biológico e o homem vivendo lado a lado com o portador da doença, seja inseto, seja protozoário, sejam ovos de vermes, seja o próprio alimento ou a água” (MEGALE, 1983, p. 9-10).

Em relação à aproximação com a sociologia, Megale (1983) a explica como sendo “uma consequência lógica de seu pensamento e de sua investigação de cunho multidisciplinar para a compreensão da ciência geográfica”. O cunho marcadamente social da Geografia contempla a ação sobre o espaço, que não se dá “por um indivíduo isolado, mas pelo grupo social, pela sociedade primitiva ou ágrafa, pela sociedade agrária e pela sociedade urbano-industrial” (MEGALE, 1983, p. 10).

Em *L’Homme sur la Terre*, Max. Sorre ateve-se apenas ao essencial do que fora elaborado em *Les fondements de la géographie humaine* (VEYRET-VERNER, 1962) e focaremos nesta última obra publicada por Sorre para vermos a relação homem e meio ambiente e meio ambiente e homem na visão da geografia. Como Sorre (1961) já afirmava, o homem é um organismo vivo submetido a determinadas condições de existências e que reage às excitações do meio natural.

Sorre já assegurava que a revolução técnica, a aceleração do progresso e a multiplicação dos homens no mundo contemporâneo são responsáveis pela aproximação e ocasiões de conflito entre as várias ciências humanas em *Rencontres de la géographie et de la sociologie* (SORRE, 1957). Nesta obra, Sorre faz “ligações entre a vida humana e a biologia, em algumas páginas onde as comparações – por vezes levadas ao extremo” (BRUNET, 1957, p. 192, tradução nossa).

Em sua busca pela compreensão da condição humana, a interdisciplinaridade foi necessária para análise do tema complexo e dinâmico.

Sobre Sorre, podemos ver que ele foi influenciado por Vidal de la Blache, sua Geografia é regional, que ele procura compreender a realidade na qual está inserido, mas com suas bases definidas. Pois todo o cientista é influenciado de uma forma, seja pelo contexto no qual se encontra, seja por uma defesa de interesse (de uma Nação, de um grupo dominante, de um grupo dominado).

Como Claval (2014) observa, Os Fundamentos da Geografia Humana (1943-1952) explica a base biológica da geografia vidalina. E encerrando essa análise do Max. Sorre, Claval observa o mal-estar na geografia francesa após a Segunda Guerra Mundial, porque os métodos de Vidal de la Blache não eram mais adequados para a nova realidade mundial de urbanização e industrialização aceleradas, porque “a descrição dos gêneros de vida não foi feita para sociedades que se tornaram muito complexas. Max Sorre, sensível ao caráter concreto do gênero de vida, se propõe a manter seu uso, mas aplicando-o a categorias restritas e homogêneas – os trabalhadores das ferrovias, por exemplo” (CLAVAL, 2014, p. 14).

Vimos um pouco sobre quem foi Sorre, veremos agora o que ele escreveu.

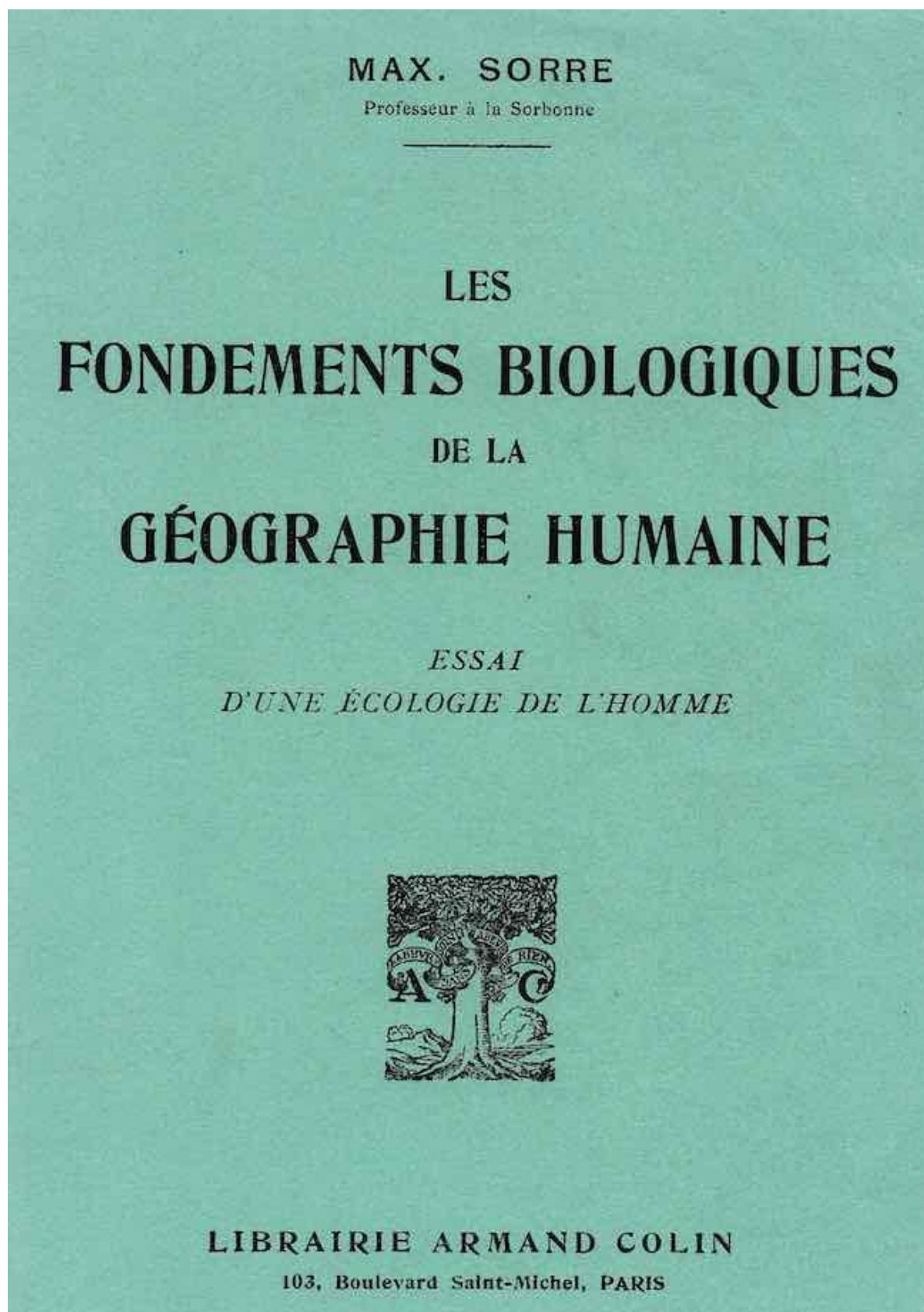
III.2. Breve análise de três principais obras

Veremos a seguir um pouco das três principais obras de Max. Sorre: *Les fondements de la Géographie humaine*, *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*, e *L'Homme sur la Terre: traité de Géographie humaine*. Também alguns de seus artigos e de autores que falaram dele.

III.2.1. Os fundamentos da Geografia Humana

O primeiro tomo do que posteriormente faria parte de *Les fondements de la Géographie humaine* foi publicado em 1943, com 440 páginas sob o título *Les fondements biologiques de la géographie humaine. Essai d'une écologie de l'homme.*, sem a inclusão de Tomo I, pois essa ideia de fazer um estudo completo dos fundamentos da geografia humana é posterior à publicação de *Os fundamentos biológicos da geografia humana: ensaio de uma ecologia do homem*. Dividimos em três subseções cada tomo: a. Os Fundamentos Biológicos: ensaio de uma ecologia do homem; b. Os Fundamentos Técnicos; e c. O *Habitat* para uma breve apresentação dessa obra.

Figura 10: Capa de *Les fondements biologiques de la Géographie humaine: essai d'une écologie de l'homme* (1943)



Fonte: Tissier; Simon, 2020.

Sobre *Les Fondements de la Géographie humaine*, Germaine Veyret-Verner afirma, de forma sintética que:

[...] O tomo I estuda a relação entre o clima e o homem, os problemas de alimentação e a geografia médica. Com os dois volumes do tomo II, são os problemas da geografia social, a geografia da energia, da circulação, de geografia agrária e industrial que são examinados. Finalmente, o tomo III é inteiramente dedicado ao *habitat* e a uma conclusão geral. Todos os aspectos da Geografia Humana e Econômica são, portanto, reunidos nestes quatro volumes. Além disso, este tema já muito rico é acompanhado por uma bibliografia abundante que, por citar os trabalhos mais recentes, é extremamente útil para pesquisadores e professores. Por fim, os fatos e as ideias expressas por M. Sorre mostram que o autor não interrompeu sua documentação quando começou a escrever sua obra, mas que se manteve constantemente a par dos livros ou artigos. publicado nos últimos anos [...] (VEYRET-VERNER, 1953, p. 382, tradução nossa).

Prova desse diálogo com as obras contemporâneas se expressa na publicação de três edições do Tomo I, que começou sob o título de “*Les fondements biologiques de la géographie humaine: essai d’une écologie de l’homme*” (em 1943), alterado já em 1947 para *Tome premier: Les fondements biologiques. Essai d’une écologie de l’homme*, e com a *Geografia da fome*, de Josué de Castro, publicado pela primeira vez em francês em 1949, Sorre inclui os estudos do brasileiro na terceira edição do Tomo I, de 1951 acrescentando à nota nº 31 da seção “Regimes alimentares e geografia humana. 2º Métodos. Subalimentação e fome” do capítulo, que analisaremos no decorrer da tese, a seguinte observação: “Este livro quebra a verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome, um assunto tabu” (SORRE, 2018, p. 49). Além dessa nota, no suplemento ao capítulo *Géographie des Régimes alimentaires*, Sorre volta a fazer alusão ao Josué de Castro e à importância de seus estudos. Se em *Geografia da Fome* foi André Mayer a fazer o prefácio da edição francesa, em *Geopolítica da Fome*, fora Max. Sorre o responsável pela apresentação da obra à comunidade francófona.

Esclarecendo seu conceito de meio, o geógrafo elucida que “o termo meio (*milieu*) se refere ao conjunto das condições exteriores à vida do indivíduo ou do grupo. Na prática, meio tem o mesmo valor das palavras ambiente (*ambiance*) ou meio ambiente (*environnement*)” (SORRE, 1958, p. 1.343, tradução nossa). Vejamos brevemente sua obra dos Fundamentos da Geografia Humana, a partir de seus três tomos (a, b e c).

a. Os fundamentos biológicos: ensaio de uma ecologia do homem

Dividido em três livros, o Tomo primeiro: os fundamentos biológicos, aborda a relação entre o clima e o homem (Livro Primeiro); o ambiente vivo (ou meio vivente) e a alimentação do homem (Livro II); e o organismo humano em luta contra o ambiente vivo. Além dos três livros, o Max. Sorre preocupou-se em fazer uma introdução e uma conclusão geral deste tomo, que se trata de um ensaio de uma ecologia do homem (*Les fondements biologiques: essai d’une*

écologie de l'homme).

Assim sendo, o *Livre Premier: Le climat et l'homme* contém três capítulos: o clima, elementos do clima e funções orgânicas, e a formação do ecúmeno.

O *Livre II: Le milieu vivant et l'alimentation de l'homme* é dividido em cinco capítulos: as associações do homem: formação e evolução; da espécie selvagem à espécie cultivada; condição de manutenção e equilíbrio de associações humanas; as necessidades do organismo e o ambiente vivo; e geografia dos regimes alimentares.

O *Livre III: L'organisme humain en lutte contre le milieu vivant* é composto por três capítulos: os complexos patogênicos; a vida dos complexos patogênicos; princípios gerais da geografia médica. Geografia Médica e ecúmeno.

Sorre afirma que a conclusão se trata de um balanço da ecologia do homem. Assim, ele apresenta algumas reflexões gerais.

O autor então principia expondo a maneira de conceber as relações entre o organismo humano e o meio geográfico, que mudou prodigiosamente em um século e meio, sob nossos olhos, à medida que o conhecimento do meio progride na fisiologia humana. E Sorre ressalta o benefício do método geográfico, que permite englobar essas transformações e ler a nova realidade, uma vez que a história não se repete, embora possa parecer que não tenha mudado a realidade.

Para Sorre, a realidade está em constante mutação, e assim alguns pensamentos científicos não servem mais para explicar um momento posterior ao que eles foram criados. E ele busca nas características do meio as condições fundamentais da constituição do ecúmeno. “O clima determina seus limites e as margens de tolerância onde jogam as possibilidades de adaptação dos organismos humanos. Ele regula a distribuição de associações de animais e vegetais às custas das quais o homem atende suas necessidades alimentares” (SORRE, 1951, p. 412, tradução nossa). Sorre deixa claro que o clima explica parcialmente o porquê de os grupos patogênicos terem sua atividade limitada no crescimento de grupos humanos, não em expansão. Isso “porque a competição vital dentro dos grupos patogênicos e a adaptação mútua também intervêm” (SORRE, 1951, p. 412, tradução nossa). Eis aí o que Sorre chama de capítulo essencial da geografia humana: porque “estuda a figura do ecúmeno, com seus limites, seus vazios absoluto e relativo, suas zonas de espessamento – de alta densidade (...) porque nem a situação geográfica, nem o clima, nem o potencial alimentar são suficientes para explicar a distribuição dos homens” (SORRE, 1951, p. 412, tradução nossa).

Consequentemente, abrimos outras perspectivas sobre a geografia humana. Aos ajustes espontâneos dos organismos (isto é, às adaptações que os organismos sofrem para a nova realidade), às mudanças do clima, os homens se superpõem uma proteção empírica. A criação de microclimas artificiais exemplifica isso. Existem, pois, conforme Sorre, uma geografia do abrigo, uma geografia do vestuário e a geografia do *habitat*. Ele também afirma que a geografia do vestuário é inseparável da geografia das indústrias têxteis, assim como a geografia do abrigo está em conexão com a geografia das fontes de energia, por exemplo.

[...] Em ambos os casos, os problemas surgiram na escala e na complexidade das considerações ecológicas. Porque a necessidade fisiológica não é o único motor do homem em qualquer um dos campos de sua atividade, porque sua engenhosidade sugere-lhe várias maneiras de satisfazê-lo, porque finalmente há uma margem bastante ampla do grau de satisfação com essa necessidade. A geografia do abrigo não se reduz a um problema de ecologia. E, no entanto, é impossível construí-la satisfatoriamente para o espírito, se não colocarmos primeiro os dados do problema ecológico que está na base de todo o resto. As mesmas observações devem ser feitas sobre a geografia da alimentação e da geografia agrícola (SORRE, 1951, p. 413, tradução nossa).

Sorre afirma estar convencido de que as disposições mentais mudam com o meio. E relata fatos que ocorreram há séculos, que foram confirmados posteriormente, três séculos depois, concluindo que para compreender os homens é preciso conhecer como eles viviam e se mantinham segundo seu modo de vida permitia. Referindo-se aos relatos de M. Bloch, Sorre apresenta as condições da alta idade média na Europa, como a mortalidade infantil, a brevidade existencial, os mortos prematuros, as aterrorizantes epidemias dos homens, evocando também as consequências da desnutrição entre os pobres e da perturbação entre os ricos e que essas preocupações se perpetuam aos nossos tempos.

Frequentemente, Sorre ao longo do Tomo I atenta para o importante papel dos sentimentos, das ideias, das disposições dos homens na explicação dos aspectos geográficos de sua atividade. E assevera que nada pode ser completamente explicado por equações energéticas:

[...] Existe em tudo uma parte do sonho e da ilusão. A maneira como nos vestimos, nos alimentamos depende tanto da nossa imaginação, quanto das nossas reais necessidades. Percebamos o quanto impróprio é vestir roupas pretas em climas quentes! No entanto, os malgaxes usam em pleno verão os sobretudos pretos que caem abaixo de seus joelhos. Eles veem isso como um ornamento, um sinal externo da riqueza⁴⁵. A fragilidade das explicações racionalistas dos jejuns e das proibições alimentares. O uso dos excitantes e dos narcóticos, esses destruidores da humanidade, para o que ele pode responder, se não a uma das inclinações mais gerais e mais profundas de nossa alma, o desejo de evasão? (SORRE, 1951, p. 414-415, tradução nossa).

Temos aqui muito evidente a visão do autor em considerar as disposições espirituais, os

⁴⁵ Exemplo citado por M. HARDY, *La géographie psychologique*, Paris, 1934. No livro, aparece como uma nota a.

sentimentos, as ideias, as disposições não apenas para explicar os aspectos geográficos, mas para conduzir seus modos de vida. Claro que é necessário considerarmos o momento histórico, as técnicas disponíveis...

Sorre enfatiza que a noção central de todo este tomo é o ótimo, que é o “valor de cada elemento do ambiente para o qual uma determinada função é mais bem realizada. O ótimo geral é o resultado de todos os ótimos funcionais” (SORRE, 1951, p. 415, tradução nossa). Prossegue o autor inserindo a comida nessa relação:

[...] Façamos entrar a comida entre os elementos do ambiente. É fácil perceber a relação entre a noção de ótimo e a constante fisiológica cuja importância ressaltamos desde o início. O fato de que as constantes fisiológicas não são constantes no sentido absoluto do termo, pois elas oscilam geralmente entre valores bastante próximos, nos adverte que o ótimo, também, não deve corresponder um valor fixo e imutável para cada função. Esta é a conclusão a que chegamos sobre a adaptação das variações térmicas. Há, em vez disso, uma zona ótima para cada função e para o conjunto das funções. E cada grupo humano em equilíbrio com seu meio ambiente, isto é, sedentário por um longo tempo, possui sua própria zona: ela é a expressão de adaptação ao meio. Se considerarmos o conjunto da humanidade, essa zona corresponde à amplitude das variações normais no interior do ecúmeno, e essa amplitude mede a adaptação efetiva da espécie. Entre seus limites extremos e os máximos e os mínimos reais, há uma margem bastante ampla na qual a adaptabilidade funcional do grupo ou das espécies ainda pode funcionar corretamente. Essas fórmulas gerais sugerem que nossas concepções ecológicas são marcadas por um certo relativismo, – além daquilo que lhes é atribuído pela deficiência de nossos meios de exploração e de mensuração. Esta é a condição da expansão do ecúmeno até os limites da Terra (SORRE, 1951, p. 415-416, tradução nossa).

O último ponto que Sorre evidencia é relativo a nossas relações com os complexos patogênicos.

Desde o último período glacial, a história do ecúmeno é de progresso. Considerando os fatos, Sorre afirma que esse período na sucessão de tempos geológicos poderia ser chamado de “era do homem”, ou seja, antropoceno. Chamando atenção para a quantidade de comida, que tende a diminuir com o aumento da deterioração dos climas, e para o banimento do ser humano de vastas regiões do globo.

Vimos, pois, que o autor considera que temos um equilíbrio, depois de ajustes antecessores, sobretudo de variabilidade genética, que permitiram adaptações, certa atenuação das diferenças. A humanidade não está imune à sua extinção, seja por razões naturais, seja por consequências das ações humanas. E se for por ações humanas, temos então o declínio da era humana, com ou sem destruição do ambiente.

O autor explica como o geógrafo precisa compreender a realidade, isto é, aliar ao viés biológico as transformações socioeconômicas da sociedade – incluindo o processo histórico e as evoluções –, sobretudo para explicar os movimentos demográficos, que não se restringem às

análises superficiais e simplistas. Discordando parcialmente de Malthus⁴⁶, pode-se ver que a questão de escassez alimentícia é passível de ser resolvida, inclusive com a contribuição de uma tendência de redução do crescimento vegetativo.

Sorre especifica então que o cálculo do potencial biológico de produção dos alimentos não é fácil e que, por esses fundamentos, temos os alimentos fornecidos seja pela terra seja pelo mar, buscando a estabilidade climática, e o equilíbrio biológico.

Ele conclui que a massa dos recursos alimentares limita o crescimento dos homens na superfície terrestre. E que todas as incertezas e todas as dificuldades encontradas no cálculo desse limite correspondem ao problema final da ecologia do homem.

b. Os fundamentos técnicos

A base da explicação do Sorre é a técnica, como veremos diversas vezes adiante, em quatro partes, divididas em dois volumes: o primeiro volume contém as três primeiras partes (publicado em 1948) e o segundo (publicado em 1950), a quarta parte, o Tomo II: Os fundamentos técnicos. Na primeira parte analisam-se as técnicas da vida social; na segunda parte, as técnicas e a geografia da energia; na terceira, a conquista do espaço, e na quarta parte, as técnicas de produção e de transformação das matérias-primas.

A primeira parte, *Les techniques de la vie sociale*, contém cinco capítulos: o primeiro, apresenta alguns dados essenciais de técnicas sociais; o segundo, os grupos anteriores ao Estado moderno; o terceiro, as nações e os Estados: suas condições geográficas; o quarto, estruturas políticas e econômicas e geografia, e o quinto, os impérios.

Já a segunda parte, *Les techniques et la géographie de l'énergie*, organiza-se em cinco capítulos: o primeiro, os motores animados; o segundo, os problemas geográficos atuais do trabalho humano; o terceiro, a geografia das fontes naturais de energia; o quarto, as primeiras formas de uso de energias naturais, e o quinto, progresso técnico e geografia da energia.

A terceira parte, *La conquête de l'espace*, é composta por seis capítulos: o primeiro, princípios gerais; o segundo, a circulação continental de superfície; o terceiro, a circulação oceânica; o quarto; a circulação aérea: o transporte do pensamento; o quinto; a circulação. A rede universal, as regiões de circulação; e o sexto; os efeitos geográficos da circulação.

Finalmente a quarta parte, *Les techniques de production et de transformation des matières premières* é a mais longa, contendo dez capítulos. O primeiro capítulo, a exploração

⁴⁶ Como vimos sobre o malthusianismo na seção II.3.1 do capítulo precedente.

do reino animal; o segundo capítulo, a formação das técnicas de exploração do solo; o terceiro capítulo, a formação das técnicas de exploração do solo: as técnicas d'água; o quarto, as técnicas da fertilidade dos solos; o quinto, os sistemas de cultivo e de criação e seus produtos; o sexto, as matérias-primas de origem mineral: suas transformações iniciais; o sétimo, as criações do homem no domínio das matérias-primas; o oitavo, transformação das matérias-primas e necessidades essenciais: alimentação, abrigo; o nono, a satisfação das necessidades essenciais: técnica e geografia têxteis; e, por fim, o décimo capítulo, a transformação das matérias-primas: as indústrias de ferramentas.

A análise dos elementos da paisagem humana fornece a chave de sua riqueza e sua variedade, ambas resultantes de diferenças entre as possibilidades ofertadas à população pelos recursos do meio natural e a desigual evolução das técnicas praticadas pelos grupos humanos, incluindo aqui as técnicas da vida social e as técnicas da produção.

Pelos anacronismos, não apresentaremos aqui suas conclusões.

Mas o que é importante é que ele reconhece o processo histórico, os impactos no desenvolvimento dos países, seja pelo passado colonial, seja pela posição que assumira na Guerra Fria. Sorre enfatiza a revolução iniciada na segunda metade do século XVIII, e que prossegue “Desde o Neolítico, a humanidade não conheceu nada comparável. Uma revolução única; nós mostramos suficientemente neste trabalho como as aquisições de técnicas se condicionam e se penetram mutuamente”. Sorre já informava que não é possível isolar as transformações políticas e sociais, porque elas “nascem em uma esfera ideológica que tem sua autonomia, mas uma autonomia relativa” (SORRE, 1950b, p. 1.017-1.018, tradução nossa).

Traçando a imagem dessa revolução, a geografia humana vê nela sobrevivência de certas estruturas, o desenvolvimento de outras. “Em particular, destaca a crescente interdependência das atividades humanas em todo o globo. Este grande princípio de conexão geral, que a geografia natural enfatiza na ordem física, agora nos aparece na ordem humana, tanto por contradições como por harmonias”. E completa que de todas essas diversidades e combinações, “nasce a variedade do mundo. Nelas se encontram o princípio do ecúmeno e as causas de seus desequilíbrios e de suas lutas” (SORRE, 1950b, p. 1.018, tradução nossa).

c. O *habitat*

Enfim, o terceiro, e derradeiro, tomo tem treze capítulos direcionados ao *Habitat* propriamente dito, além de conclusão da obra como um todo.

Assim temos o primeiro capítulo, a noção de gênero de vida e sua evolução; o segundo,

o habitat rural: os problemas, os fatos; o terceiro, o habitat rural: teoria do habitat; o quarto, a habitação rural: a ecologia rural; o quinto, do habitat rural ao habitat urbano; o sexto, condições históricas e geográficas do desenvolvimento urbano; o sétimo, as funções urbanas; o oitavo, a paisagem e a vida das cidades; o nono, as metrópoles; o décimo, a estrutura das grandes cidades; o décimo-primeiro, a população das grandes cidades; o décimo-segundo, a estrutura das grandes cidades, ambiente humano; e o décimo-terceiro, cidades e campos, último capítulo do que seria o Tomo III. O último capítulo do volume, denominado **conclusões gerais**, é o último capítulo de Os fundamentos da geografia humana, ou seja, a conclusão geral dos três tomos.

Na conclusão geral de *L'habitat*, Sorre aborda os temas da diversidade do ecúmeno; a região em geografia humana; significado humano dos grandes tratados físicos; os focos das civilizações da Ásia Oriental: Índia e China; os focos das civilizações irano-mediterrâneas e ocidentais; outros focos primários; os focos recentes; e o homem moderno no ecúmeno. E analisa todo o globo terrestre, considerando suas características (SORRE, 1952b).

E Max. Sorre conclui esta seção com a esperança de que dois séculos e meio após esse contato, seja possível reinar um sentimento de fraternidade entre as civilizações, uma unidade humana, uma unidade moral imanente respeitosa da rica diversidade das culturas, sendo assim definitivamente o dom que a geografia humana leva aos homens de boa vontade⁴⁷(SORRE, 1952b).

III.2.2. *Encontros da Geografia e da Sociologia*

Escrito em 1957, *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie* trata de uma obra explicitamente interdisciplinar com as ciências humanas. Embora no título estejam contidas a geografia e a sociologia de forma explícita nessa interdisciplinaridade, veremos no decorrer da sua obra o diálogo com a psicologia, com a filosofia e com a economia.

⁴⁷ *Tout cela, sur les propos d'un sien serviteur, ancien compagnon de Villegaignon. Les thèmes développés par Montaigne avec cette complaisance feront la trame des méditations de Bayle et des philosophes du XVIII^e siècle, qui en tireront une leçon de relativisme, mais aussi le sentiment de l'unité de l'oekoumène. Deux siècles et demi d'ethnographie, de sociologie, de philologie nous ont mieux armés pour tirer tout le profit possible de ces contacts répétés qui ne sont trop souvent traduits par des luttes et d'abominables massacres. Si la géographie humaine, appuyée sur les autres disciplines de l'homme, a un sens, comme je crois qu'elle en a un, c'est de révéler l'humanité à elle-même, de l'aider à prendre conscience d'elle-même. Les hommes d'Occident ont découvert les antiques sagesses de l'Orient et de l'Extrême-Orient, des civilisations qui ne le cédaient guère à la leur en valeur humaine, au moins par quelques côtés. Je ne suis pas enclin pour ma part à diminuer le prix de notre civilisation occidentale, humaniste, rationaliste, scientifique, mais comme attendrie par une longue tradition chrétienne. Cependant ce large sentiment de fraternité exprime par la parole de l'apôtre, Caritas omni generis humani, d'autres aussi l'ont conçu et l'ont étendu à tout ce qui vit. Leurs apports nous enrichissent spirituellement. Le sentiment profond et exaltant de l'unité humaine, d'une unité morale immanente et respectueuse de la riche diversité des cultures, – voilà en définitive le don qu'apporte la géographie humaine aux hommes de bonne volonté.*

Composto por seis capítulos mais o prefácio, *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie* é assim dividido: Prefácio, Capítulo I: Geografia e Sociologia; Capítulo II: Permanência e Mobilidade; Capítulo III: O espaço do geógrafo ou do sociólogo; Capítulo IV: A ecologia; Capítulo V: Alguns casos particulares; e Capítulo VI: A geografia e a sociologia diante da revolução técnica.

Começaremos apresentando análises de alguns autores sobre a obra, para fazermos nossas considerações a partir do próprio livro, no que tange à interdisciplinaridade, mesmo que não tenha sido assim denominado pelos autores.

Nas palavras de Pierre Gourou (1958):

[...] Este novo livro é uma dupla meditação sobre a geografia e sobre os “encontros” da geografia e da sociologia; o pensamento do autor está expresso em seis capítulos: « *Géographie et sociologie* », « *Permanence et mobilité* », « *L'espace du géographe et du sociologue* », « *L'écologie* », « *De quelques cas particuliers* », « *La géographie et la sociologie devant la révolution technique* » [...] Uma análise da sociologia durkheimiana leva M. Max. Sorre a especificar a natureza dos “serviços que a geografia humana pode receber da sociologia”. A geografia humana descreve, classifica e explica os aspectos humanos das paisagens; a sociologia analisa os mecanismos sociais de grupos reais e os confronta com padrões gerais; há também uma sociologia local e uma sociologia geral. O grupo que ocupa o território estudado pelo geógrafo possui um mecanismo social cujo conhecimento é indispensável (mas não é o único conhecimento necessário) para compreender os aspectos humanos das paisagens. Bem entendido, disputas de fronteiras ocorreram e ainda podem surgir. Elas são fúteis, pois há “a unidade do homem, indivisível e completo em cada um de seus atos”. Mas a geografia humana, se não pode prescindir da ajuda da sociologia, sabe que os aspectos humanos das paisagens não dependem exclusivamente de mecanismos sociais; a sociologia, em sua preocupação em saber como os homens organizam suas relações entre si, não pode negligenciar o conhecimento dos fatos da paisagem que a geografia humana lhe dá; mas a sociologia deve recorrer a muitas outras fontes de informação (GOUROU, 1958, p. 152-153, tradução nossa).

Georges Chabot (1957) declara a importância dessa obra em mostrar como as preocupações geográficas são inerentes às populações, mesmo às mais primitivas. E a importância da sociologia, sobretudo a descrita por Durkheim permite o conhecimento do substrato social e da psicologia social.

André Allix (1958) enfatiza a quebra da polêmica entre geografia e sociologia, incluindo também o diálogo interdisciplinar com a filosofia. E afirma sobre a importância da obra, mesmo se tratando de um livro pequeno, mas com leitura agradável e inúmeras contribuições, que as conexões “ligadas à natureza viva, à paisagem humanizada, são a alma da geografia; ligados a grupos ecológicos e movimentos coletivos, eles são a base da sociologia; ligados uns aos outros, eles são o próprio conhecimento do homem na Terra” (ALLIX, 1958, p. 81, tradução nossa).

Allix (1958) também contempla a ligação com as ciências naturais, à economia que Sorre faz, ressaltando que a realidade está em constante movimento.

A. G. (1958) chama atenção para a revolução técnica, a aceleração do progresso, a multiplicação dos homens no mundo contemporâneo, expostas por Sorre na sua obra, porque criaram ao mesmo tempo a necessidade da interdisciplinaridade e conflitos, por isso, as várias ciências humanas tiveram de se adaptar (e continuam tendo a necessidade de se adaptar com as novas realidades) e de dialogar entre si. “A rapidez das mudanças e a transformação dos ambientes impõem o mesmo tema de pesquisa e reflexão àqueles cuja vocação é estudar a vida dos homens na terra, ou a vida dos homens em grupos, para usar sucessivamente a linguagem do geógrafo. e a do sociólogo” (G., 1958, p. 153, tradução nossa).

Temos, finalmente, a última resenha do livro, antes de analisarmos a obra diretamente, escrita por Roger Brunet, em 1957.

Depois de recordar a utilidade da história do desenvolvimento do espírito geográfico, Max. Sorre se pergunta sobre o objeto da geografia. Este capítulo é uma oportunidade para ele afirmar vigorosamente a primazia da geografia regional, a futilidade de se dividir em geografias especiais (“o homem indivisível é inteiro em cada um de seus atos”), mas também o interesse da geografia geral [...] O objeto da sociologia é então definido como o estudo da morfologia do substrato social e da fisiologia da vida social – uma distinção que lembra o que é praticado na biologia. Mas, ao procurar especificar esses objetos, é muito mais difícil marcar a separação entre as duas disciplinas: a fronteira recua à medida que nos aproximamos. Isso porque o objeto da sociologia e da geografia é o mesmo: o grupo humano; e cada uma das duas disciplinas é considerada o centro das ciências humanas, a única capaz de reunir dados das ciências especiais. Na verdade, a distinção essencial está em uma atitude de espírito – um ponto de vista, escreve M. Sorre – diferente: há um espírito geográfico e um espírito sociológico, e não um objeto de estudo geográfico e um objeto de estudo sociológico. Grosso modo, a sociologia enfatiza a vida interior do grupo, a geografia na relação com o meio de um grupo que ela não estuda por si mesmo. A sociologia, portanto, fornece à geografia uma luz de dentro, explica-lhe o comportamento do homem (BRUNET, 1957, p. 191-192, tradução nossa).

Ainda segundo Brunet (1957), Sorre ressalta a influência do meio nas características da paisagem e dos gêneros de vida, a vida adaptando-se ao meio, evidenciando a mentalidade do grupo derivando justamente deste gênero de vida, sobretudo no meio rural. Além do meio, a noção de espaço merece destaque, por sua dificuldade e diversidade em significados, ou seja, temos, por exemplo, os espaços geográficos, os espaços econômicos e os espaços sociológicos que são diferentes entre si. Assim sendo, o espaço topográfico dos geógrafos se opõe ao espaço em movimento dos sociólogos, “os horizontes da vida”, as relações, que podem não ter ligação com nenhuma área topográfica, por exemplo (BRUNET, 1957).

Sorre deixa explícita em partes da sua obra a preocupação de humanizar a geografia humana, o que nos faz ver essa necessidade do diálogo entre as ciências humanas cada vez mais necessário e importante, sendo imperativa uma insurreição humanista.

Já no prefácio do livro, Sorre enfatiza a necessidade da sua época em entender a

sociedade com uma visão interdisciplinar, pois as sociedades passaram por várias transformações nos anteriores cinquenta anos, isto é, da primeira à segunda metade do século XX, dificultando o diálogo entre gerações diferentes. Lembremos das duas guerras mundiais, da Revolução Russa, da divisão político-econômica do mundo na bipolaridade: capitalismo vs. socialismo, por exemplo.

Além das conquistas relatadas em seus fundamentos da geografia humana, sobretudo das técnicas, o que viríamos a denominar *a posteriori* de mundialização e/ou de globalização ainda estava na fase embrionária. E Sorre já observava a necessidade do diálogo entre as ciências humanas, sobretudo entre a sociologia e a geografia humana. Não obstante, havia quem ignorasse a importância da geografia humana.

De forma geral, Sorre considera como proveitoso, importante esse conflito inicial, seguido de uma concertação, até porque diferentes civilizações não europeias ganhavam outros destaques, o que é considerado por uns como evolução, alterando também as concepções das ciências humanas em relação a esses outros lugares, a essas outras civilizações. Exemplos desses destaques são oriundos da rápida evolução das estruturas sociais em países onde o crescimento econômico e o crescimento demográfico acelerado geravam problemas urgentes aos sociólogos. Assim como questões para os geógrafos como determinação do grau de homogeneidade de grupos humanos em seu meio, por exemplo (SORRE, 1957).

Importante que Sorre procura dar um fim à discussão, deixando explícito que era no que ele queria acreditar.

Finalmente as barreiras caíram. Muitas pessoas se reconheceram, mas se ignoraram. Todos acreditavam que a colaboração aberta era mais lucrativa do que a desconfiança injustificada e o imperialismo ciumento. Os sociólogos admitiram que os geógrafos traziam duas coisas: um sentido do meio total, a experiência da observação direta adquirida durante suas investigações. E os geógrafos, por sua vez, perceberam que uma descrição correta só faz sentido se os sociólogos lançarem luz sobre o seu interior. Pelo menos é o que eu gostaria de acreditar (SORRE, 1957, p. 9, tradução nossa).

E ele acrescenta que colaboração não é confusão, porque sociólogos e geógrafos abordam a realidade humana de formas diferentes. Não faremos uma análise minuciosa do livro, pois destacamos nesta subseção apenas essa interdisciplinaridade entre as ciências humanas, já que nos fundamentos da geografia humana Sorre dialoga bastante com a biologia, a ecologia, as ciências mais naturais, como apresentamos na subseção anterior. Então, depois de maior diálogo com as ciências naturais, Sorre se aproxima das ciências sociais, das ciências humanas, sobretudo a partir da década de 1950.

Enfim, sobre a geografia e a sociologia, primeiramente ele faz a apresentação no

capítulo I, para mostrar o espaço do geógrafo e do sociólogo no capítulo III, para no último capítulo mostrar as duas ciências ante a revolução técnica.

Sorre parte de uma teoria geral, ultrapassando discussões em vão, que ele chama de uma classificação das ciências, perpetuando a herança das ideias de Vidal de la Blache.

Sorre salienta inúmeras vezes as transformações socioeconômicas do seu tempo, além das técnicas, isto é, nos meios de transporte, no encurtamento do tempo e do espaço entre territórios antes distantes, mas que a revolução técnica os aproximou, por exemplo, além dos conhecimentos náuticos, astronômicos etc. Também relata o conhecimento empírico, utilitário do espaço, que se mistura com outros conhecimentos. Inclusive contemplando as contribuições gregas de antes de Cristo, com Anaximandro, por exemplo, para o nascimento da geografia, para a ampliação do horizonte humano. E ela nasce como geografia matemática (SORRE, 1957).

Essa separação das ciências é recente, isto é, do século XIX, com o Positivismo⁴⁸, e, possivelmente, não permanente, porque a necessidade da multi/trans/interdisciplinaridade está no começo das ciências e parece ressurgir com maior potência. Na Grécia antiga, por exemplo, filósofos eram matemáticos, médicos etc.

Conforme Coimbra (2000), foi “o paradigma cartesiano-newtoniano responsável pelo desencadeamento das infindáveis especializações e pela visão mecanicista do mundo” (COIMBRA, 2000, p. 61). Wolfgang Welsch (2007) analisa a trajetória da segregação das *Geisteswissenschaften*, em alemão, *Sciences humaines*, em francês, ressaltando que no final do século XIX, “havia se tornado comum na Europa separar esses tipos de ciências e compreender sua diferença em termos de ciências compreensivas em oposição às ciências explicativas – e, mais tarde, como ciências ‘brandas’ em oposição às ‘duras’ e pseudociências em oposição às de verdade” (WELSCH, 2007, p. 239), enfatizando as contradições nessas separações.

Não nos aprofundaremos nessas evidências históricas de segregação das ciências do Positivismo⁴⁹, mas na necessidade de interação entre elas, como nos encontros do século XX

⁴⁸ Particularmente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, o Positivismo “pretendeu conferir um novo estatuto ao saber, acentuando enfaticamente a ‘ordem e progresso’ através das ciências positivas, privilegiando o absolutismo das Ciências Exatas (apesar de ter estado presente ao nascimento da Sociologia). Foi, sem dúvida, um golpe na interdisciplinaridade, ao menos sob o ponto de vista epistemológico e holístico” (COIMBRA, 2000, p. 61).

⁴⁹ Aqui mencionamos o ambiente que veio da Europa, e que chega ao Brasil, contemporâneo ao Josué de Castro. Rui Ribeiro de Campos (2004) afirma que “Houve uma redução da realidade ao mundo dos sentidos, circunscrevendo o trabalho científico ao domínio da aparência dos fenômenos e restringindo-os aos aspectos sensíveis e dimensionáveis do real, transformando o cientista em um simples observador por não caber a ele a procura do porquê, a indagação da essência dos fenômenos [...]” (CAMPOS, 2004, p. 59).

entre a geografia e a sociologia, por exemplo.

Ressaltamos a quem Sorre atribui a geografia nascente, isto é, a dois nomes que a dominam: Alexandre de Humboldt e Karl Ritter, ambos alemães. O primeiro, um naturalista e viajante, fazendo usufruto de toda a ciência de seu tempo: física, geologia, botânica, economia. Humboldt fora considerado um geógrafo completo por Baulig (SORRE, 1957), mas a ele também é atribuída a geografia natural, com grande influência enciclopedista.

Já para Sorre, Ritter tem uma inspiração bem diferente:

[...] Ele não é um naturalista atento à conexão dos fatos, de mentalidade sintética, sem dúvida, mas sobretudo um observador de realidades concretas. Ele é um historiador e acima de tudo um filósofo. A Terra é a casa do homem, preparada para ele e cujas características permanentes prevalecem em todas as vicissitudes da história. A tarefa é, portanto, através de um estudo comparativo, descobrir as leis geográficas da história (*allgemeine vergleichende Geographie*, tal é o subtítulo de sua grande obra *Die Erdkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen*). Toda a descrição é organizada em torno da ideia. Grande obra inacabada cujo impacto foi enorme. Mas, por seu finalismo, contém em germe, com visões fecundas, todas as aberrações do período que se segue (SORRE, 1957, p. 25-26, tradução nossa).

As bases geográficas são, portanto, interdisciplinares, conforme vemos nas observações de Sorre. E nas palavras dele, numa comparação entre a geografia alemã e a geografia francesa, temos uma síntese de sua ideia para a primeira, e outra, para a segunda.

Já sobre a Escola francesa, o autor afirma:

Na produção da Escola Francesa há outra preocupação com medida e com humanismo. Esta Escola surgiu a partir do ensino de Vidal de la Blache. Apesar de sua natureza incompleta, os *Principes de géographie humaine* publicados após a morte do autor por E. de Martonne tornam a espontaneidade humana em todas as manifestações de nossa espécie. O autor muitas vezes volta a esta ideia de que tudo o que diz respeito ao homem é marcado pela contingência. O traço mais original da atividade da Escola Geográfica Francesa é ter desenvolvido, a partir do seu fundador, um método de descrição regional no qual a preocupação com os elos racionais está associada à pesquisa da expressão. O *Tableau de la géographie de la France* continua sendo um modelo desigual (SORRE, 1957, p. 27-28, tradução nossa).

Sorre chama atenção para dois fenômenos que marcaram sua época. O primeiro se refere à transformação das duas categorias fundamentais: o tempo e o espaço, sobretudo referente aos meios de transportes, como já explicamos. Já o segundo fenômeno é a solidariedade de todas as partes do globo, a interdependência de todos os grupos humanos, que fazem da unidade terrestre um devir presente na consciência dos homens. Assim sendo, segundo Sorre “o homem moderno pensa geograficamente em função do globo inteiro” (SORRE, 1957, p. 29, tradução nossa), o que representa grande importância para o sociólogo.

E Sorre descreve também a sociologia, sobretudo a durkheimiana de forma interdisciplinar “por natureza”.

Então temos aí claramente a interligação das ciências humanas, mesmo que cada uma delas tenha suas particularidades. E Sorre completa:

Estou apegado, no que me diz respeito, ao princípio geral da singularidade das ciências humanas, no sentido de que expressa a unidade do homem indivisível e completo em cada um de seus atos. Serei desculpado por repetir esta fórmula. Mas também acho que essa singularidade não exclui uma pluralidade de pontos de vista que torna possível considerar as coisas num conhecimento completo. Cada um deles tem uma síntese focada. Todas essas disciplinas vivem nos mesmos dados. Elas tratam esses dados de forma diferente. Que no campo das ciências humanas a sociologia utilize, para a definição do substrato, elementos conhecidos por outras disciplinas, que lhes atribua o seu valor colocando-os na base da sua construção, nada é mais legítimo. Mas mostramos que a geografia se baseia na disposição de considerar as coisas em relação à Terra, que é de caráter sintético e inclui vários elementos em suas tabelas. Os grupos humanos desempenham um grande papel nisso – um papel criador –. Mas a definição e a estrutura desses grupos, ela compartilha com a sociologia. A natureza do vínculo familiar e sua força, dentro da grande sociedade global, o sociólogo as define e as mede. Mas, quando afetam as formas da economia e do *habitat*, então, à luz dos resultados obtidos pelo sociólogo, o geógrafo as agarra. E sua ação, o sociólogo por sua vez, retomará quando quiser descrever completamente as formas do substrato. Na verdade, no que eu gostaria de chamar de área basal de nossas disciplinas, nos encontramos e ajudamo-nos. Talvez seja justo dizer que por sua formação tanto biológica quanto histórica – especialmente histórica – o geógrafo está mais bem preparado para abordar o estudo dos elementos materiais do substrato. [...] (SORRE, 1957, p. 51-52, tradução nossa).

Para Sorre, cada ciência tem sua singularidade além de ter sua pluralidade. O ser humano é indivisível e completo. E acrescentamos que ele precisa de se relacionar. Ele é um ser social, isso é inegável! E a própria geografia tem suas bases biológicas e históricas. Sendo também mais relevante o fato histórico para Sorre, devido à compreensão do processo e das relações humanas, ou seja, socioculturais, além de econômicas que a geografia analisa. E esse diálogo entre sociologia e geografia não se interrompe em nenhum momento. Pelo contrário, ele é constante e permanente. E não apenas com a sociologia. O que também é explicado no movimento migratório, quando Sorre contrapõe permanência (estabilidade) à mobilidade. Na verdade, de forma dialética, afirmando que essas noções são antagônicas e complementares.

Sobre a revolução técnica, enfatizamos que as relações entre homem e natureza mudaram e mesmo entre os seres humanos. Falaremos adiante sobre isso, mas podemos citar por exemplo a mudança da relação com tempo e espaço, ou seja, não somos mais guiados no meio urbano pelo tempo da natureza (apresentado pelo nascer e pelo pôr do sol), mas pelo tempo do relógio, das horas, dos minutos... e do espaço... estamos em prédios, e quando dentro de centros comerciais (*shoppings*) estamos na abstração total do tempo e do espaço. Abstração total do tempo, pois não temos noção alguma das horas (não há nem relógio nesses lugares, nem como saber se é dia ou se é noite) e abstração do espaço, porque não importa em qual país, em qual cidade estamos, as características desses centros comerciais não alteram muito: há praça de alimentação com quase os mesmos restaurantes, há quase as mesmas lojas... não

costuma existir a identidade do local onde o *shopping* foi construído. Geralmente as lojas e redes que estão contidas neles são transnacionais ou grupos nacionais presentes em vários (ou em todos) os estados e/ou cidades⁵⁰.

Enfim:

Todas as ciências humanas obedecem às mesmas necessidades, seguem os mesmos ritmos. Uma parte das reflexões relativas à geografia, especialmente a necessidade de um esforço de imaginação, de renovação dos pontos de vista, valeria a pena igualmente para a sociologia. Contudo, é preciso matizá-las; pois a pesquisa sociológica tem suas exigências específicas. E sobretudo ela toca muito perto o homem para que os problemas não se ponham de uma maneira um pouco diferente (SORRE, 1957, p. 199, tradução nossa).

E finalizando esta análise desse encontro entre a geografia e a sociologia, Sorre insiste na necessidade de uma adaptação espiritual às exigências da era técnica, que reconfigura o papel do geógrafo que descreve os complexos locais ou regionais, tendo a preocupação de mostrar as ligações entre seus elementos.

Uma cidade é para o geógrafo uma solidariedade, assim como uma região. Já o estado é uma solidariedade inter-regional, o universo é uma solidariedade internacional. Mesmo que o geógrafo isole inicialmente um ou outro elemento do gênero de vida, todas as suas conexões são renovadas ao considerá-lo no seu conjunto. É preciso contemplar a totalidade das relações entre o ser humano e o meio e entre os seres humanos. É necessária, em suma, uma visão total, dialética.

III.2.3. O homem na Terra: tratado de geografia humana

Em seu último livro, Sorre esclarece que depois de sessenta anos de reflexão geográfica, e à luz de uma revolução tal que a humanidade não conhecera desde o neolítico, aqui se referindo à conquista do espaço aéreo e à desintegração do átomo, pois ainda não presenciara nem a chegada do homem à Lua, nem a Revolução Verde, nem a Revolução nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como vivenciadas a partir da década de 1970. Quanto às TICs, as duas primeiras décadas do século XXI representam avanços ainda mais surpreendentes dessas tecnologias, como, por exemplo, a qualidade da imagem, tanto em televisores, computadores, quanto nos telefones celulares, a difusão da internet, o *Global Positioning System* (GPS), a qualidade digital e todos os demais adventos, superando fronteiras no mundo

⁵⁰ A compressão espaço-temporal é melhor aprofundada por Edward Soja e David Harvey, por exemplo; e os “não-lugares”, é um tema importante para uma nova Geografia social que tem em Pierre Levy um nome de peso.

virtual.

Sorre admite seu conhecimento da geografia do homem, também chamada de geografia humana, tendo como seus desejos nesta obra inteligibilidade e o sentimento de unidade da geografia do homem.

Ao definir o lugar da geografia humana, Sorre esclarece que a geografia humana é a descrição do ecúmeno. A geografia humana também é uma descrição científica das paisagens humanas e de sua repartição sobre o globo. Definições essas que se chamam e se completam.

Dessa forma:

Certos termos geográficos ficarão gravados em sua memória, especialmente o de “ecúmeno”. Ao se esforçar para impô-lo no vocabulário geográfico, Max. Sorre teve a intenção deliberada de dar sentido e limites à geografia. O meio físico não é para ele um objeto de estudo geográfico em si: é a estrutura da vida, uma estrutura muitas vezes pesada, mas não insensível à ação de grupos organizados suscetíveis de influenciar certos imperativos. O que é objeto de pesquisa para o geógrafo é a parte do globo ocupada pelos homens e as modalidades ou condições de apropriação desse espaço pelas comunidades humanas. “Geografia, na descrição do sentido etimológico da terra – escreveu ele em sua última obra, *L’Homme sur la terre*. E do consenso, da terra com o que carrega e da qual ela é inseparável, de tudo o que vive em sua superfície e a alma, da humanidade que a transforma e a enriquece com novos traços”. Ele admite que “a geografia física lida com elementos inertes”, mas apenas para levar a um conhecimento cada vez mais profundo das condições da existência humana. Nesse sentido, a geografia difere das ciências naturais, embora estas se empenhem em especializar e diferenciar os resultados de suas investigações de acordo com o espaço. Mas estudar as condições de existência do homem – e especialmente em nossa época de aceleração dos processos tecnológicos, a evolução, a transformação dessas condições (ou os obstáculos à sua transformação) – é colocar implicitamente o problema de a razão de ser da vida do homem na terra e os limites impostos à sua ação. [...] (GEORGE, 1962a, p. 450-451, tradução nossa).

Nas palavras de Sorre sobre a interdisciplinaridade, duas características mantêm a autonomia da geografia sobre os diferentes ramos.

Primeiro porque entre as ciências naturais e humanas, a Geografia localiza os fenômenos em primeiro lugar, por ser *a disciplina dos espaços terrestres*, devido à representação cartográfica. Segundo, porque há conexões estreitas entre os elementos das combinações locais e conexões distantes entre os fatos de todos os tipos que estejam na superfície terrestre, destacando a interdependência de todas as partes do ecúmeno. “O contexto físico e vivo representa o meio natural, enquanto o meio humano é definido com a ajuda das ciências humanas, entre as quais a sociologia está em primeiro lugar” (SORRE, 1961, p. 2-3, tradução nossa).

Então Sorre afirma enfaticamente sobre a multidisciplinaridade:

Assim, tendo marcado os vínculos originais e indissolúveis da geografia humana com todos os ramos da geografia, reconhecemos os seus vínculos com o grupo das *ciências*

humanas, antropologia somática e fisiológica, patologia, psicologia coletiva, etnologia, sociologia sob todos seus aspectos, inclusive o econômico. Elas esclarecem sobre as condições de atividade dos grupos dos quais o tecido do ecúmeno é feito. Por sua vez, traz-lhes esta opção de localização e de síntese, esta visão de mundo que alarga sua capacidade intelectual e as fecunda. Esse é o caráter complexo da geografia humana, *terra marginal no campo do conhecimento* (SORRE, 1961, p. 3, tradução nossa).

O homem não apenas se relaciona com o meio, mas também entre si numa relação social. Relação social essa complexa e não monolítica. Assim sendo, não existe um modelo único, uma maneira correta de se relacionar enquanto sujeito social e enquanto animal reagindo ao meio. Entretanto, há um modo de se relacionar com o meio que está sendo dominante, e prejudicial não apenas ao meio, mas às relações socioeconômicas e culturais.

E nessa última obra fica clara a capacidade de síntese de todos os estudos anteriores do autor, buscando entender os impactos da urbanização, das mudanças na vida humana, relacionando com as instituições existentes, e usando a interdisciplinaridade.

De acordo com Pierre George (1976), para Sorre, a desigualdade entre os homens não é apenas a de comida e de chance de viver, é também a de eficácia e de potência. Sorre apresenta os elementos do jogo: seu marco formal, o Estado com suas fronteiras e suas próprias formas de organização interna, isto é, das relações entre o poder político e os fatores econômicos. Ademais, de sua relação com exterior, incluindo os setores da agricultura e da indústria, introduzindo um novo conceito de ocupação e de controle de espaço.

O principal efeito do desenvolvimento da indústria sobre o sistema de ocupação do globo pelo ser humano é a sua concentração em regiões urbanas onde todos os meios de dominação e domínio do espaço se reúnem segundo padrões de transmissão e retransmissão mais ou menos complexas abrangendo distâncias e oceanos por meio de mais técnicas de comunicação de forma mais sutil. A proliferação das grandes cidades deu origem a teorias explicativas dos mecanismos de uso do solo urbano e da distribuição espacial das funções urbanas (GEORGE, 1976, p. 361-362, tradução nossa).

Para Veyret-Verner (1962), esta obra se refere a uma espécie de filosofia da geografia, coisa que somente Sorre poderia fazer entre os geógrafos humanos da escola francesa. Com o objetivo inicial de definir a geografia a partir da consistência do ecúmeno (dedicada a explicar a divisão dos seres humanos na Terra, os diferentes grupos étnicos e suas adaptações aos diversos climas e ao seu modo de subsistência), a partir de seus diferentes tipos de regimes alimentares. Com a revolução das técnicas e a industrialização, temos uma brusca mudança em curto período. Mas Veyret-Verner (1962) resume o livro como uma obra da geografia humana com viés humanista, que convida à reflexão sobre o pensamento e a cultura expressos no livro.

Para Pierre George (1962b), Sorre no seu tratado de geografia humana contemplou várias ciências, como, por exemplo, geologia, pedologia, medicina, história. E se trata de um

ato de coragem, cultura e autoridade, pois não se refere a um simples ponto de vista da geografia humana, mas de um tratado de geografia humana.

Segundo René Clozier (1962), o humanismo da geografia humana de Sorre nesta obra contempla a unidade profunda do ser humano, na sua totalidade e na sua particularidade, com suas contradições. Clozier (1962) chama atenção para o conhecimento do Sorre na antropologia, na biologia e na sociologia, por exemplo, sobre todas as ciências humanas que ajudam no conhecimento do homem na Terra.

Esta obra é dividida em sete capítulos mais o prefácio, a introdução e a conclusão. Na introdução, Sorre se preocupa em definir a geografia humana, explicando também o seu lugar, falando de noções fundamentais, do método e do humanismo na geografia humana. Os capítulos são assim nomeados: I: *Consistance de l'oekoumène*; II: *L'intelligence à la conquête du monde vivant*; III: *L'intelligence créatrice de techniques – L'industrie*; IV: *La conquête de l'espace*; V: *La sociabilité et le milieu géographique*; VI: *Les paysages humains (I)*; e VII: *Paysages humains (II) et régions humaines*. É incontestável a ênfase dada ao poder de mudança e de modificação inerente ao ser humano.

Ressaltamos que, embora o discurso eugênico tenha sido fortalecido sobretudo a partir do século XIX com o neocolonialismo, Sorre, no seu estudo geográfico afirma veementemente que não existem raças, e sim etnias, e que cada grupo humano tem suas características físicas devido à adaptação ao meio, ou ao gênero de vida, não havendo superioridades entre esses grupos étnicos. Embora ele use o termo raça posteriormente no decorrer do livro, essa afirmação de que ela não existe para os seres humanos está contida na página 20 da edição francesa. Achamos importante enfatizar isso, porque podemos pensar que essa ideia tenha sido superada. Mesmo perdendo o estatuto de “científico”, a ideologia ainda persiste, como analisam Teixeira e Silva (2017), especialmente devido à ideologia do determinismo biológico, presente nas modernas tecnologias relacionadas à reprodução humana, por exemplo.

Percebemos, pois, grande preocupação do Sorre em entender as diversidades humanas, respeitando a premissa de que não há raças nem razões para a eugenia⁵¹, darwinismo social etc.

⁵¹ Fazemos questão de entender o contexto social, científico, histórico etc. da eugenia, a partir do historiador Eric J. Hobsbawm. Como ele afirma, “A eugenia, que era um programa para aplicação, às pessoas, do cruzamento seletivo comum na agricultura e pecuária, foi muito anterior à genética. O nome data de 1883. Era, essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana. Os eugenistas extremistas acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas *apenas* através da melhoria genética da espécie humana – por meio da

Embora para ele a mestiçagem apareça como algo de difícil análise no seu contexto histórico, que não vamos abordar aqui, a influência do pensamento de sua época é notória.

De toda forma, somos diversos e vivemos uma unicidade. Vejamos o que Sorre (1961) diz sobre as noções fundamentais da geografia humana considerando o conjunto dos grupos humanos vivos, ou *Homo sapiens*, na linguagem dos naturalistas, que possui estas quatro características que o tornam original: a plasticidade, o elevado grau de desenvolvimento mental, a mobilidade e a sua sociabilidade. Nas palavras de Sorre:

1ª A sua notável *plasticidade* é o segredo desta ubiquidade em que Darwin via um privilégio único. Só é compartilhado por espécies que permanecem associadas a ela até os limites de seu domínio: o cachorro, a urtiga.

2ª O seu *elevado grau de desenvolvimento mental* torna-a uma criadora inesgotável de técnicas, originalmente produtos do empirismo, posteriores obras da razão, cada

concentração e do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou a raças adequadamente coloridas, como a ‘nórdica’), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares). Os eugenistas menos extremistas deixavam alguma margem às reformas sociais, à educação e às mudanças ambientais em geral. Se a eugenia, por um lado, podia se tornar a pseudociência fascista e racista ternada genocídio deliberado com Hitler, por outro lado não se identificava exclusivamente com qualquer setor político de classe média antes de 1914, não mais que as teorias sobre a raça, muito populares, entre as quais figurava. Temas ligados à eugenia surgiram na música ideológica dos liberais, dos reformadores sociais, dos socialistas fabianos e alguns outros setores da esquerda, nos países em que o movimento ficou na moda, embora na batalha entre hereditariedade e meio ambiente ou, na expressão de Karl Pearson, ‘natureza’ e ‘criação’, fosse praticamente impossível que a esquerda optasse *exclusivamente* pela hereditariedade. Daí, aliás, a acentuada falta de entusiasmo pela genética por parte dos profissionais da área médica nesse período. Pois os grandes triunfos da medicina na época se davam a nível ambiental, tanto por meio dos novos tratamentos das doenças microbianas (que, a partir de Pasteur e Koch, haviam propiciado o surgimento da nova ciência da bacteriologia) como do saneamento básico. Os médicos eram tão relutantes como os reformadores sociais em acreditar, como Pearson, que ‘1.500.000 libras esterlinas gastas no incentivo da reprodução sadia seriam mais proveitosas para a erradicação da tuberculose que a criação de um sanatório em cada aglomeração urbana’. Eles tinham razão (HOBSBAWM, 1998, p. 351-352). O historiador ainda afirma que o “movimento pelo controle da natalidade guardava relações estreitas como os argumentos eugenistas” (HOBSBAWM, 1998, p. 352). Ainda para ele, o surgimento da genética foi o que justamente tornou a eugenia “científica”, “que parecia sugerir a exclusão total das influências ambientais na hereditariedade e a determinação, por um único gene, da maioria ou de todas as características; isto é, que o cruzamento seletivo dos seres humanos segundo o processo mendeliano era possível. [...]” (HOBSBAWM, 1998, p. 353). Ainda para Hobsbawm, “o desenvolvimento da genética deve ser situado no contexto da premente preocupação com problemas sociais aos quais a eugenia dizia oferecer soluções biológicas (por vezes alternativas às socialistas), o desenvolvimento da teoria evolucionista, na qual estava imbricada, também tinha uma dimensão política. O desenvolvimento da ‘sociobiologia’ em anos recentes chamou mais uma vez a atenção sobre esse ponto. Essa dimensão ficara evidente desde o início da teoria da ‘seleção natural’, cujo modelo chave, a ‘luta pela sobrevivência’, fora basicamente derivado das ciências sociais (Malthus). Observadores da virada do século registraram uma ‘crise no darwinismo’ que produziu várias especulações alternativas – assim o chamado ‘vitalismo’, o ‘neolamarckismo’ (como era chamado em 1901) e outras. Isso se devia não apenas às dúvidas científicas sobre as formulações do darwinismo, que se tornara uma espécie de ortodoxia biológica na década de 1880, mas também a dúvidas quanto a suas implicações mais amplas. O acentuado entusiasmo dos social-democratas pelo darwinismo bastou para garantir que ele não seria discutido em termos exclusivamente científicos. Por outro lado, enquanto a tendência político-darwinista na Europa o via como um esforço para a perspectiva marxista, segundo a qual os processos evolucionistas na natureza e na sociedade ocorriam independente da vontade e da consciência dos homens – e todos os socialistas sabiam aonde esses processos inevitavelmente levariam – nos EUA o ‘darwinismo social’ destacava a livre concorrência como lei fundamental da natureza, e o triunfo do mais apto (isto é, do homem de negócio bem-sucedido) sobre os menos aptos (isto é, os pobres). A sobrevivência do mais apto também podia ser indicada, e de fato assegurada, pela conquista das raças e povos inferiores ou pelas contra Estados rivais (como sugeriu o general alemão Bernhardt em 1913 em seu livro *Germany and the Next War*) (HOBSBAWM, 1998, p. 353-354).

vez mais apuradas. Uma verdadeira memória específica garante a conservação do conhecimento adquirido, enquanto o aperfeiçoamento da ferramenta intelectual evita a esclerose e gera diante de nossos olhos os desenvolvimentos em cadeia, a aceleração do progresso técnico característico de nossa era. O homem é um corpo capaz de se adaptar ao meio, é espírito e é por isso que o domina.

3ª Este progresso é particularmente eficaz na satisfação dada à necessidade da *mobilidade*. As descobertas da arqueologia pré-histórica atestam a antiguidade da aspiração à conquista do espaço. Nosso sucesso supera todos os sonhos de ontem, pois conquistamos espaços proibidos.

4ª Finalmente, nem a acumulação dos progressos, nem os triunfos da circulação são concebíveis fora das sociedades organizadas. Os naturalistas descrevem espécies de plantas e animais que eles chamam de sociais. Nenhuma oferece um grau tão alto de sociabilidade como o gênero humano, *zoon politikon* (Aristóteles). Ele não apenas vive em grupos, mas os elementos sociais estão tão incorporados às manifestações de espontaneidade na personalidade básica que é fútil procurar discerni-los (SORRE, 1961, p. 3, tradução nossa).

Sorre afirma a importância de dois conceitos para os geógrafos: a do meio e a do gênero de vida. A noção de meio:

[...] assumiu todo o seu significado com o triunfo das doutrinas evolucionistas e a ideia de adaptação. A análise nos mostra toda a sua riqueza. O meio é definido antes de tudo como uma combinação de *características elementares isoladas*, posição geográfica, características do relevo, elementos do clima (temperatura, pressão etc.), composição da cobertura vegetal, assentamentos humanos etc. Nosso inventário raramente é completo nessas características e seu significado varia de acordo com o uso que cada grupo humano faz delas. Além disso, não agem isoladamente, mas em conjunto com outros: formam conjuntos ou, melhor ainda, complexos elementares. É assim que a tolerância térmica dos humanos depende da umidade, e assim somos chamados a falar do complexo higrotérmico. Os seres vivos mostram-se no mais alto grau envolvido em combinações cimentadas pelo parasitismo e pela simbiose, os complexos biológicos. Por fim, vemos indústrias de vários tipos aglomeradas em associações regionais: o geógrafo analisa as forças de atração que as agrupam e transformam esses complexos industriais em verdadeiras unidades vivas. A noção de complexo geográfico elementar, cuja generalidade não foi suficientemente demonstrada até agora, encontra uma aplicação fecunda em todas as partes da geografia humana. Na eterna luta pela vida, não é apenas com forças isoladas que o homem se debate e ele próprio intervém para formar novos feixes ao seu perfil (associações de plantas cultivadas) (SORRE, 1961, p. 4, tradução nossa).

E a grande importância de Sorre é acrescentar ao conceito de meio natural o *meio social*, ou melhor, dos *meios sociais*.

A outra noção, a de gênero de vida, que se trata de um termo de passagem entre a atividade dos grupos humanos e as propriedades do meio:

[...] Com isso, entendemos um conjunto coletivo de práticas transmitidas e consolidadas pela tradição graças às quais um grupo humano mantém sua existência em um meio determinado. Um conjunto de técnicas adaptativas com que envolvem elementos espirituais. Apresenta a máxima estabilidade em sociedades sujeitas à tirania de um meio natural muito especializado (pastores nômades do deserto, inuítes). À medida que os homens se libertam da subjugação da natureza, o centro muda, a noção adquire, como acabamos de sugerir, elementos sociais. [...] (SORRE, 1961, p. 4, tradução nossa).

Estamos vendo nas próprias palavras de Sorre não apenas a interdisciplinaridade, como

também a exaltação das questões sociais, das relações sociais.

Sobre o método da geografia humana:

O respeito pela unidade essencial da geografia humana requer rejeitar qualquer tendência para a dispersão. Embora seja legítimo, por razões de conveniência pedagógica e tendo em vista a preparação profissional de agrupar as manifestações econômicas da atividade num mesmo vocábulo, é preciso referir que o termo de geografia econômica tem apenas um valor de uso. O *Homo æconomicus* é um fantasma e é o ser humano que é o objeto de nossa pesquisa. Mostraremos como as características essenciais das espécies atuam na diversidade dos meios, como se traduzem na diversidade dos gêneros de vida resultando na formação das paisagens humanas, ou seja, no ecúmeno (SORRE, 1961, p. 5, tradução nossa).

Temos, pois, a opinião de Max. Sorre sobre a lógica econômica sobrepondo-se às relações humanas e que não podem determinar a verdadeira essência humana, isto é, a relação inerente aos seres humanos entre o meio natural e os meios sociais. Por isso vemos o humanismo da geografia humana ressaltado na introdução do tratado da geografia humana, além de estar presente em toda sua obra.

Essas transformações proporcionaram o aumento da expectativa de vida dos seres-humanos, isto é, de sua longevidade seja pelo desenvolvimento da ciência, pela melhoria dos gêneros de vida, de forma geral. Aqui Sorre ainda considera que tal longevidade “significa ascensão de um número sempre crescente de indivíduos à plena dignidade humana” (SORRE, 1961, p. 334, tradução nossa).

Sorre chama atenção para as vitórias sobre o espaço, ao reduzirem as barreiras entre as partes do ecúmeno. Entretanto, há também a padronização dos modos de vida, isto é, os fundamentos racionais das técnicas se propagam pelo mundo afetados pelo “selo da universalidade”. Isso posto, não importa em qual universidade do mundo estuda um engenheiro, por exemplo, pois a maneira de pensar será a mesma. E Sorre indaga: “Isso não é uma diminuição da riqueza espiritual do mundo?” (SORRE, 1961, p. 334, tradução nossa).

Então prevendo os efeitos da mundialização e da globalização, Sorre já via que a mistura dos tipos humanos resultante da facilidade dos meios de transporte, da equalização dos níveis de vida, das aspirações poderia gerar um pensamento relativamente uniforme no globo.

Quaisquer que sejam, sentimentos novos – e contraditórios – estão despertando nas almas das gerações mais novas o espetáculo dessa aceleração. Libertadas das antigas categorias que se impunham ao pensamento dos mais velhos, o tempo e o espaço, a noção de distância ganha outro sentido para elas. Todos os dias, ao ouvir o rádio, o homem médio ouve a velocidade dos corpos interestelares em anos-luz. Ele vive em um mundo de símbolos não relacionados aos ritmos do passado. Desde a desintegração do átomo, as quantidades de energia postas em jogo requerem um novo sistema de referência para sua avaliação. O adolescente de hoje não fala mais a mesma língua de seu avô octogenário. Ele concebe essas transformações com um orgulho imenso. Ele se inclina a acreditar que tudo é possível para um homem armado com

técnicas racionais. A imagem objetiva e concreta de uma realidade limitada é substituída, sem que ele sempre tenha consciência, pela visão de um campo de possibilidades ilimitadas. “*Eritis sicut Dei*”. O espírito de excesso toma conta da humanidade. A doença, a morte, a escravidão mesmo das leis da gravidade e a ignorância desaparecem diante das promessas da ciência. À medida que a possibilidade da felicidade deixa de ser uma miragem, a demanda pela felicidade aumenta e assume novas formas: a pessoa se resigna às piores condições de moradia para adquirir um carro. O otimismo está em pleno andamento. Lembretes abruptos ocorrem. Eles não nos fazem duvidar de nosso poder sobre a energia e a matéria, para nos trazer de volta a concepções mais estáticas (SORRE, 1961, p. 335-336, tradução nossa).

Importante crítica à mentalidade consumista, ou seja, há quem prefira viver em condições precárias para poder comprar bens materiais caros. Embora Sorre tenha mencionado as condições de moradia precárias em favor de um carro, poderíamos substituir pela qualidade da alimentação, como falaremos nos próximos capítulos. O autor também completa:

Há, portanto, momentos em que o homem moderno concebe uma angústia real. É, por um lado, quando ele observa a sobrevivência dos instintos primitivos e a lentidão do progresso moral. Isso, de uma forma mais material, quando ele considera o crescimento do ecúmeno. Duas coisas contribuíram para esse aumento. Por um lado, nossas vitórias técnicas sobre as adversidades. Por outro lado, esta afirmação de que o homem é a verdadeira riqueza, de que o aumento da massa da população é a condição do progresso técnico. Mas depois do salto de fé, em face das estatísticas, a dúvida se insinua, depois o terror (SORRE, 1961, p. 336, tradução nossa).

Temos aqui uma preocupação não apenas populacional de Sorre, mas também o que geraria momentos de angústias nas pessoas. Para Sorre, a “descrição da Terra habitada leva assim o geógrafo ao começo de uma meditação ética sobre o tema da unidade do ecúmeno” e o “meio natural não cessa de ser agitado por energias que ameaçam a existência do ecúmeno” (SORRE, 1961, p. 339-340, tradução nossa). E prossegue:

Havíamos adaptado as formas de nossa ação sobre a natureza a uma certa distribuição de climas. Ficamos impotentes perante fenômenos como os ciclones ou tufões [...]. No entanto, os geólogos perseguem o eco da orogenia terciária no Quaternário, terremotos, deformações locais do fundo do mar, maremotos, oriundas de erupções de gás, de líquidos ferventes, de cinzas e de lava atestam os despertares das energias telúricas. A Geografia das **calamidades naturais** mostra que algumas regiões estão mais ameaçadas do que outras. O meio parece estável apenas por algumas gerações. A medição do tempo não é a mesma para a natureza e para as pessoas (SORRE, 1961, p. 340, tradução nossa).

Numa nota de rodapé para a Geografia das calamidades naturais, Sorre menciona a *Geopolítica da Fome* de Josué de Castro como fonte, além do livro de Alfred Sauvy, *De Malthus à Mao Tse-tung: le problème de la population du monde*.

Por causa dessas calamidades naturais, nossos ancestrais foram atingidos pelo terror religioso. E afirma que somente um sentimento de fraternidade humana pelas vítimas nos move, despertando a consciência do ecúmeno.

Encerramos nossa fala sobre Sorre, antes da conclusão, com o que o sociólogo e diretor

geral da revista *Sociologie du travail*, Alain Touraine, nascido em 1925, criador do Centro de estudos dos Movimentos Sociais (*Centre d'étude des mouvements sociaux*), posteriormente, do Centro de Análise e de Intervenção Sociológicas (*Centre d'analyse et d'intervention sociologiques*) registrou sobre Sorre. Também Touraine foi diretor de estudos na Escola dos altos estudos em Ciências Sociais (*École des hautes études en sciences sociales* - EHESS). Em suma, Alain Touraine é um sociólogo de prestígio e prestou a seguinte homenagem a Max. Sorre no ano de sua morte:

A sociologia está ligada por laços profundos às ciências humanas desenvolvidas anteriormente: na França, é impossível compreender os rumos da pesquisa sociológica ao longo do último meio século sem refletir sobre seus vínculos com a história econômica e social de um lado, e com a geografia humana do outro, essas duas disciplinas estando elas mesmas intimamente ligadas. Maximilien Sorre, recém-falecido, foi ao mesmo tempo um dos melhores representantes da escola geográfica que sucede a Vidal de la Blache e um dos que sempre mais se preocuparam em desenvolver e esclarecer em ambas as relações da sociologia e da geografia. A sua obra principal, *Les Fondements de la géographie humaine*, é o testemunho disso, tal como os seus livros mais recentes e especialmente *Rencontres de la géographie et de la sociologie*. A sua presença à frente do *Centre d'Études Sociologiques*, quando se localizava na *rue de Varenne*, demonstrou o seu interesse ativo pelo desenvolvimento da sociologia.

A análise sociológica deverá recorrer durante muito tempo ao pensamento de Maximilien Sorre para poder aprender a situar-se no espaço (TOURAINÉ, 1962, p. 416, tradução nossa).

Vemos, pois, um reconhecimento da análise sociológica e de sua contribuição geográfica à sociologia, vinda do sociólogo, que também reconhece a importância de Sorre para as ciências humanas.

III.3. Conclusões

Nenhuma decisão sensata pode ser tomada sem que se leve em conta o mundo não apenas como ele é, mas como ele virá a ser.
(Isaac Asimov)

Neste terceiro capítulo vimos um pouco sobre quem foi Max. Sorre, além de fazermos uma breve análise de suas três principais obras: Os fundamentos da Geografia humana, Encontros da Geografia e da Sociologia e O homem na Terra, sendo esta uma síntese da primeira obra, com informações mais atuais.

Desde o aparecimento do homem na Terra, nunca tivemos tantas transformações como as ocorridas a partir do século XVIII. E Max. Sorre fala delas e da perda de saberes instintivos

devido às novas condutas culturais.

Notamos que com o nascimento da Geografia enquanto ciência a separação das ciências humanas foi acentuada, conforme falamos neste capítulo, sobretudo nas últimas décadas do século XIX, com o Positivismo científico. Iniciando suas análises mais interdisciplinares com as ciências naturais, observamos uma aproximação crescente com as ciências sociais no pensamento do Max. Sorre, sobretudo a partir da década de 1950, como podemos ver em *Encontros da Geografia e da Sociologia*, de 1957, por exemplo.

Vimos que mesmo Max. Sorre, quem contribuiu para a Geografia aproxima-se das outras ciências humanas, além de ter dialogado com outras ciências, como as naturais desde *Os fundamentos da Geografia humana*.

Contudo percebemos a influência não apenas eurocêntrica da ciência sendo produzida na Europa, como europeus estudando outros continentes do globo a partir dessa visão. Enfatizamos que isso pode direcionar a interpretação da análise da realidade tendo como base o modelo europeu. Mas é inquestionável a contribuição de Max. Sorre e de outros cientistas europeus para as ciências, por exemplo, mesmo que a percepção da realidade possa ficar um pouco limitada.

A visão eurocêntrica pode estar perpetuando ideias que dificultam a busca de alternativas contra um sistema excludente e desigual que tem perdurado no mundo moderno. Lander (2005) apresenta essa influência. E essa visão também pode estar contribuindo pela perda do saber instintivo inerente ao ser vivo, mas que o ser humano, pelas questões socioeconômicas e transformações culturais, perdendo suas tradições, que podem ser menos valorizadas e/ou praticadas.

Para Hobsbawm (1998), a questão crucial do historiador é compreender a mudança nos debates especializados entre teóricos, a mudança da imagem científica do universo e a relação entre essas mudanças e o que acontecia em determinado período, porque “Os processos do intelecto não são autônomos. Sejam quais forem a natureza das relações entre a ciência e a sociedade onde está embutida e a conjuntura histórica particular onde ocorre, essa relação existe” (HOBBSAWM, 1998, p. 349). Por isso, o historiador propõe a compreensão da crise da ciência tradicional analisando as preocupações sociais e políticas dos cientistas. Entretanto, o contexto no qual as ciências que conhecemos foram consolidadas é o das décadas que antecederam a

Primeira Guerra Mundial e no contexto do “breve século XX⁵²” que o sucedeu, que também era dominante nas ciências sociais e mesmo nas ciências naturais, sendo o elemento social e político na maioria das vezes crucial. No período que antecede a Primeira Guerra Mundial, as áreas da biologia atingiam diretamente o homem social, assim como todas as áreas “que podiam ser vinculadas ao conceito de ‘evolução’ e ao nome cada vez mais carregado de conotações políticas de Charles Darwin. Ambos tinham um conteúdo ideológico forte” (HOBSBAWM, 1998, p. 351). Prosseguindo, o historiador afirma:

[...] Sob a forma de racismo, cujo papel central no século XIX nunca será demais ressaltar, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a “natureza” (*A Era do Capital*, cap. 14:2). Os pobres eram pobres por terem nascidos inferiores. Assim, a biologia não era só potencialmente a ciência da direita política como também a ciência dos que desconfiavam da ciência, da razão e do progresso. Poucos pensadores foram mais céticos em relação às verdades dos meados do século XIX, inclusive à ciência, do que Nietzsche. Contudo, seus próprios escritos, e notadamente seu trabalho mais importante, *A Vontade de Poder*, podem ser lidos como uma variante do darwinismo social, um discurso desenvolvido com a linguagem da “seleção natural”, neste caso uma seleção destinada a produzir uma nova raça dos “super-homens”, que iria dominar os humanos inferiores como o homem, na natureza, domina e explora a criação bruta. E as vinculações entre biologia e ideologia são, de fato, particularmente evidentes no intercâmbio entre a “eugenia” e a nova ciência da “genética”, que praticamente veio à luz em torno de 1900, sendo batizada depois por William Bateson (1905) (HOBSBAWM, 1998, p. 351).

Vimos então o contexto que consolidamos as ciências como as conhecemos desde o século XX. Ressaltamos que as influências das ciências naturais propagaram para as ciências sociais, havendo analogias mais ideológicas do que científicas, que contribuíram para culminar no genocídio da primeira metade do século XX. E que ainda pseudociências buscam reafirmar tais visões deturpadas da realidade. Veremos no próximo capítulo algumas das contribuições de Josué de Castro para a geografia e o mundo, mediante a circulação de conhecimento.

⁵² O historiador Eric Hobsbawm dividiu alguns períodos da história em eras. Segundo ele, temos A Era das Revoluções de 1789 a 1848; A Era do Capital de 1848 a 1875; A Era dos Impérios de 1875 a 1914 e A Era dos Extremos, O breve século XX, de 1914 a 1991.

CAPÍTULO IV: JOSUÉ DE CASTRO EM OBRAS DE MAX. SORRE

Nous ne pouvons pas construire un monde meilleur sans améliorer les individus. Dans ce but, chacun de nous doit travailler à son propre perfectionnement, tout en acceptant dans la vie générale de l'Humanité sa part de responsabilités.
(Marie Curie)

Vimos brevemente na tese como a Universidade foi formada no Brasil, sobretudo a UDF, composta pelos melhores intelectuais brasileiros da época, inclusive Josué de Castro. Neste capítulo vemos como Josué de Castro influencia o mundo, seja no intercâmbio de ideias, seja na importância de suas observações, constatações e contribuições, que não eram contempladas pelo saber eurocêntrico. Mesmo que não haja uma “tradição geográfica”, isto é, um núcleo comum de enunciados que acompanha a disciplina desde sempre, nem uma Geografia tradicional ou crítica, monolítica e homogênea, é notória a contribuição do brasileiro, conforme atestam seus conceitos de fome que persistem, e como Max. Sorre os inclui em suas obras. Apresentaremos também a visão de futuro dos nossos autores.

Max Sorre fez questão de enfatizar a contribuição de Josué de Castro em *Les fondements de la géographie humaine* (1951), no artigo *Géographie de l'alimentation* (1952), no seu capítulo *L'adaptation au milieu climatique et social : Géographie psychologique* (1958), e em *L'homme sur la Terre : traité de Géographie humaine* (1961), por exemplo. Vejamos mais de perto essa inserção do pensamento oriundo do 3º Mundo na Geografia.

Mesmo que Max. Sorre as tenha escrito já em 1943, quando o Tomo I se chamava *Les fondements biologiques de la géographie humaine: essai d'une écologie de l'homme* sobre a subalimentação e sobre a fome, elas eram mais relacionadas às questões naturais e físicas, seja devido à indisponibilidade de alimento em determinado lugar, seja devido às questões climáticas, ou ainda, a guerras. Claro que guerras são fenômenos humanos (fruto de conflitos políticos, econômicos, culturais...), mas elas geram destruições de campos cultivados, assim como outros desastres.

No Tomo primeiro de Os Fundamentos Biológicos: ensaio de uma ecologia do homem⁵³,

⁵³ Dividido em três livros, o Tomo primeiro: **Os fundamentos biológicos**, aborda a relação entre o clima e o homem (Livro Primeiro); o ambiente vivo e a alimentação do homem (Livro II); e o organismo humano em luta contra o ambiente vivo. Além dos três livros, o Max. Sorre preocupou-se em fazer uma introdução e uma conclusão geral deste tomo, que se trata de um ensaio de uma ecologia do homem (*Les fondements biologiques : essai d'une écologie de l'homme*).

especificamente no capítulo V (Geografia dos regimes alimentares) do livro II, intitulado O ambiente vivo e a alimentação do homem, Max. Sorre faz uma análise minuciosa dos regimes alimentares de todo o globo terrestre.

Sorre ainda desconhecia a fome tal qual foi apresentada por Josué de Castro na sua **Geografia da Fome**, quando foram desvendadas outras causas da fome: as desigualdades socioeconômicas. Mesmo que Sorre tenha inserido na página 277 da edição de 1943 o item “Regimes alimentares e geografia humana. 2º Subalimentação e fomes”, que se mantém igual na sua terceira edição de 1951, Sorre inclui Josué de Castro na nota 31 nesta última edição, desta forma:

[...] O problema não havia sido considerado no conjunto por um biólogo que foi ao mesmo tempo um geógrafo até o volume de Josué de Castro, *Geografia da Fome, a fome no Brasil*, Rio de Janeiro, 1946, 354p. Edição francesa, *Géographie de la faim, la faim au Brésil*, prefácio de André Mayer, Paris, 1949. Este livro rompe a verdadeira conspiração do silêncio em torno do tabu da fome. Indica no seu prefácio o conteúdo desse estudo geral que se deve estender em cinco volumes, cujo primeiro é consagrado ao Brasil e comporta umas generalizações que permitirão iluminar os volumes seguintes. Do mesmo autor, *O problema da alimentação no Brasil, seu estudo fisiológico*, 3ª edição, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1939, 258 p. [...] (SORRE, 2018, p. 49, tradução nossa).

Vemos aqui como Josué introduz a problemática da fome proveniente da desigualdade socioeconômica, gerando o tabu, que para o Max. Sorre configura “uma verdadeira conspiração de silêncio”, citada no item III.2.1 desta tese, isto é, o tratamento dado por Josué de Castro é incorporado ao tema que fora considerado por Max. Sorre. O primeiro introduz a questão socioeconômica que o segundo ainda não considerava, embora a fome possa também dever-se aos fatores físicos.

Conforme afirma Carvalho (2007), Josué de Castro ganha “notoriedade por trazer à luz um tema inédito, atípico e até, pode-se afirmar, antigeográfico em meio à geografia praticada na sua época” (CARVALHO, 2007, p. 56). O que fez Josué de Castro se tornar uma das maiores autoridades mundiais foi seu tema de estudo: a fome. Assim, nas palavras de Josué:

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos

Assim sendo, o **Livre Premier**: *Le climat et l'homme* contém três capítulos: o clima, elementos do clima e funções orgânicas, e a formação do ecúmeno.

O **Livre II**: *Le milieu vivant et l'alimentation de l'homme* é dividido em cinco capítulos: as associações do homem: formação e evolução; da espécie selvagem à espécie cultivada; condição de manutenção e equilíbrio de associações humanas; as necessidades do organismo e o ambiente vivo; e geografia dos regimes alimentares.

O **Livre III**: *L'organisme humain em lutte contre le milieu vivant* é composto por três capítulos: os complexos patogênicos; a vida dos complexos patogênicos; princípios gerais da geografia médica. Geografia Médica e ecúmeno.

mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo (...) Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos (CASTRO, 2001, p. 10 *apud* CARVALHO, 2007, p. 57).

Portanto, evocando Josué de Castro, Sorre afirma que o brasileiro revelou os motivos da proibição, do tabu sobre o tema da fome. No seu artigo *Géographie de l'alimentation*, de 1952, Sorre afirma que Josué de Castro “[...] atribui aos preconceitos morais de uma civilização racionalista que oculta sua face diante das manifestações de um instinto primário, combinados com preconceitos econômicos todo-poderoso. Livre de seu complexo de consciência pesada, o mundo está agora enfrentando o problema da fome. [...]” (SORRE, 1952a, p. 195, tradução nossa). Prosseguindo, Sorre afirma que:

[...] Pensaremos com Josué de Castro que o melhor método para estudar um fenômeno tão universal e multifacetado é o método geográfico: é o único capaz de encontrar as conexões locais e as condições, se o que dissemos sobre os regimes alimentares estiver correto. Onde o estatístico fornece uma abordagem, o geógrafo vai ao cerne da realidade. A fome é um fenômeno de ordem ecológica: a manifestação de um desequilíbrio entre o grupo e seu meio físico e social. Mas também tem conexões distantes: a fome é um fato regional com implicações universais e, portanto, geográfico (SORRE, 1952a, p. 195, tradução nossa).

Então reconhecendo a importância do método geográfico defendido por Josué de Castro para estudar o fenômeno da fome, Sorre apresenta informações acerca desse flagelo, sob as variadas formas como se manifesta nos continentes do globo. No continente americano, por exemplo, Sorre afirma que seu “estado de fome crônica não é atribuído nem à sobrecarga demográfica de um continente, cuja densidade geral permanece baixa, nem às causas naturais. É o legado do passado colonial, de uma exploração mercantil do solo americano”. A Ásia, “por excelência, é terra da fome” (SORRE, 1952a, p. 196, tradução nossa).

Enfatizamos aqui um argumento que contradiz a teoria malthusiana: “[...] Porque J. de Castro acredita que a sobrecarga demográfica não é uma causa, mas um efeito: a miséria, excitando fisiologicamente a sexualidade, estimula a taxa de natalidade. [...]” (SORRE, 1952a, p. 197, tradução nossa), conforme vimos na seção II.3, ao abordarmos o dilema entre miséria e fome.

Parece que a Europa, que vivera a situação da fome desde antes da guerra de 1939-1945, começou a entender que não há como restaurar a humanidade africana sem reconhecer que seu problema é alimentar (SORRE, 1952a). Assim, posteriormente às análises da fome no mundo, Sorre afirma que:

A fome é de fato um fenômeno muito geral, mas suas manifestações regionais obedecem a regras complexas. O jogo das causas naturais está frequentemente na sua origem, mas é sempre exercido em uma estrutura humana. As adversidades climáticas podem destruir as colheitas em vastas áreas. Há anos em que o frio é

excepcionalmente rigoroso, mas também há sequências de anos secos ou chuvosos. A fome ocorre então, ainda mais inevitavelmente, já que as variações nas superfícies semeadas refletem fielmente as oscilações do mercado de grãos, mas com um atraso constante. É fatal se os distúrbios proibirem a compensação entre os países produtores quando os adiamentos forem insuficientes ou inexistentes. A cessação do comércio também traz o desgaste dos solos nos países constringidos a se satisfazer favorece as futuras fomes. Para eliminar a ameaça, seria preciso haver um excedente constante disponível através da extensão de culturas alimentares e do aprimoramento das técnicas. Os obstáculos à sua constituição regional estão na comercialização de produtos básicos, carnes ou cereais, substituídos, no consumo local, por produtos de valor nutricional inferior (milho em vez de trigo) e na alocação das terras agrícolas às culturas industriais (economia de *plantation*), limitação do cultivo dos melhores solos, em técnicas inferiores, finalmente à diferença que mencionamos entre a produção e o mercado. É certo que o regime dos latifúndios e a economia de *plantation* capitalistas ajudaram a remover alguns desses obstáculos, dependendo da região. Mas os países de minifúndios também os conheciam, e da mesma forma a cultura indígena antes da chegada dos europeus. Também é certo que o estado de congestionamento demográfico mantido em certas regiões prolíficas pelos impedimentos trazidos à emigração piorou sua situação de maneira insuperável. Finalmente, uma organização humana dos mercados representa uma condição essencial para a eliminação das fomes (SORRE, 1952a, p. 198-199, tradução nossa).

Assim, os fatores genuinamente humanos (demográficos, econômicos, políticos, sociais e técnicos) desempenham um papel considerável, ao lado dos fatores naturais. E Sorre afirma que, reconhecendo que os fatores humanos são mais decisivos do que os naturais para eliminar o flagelo da fome, se a humanidade admitir isso, “pode sair vitoriosa de sua luta milenar contra a fome” (SORRE, 1952a, p. 199, tradução nossa).

Quando Sorre fez o prefácio à edição francesa do *Geopolítica da Fome*, o professor da Sorbonne ressaltou que “o Prof. Josué de Castro apresenta um dos aspectos mais prementes, e sem dúvida, o mais trágico desta geografia da alimentação que é o capítulo inicial de toda geografia humana. Realmente, a importância de tais problemas não era desconhecida dos entendidos do assunto”. E prossegue enfatizando que os antigos mestres (Reclus e Vidal de la Blache) “não estavam engajados a respeito dos tabus que Josué de Castro denuncia”. E dá razão quando Josué afirmara que muitos prefeririam nada dizer a propósito da fome. “E muitos há que lançavam um véu discreto sobre essas feias perspectivas. Eis que, apesar disso, nós, civilizados, vimos levantar-se diante de nós o espectro horrível da fome. Coisa que não se imaginaria nos vinte anos passados, nós temos tido fome como nossos avós tiveram fome”. Vendo a fome em todos os continentes, inclusive no europeu, a verdade elementar tornara-se sensível: “as necessidades alimentares jamais foram satisfeitas de um modo permanente, senão para uma pequeníssima parte da humanidade. Os demais têm vivido de maneira precária, à margem da subalimentação” (CASTRO, 1965, p. 19-20).

Sorre prossegue, afirmando que a teoria de Malthus não explica a realidade. Ele aponta três preocupações contidas no livro de Castro: 1) “uma angústia despertada em todas as almas

pela lembrança de misérias recentes e pela consciência que temos, agora, de sua persistência em várias regiões”. 2) “o sentimento de uma contradição entre duas séries de fatos, o crescimento demográfico atual da espécie humana e a possibilidade de aceleração desse crescimento pela generalização das observâncias higiênicas, dum lado, e de outro lado, o balanço dos recursos alimentares”. Desta forma, a teoria de “Malthus já não é aceitável, mas a inquietação que a inspira ainda perdura”. 3) “os progressos da fisiologia da alimentação orientam para esses problemas todos aqueles que, a um título ou outro, se têm interessado pela ecologia humana” – entre os quais Sorre se inclui. E prossegue que o “movimento natural do pensamento do ecologista o conduz para o estudo das condições de nutrição dos grupos humanos no seu quadro geográfico, independentemente de toda preocupação de atualidade”. Assim Sorre vê na convergência dessas três linhas de pensamento sensíveis “no livro de Josué de Castro. Médico e geógrafo especializado, tem ele contribuído pessoalmente nas atividades da Organização das Nações Unidas, no setor da Alimentação e Agricultura (FAO), de cujo conselho é hoje o Presidente”. Sorre desenvolve ainda mais opiniões, encerrando o segundo parágrafo do prefácio afirmando: que não precisa usar tudo o que Josué de Castro argumentou “contra os neomalthusianos, para subscrever sua conclusão: ‘O caminho exato da sobrevivência está ainda ao alcance do homem. Ele é marcado pela confiança que deve sentir em sua própria força’. É a verdadeira linguagem de um homem” (CASTRO, 1965, p. 20-21).

Sorre ainda reconhece que “A fome é um fenômeno de ordem universal. Mas as grandes penúrias devastadoras, aquelas que atraem a atenção dos homens, flagelam com mais ou menos intensidade ou frequência, conforme os países” (CASTRO, 1965, p. 22).

Ainda segundo Sorre:

[...] Em suma, o quadro da fome no mundo tem suas modalidades geográficas. As diferenças locais prendem-se ao conjunto dos traços humanos. Elas constituem uma descrição do gênero de vida. É por aí que reconhecemos a fome. Mas, há mais. O tratamento geográfico, como com bastante exatidão o mostra Josué de Castro, é o que fornece os esclarecimentos mais complexos sobre esse fenômeno. Ele lhes dá sentido pleno, o que não fazem nem a sociologia, nem a economia, nem a história, porque encara o fenômeno no conjunto das condições do meio. Leio no capítulo primeiro, décimo parágrafo: “Procurei um método de estudo que fornecesse a visão mais ampla do problema, uma perspectiva em que as implicações, as influências e as conexões de seus múltiplos fatores naturais e culturais, pudessem tornar-se inteligíveis”. E é precisamente esse o benefício que traz a aplicação do método geográfico (CASTRO, 1965, p. 22).

E Sorre conclui seu prefácio:

Assim fazendo, o autor avançou na rota a que agora parecem ter chegado os geógrafos. As resoluções do Congresso Internacional de Geografia de Lisboa têm, sob este aspecto, uma larga significação. Foi constituída uma comissão de informação de geografia médica. Outra comissão está incumbida de estudar com as necessidades

humanas. Além disso, a geografia humana torna-se cada vez mais a geografia do homem. Do homem com suas sujeições e suas exigências, com o poder de suas técnicas e a perfectibilidade destas. A esta geografia humana, renovada em seu espírito, ou, talvez mais exatamente, recolocada no caminho que lhe abriram nossos mestres, presta Josué de Castro uma excelente contribuição (CASTRO, 1965, p. 23).

Em seu capítulo sobre *A adaptação ao meio climático e biossocial: Geografia Psicológica (L'adaptation au milieu climatique et bio-social: Géographie psychologique)*, Sorre (1958) mais uma vez cita o Josué de Castro, mas noutro contexto, analisando que

[...] os homens não sofrem a ação de um ou outro fator mesológico, mas de todo o complexo. No entanto, o avanço dos nossos conhecimentos acarreta o custo da dissociação. Para definir o complexo “meio”, começamos por desmembrá-lo. Na base encontramos um *substratum* inorgânico, o clima. O clima, por sua vez, condiciona as atividades de um complexo vivo no qual se inserem os vegetais, os animais e os humanos. E, finalmente, quando saímos do domínio fisiológico, temos que levar em consideração o meio social. Na época do grande progresso da geografia humana, há três quartos de século, era marcada a tendência de reduzir o meio aos seus elementos materiais: essa tendência provocou uma forte reação contra um determinismo geográfico um tanto sumário. Essa reação até ultrapassou seu objetivo. Por outro lado, a sociologia americana desenvolveu a noção de meio social [...] (SORRE, 1958, p. 1.344, tradução nossa).

Desta forma, Sorre (1958) analisa os três complexos e seus meios: o complexo climático, o complexo vivo e o complexo social. O primeiro, o meio climático, cujos elementos Sorre (1958) indica, é o meio natural. Mas ele também reconhece a originalidade dos climas urbanos, enfatizando que eles são mais sociológicos do que físicos:

[...] Trata-se aqui principalmente do clima das grandes cidades. O fator dominante não é mais físico, mas sociológico. Ligeira elevação das médias térmicas, existência de um véu atmosférico cuja própria composição é alterada pela abundância de elementos redutores, tais são as características essenciais desses climas (SORRE, 1958, p. 1.352, tradução nossa).

Sobre o complexo vivo, por se tratar de um estudo da ecologia, Sorre (1958) parte da noção de ordem fisiológica. Tomando a noção de regime alimentar, compreendemos que o conjunto dos consumos de um grupo vivo durante o ano, nas condições geográficas determinadas sustentam sua existência, perpetuando-a. Inicialmente, este conjunto corresponde ao equilíbrio entre o consumo e as necessidades determinadas por fatores variados, inclusive os climáticos. Já sobre o consumo, Sorre (1958) afirma que ele depende antes de tudo das fontes alimentares regionais. Destarte, o problema inicial seria determinar a medida e a natureza das reservas alimentares postas à disposição dos grupos humanos onde eles estão estabelecidos. E como problema final, tem-se a relação entre o regime alimentar e a morfologia e a psicologia do grupo, sendo que entre esses dois, há muitos outros problemas (SORRE, 1958).

Sorre (1958) já afirmava que a distribuição dos recursos alimentares apresenta desigualdade e diversidade extremas, contudo o autor, como nos seus estudos anteriores em que fizera uma síntese dos regimes alimentares variados e determinados pelo meio, considera os

fatores regionais e locais predominantes nos regimes alimentares.

Sorre (1958) reconhece as influências regionais, mas considera o intercâmbio de espécies pelo globo terrestre, já afirmando que a alimentação não se restringia à disponibilidade de espécies nativas, contando com outras espécies trazidas de outras áreas e levadas para outros territórios ao longo de quatro séculos.

Falando então do complexo social, do meio social, Sorre (1958) diz que “animal social, o homem passa uma parte de sua existência no seio de um grupo num vilarejo ou numa cidade onde todas as condições climáticas locais são modificadas. Ele troca seus parasitas com outros homens” (SORRE, 1958, p. 1.355, tradução nossa).

Sorre afirma categoricamente que não existem raças puras e o que chamamos de etnia trata-se de um “complexo de traços culturais e de características somáticas formadas ao longo dos séculos pela história de um meio geográfico determinado. Na descrição de suas características psicológicas distintas” e o uso de raça, no sentido dado pelos naturalistas, é um recurso à ignorância, ao menos em muitos casos (SORRE, 1958, p. 1.355-1.356). Importante dizer isso, pois como vimos, a Escola francesa de Geografia ainda estava nesses estudos, e mesmo Sorre e Castro começaram a estudar a alimentação nas etnias, ainda denominando-as de raças. Sorre (1958) atenta à psicologia dos povos, e afirma sobre o mundo rural e o mundo urbano:

[...] No mundo rural, os países com assentamentos dispersos se opõem às regiões com assentamentos concentrados. No mundo urbano, grandes aglomerações constituem um ambiente com características marcantes. Todas as condições de vida – clima urbano, alimentação, moradia, profissão, pertencimento a grupos sociais – marcam fortemente os homens ali. Pode ser que em um futuro mais ou menos próximo as diferenças entre o *habitat* rural e o *habitat* urbano se atenuem ou até desapareçam. Eu estaria disposto a acreditar que elas passaram por um máximo no período que acaba de passar. Em nossos países, muitos indícios apontam para a penetração do meio rural por traços culturais de origem urbana. Mas sua oposição ainda subsiste e é a fonte de diferenciações psicológicas. [...] (SORRE, 1958, p. 1.357, tradução nossa).

Atendo-se ao meio vivo e social, Max. Sorre (1958) dedica uma breve análise aos regimes alimentares e mais uma vez cita Josué de Castro, depois de falar do meio social, e prosseguir apresentando as estruturas sociais, a influência das multidões, meios rurais e urbanos e efeitos patológicos.

Segundo Chevalier (1952), Sorre tem o grande mérito de ter despertado a atenção sobre o problema agonizante da subalimentação, não limitando aos geógrafos a preocupação por uma civilização africana mais bem alimentada no futuro, por ser essa uma preocupação coletiva. Nesse caso, mesmo Chevalier limitando sua análise a alguns países da África, podemos estendê-

la a todos os países, regiões do mundo.

Como afirmam Vieites e Freitas (2009), Sorre foi contemporâneo e amigo de Josué de Castro, deu-lhe sugestões para seus estudos, lembrando que Sorre defendia que a ciência geográfica como sendo “a análise das influências e das interações entre o homem e o meio natural, sustentando o que muitos denominam possibilismo ambiental” (VIEITES; FREITAS, 2009, p. 9). Ao longo de sua obra, uma das maiores do pensamento geográfico, Sorre considera nos complexos patogênicos, ideias muito utilizadas por Castro, e que o cita como descrevemos no capítulo *Geografia dos regimes alimentares*.

Conforme Vieites e Freitas (2009), o método geográfico de Josué de Castro

[...] obrigava-o a interpenetrar as grandes formulações científicas com as observações de campo. Interpenetração que impedia, ao contrário do que ocorria com outros grandes pensadores, de ser levado à alienação, à formulação de projetos elaborados em outras regiões para a realidade do Brasil e do mundo dito subdesenvolvido. Daí ter procurado sempre captar os desafios brasileiros para elaborar projetos que procurassem encaminhar soluções viáveis para superá-los (VIEITES; FREITAS, 2009, p. 10).

Para Fontana (2014), Josué de Castro já combatia argumentos eugênicos, demonstrando que não havia superioridades entre raças, mas sim problemas de alimentação. E já escrevia na década de 1930 sobre as relações entre fisiologia e questões socioeconômicas. Assim, questões nutricionais e condições sociais e econômicas tornam-se o cerne da questão de Josué de Castro. Então, ele considera as dinâmicas naturais e sociais para compreender e explicar a alimentação brasileira e, posteriormente, a alimentação mundial.

Importante ressaltar que ambos os autores ainda acreditavam num progresso técnico-científico mais humano, o que veremos que ainda não ocorreu conforme suas expectativas. Sorre ressalta o aumento de consumo de proteínas animais, que podem vir a decrescer com a substituição do consumo de cereais ricos e produtos lácteos, e Josué de Castro insiste na importância do consumo da proteína animal, defendendo como medida para melhorar a saúde da população latino-americana a ampliação da sua produção.

Para Sorre, não é possível conceber o homem vivendo e se movendo num meio inerte, caracterizado apenas pelas suas propriedades físicas e químicas, sendo que a vida universal é seu verdadeiro meio no qual o ser humano disputa espaço entre as associações de vegetais e animais. « *In ea vivimus, movemus et sumus*⁵⁴ » (SORRE, 1951, p. 115).

Ainda para ele, as considerações biológicas não são suficientes para compreender as

⁵⁴ “Nele vivemos, movemo-nos, somos”.

composições dos regimes alimentares, uma vez que outras influências intervêm nas necessidades fisiológicas, isto é, nos gostos e nas disponibilidades de comida, por exemplo. Desta forma, em todos os grupos humanos existem prescrições ou proibições alimentares de natureza religiosa ou social. Exemplos que podemos citar são o não consumo de carne vermelha na quaresma cristã; o não consumo de carne suína nas religiões mulçumana e judaica; e entre os hindus, não se come carne de vaca, por exemplo. E essas prescrições ou proibições podem ser de jejuns absolutos também (SORRE, 1951).

No artigo “*La géographie de l'alimentation*”, Sorre propõe um “conceito geral, concreto, suscetível de dar apoio à análise geográfica, seja porque ela se atém aos grupos humanos localizados, seja porque ela se relaciona com outras noções geográficas. A noção de regime alimentar responde a essas exigências” (SORRE, 1952a, p. 185, tradução nossa).

A escassez de materiais alimentares após a última guerra lembrou a atenção dos geógrafos a um importante capítulo de sua disciplina, o da alimentação. Teria sido suficiente para eles seguirem a lição de Vidal de la Blache para os geógrafos franceses quando ele escreveu: “Entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é aquela que aparece estudando os meios de se alimentar; o vestuário e o armamento são muito mais propensos a serem modificados do que o regime alimentar pelo qual, empiricamente, os diferentes grupos suprem as necessidades do organismo, de acordo com os climas em que vivem”. Uma orientação fecunda estava contida nestas poucas linhas. Mas os eventos contemporâneos lançaram bruscamente uma luz sobre o assunto e nos deram outra consciência de sua importância (SORRE, 1952a, p. 184, tradução nossa).

Certamente os geógrafos ainda sabiam que a fome e seus cortejos de males sempre acompanharam a história da humanidade, sendo também o que motiva suas ações “porque passamos fome, porque vimos no nosso entorno estranhas doenças que conhecíamos somente por descrições médicas, porque grupos inteiros carregam o estigma da desnutrição” (SORRE, 1952a, p. 184, tradução nossa). Assim, Sorre afirma que o problema da alimentação se impôs com urgência assustadora, e as ciências do homem tornaram-se novamente humanas, visto que os problemas humanos não se limitam à produção, à troca, nem ao consumo, mas sim às necessidades humanas (SORRE, 1952a).

Como Pierre George (1962a) observa, a descrição regional de Sorre e sua “consideração da desigualdade dos sistemas alimentares levou-o a estudar a produção e o mercado de certos produtos básicos, [...] para esboçar em 1952 uma síntese da geografia da alimentação” (GEORGE, 1962a, p. 454-455, tradução nossa).

E prossegue na importância do domínio humano sobre a natureza mediante o desenvolvimento das técnicas, até mesmo para, inclusive, corrigir as insuficiências da alimentação, quer sejam qualitativas ou quantitativas.

Sorre (1952a) também afirma que a geografia humana participou desse movimento geral. E a partir da indagação: “Como dar ao ecúmeno uma imagem inteligível se não sabemos o que os homens comem e em qual medida eles podem satisfazer suas necessidades alimentares?”. Assim, para Sorre, uma economia que negligenciasse o poder do trabalho dos grupos, sua resistência às doenças infecciosas, dependente em grande parte dessa satisfação, seria uma economia privada de base. “Devemos, então, olhar a geografia da alimentação como um conteúdo capital da geografia humana” (SORRE, 1952a, p. 185, tradução nossa).

Desta forma, como foi proposta para a geografia das doenças infecciosas uma questão central, a do complexo patogênico, é necessário para a geografia da alimentação definir-se, neste caso, a noção de regime alimentar de um grupo humano como o conjunto de alimentos ou preparações alimentícias que sustenta esse grupo no decorrer de um ano. Em suas palavras:

[...] Afastamos o significado médico do termo. Chamamos regime alimentar de um grupo humano ao conjunto dos alimentos ou preparações alimentícias graças ao qual ele sustenta a sua existência ao longo do ano. Essas combinações são por vezes referidas pelo nome do tipo de alimento que o serve como núcleo (regime carnívoro, regime lácteo etc.). Conceito concreto, não teórico, que evidenciamos por observação direta, como todos os outros conceitos geográficos (SORRE, 1952a, p. 185, tradução nossa).

Posteriormente apresenta alguns conceitos elaborados por Vidal de la Blache, em relação às diferentes formas como os gregos nutriam suas populações.

Assim, com as grandes navegações a partir do século XVI, houve uma ampliação do campo de observação dos europeus, relatada por Sorre, atentando para o fato de que, para que o conceito de regime alimentar assumisse toda sua importância, passando do estágio da simples descrição qualitativa para o das definições quantitativas, o geógrafo entende que o regime alimentar não se limita ao indivíduo, mas a um grupo humano bem determinado e localizado.

Sorre alude à definição do regime que compreende o conjunto dos alimentos sólidos ou líquidos, de origem mineral, animal ou vegetal, e comporta uma enumeração com indicação das quantidades, com a reclassificação entre as três grandes principais categorias de princípios alimentares: os lipídios, os glicídios e as proteínas. Cada uma delas tem seu valor energético particular. Aplicando o princípio da isodinâmica, é possível calcular o valor energético de um regime. E tabelas internacionais fornecem a composição de muitos alimentos, partindo do número de calorias adquiridas em seu consumo (SORRE, 1952a).

Sorre, todavia, adverte que o princípio da isodinâmica não pode ser aplicado com todo seu rigor, pois as três principais categorias alimentares não são intercambiáveis, devendo ser representadas num regime normal segundo certas relações. O desequilíbrio das rações é ainda

mais frequente do que a insuficiência absoluta do lípidio, do glicídio ou da proteína.

Finalmente, Sorre enfatiza a importância dos compostos amino-orgânicos, como as vitaminas, presentes em todos os ciclos orgânicos.

E Max. Sorre faz a descrição da importância das vitaminas, mencionando sua perda em muitos processos industriais. Importante a ênfase que ele dá não apenas às matérias-primas, mas também à preparação dos alimentos.

Para Sorre, quando pesquisamos o que determina o interesse geográfico dos regimes alimentares, levamos em consideração, em primeiro lugar, as expressões do meio geográfico, por duas razões: (a) as possibilidades do meio determinam a composição e a quantidade de alimento disponível para o grupo, e (b) as propriedades do meio climático determinam os requisitos alimentares dos seres humanos. São essas as duas primeiras relações que parecem tão evidentes que não necessitam de demonstração. Sorre afirma que não podemos então ver os regimes alimentares como a expressão de uma adaptação perfeita. “Os grupos humanos vivem, em um estado de natureza e até em um nível mais alto de cultura, à margem das possibilidades com mais frequência do que pensamos” (SORRE, 1952a, p. 190, tradução nossa). Contudo, o regime alimentar é o elemento mais característico e menos simples do gênero de vida com o *habitat*, isso porque o regime alimentar submete os outros elementos que compõem a definição de gênero de vida.

Assim, inicialmente, o regime alimentar reflete fielmente o conjunto de crenças do grupo, tanto por suas proibições quanto por seus aspectos positivos.

Desse modo, as relações entre os costumes alimentares e as religiões representam um capítulo bem conhecido da etnografia, sendo o interesse geográfico o mais sensível. Temos a crença numa relação mística entre um animal e uma planta ou um grupo humano que se encontra na origem de várias interdições alimentares. Períodos de jejuns ou de abstinências são impostos pela maioria das religiões a seus fiéis como meio de purificação (SORRE, 1952a).

Se o regime alimentar nem sempre está de acordo com as virtualidades do meio, deve-se às técnicas de produção tradicionais do grupo humano e a sua estrutura socioeconômica. Assim sendo, temos situações em que o produtor não se alimenta de sua produção, devido ao interesse, ou à necessidade, na venda, em vez do seu consumo (SORRE, 1952a).

Prosseguindo sua análise, Sorre afirma explicitamente que muitas vezes o produtor é privado do autoconsumo, contudo com as dificuldades de comercializar entre os anos de 1940 e 1945, os produtores puderam realizar o autoconsumo de sua produção.

Por outro lado, os regimes alimentares urbanos sofreram impactos. Conforme afirma Sorre:

Os regimes alimentares urbanos sofreram transformações e, por imitação, essas mudanças tenderam a ter um impacto nos regimes rurais. Uma das causas dessas mudanças reside na ideia de que os homens influenciam um regime, além das considerações religiosas. Nos Estados Unidos, um tipo de superstição de prescrições científicas as substitui. Em quase todos os lugares, o aumento dos padrões de vida se exprime, na primeira etapa, pelo aumento do consumo de pão branco; na segunda etapa, pelo de alimentos de carne, acompanhado pelo de açúcar. Então vemos o consumo de carne declinar depois do de cereais ricos; os produtos lácteos e as frutas ocupam mais espaço. Outras causas são encontradas nos gêneros de vida. O ritmo da vida moderna nos meios industriais é pouco favorável para as longas e eruditas preparações culinárias, orgulho de nossos velhos países. As conservas – a propósito, perfeitas – invadem os menus. Como esse tipo de alimento seria empobrecido em vitaminas, forçar-se-á a participação das frutas. Melhor ainda, corrigir-se-á a deficiência pela adição de vitaminas industrialmente preparadas. Os homens hoje não sentem o paradoxo dessas combinações. Tudo isso só foi possível pelos progressos dos relacionamentos e dos setores de refrigeração. O mundo inteiro é usado para encher a mesa dos habitantes de Nova York, de Londres ou de Paris. Os regimes de bananas sobrecarregam o estoque do comerciante nas quatro estações do subúrbio. O peixe fresco e sem sal chega a todas as mesas (SORRE, 1952a, p. 193, tradução nossa).

Temos, assim, o significado geográfico dessa noção de regime alimentar que nos aparece agora todos os dias e é possível vermos a conexão dele com todos os capítulos da geografia humana (SORRE, 1952a).

Podemos aqui estabelecer uma relação entre o enquadramento geográfico que Sorre dá à questão alimentar por meio dessa noção de regime alimentar, que abrange o meio, o gênero de vida e as técnicas, como enquadramento sugerido por Josué de Castro, considerando as transformações sobretudo da urbanização e dos impactos que esses regimes alimentares urbanos têm por imitação em outros gêneros de vida. Sim, ambos os autores consideram as tradições culturais como as primeiras influenciadoras dos regimes alimentares, devido às disponibilidades de comida dos meios. Isto é, se temos o feijão tropeiro no Brasil, é porque as tropas que iam para o interior do país podiam fazer um alimento nutritivo, que se conservasse durante a viagem, com ingredientes de que eles dispunham: carne suína, farinha de mandioca, feijão, couve, banana etc. Entretanto, o ritmo moderno dos centros urbanos não permite o tempo de preparo da culinária tradicional e induz a inclusão de produtos industrializados, que têm perdas nutricionais. Josué de Castro já chamava atenção para os riscos do consumo de arroz parboilizado e alimentos enlatados. E Max. Sorre atentava para os prejuízos nutricionais do uso da farinha branca e dos alimentos em conserva, por exemplo, além dos efeitos deletérios da perda da influência da sazonalidade na produção agrícola, sob o domínio das técnicas e com a distribuição de alimentos em cadeias longas.

Então, o estudo dos regimes alimentares requer pesquisas extensas. Entretanto, as

pesquisas costumam ser realizadas em diferentes zonas climáticas, sem considerar a questão do metabolismo basal, que varia segundo o meio no qual o ser vivo se encontra. Assim, Max. Sorre (1952a) faz uma breve análise no território da França metropolitana. A partir de pesquisas da *Société d'Hygiène alimentaire*, Sorre constata que não foi possível fazer correlações satisfatórias entre os regimes alimentares dos grupos urbanos e rurais das grandes cidades francesas e seus complexos rurais, devido à baixa representatividade dos dados estatísticos e à influência dos hábitos alimentares. Sua suspeita é que “as tradições alimentares não acompanham o mesmo ritmo da economia” (SORRE, 1952. p. 194, tradução nossa), e ele justifica a preferência pela representação analítica das informações disponíveis considerando a limitação das pesquisas amostrais (SORRE, 1952a).

Sorre observou, em 1928, que, por múltiplas razões, mais de dois terços da humanidade viviam em estado permanente de subnutrição: por estarem sob a ameaça de fome, pelo seu regime ser hipocalórico ou desequilibrado, ou ainda por terem insuficiência de alimentos minerais e outros, como café e chá. Assim, segundo Sorre (1952a), quem não estivesse condenado a morrer sofria com as doenças de deficiência alimentar mais que com a baixa imunidade, que deixava os sobreviventes da fome suscetíveis aos ataques dos germes infecciosos. “[...] Em suma, todos os graus ou todos os efeitos colaterais da fome. Estamos acostumados a pensar apenas nas formas mais dramáticas de inanição: as formas embrionárias podem, no final, reivindicar mais vítimas” (SORRE, 1952a, p. 195, tradução nossa). E aqui Sorre contempla a existência da fome oculta, que foi inserida no vocabulário mundial a partir de Josué, a partir dos fenômenos observados mais de duas décadas antes, fome essa adjetivada no artigo de 1952 como fome crônica, também conceito de Josué de Castro.

Em sua última obra, na qual Sorre (1961) se dedica a fazer um tratado da geografia humana, mais uma vez o autor reconhece as contribuições de Josué de Castro.

Esboçando uma tipologia dos regimes alimentares a partir das informações que ele tinha sobre a ciência da alimentação, Sorre considera a natureza dos alimentos dominantes de cada regime, e os elementos fundamentais dos alimentos básicos, os complementares e os de luxo. Como alimentos de luxo, temos os excitantes e os narcóticos de uso universal.

Sobre nosso regime, o ser humano é uma das raras espécies animais que é onívoro. Suas características físicas (dentição, aparelho digestivo) lhe garantem a absorção desses alimentos.

Assim, devido às características do meio onde estão inseridas as populações, constituem-se seus regimes alimentares, e Max. Sorre (1961) descreve os regimes equilibrados,

destacando também os com predominância de certos alimentos, como os carnívoros (geralmente dos caçadores ou pescadores), dos nômades pastoris, dos vegetarianos. Sobre os cereais, Sorre enfatiza o arroz, o milho e outras plantas a cozinhar e o trigo.

Em relação à evolução dos regimes alimentares, Sorre (1961) afirma:

Desde tempos imemoriais, nossos regimes alimentares urbanos ocidentais têm sido mais ricos, mais variados, mais abastecidos de estimulantes do que os do campo – pelo menos os das classes média e rica, concentradas nas cidades. Isso também se aplica à China. A exploração dos recursos de todas as zonas climáticas, o progresso dos transportes, permitiram, inicialmente, constituir em benefício das populações urbanas um regime alimentar que gradualmente se estende a todos os homens de cultura europeia, sem distinção de habitat e nível social. É caracterizado pelo consumo de produtos emprestados de todos os climas, pela busca dos alimentos mais ricos em baixo volume e pela tendência aos padrões científicos. Sob o império da ciência da alimentação se realiza esta evolução que faz com que as massas passem da má alimentação à conquista do pão branco, diminuindo a importância deste último em favor da carne e do açúcar, finalmente leva a um regime mais equilibrado, no qual vegetais, frutas e laticínios dão uma contribuição significativa, sobre os cereais e carnes dominantes. A cada passo, vamos redescobrir as consequências dessa evolução na alimentação tão notável nos Estados Unidos. Tanto em Paris como em Londres e Nova York, a exibição de um comerciante de produtos comestíveis evoca todas as paisagens do mundo (SORRE, 1961, p. 42-43, tradução nossa).

O meio geográfico então influencia os regimes alimentares. Em suas palavras: “A revisão dos principais tipos de regimes alimentares mostra o sentido geográfico dessa noção” por refletir as possibilidades do meio bioclimático (“por determinarem a composição e a quantidade de alimentos disponíveis para um grupo limitado aos recursos locais”) e por essas propriedades do meio determinarem os requisitos básicos do organismo. Sorre vê no regime alimentar a expressão da totalidade dos gêneros de vida, não apenas das técnicas tradicionais (pastoris e agrícolas) e industriais, mas dos “traços intangíveis, prescrições e proibições decorrentes das crenças” (SORRE, 1961, p. 43-44, tradução nossa). Veremos no próximo capítulo que parte dessa constatação de Sorre permanece atual.

No seu capítulo sobre a Geografia dos Regimes alimentares, Max. Sorre propõe que teoricamente o regime alimentar de um grupo seja estabelecido o ano todo, tendo de haver compensações para que o alimento seja suficiente à sua manutenção e à sua subsistência, mas pode ocorrer nos períodos de entressafra certa dificuldade em adquirir alimentos por importações, fazendo que o estado de semipenúria evolua para o de penúria e, posteriormente, transforme-se em fome (SORRE, 2018). Ele afirma que a humanidade sempre viveu sob a ameaça da fome. Mas, buscando explicar a fome, Sorre remete-se às populações rurais, em particular da Europa, devido ao fato de sofrerem mais com as variações sazonais das colheitas, uma vez que a alimentação rural depende, sobretudo, dos alimentos produzidos localmente, identificando a semipenúria anual (SORRE, 2018). Aqui não temos a influência de Castro. Eis

como Sorre via a fome antes de Castro, isto é, sem a questão socioeconômica presente e sim consequência das questões físicas.

Já passando para as penúrias periódicas, o autor se remete à África Equatorial, especificamente, à África Ocidental Francesa, onde, por não haver margem de segurança alimentar, já foram consideradas condição normal (SORRE, 2018).

A seguir, o autor especifica casos de fome. Há, pois, a explicação da fome devido ao clima (chuvas, secas periódicas); a outras causas naturais, como inundações, tufões; às causas biológicas; e à intervenção humana, com sua economia de cultura industrial, que pode impedir populações de manter suas culturas de subsistência em grau satisfatório; e por fim, há principalmente as guerras. E aqui Sorre faz uma nota de rodapé que cita Josué de Castro.

As causas de perturbação são principalmente de ordem climática. Em primeiro lugar, a seca, sobretudo em regiões de chuvas periódicas. As compilações metódicas feitas nas Índias e relativas aos três últimos séculos mostram que as fomes sobrevêm sempre após um atraso ou uma insuficiência das chuvas de monção. Acontece o mesmo, em um grau menos marcado, em todos os países secos. Em outros climas, a rigidez do inverno ou congelamento tardio da primavera exerce a mesma destruição que a seca na Índia: era o caso geral da Europa. Outras causas naturais, como as inundações e os tufões, têm efeitos localizados. Reproduzem-se periodicamente no Extremo Oriente e nas Antilhas. Há também causas biológicas, rupturas de equilíbrio no interior das associações antropófilas sob a ação de fatores internos ou externos. Fatores internos no caso das epizootias que dizimam os rebanhos das populações pastoris; fatores externos no caso das grandes invasões de acridídeos. Os mapas desenhados por Uvarov mostram que áreas consideráveis são ameaçadas por essas invasões. O homem intervém enfim. Uma economia desviada de seus caminhos em detrimento da portagem e das culturas industriais se revelou letal para as populações africanas encontradas na impossibilidade de manter suas culturas de subsistência em um grau satisfatório. As epidemias podem impedir as sementeiras. Há principalmente as guerras⁵⁵ (SORRE, 2018, p. 50).

Como consequências da fome, temos a condição da subalimentação em diversos graus. Desde passageira ou crônica, a fome leva a uma diminuição sensível da atividade geral e da potência de trabalho, como notado na inferioridade do rendimento dos operários da Europa Central em comparação com os da Europa do Norte. Essa inferioridade é devida, primeiramente, ao regime alimentar (SORRE, 2018).

Também houve observação de infanticídios acontecendo em povos subalimentados. E o

⁵⁵ Conforme nota 31 do livro (p. 289-290) e, 44, do capítulo traduzido (p. 49), seu conteúdo é: “Sobre as fomes e sobre suas causas, existe uma literatura abundante. Encontraremos muitas informações em MAURIZIO, *Histoire de l'alimentation végétale*. Bom estudo geral, com considerações sobre a África, do LABOURET (H.), *Famines et disettes aux colonies*, em *Première Conférence Int. pour la protection contre les calamités naturelles*, Paris, 1937 (Paris, 1938), p. 421 et sq. Sobre as fomes da Índia, *Cyclopedia of India*, artigos *Food et Famine*. Encontramos em MAURIZIO, *ouvr. cité, une bibl. Utile : cf.* 144. Sobre os desequilíbrios entre a alimentação e a atividade, a análise de LORIN, citada no final do desenvolvimento, está em CAPITAN (L.C.) e LORIN (H.), *Le travail en Amérique avant et après Colomb, dans Histoire Universelle du Travail*, sob a direção de G. RENARD, Paris, 1900, p. 400. [...] Veja as indicações do suplemento em inquéritos coletivos oficiais” (Tradução nossa).

autor afirma que fome e epidemia são companheiras inseparáveis. Numa visão crítica, o autor afirma que o fantasma da fome parecia distanciar-se de uma porção importante da humanidade, contudo, mesmo havendo o aumento dos estoques alimentares, ainda há um processo desigual na distribuição dos alimentos. E que, afora isso, a fome, a subalimentação, poderiam ser evitadas, uma vez que a evolução nos transportes já permite que o alimento chegue a territórios que possam estar sofrendo com alguma entressafra, por exemplo.

Concluindo sua análise sobre essas variáveis, o autor lembra que a “definição qualitativa e quantitativa do regime alimentar é entendida em relação a um tipo de vida e, sobretudo, em relação a um regime de trabalho determinados. Se a intensidade ou se o ritmo do gasto energético se encontra modificado, uma ruptura de equilíbrio acontece” (SORRE, 2018, p. 51). Assim encerrando a subalimentação e a fome, cita uma passagem histórica que envolve espanhóis colonizadores e grupos indígenas nas Antilhas, em que os nativos comiam muito aquém de suas necessidades fisiológicas para suportarem o trabalho que foram obrigados a realizar, resultando na morte de muitos, seja pela fome, seja por um regime alimentar completamente diferente, seja pela modificação do quadro fisiológico, fazendo evoluírem as doenças infecciosas (SORRE, 2018). Sobre os efeitos de desequilíbrios do regime, o autor chama atenção aos desastres que atingem coletividades pelos defeitos do regime que geram avitaminoses, doenças de carências e outras doenças relacionadas.

Em Sorre vemos indícios de que não há diferenças étnicas, mas sim na sua alimentação, como constata explicitamente Josué de Castro.

Sorre fez um suplemento ao capítulo da Geografia dos Regimes alimentares na 3ª edição, afirmando como os problemas da alimentação se tornaram interesse capital devido à exaustão das reservas alimentares causadas pela guerra. E que a fome ameaça ainda imensos locais, havendo insuficiências qualitativas e quantitativas das rações na maior parte do mundo, provocando efeitos aterrorizantes sobre a morbidez (SORRE, 2018, p. 58) e indica alguns estudos para melhor aprofundamento do tema, inclusive de Josué de Castro, para que se possam sanar os problemas oriundos dessa má alimentação.

Sorre, no seu artigo da Geografia da alimentação, reporta as contribuições de Josué de Castro sobre a fome como consequência mais das relações socioeconômicas do que das naturais. Pesquisas realizadas pela FAO desde 1946 confirmaram avaliações sobre os efeitos da subalimentação e da fome, destacando também as desigualdades nas distribuições de materiais alimentares. Constatou-se deficiência geral nos regimes alimentares no globo, implicando a seguinte conclusão de André Mayer “[...] A desigualdade ante a morte é, portanto, primeiro a

desigualdade ante a doença e depois a desigualdade ante a fome e a desnutrição” (SORRE, 1952a, p. 195, tradução nossa).

Na sua última obra, *Homem na Terra*, diferindo um pouco da sua análise no capítulo sobre a geografia dos regimes alimentares, Sorre apresenta a fome, agora como consequência de uma questão social também. A fome dos homens.

A incapacidade de muitos regimes alimentares em atender às necessidades de grupos humanos chama a atenção para um último problema, o da fome. Seguindo o exemplo de Josué de Castro, que escreveu sobre a geografia da fome, classifiquemos, junto com as fomes, as inópias e todas as carências alimentares. Se assim podemos falar ao lado da fome absoluta, a fome de tal elemento ausente ou mal representado no regime. Quando a Liga das Nações colocou a fome na ordem do dia em 1928, as primeiras investigações revelaram uma situação assustadora: mais de dois terços da humanidade vivia em estado permanente de subnutrição. Todos os graus e todas as sequelas da fome! As formas larvais podem causar mais vítimas do que as crises mais dramáticas. Pesquisas da Organização para Agricultura e Alimentação desde 1946 confirmaram esse número. Deficiência geral; apenas um terço dos homens consome mais de 2.700 calorias por dia e a metade tem menos de 2.250. Desigualdade de regime: um terço das pessoas (Europa e América do Norte) comem três quartos dos alimentos. O consumo diário de proteína animal varia de 12g. no Japão a 61g na Nova Zelândia; o consumo de carne e peixe na Grã-Bretanha variou de 1 a 2 dependendo do grupo social, o de leite de 1 a 6 (SORRE, 1961, p. 44, tradução nossa).

A seguir Sorre dedicou uma seção intitulada geografia da fome:

As manifestações da fome variam em intensidade e aparência em diferentes lugares e, portanto, o termo geografia da fome se justifica. Mais carregada de gente do que outros continentes, a Ásia é a terra da fome por excelência. Na China, onde se encontra a maior concentração agrícola do mundo, o mal é antigo, de 620 a 1620, foram registradas 203 fomes graves em uma ou outra província, 14 das quais acompanhadas de antropofagia. As calamidades climáticas sobrepõem seus efeitos sobre a redução da superfície cultivada e os defeitos da técnica. Além da fome crônica, faltam proteínas animais, bem como cálcio e ferro. O raquitismo e a anemia são agravados pelo parasitismo intestinal (SORRE, 1961, p. 44, tradução nossa).

Sorre ressalta que mesmo nas regiões mais favorecidas, o campesinato está frequentemente sob a ameaça da escassez durante as entressafras. Cita Josué de Castro novamente, e mostra que estudos de Lord Boyd Orr revelaram que dos que sofriam de fome, parte é devido às falhas no regime, parte porque não tinham dinheiro suficiente, parte porque lhes faltavam alimentos protetores, parte por deficiência em vitaminas e sais minerais. Assim:

A fome é, portanto, um fenômeno muito geral, cujas manifestações regionais obedecem a regras complexas. Quase não foi considerado neste capítulo, exceto em termos de necessidade. Só entenderemos realmente a importância disso quando revisarmos os meios de satisfazê-los, ou seja, ao final deste livro. Digamos apenas que a satisfação insuficiente das necessidades alimentares com suas consequências patológicas imediatas, desnutrição geral e doenças carenciais, coloca o organismo em um estado de menor resistência durante a luta pela existência; entregue a outras coisas vivas (SORRE, 1961, p. 45, tradução nossa).

Vemos a evolução do pensamento de Sorre em relação à fome, concordando e adotando conceitos do Josué de Castro sobre a complexidade da fome.

Poderíamos dizer que a forma de observação entre eles distingue-se pelo fato de Max. Sorre ser um geógrafo, com suas contribuições e méritos, mas mais observando do que vivenciando os problemas, como aconteceu com Josué de Castro. Então nos permitimos classificar o geógrafo francês de “analisador”, enquanto o brasileiro é “presenciador” dos fenômenos estudados e observados.

Afirmamos isso porque Josué de Castro presenciou a miséria, conheceu os efeitos da miséria material, da fome etc. a partir da realidade de desigualdade socioeconômica que se repete no Brasil, quando não se procura resolver os problemas humanos, em nome de uma lógica econômica antagônica e que carrega um passado de exploração, fruto da colonização imperialista a partir do século dezesseis. Assim, Josué de Castro vendo a miséria, pôde concluir que a fome é um fenômeno social e que perpetua a miséria, seja pelas sequelas que a alimentação deficiente provoca no indivíduo, seja pelo impacto social dessa (má) alimentação.

Como Elizabeth Accioly (2012) escreve, “Josué derrubou o mito da fome como resultante de questões étnicas e climáticas e como fenômeno biológico”. E mais, a má nutrição é “capaz de roubar a energia vital, a concentração no trabalho e para a aprendizagem, predispondo a outras formas de adoecimento [... que] interferem em várias funções do organismo humano, prejudicando o crescimento e o desenvolvimento [...]” (ACCIOLY, 2012, p. 593).

Por outro lado, Sorre analisou várias características a partir de seus conhecimentos, de suas observações, mas sem conviver com a miséria de perto. E Sorre já contemplava a interdisciplinaridade, iniciada com as ciências naturais, intensificando com as ciências sociais como podemos constatar, sobretudo a partir da década de 1950.

Vejamos o que os autores pensavam do futuro, além de algumas transformações em determinadas variáveis da alimentação, para que possamos compreender o que aconteceu do que se pensava para o que se realizou.

IV.1. Visão futura do mundo de Max. Sorre e de Josué de Castro

Sorre analisava vários fenômenos da geografia, considerando movimentos migratórios, alguns impactos da urbanização, por exemplo. Mas sobre a fome, ele acreditava que para eliminar sua ameaça, todos os países teriam de ter um excedente de alimentos disponível, possibilitado pela extensão das culturas de subsistência e pelas melhorias das técnicas, e via nas terras ainda com florestas uma reserva para o futuro. Acreditava numa *organização humana*

dos mercados como condição essencial para a supressão das fomes (CHEVALIER, 1952).

Trata-se, pois, desde a defesa do que chamamos hoje de soberania alimentar à melhoria das técnicas de produção. Ademais Max. Sorre considera a migração interferindo na variação populacional. Uma organização humana dos mercados desponta como condição essencial para eliminar as fomes.

É preciso que aqueles que governam tenham como objetivo essencial o bem público e o interesse de toda a humanidade. E como ressaltou o autor na sua obra *Les migrations de peuples: essai sur la mobilité géographique* (1955), há outras questões além dos números, dos fluxos migratórios, das razões das migrações etc. como, por exemplo, a necessidade de melhorar as condições socioeconômicas do país de repulsão. Mas além dessas oportunidades econômicas, havendo áreas de repulsão e de atração, temos as condições psicológicas evocadas. E aqui o geógrafo se aproxima mais do demógrafo do que do economista. Enfim, os efeitos da migração são complexos, porque, mesmo sabendo que ela sempre esteve presente na história humana (e no século XVI tivemos uma expansão europeia), Sorre já apontava as segregações, as questões relativas à assimilação cultural, e, conseqüentemente, problemas políticos e sociais. E para procurar compreender e amenizar os problemas das migrações, Sorre defende uma visão mais ampla de tudo. Por exemplo, o “estudo das migrações fornece uma imagem geográfica do ecúmeno iluminada pela história em todo o seu sentido dramático”, porque desde suas origens persistem “duas tendências antagônicas: a mobilidade de indivíduos e de grupos, por um lado, e a aspiração por tranquilidade, por parar e se enraizar em um universo estável, por outro”. Assim, quando a vida dos homens está num meio limitado “faz nascer os desequilíbrios incessantes, desequilíbrios dentro dos grupos sociais, desequilíbrios entre as necessidades e os recursos disponíveis. Eles despertam a velha inquietude, a mobilidade original” (SORRE, 1955, p. 255, tradução nossa). Então, até mesmo para pensar a permanência das pessoas, evitando a migração em busca por condições melhores, precisamos desenvolver todo o planeta.

Mais do que inerente à história humana, as migrações se intensificaram com a mundialização e com a globalização da economia. Desde quando Sorre escreveu sua obra, ele considerava as contradições das migrações, com nacionalismos exasperados, por exemplo. Vimos que o debate conceitual sobre etnias deveria ser irrelevante, dada toda a migração e a miscigenação em diversas partes do planeta. Contudo percebemos que a etnia pode ser obstáculo à livre circulação de pessoas devido a preconceitos étnicos de “superioridade” de certos grupos sobre outros, por exemplo. Preconceitos esses que são perpetuados, embora não existam raças. E vimos como a ideologia eugênica chega aos tempos atuais, como observam

Teixeira e Silva (2017), por exemplo.

Sorre via a realidade da condição humana, com seus problemas cotidianos, suas esperanças e suas dores, suas ações na sua estrutura espacial, com tentativas sucessivas de adaptação a essa estrutura. O autor repudiava o uso das estatísticas sobrepondo à pesquisa e à observação direta. Sorre poderia aprender mais sobre a maneira de viver, mesmo sobre as realidades econômicas e sociais de um grupo humano sentado num banco de uma praça de uma cidade ou no meio de um bairro, por exemplo (SORRE, 1957).

Sorre assumia que a evolução tende a uma unificação do globo, mas as regiões do globo não evoluiriam num mesmo ritmo. Para Sorre duas são as técnicas instrumentais que comandam o domínio do mundo moderno: a mobilização da energia e a conquista do espaço. Acrescentamos o domínio das TICs, que evoluíram bastante depois da morte do autor. Sorre nos lembra de atualizarmos as observações, considerando as transformações constantes do meio. Na época em que escreveu, Sorre considera a evolução entre tempo e espaço, ou seja, menos tempo passava a ser utilizado para completar o deslocamento de uma determinada distância, seja pela melhoria dos meios de transportes, seja pela criação de novas estradas, seja pelo desenvolvimento urbano, seja pela conquista do espaço aéreo, por exemplo. E as fontes energéticas têm seus prós e contras para o desenvolvimento do meio.

Enfim, visão otimista ou pessimista do futuro para Max. Sorre?

Pierre George (1976), 14 anos depois de atribuir um otimismo ao Sorre, afirma com veemência que era pessimista, sobretudo segundo seu tratado de geografia humana. Porque a humanidade tem um grande crescimento numérico, e que as fontes de comida e matérias-primas podem não ser suficientes para essa população. Contudo, Sorre tinha alguma crença no progresso das técnicas superando os limites fixados aprioristicamente.

Eis como Sorre encerra seu tratado da geografia humana:

O florescimento do ecúmeno cobriu uma fração ínfima da duração. A recorrência das calamidades naturais nos adverte que a ameaça de uma liberação de energias cósmicas ainda paira sobre ele. O reinado do homem passará; será absorvido pelo Cosmos. Pelo menos terá sido a consciência do Universo: um relâmpago entre os abismos sombrios (SORRE, 1961, p. 340, tradução nossa).

Podemos pensar que nossa trajetória é finita na Terra?

Bom, vimos o que Max. Sorre pensa sobre a constante mudança do ambiente natural e a variedade do destino das doenças infecciosas. Sorre declara que o somatório das influências do meio natural em relação ao homem, do homem em relação ao meio transformará as escalas um dia, conseqüentemente o ser humano se retrairá e se desintegrará. Na “era do homem”, ou

seja, no antropoceno, não é garantida a durabilidade, a eternidade no meio do fluxo universal das coisas. “A flexibilidade dos ajustes que permitem ao organismo humano manter suas características no campo pode oscilar, também tem seus limites” (SORRE, 1951, p. 416, tradução nossa). Mas Sorre observa que os avanços técnicos e científicos têm sido “até agora” favoráveis à expansão do ecúmeno, sendo esse o sentido real da evolução. Também Sorre atenta ao fato de que a comida tem a tendência de diminuir com a deterioração dos climas. E diz que não temos como assegurar que combateremos todos os parasitas com o mesmo sucesso que vínhamos combatendo antes, não há, pois, como garantir que a humanidade escapará do destino universal. Como apresentamos no subitem *a. Os fundamentos biológicos: ensaio de uma ecologia do homem*, do item III.2.1., Sorre revela que a expectativa de vida aumentou, sobretudo devido ao progresso da higiene e do serviço sanitário, que também diminuiu a taxa de mortalidade, chamando atenção para um possível desequilíbrio entre os recursos alimentares do planeta e a quantidade dos homens que nele vivem. Observamos aqui uma análise um pouco malthusiana, mas que Sorre parece superar depois de Josué de Castro.

Enfatiza também que não é o crescimento vegetativo que elimina a preocupação com a produtividade alimentícia. Quando abordamos o subitem *b. Os fundamentos técnicos*, Sorre considera a revolução técnica transformando o planeta, acentuada sobretudo na segunda metade do século XVIII, isto é, com a revolução industrial. Todavia ele chama atenção para as transformações políticas e sociais, considerando a esfera ideológica.

No subitem *c. Habitat*, Sorre observa já o crescimento do consumo interno dos Estados Unidos, o padrão de melhoria das condições de vida, via aquisição de bens materiais. Ressaltamos que o contexto histórico da publicação do terceiro tomo é alguns anos posterior ao fim da Segunda Guerra; o território europeu estava devastado e o estadunidense, não; que estávamos num mundo bipolar: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) vs. Estados Unidos da América (EUA) e demais países capitalistas, por exemplo.

Mas que apesar desse cenário, seria possível reinar um sentimento de fraternidade entre as civilizações, promovendo uma unidade humana, como mostramos no encerramento deste subitem. Em suma, Sorre é pessimista sobre a finitude do antropoceno, assim como das eras que o antecederam. Mas ele apresenta uma visão otimista com o uso racional das técnicas, aliado à unidade humana que respeite as suas diversidades, reinando o sentimento de fraternidade. Veremos nas nossas considerações finais o que pensamos.

Nosso brasileiro é dotado da visão otimista de que é possível vencer essa “manifestação biológica de uma enfermidade social”, inclusive comprovando que é a fome que gera o

crescimento populacional, a partir de fatos históricos. Mas o fato de a fome ser fabricada por nós mesmos, faz-se necessária a vitória sobre ela, ultrapassando as fronteiras ideológicas, partidárias, regionais, religiosas etc.

Josué de Castro acreditava neste programa de 10 pontos para combater a fome;

1. Combate ao latifúndio.
2. Combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados.
3. Aproveitamento nacional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para a agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras que resistem a longos transportes, sem os recursos técnicos da refrigeração.
4. Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades.
5. Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.
6. Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.
7. Progressiva diminuição até a absoluta isenção de impostos da terra destinada inteiramente ao cultivo dos produtos de sustentação.
8. Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.
9. Intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.
10. Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, o qual envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra a erosão. (Projeto Memória⁵⁶, e OLIVEIRA-CAVALCANTI, 2011, p. 73).

Então, Josué de Castro crê na vitória sobre a fome, aludindo a dados do progresso tecnológico que tem aumentado a produção de alimentos, desde a primeira guerra mundial. Ou seja, a produção começou a alargar tanto pelo progresso tecnológico, quanto pela expansão da agricultura, restando agora a exploração racional das reservas alimentares ainda praticamente inexploradas. Assim sendo, é preciso ver, ao lado dos problemas de produção, os problemas “de distribuição e de utilização racional dos alimentos, de acordo com os ensinamentos da moderna ciência da Nutrição” (CASTRO, 1965, p. 77), pensando num reajustamento, numa redistribuição equitativa dos meios de subsistência.

Como percebe Fontana (2014):

[...] tanto na elucidação do problema da fome como na sua superação, a obra do autor expressa contextos do metabolismo entre homem e natureza. De um modo geral, antes de uma perspectiva revolucionária, as ideias de Josué encaminham-se para a superação da fome exigindo uma redistribuição social das terras, eliminando os problemas do latifúndio e da monocultura, bem como resolvendo o problema das

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.projeto memoria.art.br/JosuedeCastro/paineis/09.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

pequenas propriedades que não permitem o necessário ao sustento do trabalhador, tudo isso acompanhado de uma revisão das relações de trabalho do campo (FONTANA, 2014, p. 202).

Um médico que vê a superação da fome, tratando o sujeito com sua complexidade, respeitando a totalidade mais do que a causa: questões socioeconômicas, desigualdade estrutural, o lado da produção, do consumo, da distribuição. E sobre o aumento demográfico (FONTANA, 2014):

Por sua vez, frente a um contexto de crescimento da população urbana, Josué dá ênfase às tecnologias que ampliam as possibilidades e as quantidades de alimentos possíveis de serem produzidos e, nesse sentido, não prescinde das produções em grande escala. Além disso, em um plano global, defendia a regulação dos mercados de troca e a criação de reservas alimentares internacionais, inclusive, afirmando que o envio de excedentes de alimentos de um local para outro poderia significar uma solução econômica de bom terno para ambos os lados. Assim, pode-se perceber que Josué pensou tanto o local como o global (FONTANA, 2014, p. 202).

Importante afirmação do Cleder Fontana, pois Josué pensava nas escalas, na importância do local, embora também defendesse a distribuição dos excedentes.

Josué de Castro expõe a necessidade de se tratar “a realidade da fome sem preconceitos políticos, sem uma ideia preconcebida de qual será a ideologia política apta a resolver o problema”, pois a fome é um problema humano, em outras palavras, “o mais agudo problema de toda a humanidade e, portanto, de todos os partidos” (CASTRO, 1965, p. 73).

Mesmo sendo um problema com tamanha carga de emotividade, a fome é tratada de forma objetiva, com dados científicos. Por esse motivo, Josué adverte que “o leitor poderá sentir uma certa paixão nas palavras do autor, mas é paixão pela verdade, que é a poesia da ciência. Paixão pelos problemas humanos em sua totalidade e em sua universalidade” (CASTRO, 1965, p. 73). O autor continua informando sob qual atmosfera tem respirado nos últimos quinze anos⁵⁷: “Atmosfera contaminada pela corrupção, pela frustração e pelo medo e abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras de toda ordem, pelos gritos e clamores das vítimas da guerra e pelos gemidos surdos dos aniquilados pela fome” (CASTRO, 1965, p. 73).

Para o planejamento de política mundial de combate à calamidade fome, é indispensável o conhecimento do fenômeno fome. Por isso, o primeiro dos objetivos do autor “é demonstrar que a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição natural” (CASTRO, 1965, p. 73).

E conclui com uma frase motivadora: “O homem, com sua técnica criadora e inventiva,

⁵⁷ A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com o começo da Guerra Fria.

consegue escapar à coerção e aos limites impostos pela natureza, libertando-se dos determinismos geográficos, que transforma em possibilismos sociais” (CASTRO, 1965, p. 75).

Constatamos o otimismo do autor ante o diagnóstico da fome no mundo, sinalizando que seria possível vencer a luta contra esse flagelo:

Com a apreciação do mapa mundial da fome e com a análise dos fatores que condicionam a sua distribuição regional – tarefas levadas a efeito na segunda parte deste livro – ficou demonstrado, de maneira patente, que a fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado, via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos. Diante da evidência dos fatos apresentados já não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica. A verdade, difícil de ser ocultada, é que o mundo dispõe de recursos suficientes para permitir o uso de tipos adequados de alimentação por parte de todas as coletividades. E se, até hoje, muitos dos *Hóspedes da Terra* continuam sem participar do seu banquete, é que todas as civilizações, inclusive a nossa, se têm estruturado e mantido à base de uma extrema desigualdade econômica (CASTRO, 1965, p. 399).

O autor cita a afirmação de Kenneth Boulding de que antes a fome, a escravidão, a grande desigualdade na distribuição dos patrimônios de antigas civilizações poderia justificar-se devido ao seu excedente econômico tão limitado e à sua condição de “ilhas de cultura”. E Josué de Castro completa afirmando que “até às grandes descobertas da técnica moderna, não era possível conceber-se outro tipo de civilização senão este, no qual a maioria dos homens devia ser irremediavelmente esmagada pelo peso da miséria e da fome” (CASTRO, 1965, p. 400).

E prossegue otimistamente dizendo que hoje o problema não se encontra mais na escassa produção, e sim na distribuição dos recursos que permita o acesso ao consumo da massa populacional, o que equilibraria a economia, humanizando-a.

Josué de Castro afirma categoricamente que não se trata de uma utopia a luta contra a fome, sendo “perfeitamente realizável”, implicando melhor distribuição dos benefícios entre a humanidade, e acrescenta elementos de cuja transcrição não nos podemos esquivar, respeitando as argumentações do autor, que inclusive propõe a manutenção da engrenagem econômica, beneficiando a todos, com esse aumento do poder aquisitivo dos aliados do sistema.

A luta contra a fome e a sua possível eliminação da superfície da Terra não constitui, portanto, utopia, nem o fantasmagórico sonho de um mundo de fadas, mas um objetivo perfeitamente realizável nos limites da capacidade dos homens e das possibilidades da Terra. O que se faz necessário é proceder-se a um melhor ajustamento dos homens às terras por eles ocupadas e uma melhor distribuição dos benefícios com que a terra costuma brindar o homem. No momento atual, essa batalha contra a fome não constitui mais uma tarefa de idealismo quixotesco, porém uma necessidade que transparece à análise fria e realista da atual situação política e econômica do mundo. Dos resultados desta batalha depende mesmo a sobrevivência de nossa civilização, desde que só pela eliminação dos focos de miséria que gangrenam o nosso mundo será

possível vitalizar a economia em massa, na qual nos lançamos tão avidamente, sem atentarmos para o fato de que não estávamos socialmente preparadas para essa aventura econômica. Sem um levantamento dos padrões de vida das populações mais pobres, que constituem dois terços da humanidade, torna-se impossível manter os níveis de civilização em que vive o terço restante. É que esta civilização se baseia nos altos níveis de produção que estão sempre a exigir a contínua ampliação dos mercados, somente possível pela incorporação à economia mundial dos dois terços que hoje vivem à margem da mesma. Assim, só ampliando o poder aquisitivo e a capacidade de consumo desses grupos marginais, poderá a nossa civilização sobreviver e prosperar, dentro de sua atual estrutura econômica e social (CASTRO, 1965, p. 400-401).

Completamos abaixo a transcrição da introdução noutra momento histórico que a mantém pertinente e sendo vista como uma necessidade para sanar vários problemas do século XXI que perduram desde então.

Constituiu, portanto, a luta contra a fome o imperativo número um a que somos todos solicitados. Luta que se vai desenrolando como uma espécie de guerra fria e que ameaça congelar toda a vitalidade de nossa civilização, se não formos capazes de vencê-la com determinação. É pena que nesta luta pela elevação dos padrões de vida não seja encontrado um apoio universal, desde que muitos continuam ainda a pensar, dentro de concepções arcaicas e feudais, que a pobreza e a miséria constituem uma necessidade ou uma fatalidade. Continuam mesmo, muitos, a desejar que haja sempre famintos e miseráveis para servirem de *substratum* à riqueza e à abundância que estimam e de que desfrutam.

É preciso, antes de tudo, procurar extirpar do pensamento político contemporâneo esse conceito errado da *economia* como um jogo, no qual devem existir sempre uns que tudo percam para que outros tudo ganhem. É preciso fazer da *economia* um instrumento de distribuição equilibrada dos bens da terra para que ninguém possa, no nosso tempo, defini-la, como o fez em tom amargo Karl Marx, no século passado, como sendo “a ciência das misérias humanas”⁵⁸ (CASTRO, 1965, p. 401).

Elucidando o que deveria ser a economia e mostrando uma ideia diferente do capitalismo como foi constituído, e mesmo do socialismo, o autor sugere que ela seja um instrumento de distribuição equilibrada para livrar a humanidade do flagelo da fome e para impulsionar o desenvolvimento efetivo da sociedade, atualmente conhecido como desenvolvimento sustentável.

Fundamental entender como o autor compreende o papel da ciência e dos cientistas para esse progresso em prol da humanidade: “Não se pode esquecer a circunstância de que os homens de ciência só podem trabalhar se pagos para esse fim, uma vez que, embora sejam cientistas ou sábios, eles comem, vestem e têm família, como o comum dos mortais” (CASTRO, 1965, p. 421-422).

E como o autor pregava o aumento da produtividade de alimentos, sem, evidentemente, pensar na Revolução Verde nem como foi implantada. Josué de Castro não poderia almejar

⁵⁸ Conforme encontramos no livro na nota 2, a fonte está presente em GOMES, Raul. **Caminhos da Paz**, Curitiba, 1948.

outra coisa senão o aumento da produção alimentar. O modo como esse aumento se deu, sem reforma agrária, concentrando a riqueza, aumentando a monocultura, alargando o hiato entre pobres e ricos, seja com o êxodo rural, seja com aumento da pobreza nas cidades, seja sem políticas públicas efetivas para os pequenos agricultores, seja com a produção de objetos comestíveis não identificados, por exemplo. Ressaltamos que os pequenos agricultores na Revolução Verde só tiveram acesso a créditos para aquisição de agroquímicos, de maquinários etc. Entretanto, a criação de uma política pública realmente destinada ao segmento da agricultura familiar somente aconteceu em 1996, com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (LEITÃO, 2009).

Josué de Castro já afirmava não ser suficiente apenas produzir alimentos, a partir das técnicas disponíveis. Esses alimentos precisam poder ser adquiridos e consumidos por todos os grupos humanos que deles necessitam, “isso porque, se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas, criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo”. Por isso a política de alimentação precisa “cuidar tanto da produção quanto da distribuição adequada dos produtos alimentares, e daí a necessidade de que esta política seja planejada em escala mundial” (CASTRO, 1965, p. 424).

Assim, para extirpar a fome da superfície da Terra Josué sugere o aumento dos níveis de produtividade, mas organizando a exploração econômica. E ele já considera um tipo de exploração econômica incompatível com o equilíbrio econômico do mundo a manutenção das matérias-primas a baixo preço (CASTRO, 1965).

O autor afirma algo evidente para economistas que servem à humanidade, em relação à Balança Comercial, e mesmo do Balanço de Pagamentos, na quantificação dos valores nas relações internacionais:

Não basta aumentar a produtividade individual com o incremento de determinados produtos, para que o problema esteja resolvido. É preciso valorizar devidamente a produção, em correspondência com as necessidades do grupo produtor. Isto quer dizer que não se pode continuar a fixar os preços das matérias-primas à base das margens de lucro, do jogo das concorrências, dos produtos industriais, mas sim em correspondência com os preços das utilidades básicas locais, necessárias aos grupos produtores de matérias-primas (CASTRO, 1965, p. 427).

Apresenta a proposição de realização pela FAO, mediante o comitê técnico composto por John Codlise, Colin Clark, John K. Galbraith, D. Ghosh, Gustafo Polit e A. Radomysler, que estudaram a fundo o presente tema, propondo, então uma “Câmara Internacional de Compensação para Produtos”, cujo objetivo era controlar a compra e a distribuição dos

alimentos. Assim, baseado em experiências históricas, eles propuseram “um instrumento internacional de consulta e ação cooperativa, no campo das mercadorias, de modo que as nações possam reunir seus esforços, na guerra contra os inimigos da humanidade – miséria, doenças e fome – ao invés de atacarem a prosperidade uma das outras [...]” (CASTRO, 1965, p. 429-430).

Dissertando sobre esse prognóstico da FAO com expoentes intelectuais, Josué de Castro afirma:

Certamente, o melhor caminho para tal cooperação será diminuir as desigualdades econômicas e sociais, através de uma política de desenvolvimento adequado das zonas mais atrasadas da terra. Implica, pois, a política mundial de alimentação, uma sábia política de assistência técnica dessas zonas, visando a seu progresso econômico real. Não se deve, porém, limitar essa assistência técnica ao fornecimento de recursos e meios que permitam produzir com mais eficiência e maior rendimento as matérias-primas ora produzidas nas áreas coloniais. Esse tipo limitado de assistência técnica já foi adotado pela Inglaterra no tocante a várias de suas colônias africanas e, em lugar de melhorar, muito contribuiu para piorar as condições de alimentação naquelas áreas. A assistência técnica, a ser dada a cada país, deve variar de acordo com suas características e deve visar ao aproveitamento integral de suas possibilidades naturais, em benefício das respectivas coletividades (CASTRO, 1965, p. 431).

Josué de Castro vê na boa alimentação – na alimentação adequada, saudável –, que a maioria das doenças podem ser evitadas. E a má alimentação, conseqüentemente, aumenta o número de doenças e os gastos socioeconômicos com seu tratamento. E que a fome também oprime as pessoas levando-as a ter “atitudes deploráveis, incompatíveis com a dignidade da condição humana” (CASTRO, 1965, p. 432).

Em *Geopolítica da Fome* está contida a terceira parte intitulada *Um mundo sem fome*. Nela encontra-se a proposição real da libertação da humanidade e das vidas terráqueas dessa enfermidade, dividido em dois capítulos: o VII e o VIII. No sétimo capítulo, VII – *A luta contra a fome*; i. A cooperação da Natureza; ii. Colaboração ou a intrusão da ciência; e iii. A ciência abre novos caminhos.

Enfim, o oitavo capítulo *Geografia da abundância*, i. O caminho da abundância; ii. Emancipação colonial e reciprocidade de interesses econômicos; e iii. Crise biológica e crise política contemporâneas, Josué de Castro, que vivia num contexto de escassez de produção, era totalmente favorável à revolução no campo, embora já expressasse ideias que não foram aplicadas na Revolução Verde realizada no Brasil, enfatizando várias vezes que eram necessários a reforma agrária, a distribuição de renda, o desenvolvimento socioeconômico e, por isso, concluímos, que sua obra gera vários debates, sobretudo o de que são necessários pelo menos ajustes sociais, culturais, históricos e econômicos, para o desenvolvimento das nações, principalmente nos países cujo processo histórico é de sofrimento com a colonização e permanecem numa relação econômica internacional que acentua e aumenta essa relação

subalterna e de desigualdade. E propõe aumento da produção e distribuição de renda, uma economia humanizada.

Sobre sua experiência de quatro anos na presidência do Conselho Executivo da FAO – de 1951 a 1955 –, Josué de Castro relata que houve problemas para desempenhar integralmente os seus objetivos, sendo “difícil vencer as resistências impostas pelos interesses particularistas dos países e grupos econômicos (CASTRO, 1968, p. 63). E continua:

[...] Problemas como o da reforma agrária e da criação de uma reserva alimentar de emergência que exigem modificações das estruturas vigentes não conseguiram transpor a barreira dos preconceitos e dos medos acumulados. O caso da criação da “Reserva Internacional Contra a Fome” que consiste, em última análise, numa atualização em bases técnicas e científicas do antigo projeto bíblico de José, para combater a fome no Egito ao tempo dos Faraós, constitui um exemplo típico da ação tímida e vacilante da FAO. Há cerca de 6 anos que se discute esse projeto, esmiuçado em todos os seus detalhes, em sucessivas reuniões da FAO. Durante este período ocorreram epidemias de fome em vários países do mundo, tais como a Iugoslávia, a Índia, o Paquistão. A fim de vermos concretizado este projeto mantivemos, na qualidade de Presidente do Conselho da FAO, entrevistas com chefes de Estado, de vários países, entre eles, o Presidente Truman dos Estados Unidos da América, mas apesar da evidência de que seria necessário criar uma reserva alimentar de crise num mundo em que coexistem lado a lado, a fome e os excedentes alimentares – o projeto não recebeu até hoje o apoio suficiente das grandes potências para ser transformado em realidade. Aí está uma prova da falta de ação em profundidade das organizações que se ocuparam até o momento do problema mundial. E sem esta ação em profundidade fica limitada a contribuição da FAO, apesar do esforço heroico de seus técnicos e dirigentes (CASTRO, 1968, p. 63-64).

Observamos que Josué de Castro evidencia a necessidade de uma “ação em profundidade” que ainda não ocorrera, mais por falta de interesse de alguns países ricos do que do esforço dos técnicos e dirigentes da FAO.

E prossegue, fazendo uma autocrítica um tanto rigorosa, uma vez que a FAO fora fundada em 16 de outubro de 1945 e ele a presidiu ainda na primeira década de sua existência, isto é, não seria possível evoluir-la como o desejado, até porque a ONU era igualmente recente. Entretanto, Josué de Castro fez questão de registrar parte de seu discurso no livro.

Foi diante desta constatação que, ao deixarmos a presidência do Conselho da FAO, em 1955, pronunciamos um discurso do qual desejo inserir, neste livro, o seguinte trecho: “Longe de mim menosprezar a obra realizada pela FAO mas desejo dizer, com toda a sinceridade – e peço que me perdoem por falar com uma sinceridade um tanto brutal – que me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afloramos a sua superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar a alguns. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade. Para servi-la em conjunto, é que foi criada, sob a inspiração do grande Presidente Roosevelt, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas” (CASTRO, 1968, p.

64-65).

Apesar da autocrítica, Josué de Castro enaltece o presidente Franklin Delano Roosevelt, também conhecido como FDR, por seu papel na criação da FAO e apresenta sugestões para o combate efetivo da fome, em prol do bem comum da humanidade, razão e objetivo do órgão das Nações Unidas, mostrando a importância da coragem para discordar do que não está certo, mesmo que esteja sendo imposto.

E Josué de Castro denuncia a fome que antecedia a existência de políticas de cooperação internacional mais expressiva buscando combatê-la. Ademais, o autor ressalta que houve aumento na produção, mas o grande problema na distribuição alimentícia persiste. E ele acredita que só com distribuição da riqueza há desenvolvimento econômico e social autêntico.

Josué de Castro já na segunda metade do século XX apontava que um verdadeiro desenvolvimento econômico e social implica maior poder de compra da população, distribuindo melhor a riqueza. E percebia que a realidade estava bem distante disso, mesmo com a industrialização, denunciando as práticas adotadas em diferentes países, que importavam modelos, implantando em nações, estados, sem considerar suas particularidades, e pretendendo o mesmo resultado de outras nações com culturas, processos históricos bastante díspares. Cada sistema econômico, por isso, é orientado de maneira original e até mesmo imprevisível.

Josué de Castro já evidenciava a distorção da América Latina como resultado do atraso da agricultura em relação ao progresso do setor industrial, devido em grande parte ao arcaísmo das estruturas agrárias, sendo esse atraso agrícola “um fator de contenção do ritmo de expansão industrial” (CASTRO, 1968, p. 67).

Josué de Castro, pois, propõe a inserção dos bens de dignidade além dos bens de necessidade (devido às suas constatações nos países ditos socialistas). Ademais, apela para a criação de uma teoria econômica humanista. Mesmo com a criação da FAO, a luta contra a fome é *conditio sine qua non* para ser possível evoluir, sendo urgente emancipar a humanidade da escravidão da fome. A fome é manifestação típica do subdesenvolvimento, sendo seu combate necessário para propiciar o desenvolvimento econômico.

Propondo o método comparativo para esclarecer muita coisa da política econômica dos países desenvolvidos, Josué de Castro (1968, p. 74) propõe as cinco indagações seguintes:

1) Quais são as diferenças de estrutura entre os países mal alimentados e os países bem alimentados?

2) Quais são as características estruturais dos diferentes povos, as que explicam por sua essência a subnutrição e a fome em países subdesenvolvidos e ao contrário, quais aquelas que

por sua presença justificam a saciedade nos países ricos?

3) Existem fatores de substituição capazes de provocar os mesmos efeitos, isto é, de permitir uma elevação dos níveis de consumo adequada nos países subdesenvolvidos?

4) Quais as condições indispensáveis para introdução dessa modificação estrutural ou dos fatores de substituição efetivos?

5) Sob que condições essa modificação estrutural ou esses fatores de substituição poderão provocar de forma eficaz os efeitos de expansão desejada?

Segundo o Josué de Castro:

A consequência da internacionalização do problema da fome deve ser não somente a de remover todos os obstáculos que se opõem à elevação dos níveis de vida dos países subdesenvolvidos, mas ainda a de tornar a expansão econômica mais rápida do que ela se realiza nos países já altamente desenvolvidos (CASTRO, 1968, p. 75).

“O verdadeiro desenvolvimento econômico, equilibrado e harmônico implica o entrosamento constante do setor industrial com o setor agrícola” (CASTRO, 1968, p. 83). Ademais, uma política de solidariedade internacional poderia consolidar a luta contra fome como “[...] o único caminho para a sobrevivência de nossa civilização, ameaçada em sua substância vital por seus próprios excessos, pelos abusos do poder econômico, por sua orgulhosa cegueira [...]” (CASTRO, 1968, p. 91).

Josué de Castro apontara um planejamento adequado para a efetiva solução do problema alimentar brasileiro, assentando suas bases em reformas estruturais de monta nos hábitos alimentares e na organização do sistema agrário.

A desigualdade regional era evidente naquela época, havendo necessidade de total atenção para cada especificidade de regiões, de situações, de rendas etc. Porém, Josué de Castro já expunha que era “nas camadas mais pobres, sobretudo nas regiões de menor ingressos financeiros” (CASTRO, 1968, p. 153) que se encontravam grandes carências proteicas. E Josué conclui que se inicie “desde logo, um plano de emergência capaz de fomentar a produção de proteínas, especialmente de origem vegetal” (CASTRO, 1968, p. 154).

Fazendo um balanço de fatores industriais, Josué de Castro apresenta a disponibilidade de matérias-primas, partindo das fontes proteicas preponderantes no regime habitual brasileiro, os cereais e as leguminosas (feijão). Os cereais fornecem menor quantidade de proteínas, contudo, as leguminosas, sobretudo o feijão, contêm protídeos em quantidades bastante apreciáveis. E Josué de Castro continua incluindo outros vegetais ricos em proteínas: a soja (*Soja max (L) Piper*), o amendoim (*Arachis hypogaea, L*), a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa HBK*), a castanha de caju (*Anacardium occidentale, L*), o babaçu (*Orbignya speciosa (Mart) B. Rodrigues*), o coco-da-Bahia (*Cocos nucifera, L*), o caroço do algodão, o melão da

cana – oriundo da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*, L) – e as folhas de mandioca (*Manihot* spp).

Josué de Castro defende o aproveitamento de proteínas que acabam sendo subprodutos de outras mercadorias industriais, incentivando assim o aumento do consumo e aproveitamento de certos produtos, sejam óleos e gorduras vegetais, ou hastes, folhas de mandioca, mesmo o melaço, entre outros. Assim, se evitaria o desperdício e alimentaria os mais necessitados.

Enfim, Josué de Castro apresenta um rigoroso diagnóstico da situação da América Latina e do Brasil oferecendo a resolução do problema da fome, seja com capitais a mobilizar, seja com o programa industrial de proteínas, seja com as perspectivas de mercado.

Em suas conclusões, Josué de Castro reitera a constatação da necessidade de elevar o consumo de proteínas da população. E os avanços tecnológicos já começavam a permitir “a extração de proteínas puras e concentrados proteicos a partir de produtos de origem vegetal” (CASTRO, 1968, p. 175), enquanto a proteína animal ainda apresentava preços proibitivos.

O Brasil participaria de um projeto-piloto para servir de estímulo e exemplo a demais países latino-americanos, tendo a ASCOFAM, em contato com grupos financeiros brasileiros, instalando “novas indústrias estrategicamente colocadas em relação à obtenção de matérias-primas e dos centros de consumo nacional” [...] tendo apoio também da Companhia inglesa British Glues and Chemical Co. para instalação de equipamento que proporcionasse a “extração de proteínas através do ‘*impulse proteins process*’”, [...] sendo que o governo brasileiro ajudaria a transformar esse empreendimento em realidade com financiamento e com técnica necessários. A ASCOFAM também mobilizou grupos estrangeiros interessados em ajudar, como “um grupo de personalidades canadenses” (CASTRO, 1968, p. 176).

Foram também tomados contatos e troca de pontos de vista com o UNICEF, que está extremamente interessado na produção de proteínas para atender às necessidades das crianças das regiões subdesenvolvidas em face da escassez relativa do leite em pó, cujos excedentes norte-americanos e canadenses estão a esgotar-se (CASTRO, 1968, p. 176).

Infelizmente a ASCOFAM não sobreviveu (NASCIMENTO, 2012b). Contudo a necessidade de combater o flagelo da fome está presente no século XXI.

IV.2. Conclusões

*Abre a mente ao que eu te revelo e retém
bem o que eu te digo, pois não é ciência
ouvir sem reter o que se escuta.*
(Dante Alighieri)

Podemos verificar que a questão sociológica passou a integrar os estudos do Max. Sorre principalmente a partir da década de 1950.

O método geográfico adotado por Josué de Castro para análise da fome tem influência mediante seu contato com a Geografia francesa, inclusive a de Sorre. Em outras palavras, a fome aparece como um dos elementos do complexo geográfico, por sua vez definido como o resultado da combinação de elementos físicos, biológicos e humanos, perceptível na organização das paisagens.

Para Sorre, a preocupação não é o estudo aprofundado de um elemento do complexo geográfico, o que antigamente se chamava de Geografia Regional, mas a proposição de um enquadramento epistemológico a partir da Geografia Humana, isto é, Sorre faz um estudo da antiga Geografia Geral. Então, a Geografia Humana fornece a forma de análise do processo de modificação dos meios naturais, que após serem apropriados e transformados, por meio das técnicas, dão origem a diferentes paisagens. Cada paisagem é expressão de uma combinação única dos elementos físicos, biológicos e humanos. O gênero de vida, por sua vez, revela as técnicas com que cada grupo se relaciona com o meio que lhe serve de substrato e base para a (re)produção da vida. Assim, cada paisagem particular é fruto de uma combinação única em que a Natureza (clima, vegetação, relevo) e Sociedade (técnicas) entram em relação. A alimentação surge, aqui, como uma das adaptações que os grupos humanos desenvolveram em seu contato com a Natureza no processo de consolidação de seu gênero de vida.

Josué de Castro extrapola essa visão, mesmo com a internalização e a apropriação de algumas de suas indicações metodológicas no tratamento desse aspecto. Extrapola porque, como “presenciador” de fenômenos socioeconômicos extremamente desiguais, como no Brasil, pôde diagnosticar o problema da fome como inerente a essa desigualdade socioeconômica, não se limitando apenas às características físicas, embora não as desconsidere.

Sim, podemos falar de intercâmbio de influências, mas as contribuições de Josué de Castro foram e são atuais e assim continuarão enquanto persistir essa discrepância socioeconômica.

Conhecimento é permuta. Temos, por isso, intercâmbio de influências do que chegou ao Josué de Castro e do que ele contribui para o mundo, para desmistificar essa naturalização da pobreza, essa culpabilidade da fome, como contido nas explicações das ciências sociais, conforme vimos na explicação de Hobsbawm (1998) para o darwinismo social e mesmo a eugenia, por exemplo. E identificamos nas visões futuras de Max Sorre e de Josué de Castro não apenas otimismo, mas o espírito da solidariedade humana sendo evocado por necessidade de mudança da lógica econômica.

Ambos já apontam as perdas nutricionais nos processos de industrialização dos alimentos. Contudo Max. Sorre atenta ainda mais aos impactos do ritmo moderno e da urbanização na alimentação, sendo imitada, adotada em outros países, mesmo em meios rurais, por exemplo.

Encerramos a conclusão do que discutimos neste capítulo enfatizando o olhar de Josué de Castro para a superação da fome, contemplando a estrutura fundiária, ou seja, de combate ao latifúndio, à monocultura, sobretudo. A adoção da agricultura de sustentação, principalmente de produtos perecíveis, intensificação da policultura, pensando também na mecanização intensiva, com financiamento adequado, incentivos fiscais (até chegar-se à isenção de impostos para a terra destinada inteiramente ao cultivo dos produtos de sustentação), amparo e fomento ao cooperativismo, intensificação de estudos técnicos e planejamento para formação de bons hábitos alimentares, incluindo uma relação sustentável com o meio e a prática de atividades físicas.

Veremos no próximo capítulo um pouco de como se deram as transformações posteriores aos nossos dois geógrafos.

CAPÍTULO V: O LUGAR DO ALIMENTO E DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO ATÉ 2019

[...] Restam outros sistemas fora
 Do solar a col-
 Onizar.
 Ao acabarem todos
 Só resta ao homem
 (estará equipado?)
 A difícilima dangerousíssima viagem
 De si a si mesmo:
 Pôr o pé no chão
 Do seu coração
 Experimentar
 Colonizar
 Civilizar
 Humanizar
 O homem
 Descobrimo em suas próprias inexploradas entranhas
 A perene, insuspeitada alegria
 De con-viver.
 (Carlos Drummond de Andrade: *O Homem; As Viagens*)

Ainda que seja tarefa impossível desvencilhar fome de alimentação, propomos aqui focar esses temas de forma separada. Até porque a preocupação mais prolífica para a existência humana é a comida. E um “dos elementos fundamentais para a manutenção da vida é o alimento. Ele fornece aos organismos os componentes que participam de todos os processos bioquímicos responsáveis pela existência e pela continuidade da matéria viva” (PAZ; ABBEG; ALVES FILHO; e OLIVEIRA, 2006, p. 161).

Max. Sorre e Josué de Castro viam alimentação e fome com atenção especial. Como afirma Gilles Fumey (2010):

Foi Max. Sorre, em seus *Fondements biologiques de la géographie humaine* (1943), que estabeleceu a alimentação como um fato geográfico. Mas em um contexto particular que é o do trabalho da Comissão de Saúde da Liga das Nações. Estas pesquisas foram ampliadas em 1946 com a publicação de uma *Pesquisa Mundial para a Alimentação*, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (OAA ou FAO), realizada em consonância com o 2º Congresso Científico Internacional da alimentação, publicado pela *Société scientifique d'hygiène alimentaire*⁵⁹. Seu trabalho é uma abordagem sistêmica que assume a forma de “regimes alimentares” declinadas em todo o mundo. Ele tira suas fontes da obra de Frédérique Le Play e, evocando a pesquisa da “morfologia social da Escola de Durkheim”, descreve uma geografia da saúde que a torna pioneira neste setor. A jovem agência cultural da ONU, a UNESCO, publicou vários folhetos de 1950, incluindo

⁵⁹ Os geógrafos encontrarão uma bibliografia dessa época em Josué de Castro, *Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço*, 1946, que será traduzido em 1952, *Géographie de la faim. Le dilemme brésilien: pain ou acier* pelas Éditions ouvrières et republicado pelas Éditions du Seuil em 1974. O autor, médico e geógrafo, diretor da FAO desde 1952 e fez nessa obra uma acusação vigorosa às teses neomalthusianas.

um próximo ao que Max. escreveu. Sorre, *Les hommes et leur nourriture*. Sorre publicou em 1952 um abundante artigo nos *Annales de géographie*⁶⁰ em que retomava a noção de “regime alimentar” que enriqueceu o seu trabalho sobre uma “*Géographie des matières grasses*”⁶¹ (FUMEY, 2010, p. 10, tradução nossa).

Depois de termos respondido qual o lugar da alimentação e da fome no pensamento geográfico, vejamos por que mantemos os problemas da alimentação e perenizamos a fome, a partir das transformações que passamos desde suas pretensas mortes, ou seja, a Revolução verde, a transformação do alimento em mercadoria, as mudanças nos regimes alimentares e a revolução das TICs, para que possamos compreender os atuais desafios.

V.1. Reflexões sobre a segunda metade do século XX até 2019

Escolhemos a data de 2019, para contemplar as duas primeiras décadas do século XXI, sem abordar a pandemia do coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), conhecido como COVID-19, que justifica ainda mais a importância do nosso estudo, compreendendo o embasamento teórico de Josué de Castro e de Max. Sorre, que tem contribuição para a medicina, a geografia médica e a geografia da saúde até o presente. Entretanto, é na alimentação que focamos essas transformações, sem grandes aprofundamentos, mas apenas para uma contextualização à época presente, isto é, as duas primeiras décadas do século XXI.

Antes de especificarmos a Revolução Verde, as *commodities*, a grande mudança nos regimes alimentares e a revolução das TICs, lembremo-nos da falência do acordo de Bretton Woods⁶², em 15 de agosto de 1971 (KILSZTAJN, 1989, p. 94), quando os Estados Unidos unilateralmente determinaram que não mais converteriam dólar em ouro, tornando assim o dólar uma moeda fiduciária. “As inevitáveis pressões sobre o dólar se intensificaram e já em 1971 Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro. Em 1973 o sistema de paridades fixas, mas ajustáveis, de Bretton Woods foi substituído por um sistema de flutuações sujas” (BELLUZZO, 2016, p. 14). Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (2016) prossegue demonstrando como houve ganhos para os Estados Unidos, mesmo antes dos dois

⁶⁰ M. Sorre, 1952, « La géographie de l'alimentation », *Annales de géographie*, t. 61, p. 184-199.

⁶¹ Sempre nos *Annales de géographie*, t. 59, 1950, p. 93-108.

⁶² Conferência de Bretton Woods. “Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)” (SANDRONI, 2005, p. 176).

choques do Petróleo, em 1973 e em 1979. E a desorganização financeira mundial:

Foi, aliás, sob o signo da desorganização financeira e monetária que se deu a formidável expansão do circuito financeiro “internacionalizado”, nos anos 70. A crise do sistema de regulação de Bretton Woods, permitiu e estimulou o surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais. A fonte inicial dessas operações “internacionalizadas” foram certamente os dólares que excediam a demanda dos agentes econômicos e das autoridades monetárias estrangeiras. O primeiro choque do petróleo e a famosa reciclagem privada dos petrodólares ampliaram as bases da oferta de crédito internacional e empurraram o sistema para a zona de riscos crescentes. De qualquer maneira, a euforia do endividamento externo que deu sobrefôlego a muitos projetos de industrialização e de crescimento industrial (tanto na periferia do capitalismo, quanto na área socialista), já era resultado da fadiga e das contradições que atingiram os mecanismos básicos que garantiam, simultaneamente, a estabilidade e o crescimento das economias centrais (BELLUZZO, 2016, p. 15).

Esse circuito financeiro internacionalizado “passou a funcionar como um sistema de ‘crédito puro’ em suas relações com governos e empresas, com criação endógena de liquidez e de altos prêmios de risco” (BELLUZZO, 2016, p. 15). Os agentes endividados aceitavam taxas de juros elevadas para poderem rolar (e ampliar) suas dívidas.

Ademais, o processo de urbanização se acentuou no mundo, tivemos a chegada do homem à Lua, em 1969, revoluções nos meios de transporte, a queda do muro de Berlim em 1989, a desintegração da URSS em 1991, o fim da Guerra Fria, novas mudanças no cenário mundial para os países que pertenceram à URSS, o desenvolvimento capitalista dos Tigres Asiáticos, a ascensão capitalista da China, crises econômicas em diversos países, em anos diferentes, impactando a economia cada vez mais globalizada, eis alguns exemplos dos anos que sucederam nossos autores. Mas concentremos nossas análises nos temas: Revolução Verde, *commodities*, revolução das TICs.

V.1.1. Revolução Verde

*Sem alterar a estrutura agrária do país
não será permitido ao homem do campo
sair do desolador quadro de miséria em
que vive hoje, prisioneiro do latifúndio.*
(Josué de Castro)

Lembre-mos do contexto histórico dos nossos autores: antecede a Revolução Verde, estão saindo da Segunda Guerra Mundial, de uma Europa devastada, ainda com produção alimentícia bem distante da larga escala atual. O pensamento de combate à fome estava também focado na produção, no aumento dela. Assim tivemos a Revolução Verde, com a promessa de

acabar com a fome mundial. Sem a reforma agrária, que já insistimos fazer parte do pensamento castrino para o combate à fome.

Enquanto isso, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) permitiu importações de milho e soja dos Estados Unidos, buscando a estratégia de nacionalismo econômico de proteger os agricultores europeus (McMichael, 2016):

[...] Empresas transnacionais como Continental, Cargill, Unilever e Bunge e Born ampliaram esse comércio especializado, incluindo a importação de sementes oleaginosas tropicais do Terceiro Mundo (ibid., p.268-9). Tal intermediação tornou-se particularmente predominante na América Latina, onde, no contexto de uma onda de nacionalização iniciada na década de 1960, as corporações do agronegócio deixaram a produção direta para adotar atividades de processamento e distribuição. [...] (MCMICHAEL, 2016, p. 57).

Como Philip McMichael assinala, a Revolução Verde reciclou a retórica de “alimentar o mundo”:

A então chamada revolução verde representou dimensões tanto nacionais quanto transnacionais do regime alimentar centrado nos Estados Unidos. Reciclou a retórica do “alimentar o mundo” ao promover novas variedades de alto rendimento de sementes híbridas (trigo e arroz) – dependentes de agroquímicos (pesticidas, herbicidas e fertilizantes), irrigação e mecanização – como essenciais à modernização agrícola. Combinava uma filosofia neomalthusiana, que vinculava produções cada vez maiores ao “espectro da população em crescimento” (Gupta, 1998, p.54-6), com o anticomunismo da Guerra Fria, substituindo a revolução vermelha pela verde, priorizando agricultores comerciais primeiramente no México e depois na Argentina, no sul da Ásia, no Oriente Médio e no Sudeste Asiático nesse período (Patel, 2013, p.9, 33). Fazendeiros abastados foram alienados de uma cultura de compartilhamento de sementes de agricultura mista para uma monocultura de grãos básicos para consumo urbano. Além da criação do mito das “sementes milagrosas”, o nexa da revolução verde combinava poder estatal, filantropia, Usaid, Banco Mundial e agronegócio com serviços de crédito, marketing e apoio técnico para uma classe seleta de proprietários de terras a fim de assegurar o sucesso de produção e ratificar a ideologia do produtivismo (ibid.) (MCMICHAEL, 2016, p. 57-58).

Então, tivemos monocultura, uso de sementes híbridas, aumento do uso de agroquímicos, mecanização... como essenciais para a modernização agrícola e uma “classe seleta de proprietários de terras” como beneficiários de créditos entre outros benefícios, a fim de “assegurar o sucesso de produção e ratificar a ideologia do produtivismo”. O autor ainda revela prejuízos na alimentação dos camponeses, por exemplo, como o ataque às ervas (folhosas ricas em micronutrientes), entre outros:

Nacionalmente, a tecnologia verde serviu ao propósito de substituição de importações no contexto do programa de ajuda alimentar; no nível transnacional, integrou regiões produtoras do Terceiro Mundo às rotas de capital na forma de tecnologias do agronegócio. Em linha com a dinâmica de inclusão/exclusão do regime alimentar, a revolução verde foi realizada por meio de crescentes desigualdades rurais – entre regiões economicamente diversas, entre agricultores, entre trabalhadores rurais expostos a produtos químicos tóxicos e entre famílias em que às mulheres era negado o acesso a insumos agrícolas e serviços de extensão. Os “alimentos dos camponeses” enfrentavam discriminação tendo em vista que, por exemplo, tradicionais verduras folhosas (fonte de micronutrientes como a vitamina A) foram redefinidas como

“ervas” e “combatidas” por herbicidas no processo de otimização de alimentos de baixo custo com macronutrientes (Shiva, 1991). Os altos rendimentos sustentaram-se por algum tempo, mas sofreram declínio desde então (assim como a saúde do ecossistema). [...] (MCMICHAEL, 2016, p. 58).

Temos, pois, um modelo estadunidense agindo na modernização do campo, gerando exclusão, pobreza, concentração de renda, impactando a qualidade nutricional da alimentação do camponês etc. Restringiremos a uma breve apresentação da Revolução Verde no Brasil.

Carolina Octaviano afirma que “Conceitualmente, a Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas” (OCTAVIANO, 2010, s/p).

Conforme Andrades e Ganimi (2007) afirmam:

A Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo, porém, para se chegar ao atual estágio, exigiu-se toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade no instante de seu surgimento. Para tanto, faz-se necessário compreender em qual contexto se vivia, para então desvendar os reais objetivos do processo de modernização da agricultura e, por conseguinte, os impactos provocados por ela, no espaço nacional. Ao concordar com a ideia de que: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63) pode-se concluir que a Revolução Verde não é apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade, mas também existe uma intencionalidade inserida dentro de uma estrutura e de um processo histórico. Neste sentido, será imprescindível remeter para o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em cujo momento é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 44-45).

Ressaltamos no parágrafo supracitado a associação do contexto posterior à Segunda Guerra Mundial com a Revolução Verde e que esta é um modelo baseado no uso intensivo de agroquímicos na agricultura. Também os autores destacam:

Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a *Rockfeller* e a *Ford*, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas (ROSA, 1998). Dentre as sementes, destacam-se o trigo, o milho e o arroz, sementes que são a base da alimentação da população mundial (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 45).

Houve então incentivo ao uso de agroquímicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas, agrotóxicos e fertilizantes) e a construção e adoção da mecanização do campo, com tratores, colheitadeiras, completando o ciclo de inovações tecnológicas da Revolução Verde. Ademais, instituições privadas passaram a investir seu capital na agricultura.

Num contexto geopolítico de Guerra Fria, segundo Andrades e Ganimi (2007) a

Revolução Verde teve o argumento político, social e econômico de acabar com a fome no mundo, além de mostrar que o Brasil estava do lado do bloco capitalista. Assim, podemos estender o raciocínio geopolítico estadunidense:

[...] segundo a lógica da Guerra Fria no que diz respeito à fome. E mais, a afirmação é excelente, pois deixa claro o aspecto ideológico da Revolução Verde na medida em que a resolução do problema da fome não passa somente por inovações tecnológicas. É notório o aumento da produtividade, todavia a agricultura foi concebida como um meio para reproduzir o capital, ao invés de colaborar para solucionar o problema da fome (GEORGE, 1978). Além do mais, ela não é um problema relacionado à carência de alimentos uma vez que, “o planeta produz muito mais do que consome” (HELENE, 1994, p. 13). Isso se deve à falta de disponibilidade de dinheiro para comprar, considerando-se, hoje principalmente, o processo de desemprego estrutural em que se vive. Nesse sentido, existe oferta de alimentos nas prateleiras dos grandes supermercados, mas as pessoas não têm recursos para os adquirirem (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 47).

Temos não apenas a questão ideológica da Revolução Verde como também a do aumento da produção, mas sem seu consumo efetivo porque há pessoa sem recursos financeiros para adquiri-los devido ao processo de desemprego estrutural (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Como a Revolução Verde refere-se a um domínio capitalista da agricultura e a adoção de pacotes tecnológicos, incluindo os químicos, os mecânicos e os biológicos, teremos a ampliação de créditos para que os produtores rurais pudessem “modernizar” sua produção. Houve um “incentivo” para ocorrer a Revolução Verde, sobretudo por políticas intergovernamentais, objetivando financiar a importação de insumos e de maquinários agrícolas (ANDRADES; GANIMI, 2007).

[...] Tal medida teve um peso muito forte para convencer os produtores a implantarem, em suas propriedades, um manejo de produção com base nos pacotes, favorecendo o surgimento da Revolução Verde, portanto, pode-se observar que o processo de modernização da agricultura vai muito além de uma mudança técnica, acontece todo um conjunto de variáveis sociais, políticas e econômicas que permitem sua implantação cuja compreensão só é possível a partir da análise crítica de tais variáveis (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 48).

Os autores mostraram que no Brasil duas visões distintas predominavam no país sobre a modernização da agricultura, sobre o aumento da produtividade: uma via reforma agrária, e outra pela adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem resolver a questão fundiária.

Num contexto de ditadura militar, com ideais que justificaram o Golpe Civil e Militar de 1964 com argumentos “anticomunistas” que poderia ser substituído por “mantenedores da desigualdade socioeconômica e dos privilégios de uma minoria” e para isso acusaram todos que se opunham de “comunista”, obviamente:

Sem nenhuma surpresa, o Governo Militar adotaria a opção de manter a estrutura do latifúndio e assumiria as bases do modelo da Revolução Verde, via pacotes. Essa postura vai ser muito questionada por seus críticos que vão chamá-la de modernização conservadora (ROSA, 1999), contudo, vale o registro de que a ideia de uma

modernização conservadora diria respeito à estrutura fundiária; pois, como ressalta Oliveira (2001), o latifúndio não é a única variável a ser analisada para admitir que o campo está marcado por um processo de modernização na medida em que, apesar de existir um relativo aumento no número de estabelecimentos que consumiram insumos, este número não é maior do que aqueles que não fizeram uso de tais insumos no país (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 48).

O governo agiu proativamente para a implantação da Revolução Verde no território nacional, com:

- divulgação das propostas e investimentos;
- concessão de espaços para os organismos internacionais;
- envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior a fim de serem treinados e vinda de técnicos desses centros internacionais para efetuarem treinamentos no Brasil;
- atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas. Chegaram a Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Unon Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia, entre outras;
- criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil, para “adequarem os produtos” à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), EMBRATER (Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisa também com a mesma finalidade;
- estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas;
- reformulação do papel do Banco do Brasil, passando a ser um órgão financiador por excelência desse novo modelo (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001, p. 17 *apud* ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 49).

Houve a preferência às monoculturas do tipo de exportação, como milho, soja, algodão, arroz e cana-de-açúcar, este também para o Proálcool. A ideologia implantada foi a de beneficiar uma sociedade agrária do latifúndio, da monocultura, da concentração de terras e de riquezas. Ademais:

[...] os impactos ambientais, econômicos e sociais acarretados pela modernização da agricultura baseiam-se no uso intensivo dos pacotes tecnológicos, na mecanização do trabalho, na união entre agricultura e indústria, na seleção das espécies, na monocultura, no latifúndio e no consumismo desmedido, principalmente dos países desenvolvidos. Com relação à questão ambiental, pode-se destacar a erosão genética como sendo um dos processos de degradação provocado pela seleção das espécies e pelo desmatamento. O processo de modernização na agricultura acentuou a extinção de espécies, tanto animais, quanto vegetais, por ter se dedicado a produtos, economicamente mais rentáveis. Estimativas realizadas pelo *Worldwatch Institute, USA* mostram que a erosão genética, hoje, é de uma espécie a cada hora (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001) (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 50).

E como os autores também observam, houve desmatamento de vastas áreas para serem destinados a monoculturas, acarretando proliferação de pragas devido à, principalmente, eliminação de predadores naturais de certas pragas. Assim, para combater as pragas que destroem as monoculturas, fez-se uso intensivo de agrotóxicos. Isso, por sua vez, aumenta a resistência de certas pragas, demandando mais uso de agrotóxicos (ANDRADES; GANIMI,

2007).

Entramos num ciclo devido ao consumo desses insumos de contaminação de todo o ecossistema, como o solo, os rios, os animais, por exemplo. Impactos ambientais e sociais!

[...] a Revolução Verde causou profundos impactos ao meio ambiente, mas não se pode esquecer de que o homem, apesar de causador desses impactos, também sofre com as consequências de suas ações, tanto como ser biológico, quanto como ser social. Biologicamente, ou seja, a saúde do homem, também sofre com tal modelo, haja vista que o homem é consumidor direto de tais alimentos. O consumo sistemático de alimentos contaminados por agrotóxicos, ao longo da vida, leva a doenças perigosíssimas, como, por exemplo, o câncer, todavia somente as pesquisas mais recentes atentaram para a estreita relação entre o consumo de tais alimentos e essa doença (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 52).

Acrescenta-se a isso, as mortes ou os danos às vidas dos trabalhadores rurais (como câncer, lesões hepáticas e renais, distúrbios mentais e doenças respiratórias, por exemplo) e/ou o endividamento, quando esses trabalhadores tinham acesso aos créditos, para compra de insumos (agroquímicos e/ou maquinários), com uma propaganda que mais persuadia do que trazia benefícios aos trabalhadores rurais, aos pequenos agricultores com a Revolução Verde. Assim, do ponto de vista social, esse processo de modernização aumentou o fosso da desigualdade: não bastavam as dívidas, a morte ou as doenças, a política também era excludente e desigual. Os latifundiários e outros poucos produtores eram privilegiados, contrastando com a exclusão (e aumento dela) de vários pequenos produtores familiares. Não por acaso temos um êxodo rural que inverteu a concentração da população rural vs. população urbana em décadas no Brasil, processo que levou séculos em outros países.

Além do financiamento não beneficiar de forma democrática a modernização do campo, houve “intenso processo de expropriação no campo, conseqüentemente levou ao aumento da concentração fundiária e da concentração de renda” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 52). E a mecanização também acentuou o desemprego no campo, devido à intensificação tecnológica e poupadora de mão-de-obra. Assim:

Com a falta de incentivos na agricultura, os agricultores migram para a cidade, gerando uma massa de desempregados que se sujeitam, muitas vezes, a trabalhos com baixa remuneração. Segundo Hermes e Valente (2006), as migrações têm várias causas, sendo a principal o descontentamento econômico, o desejo de algo novo, a busca pelo lucro financeiro, um melhor modo de vida, um emprego mais favorável, ou ainda, uma melhor moradia. Esse processo migratório pode ser temporário ou definitivo, interno ou externo, dependendo do objetivo e da necessidade de cada grupo populacional (FONSECA et al. 2015, p. 236).

E essa urbanização obviamente aumentou a pobreza nas cidades:

Os produtores expropriados de suas terras vão migrar para as cidades grandes, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, trabalhar em empregos de baixa remuneração ou na informalidade ou, na pior das hipóteses, atuarão para aumentar a criminalidade. Populações migrantes, muitas vezes analfabetas, vão viver em

condições extremamente precárias em favelas ou nas periferias das grandes cidades (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 53).

Houve então benefícios ao modelo latifundiário, agroexportador, sem haver benefícios sociais visando à melhoria da qualidade de vida da maioria da população, “à geração de empregos, à infraestrutura produtiva, entre outras prioridades” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 54):

Além disso, outros atores que ganham com a Revolução Verde são os poucos estabelecimentos latifundiários/patronais, através da venda dos produtos e pela mais-valia absoluta e/ou relativa. Por fim, são beneficiadas também as empresas que desenvolvem os pacotes tecnológicos para *alimentar* os estabelecimentos (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 54).

E como concluem os autores:

Como pôde ser observado, apesar do aumento da produtividade, fatores como: deterioração das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, diminuição da biodiversidade e da biomassa, são alguns dos elevados custos sociais, econômicos e ambientais provocados pela Revolução Verde no país. Assim se pode verificar a falência desse modelo (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 54-55).

Sobre o êxodo rural, Fonseca et al. (2015) também o relaciona com a falta de investimentos financeiros aos pequenos agricultores. Assim, por enfrentar inúmeras dificuldades no meio rural, o homem do campo acaba migrando para as grandes cidades sem necessariamente encontrar melhores condições para sua sobrevivência.

Temos, então, não apenas a explicação do êxodo rural intenso ocorrido no Brasil entre 1930 e 1980 devido à Revolução Verde, mas a explicação também da intensificação do processo estrutural impactando parte da população ainda mais afetada pelo alijamento histórico das políticas públicas. Fonseca et al. (2015) então sugere que população do campo poderia ter políticas públicas para beneficiar o trabalhador rural e a população urbana, tais como o incentivo às hortas comunitárias, por exemplo.

Concluimos esta subseção comparando os *enclosures* na Inglaterra com a Revolução Verde no Brasil, ao verificar que em ambos houve expropriação do camponês, êxodo rural e aumento da pobreza nos centros urbanos, sendo no Brasil o processo intensificado em décadas, enquanto na Europa, o êxodo rural ocorreu ao longo de séculos.

Acrescentamos que houve concentração fundiária monocultora, provocando deterioração do solo, por exemplo, além das perdas sociais, econômicas para parte da população que sofre com estruturas históricas.

V.1.2. *Alimento como mercadoria: commodities*

Como vimos, a Revolução Verde beneficiou justamente a produção de *commodities*, além da concentração fundiária, do êxodo rural, da pobreza estrutural, entre outros fatos já mencionados ou que serão mais bem abordados.

Entendamos nesta subseção o que são *commodities*. Segundo Martins (2009), “*commodity*, por definição, é uma mercadoria padronizada e de baixo valor agregado, produzida por diferentes produtores e comercializada em nível mundial, cuja oferta e demanda são praticamente inelásticas no curto prazo e cujos preços são definidos pelo mercado” (MARTINS, 2009, p. 7).

Como Paulo Sandroni define no seu dicionário de economia:

O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc. Alguns centros se notabilizaram como importantes mercados desses produtos (*commodity exchange*). Londres, pela tradição colonial e comercial britânica, é um dos mais antigos centros de compra e venda de *commodities*, grande parte das quais nem sequer passa por seu porto (SANDRONI, 2005, p. 165).

Somente uma brevíssima retrospectiva histórica do Brasil, sua história é marcada pela economia agroexportadora. De 1500 a 1530, na fase extrativista, teve seu primeiro ciclo econômico, o do pau-brasil. Com a colonização propriamente dita, a partir de 1530, começam as monoculturas para abastecimento da metrópole, mediante o pacto colonial, no qual Portugal era monopsonio da colônia portuguesa na América, ou seja, o único comprador dos produtos dela, assim como Portugal exercia o monopólio sobre a colônia, isto é, era o único vendedor a ela. Além de não ter favorecido historicamente a formação, ou o fortalecimento, de um mercado consumidor interno, o foco brasileiro era a produção de *commodities*. Quando começou a “colonização” do território ultramarino da América portuguesa, adotou-se a colonização via capitânicas hereditárias nas quais a concentração de terras era inerente ao modelo, além da monocultura. Houve então monoculturas agroexportadoras da cana-de-açúcar, do algodão, e de permeio a extração do ouro, que é um produto primário, mineral. No Brasil Império, prevaleceu a monocultura do café. Na República Velha, predominavam a da cafeicultura, surgindo também a oligarquia pecuária-leiteira, alternando o poder entre São Paulo e Minas Gerais na República *Café com Leite* (de 1889 a 1930), período em que também houve o breve e intenso ciclo da borracha, na Região Amazônica.

Com Getúlio Vargas, estabeleceu-se um projeto de industrializar o Brasil, ideias desenvolvimentistas que coincidem com parte dos ideais de Josué de Castro. Esse processo de

industrialização persistiu até a década de 1980, quando “o Estado brasileiro entrou numa crise financeira e fiscal, que determinou uma estrutura econômica, com o esgotamento do modelo de substituição de importações” (PIRES; SANTOS, 2013, p. 7), via a industrialização endógena.

Em crise, o modelo de desenvolvimento do período 1960-1980 – baseado na expansão da agropecuária, na substituição das importações, na urbanização e na industrialização – deu lugar ao *market-friendly approach*, pois o mercado se tornou a principal instituição responsável pela alocação e distribuição dos fatores produtivos entre os agentes econômicos. Seguiram-se transformações estruturais e institucionais que consolidaram um padrão de desenvolvimento alicerçado nas diretrizes delineadas pelo Consenso de Washington. Nos últimos trinta anos, este padrão foi embebido por uma lógica de acumulação de capital regida pela financeirização da produção de *commodities* e pela globalização dos mercados (UNCTAD, 2008) (PIRES; SANTOS, 2013, p. 7-8).

Sem procurar explicar a crise do modelo de desenvolvimento que vigeu de 1960 a 1980, adotado pelo regime ditatorial que interrompeu as Reformas de Base⁶³, caracterizada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações, entendamos um pouco o que foi o Consenso de Washington, pois impacta diretamente no final do século XX e no início do século XXI.

Conjunto de trabalhos e resultado de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C. no início dos anos 90. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional. O resultado mais importante dessas políticas (pelo menos no que se refere à América Latina) tem sido o êxito no combate à inflação nos países em que, durante os anos 80 e mesmo no início dos anos 90, ela atingia níveis intoleráveis. Além disso, o livre funcionamento dos mercados, com a eliminação de regulamentações e intervenções governamentais, também tem sido uma das molas-mestras dessas recomendações. Embora os países que seguiram tal receituário tenham sido bem-sucedidos no combate à inflação, no plano social as consequências foram desalentadoras: um misto de desemprego, recessão e baixos salários, conjugado com um crescimento econômico insuficiente, revela a outra face dessa moeda. Na medida em que alguns países, como a China, por exemplo, têm combinado inflação baixa com crescimento econômico acelerado (SANDRONI, 2005, p. 179).

Com a liberalização da economia, sobretudo a partir da década de 1990, o padrão de desenvolvimento adotado a partir de então tem aprofundado as reformas na estrutura econômica, “com as privatizações na produção de *commodities* minerais”, modificando a inserção da economia brasileira no mercado globalizado, consolidando-se na “integração do Brasil aos

⁶³ Conforme define Paulo Sandroni no seu dicionário de economia: “Reformas de Base refere-se ao conjunto de mudanças na ordem socioeconômica do Brasil que eram reivindicadas durante o governo de João Goulart (1961-1964). Entre essas modificações destacam-se as reformas agrária, urbana, universitária e tributária, além da nacionalização de vários setores industriais (como energia elétrica, refinarias de petróleo, indústria químico-farmacêutica) e da limitação da remessa de lucros para o exterior. O movimento pelas reformas de base foi interrompido com a deposição de Goulart em abril de 1964” (SANDRONI, 2005, p. 717).

fluxos de comércio e finanças internacionais, o qual se materializou nas reformas das contas comerciais, de capital e financeira do balanço de pagamentos” (PIRES; SANTOS, 2013, p. 8).

Entretanto, a integração da economia brasileira aos mercados globalizados ocorreu com estruturas econômicas e produtivas de maturações tecnológicas díspares, as quais são fruto do processo de modernização desta economia. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 2010a), as estruturas que sustentam a produção de riqueza e renda no Brasil estão determinadas por uma heterogeneidade estrutural e produtiva condicionada por “setores de produtividade laboral média e alta e um conjunto de segmentos em que a produtividade de mão de obra é muito baixa” (Cepal, 2010a, p. 91, tradução nossa). Esta concepção explica, em parte, as singularidades dos fenômenos econômicos em economias em desenvolvimento como a brasileira e países comparáveis na América Latina, do mesmo modo assinalado por Furtado (2009). Para o autor, a principal consequência da falta de sincronização da estrutura produtiva nacional recai no balanço de pagamentos, especialmente em momentos de expansão do produto. Para Filgueiras et al. (2010), ocorrem instabilidades e vulnerabilidades no modelo, mesmo com balanço comercial positivo (PIRES; SANTOS, 2013, p. 9).

No Brasil, implantou-se o Plano Real (em 1994), estabilizando a moeda, pela primeira vez na história do país, mas sob a égide de políticas que a mantiveram “forte” perante ao dólar de forma artificial e pouco duradoura, até a eclosão da crise cambial, enfrentada com a adoção do câmbio flutuante a partir de 1999.

Nesse contexto, o desenvolvimento da agricultura teve papel central para carrear, junto com a conta financeira e de capital, as divisas em moedas fortes para corrigir os desequilíbrios do balanço de pagamentos da economia nacional. Para tanto, o modelo de desenvolvimento rural que foi se consolidando no período posterior aos anos 1980 primou, cada vez mais, pela produção de *commodities* agrícolas (PIRES; SANTOS, 2013, p. 12).

E para buscar o equilíbrio no balanço de pagamentos, ao menos na balança comercial (que conseguia ser superavitária), o governo incentivou a expansão das *commodities*. E Pires e Santos (2013) destacam sobretudo grão de soja, café não torrado em grãos e milho em grãos como os principais produtos de uma cesta de *commodities* agrícolas, fazendo uma crítica contundente:

Para uma estratégia de inserção internacional de longo prazo, o modelo de exportações brasileiro, além de estar concentrado em poucas *commodities*, sujeita-se sempre à hipótese de desenvolvimento demasiadamente centrado em produtos de baixo valor relativo no mercado, dependente de grandes áreas de produção e demandante de grande infraestrutura. [...] (PIRES; SANTOS, 2013, p. 27).

Paula, Santos e Pereira (2015) mostram como houve financeirização nas *commodities* agrícolas e como isso impacta o sistema agroalimentar.

A expansão geográfica dos sistemas agroalimentares, ao longo de mais de três décadas, conduzida por capitais multinacionais e amparada por uma crescente liberalização dos mercados, lançou as bases para uma aproximação entre o comércio e o sistema financeiro e para o processo de globalização. Com isso, os preços agrícolas deixaram de responder apenas aos estímulos da esfera real de oferta e demanda, e passaram a refletir a crescente conversão das *commodities* em ativos criados e negociados na esfera financeira. Para entender essa simbiose entre a lógica financeira e o mundo real

das transações comerciais, cumpre dar atenção inicialmente à formação de um circuito financeiro global e sua expansão rumo ao sistema agroalimentar. Essa gradual metamorfose das *commodities* em derivativos teve início nas operações de mercado futuro, cuja função estabilizadora inicial foi descaracterizada na medida em que passou a atrair investidores não situados na comercialização de estoques físicos. Embora os fundamentos do mercado sejam importantes para entender esse contexto, deve-se atentar para os mecanismos através dos quais a lógica financeira passou a influenciar preços e expectativas, levando a um alheamento das *commodities* agrícolas de sua função precípua de abastecimento alimentar. Consequentemente, o sistema agroalimentar é reestruturado em nível global, com sérias implicações para o comércio mundial e especificamente para países cuja capacidade produtiva é incapaz de evitar riscos de insegurança alimentar e cuja economia não tem poder competitivo suficiente para dar estabilidade ao abastecimento alimentar através de importações (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015, p. 295).

A crise financeira (devido à falência do sistema de Bretton Woods), a globalização, sobretudo a partir da década de 1980 sob uma lógica neoliberal, a desintegração da URSS, alteraram a “configuração mundial” até então conhecida.

Conforme os três autores destacam, as intensas mudanças tecnológicas, a internacionalização do capital agroindustrial, a mudança no padrão de consumo impactou o segundo regime alimentar (de que falaremos na próxima subseção), sob a hegemonia dos Estados Unidos:

[...] No início dos anos 1970, a supremacia agrícola dos EUA, amparada em seu poder hegemônico (TUBIANA, 1989; FRIEDMANN, 1993) deu lugar a um quadro de instabilidade crônica marcado pela replicação global do modelo agroindustrial americano, pela entrada de novos competidores no mercado agrícola, pelo enfraquecimento do dólar e pela alta dos preços de matérias-primas. Iniciava-se assim um período de escassez e alta de preços para os quais contribuíram sucessivas frustrações de safra na agricultura soviética que causaram importações de trigo dos EUA, numa negociação conhecida como “o grande roubo de grãos”. Em segundo lugar, o aumento expressivo do preço do petróleo e do fosfato rochoso produzido no Marrocos afetou diretamente o preço dos fertilizantes. Em terceiro, a relação entre oferta e demanda foi desequilibrada pelo crescimento populacional e uma massiva migração rural-urbana nos países menos desenvolvidos. Por fim, destaque-se o papel da intermediação e da especulação, envolvendo práticas de *hedging* contra riscos e controle de oferta por grandes corporações multinacionais (HORTON, 2009) (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015, p. 296-297).

Enfim, Paula, Santos e Pereira (2015) chamam atenção para a evolução do mercado agrícola internacional, sobretudo após os anos da década de 1970, influenciado pelo modelo de produção e consumo estadunidense além da sua difusão global, além das políticas que incitavam a liberalização da economia, o que ficou conhecido como neoliberalismo.

[...] O quadro regulatório assim formado contribuiu para a integração dos mercados, tanto em termos geográficos quanto entre atividades comerciais e financeiras, em cujo contexto as *commodities* agrícolas foram convertidas em ativos, quando grandes bancos e similares identificaram nas transações comerciais de alimentos uma oportunidade para aumentar seus ganhos em condições de baixo risco e alta liquidez (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015, p. 309).

Os mercados de *commodities* têm se convertido “em fontes de ganhos de agentes

estranhos ao sistema produtivo e comercial agrícola” (PAULA; SANTOS, PEREIRA, 2015, p. 309). Assim sendo, os autores veem a seguinte consequência perversa ao abastecimento alimentar:

[...] a *financeirização* do comércio agrícola pode propiciar uma combinação nefasta entre aumento da população subnutrida e expectativas de maiores ganhos na órbita financeira. A profusão de contratos futuros, paralela a baixas taxas de juros nas economias mundiais e a efetiva depreciação do dólar, fez das *commodities* agrícolas ativos financeiros atraentes aos olhos dos grandes bancos e, subsequentemente, de investidores em busca de opções seguras num contexto de incertezas resguardadas por uma estrutura de regulação permissiva (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015, p. 310).

Ou seja, transformarmos o comércio agrícola em ativos financeiros, para dar lucro, não para alimentar as pessoas e os animais. Ou pior, para dizer que estamos alimentando as populações, mudamos seus regimes alimentares.

Como Antonio Hespanhol e Rosangela Hespanhol (2010) ressaltam, a insegurança alimentar tem causas estruturais. Entre 1960 e 2000, a população do planeta dobrou, e a produção de alimentos mais que dobrou, tendo um crescimento de duas vezes e meia, o que proporcionou certa melhoria nos níveis de nutrição *per capita* da população mundial. Mas para eles, persistem a fome, a subnutrição mais por um problema na distribuição do que de indisponibilidade de alimentos. E os autores apresentam sete fatores conjunturais que explicam a elevação dos preços das *commodities* agrícolas:

- a) redução da oferta de produtos alimentares no mercado mundial;
- b) ampliação da demanda de produtos agroalimentares não acompanhada da expansão da oferta;
- c) elevação dos preços do petróleo;
- d) competição por áreas entre os cultivos de alimentos e de outras matérias-primas agroindustriais, inclusive de biocombustíveis;
- e) redução dos estoques públicos de alimentos;
- f) especulação com *commodities* agrícolas nas principais bolsas de valores;
- g) controle do mercado internacional de *commodities* e insumos agrícolas por um número reduzido de grandes corporações transnacionais.

Se nas décadas de 1960 a 2000 houvera redução nos preços dos alimentos, a primeira década do século XXI apresentou aumento nos preços devido às razões supra-apresentadas, aumentando a insegurança alimentar, as fomes (absolutas e ocultas).

As políticas neoliberais impostas pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial) e o conseqüente enfraquecimento dos Estados nacionais, a partir dos anos 1990, deixaram os mercados à mercê da ação de grandes corporações transnacionais. No caso dos insumos agrícolas e dos cereais, poucas empresas multinacionais dominam o mercado mundial e têm condições de manipular a oferta e os preços de acordo com os seus interesses (HESPANHOL; HESPANHOL, 2010, p. 91).

Como ressaltam Neukirchen, Alves e Plein (2018), a Revolução Verde possibilitou alterar a forma de produção da agricultura brasileira, em que a Balança Comercial

agroexportadora teve um ganho econômico, tornando o Brasil um dos maiores produtores de *commodities* para exportação. “Cumpra ressaltar que no processo introduzido pela Revolução Verde as sementes são produzidas para a dependência do uso de agrotóxicos, evidenciando assim, uma garantia produtiva disponível nos pactos tecnológicos”, de “exclusividade de comercialização, fidelização dos produtores, alta lucratividade e formatando um mercado oligopolista para as empresas líderes no cenário mundial” (NEUKIRCHEN; ALVES; PLEIN, 2018, p. 104).

Os autores apresentam alguns prejuízos socioeconômicos e ambientais da produção de *commodities*. Com a elevada taxa de urbanização, a população fica mais alheia aos problemas ambientais. E, por isso:

[...] deve-se agregar as diferentes áreas sob o argumento de que é preciso mudar o comportamento do ser humano para chamar a atenção aos prejuízos ambientais. No tocante a esse aspecto, pode-se citar a Ação Direta de Omissão que os Estados estão movendo contra a União, cujo principal aspecto visa a redução das receitas das Unidades Federativas, entretanto, se não houvesse esse prejuízo, as demais consequências, como os efeitos adversos ao meio ambiente e a saúde humana, talvez não motivassem o confronto entre as esferas de poder no país (NEUKIRCHEN; ALVES; PLEIN, 2018, p. 110).

E não apenas temos as *commodities* agrícolas, mas também o aumento da produção pecuária com incitação ao aumento do consumo de carne. Sobre a produção de gado, além dos impactos do superconsumo sarcófágico na saúde humana, destacamos as condições não naturais a que a pecuária é submetida (IANNI, 2011) e os impactos no meio ambiente: seja com desmatamento para os pastos (RATTNER, 2011), seja na emissão de metano (RATTNER, 2011), aumentando o buraco na camada de ozônio (RATTNER, 2011), seja no surgimento de novos vírus, novas doenças para o gado e para os humanos, criados pelos próprios humanos (IANNI, 2011).

Em suma, aumentamos a produção de *commodities*, sem resolver o problema da alimentação. Pelo contrário! Valorizamos as *commodities* como uma mercadoria, um investimento capitalista. Consequentemente, aumentam as especulações fundiárias, a monocultura, e as propriedades rurais alteram sua finalidade de produzir alimentos. O que também tem agravado os impactos socioeconômicos e ambientais.

V.1.3. Os regimes alimentares

Já vimos neste capítulo que a Revolução Verde, as *commodities* e os regimes alimentares estão intrinsecamente relacionados. Foquemos os regimes alimentares, iniciando em Max. Sorre.

Para Sorre (1951) o regime alimentar visto pelo geógrafo refere-se à combinação de alimentos, produzidos no seu território ou adquiridos por trocas, que satisfaz os gostos de um grupo, num determinado conjunto de condições de vida, correspondendo a uma norma por assegurar a existência desse grupo de pessoas. Conceito esse que difere da noção médica do regime alimentar, que tem um caráter individual, sendo concebido em função de um temperamento definido (SORRE, 1951).

Existem, pois, três categorias de regimes alimentares: a primeira é a dos elementos dos regimes alimentares que são essenciais, sendo os alimentos básicos característicos de certo grupo. A segunda categoria se refere aos alimentos que completam ou substituem a alimentação quando há escassez da primeira categoria, isto é, agem como produtos substitutos. Já a terceira categoria corresponde aos alimentos de luxo, cujo consumo não satisfaz nenhuma necessidade fisiológica e podem ser retirados do regime sem prejuízo (SORRE, 1951).

Especificando a sobrevivência dos regimes alimentares primitivos, Sorre (1951, 2018) detalha a composição deles em várias condições geográficas, em distintos grupos humanos, destacando a presença de carboidratos, lipídios e proteínas. Na ausência de criação de mamíferos para fornecimento de proteína animal, há o consumo de vermes, insetos, anelídeos, répteis entre outros seres do reino animal. E faz uma descrição detalhada em vários territórios do globo, relatando o que acontece em épocas de escassez, até mesmo, em casos extremos, a antropofagia em alguns povos.

Há os regimes alimentares com predominância muito marcante de um elemento. Assim temos os *a.* Regimes alimentares dos caçadores e dos pescadores; *b.* Regimes alimentares dos criadores nômades; e *c.* Alimentação vegetal dominante (SORRE, 1951).

Atendo-nos aos regimes do “homem branco”⁶⁴, temos os regimes não urbanos, que o autor divide em *a. regime mediterrâneo* (composto pela combinação do trigo, da vinha e da oliveira), *b. regimes da Europa centro-oriental* (que fazem uso de manteiga em vez do azeite, consomem sopas, mingaus, entre outros alimentos, como carnes bovinas e suínas, batatas, laticínios, por exemplo), *c. regimes da Europa ocidental* [com a presença de pães de centeio, trigo, cevada ou aveia, “regime alimentar à base de pão com legumes e vegetais, uma comida animal em que ave de criação e o porco são as fontes principais (SORRE, 2018, p. 42)], e *d.*

⁶⁴ Lembrando o contexto histórico no qual Sorre está inserido, quando havia enorme preocupação em classificar os povos por etnias, além de ele ter vivido em solo europeu a Segunda Guerra Mundial, na qual povos foram dizimados, por não serem “arianos”. Aqui entenda-se como homem branco o europeu, porque já sabemos que geneticamente não há raças, que esse conceito é social e, na maioria das vezes, contextualizado pela dialética do racismo/antirracismo.

regime alimentar das populações brancas das duas Américas.

[...] Tentar classificar os tipos de alimentação na Europa e nas regiões temperadas colonizadas pelos europeus é um empreendimento que deixa pouca esperança de êxito. Depois de ter marcado durante séculos uma relativa estabilidade, certa uniformidade na pobreza, – essa estabilidade por trás da qual, porém, nós percebemos uma evolução lenta, – a alimentação das massas se transforma na frente dos nossos olhos com uma rapidez surpreendente. Todos os higienistas concordam nesse ponto: uma verdadeira revolução, e de alcance profundo, aconteceu em algumas gerações, e nós ainda não podemos medir a extensão de suas consequências. Dois fatores contribuíram para tanto: a elevação rápida dos níveis de vida e a expansão das influências urbanas. A revolução começou nas cidades, onde se juntam os produtos do solo em favor do progresso dos transportes. Ela se propagou, a princípio lentamente, em seguida com uma velocidade acelerada ao longo das últimas décadas. Ao mesmo tempo que ela atenuou as diferenças de região para região, suprime o que distinguia a alimentação das classes. E introduziu, além disso, uma grande quantidade de alimentos novos (SORRE, 2018, p. 37-38).

Ressaltamos aqui parte da explicação dos regimes alimentares descritos por Sorre na Europa ocidental, na qual há a descrição da França:

[...] O meio geográfico influencia bastante, mas também a curiosidade tanto das classes médias, quanto as classes ricas, tem um certo gosto bem difundido de finalização e de perfeição. O refinamento do paladar é uma expressão da cultura. No nosso país, a cultura anda lado a lado com a sociabilidade. A importância da refeição do meio-dia, tão característica de um dia francês, tem um valor de um símbolo. Até para os trabalhadores, a reunião ao redor da mesa familiar é acompanhada do prazer do paladar. Apesar da alteração desses costumes sob a influência do trabalho da mulher, muito dessa vida tradicional permanece. O suficiente para justificar o julgamento dado por A. Young há mais de um século e meio: “os franceses foram vistos geralmente pelo resto da Europa como o povo que tinha feito mais progresso na arte de viver... só existe uma opinião sobre a cozinha deles” (SORRE, 2018, p. 42).

Fica clara a relação cultural distinta dos franceses em relação à alimentação, que tem o consumo dos produtos franceses. É cultural para os franceses comer o alimento produzido na França e mesmo exigir que seja de uma determinada região, em detrimento do alimento de outra, ainda que francesa. É aqui que entendemos o conceito de *terroir*. Segundo Gilles Fumey (2010), o termo *terroir* não se restringe aos produtos alimentares, pois podem referir-se a perfumes, tecidos etc. Todavia:

[...] O uso francês da palavra “*terroir*” significa essencialmente designar um espaço geográfico limitado, definido por uma comunidade humana que construiu historicamente um conjunto de traços culturais distintos, conhecimentos, práticas agrícolas e técnicas. Este saber-fazer é original, no sentido forte do termo, típico e, como tal, pode ser reconhecido pelos homens que nele vivem. Os *terroirs* não são conservatórios, mas espaços vivos e inovadores que não podem ser assimilados apenas pela tradição (FUMEY, 2010, p. 111-112, tradução nossa).

Desta forma,

[...] O comedor pode ser positivo sobre o produto porque sabe quem fez esse produto, ele come a terra, o modo de vida, a pessoa que fez o produto, ele constrói uma relação positiva com o alimento. Mas a rotulagem pelo *terroirs* preocupa mais os produtores do que os consumidores, porque a informação sobre os *terroirs* nunca são óbvias. Isso implica que o comedor está ciente de sua identidade, que o liga à terra. No sul da Europa, inclusive na França, essa ligação é frequente, com consonâncias simbólicas

sobre “o autêntico” apoiadas por um discurso que valoriza o tempo. O resto é artificial. A alimentação é um elemento de cultura para os antropólogos, vai além da simples nutrição, da físico-química, da biologia, ela impõe o modo de vida e a cultura local. [...] (FUMEY, 2010, p. 112, tradução nossa).

Conceito esse não abordado em Sorre, mas que introduzimos a partir do desenvolvimento e da atualização do que Sorre observou a partir de 1943, sobre os regimes alimentares franceses. Sorre prossegue sobre essa especificidade:

Entre as variantes que o regime alimentar uniforme tem como essencial, a das populações litorâneas é digna de nota. Não significa que os produtos da pesca ou da colheita tenham um espaço tão grande para os ictiófagos, todavia entram como uma parte significativa na alimentação familiar. Uma preparação como a sopa de peixe é particular às famílias de pescadores. O alimento de base ainda serve de ponto de partida aos pratos de alto sabor como a *bouillabaisse*. Mas essas particularidades alimentares permanecem confinadas ao litoral. Ficamos chocados, não somente pelo pequeno espaço que tem o peixe na alimentação geral, quando se compara França a Inglaterra, mas também com a lentidão dos progressos do seu consumo, apesar das maiores facilidades do transporte, a abundância da oferta e a organização do mercado. O francês, conservador, continua ligado aos produtos de seu solo. Essa resistência era sensível, faz pouco tempo, em nossos internatos dos meios rurais (SORRE, 2018, p. 42).

Importante aqui é o que ele já constata em 1943 sobre a alimentação do Reino Unido da Grã-Bretanha:

[...] a alimentação no Reino Unido apresenta características marcantes. Primeiramente, a função persistente de cereais como a cevada e a aveia, relacionada com a latitude. Em seguida, a função do trigo, desde o século XVII. Depois, a ordem das refeições, tão característica da vida inglesa: o *breakfast*, o *luncheon*, o chá, o jantar. O dia começa com uma refeição sólida e consistente rica em proteínas animais (ovos, bacon, *haddock*) e em glicídios. As estatísticas acusam a taxa elevada do consumo de carne: a parte dos bovinos, a dos ovinos e a dos suínos se equilibram, diferentemente do que acontece na Alemanha, onde a carne do porco representa dois terços do total. As pesquisas enfatizam a elevada taxa de consumo de açúcar e de laticínios e, de uma maneira geral, o nível elevado de vida generalizado em favor de um comércio de importação que drena os produtos do Império e do mundo. [...] (SORRE, 2018, p. 43).

Sobre o regime alimentar das populações brancas nas duas Américas⁶⁵, Sorre afirma:

O quadro alimentar do norte-americano permanece igual ao do anglo-saxão. A ordem geral das refeições é a mesma. O *breakfast*, rico em matérias açucaradas, em gordura (leite e laticínios), em albuminas (ovos e carne), é uma parte essencial assim como na Inglaterra. Os produtos de origem animal, carne e laticínios, rapidamente equilibraram no resultado energético os produtos de origem vegetal. Bem perto de 40% das calorias, no resultado energético de origem animal. Curiosa combinação, onde os mingaus do escocês e do irlandês assemelham-se ao milho torrado do indiano, com a carne em conserva proveniente dos abatedouros de Chicago, com as frutas padronizadas da Califórnia, com o açúcar de bordo. Sua riqueza em glicídios, em forma de açúcar puro ou de frutose, é impressionante. O americano é muito sensível às prescrições da ciência. Ele as considera em seus aspectos pragmáticos. Assim, os Estados Unidos são um país onde a propaganda para um regime alimentar racional mais tem chance de sucesso. A diminuição bem-marcada da carne, – principalmente a do boi, – ao mesmo

⁶⁵ Entenda-se aqui a população dos Estados Unidos e da Argentina, países americanos com grande migração europeia. Embora o Brasil e outros países da América do Sul e da América Central tenham grande influência europeia, sejam, por isso, eurocêtricos, esse conhecimento parece não ser consenso para a população mundial, inclusive para os franceses.

tempo que de cereais, aumentando o consumo das frutas e dos legumes, deve ser atribuído a esse regime racional.

Um forte consumo de carne caracteriza também a alimentação na Argentina. É o país no mundo onde esse consumo é o mais elevado. O caso da Argentina não é evidentemente o dos Estados Unidos, o da Austrália e o da Nova Zelândia, onde vemos facilmente a influência anglo-saxã. Pensamos mais no legado do gaúcho, grande comedor de carne seca, e na abundância dos produtos animais em um país que é um dos grandes fornecedores de carne congelada da Europa. Esse regime precisa de corretivos. Os homens do Prata encontraram um corretivo na absorção de uma grande quantidade de mate, infusão tônica e excitante, cujo consumo abusivo traz inconvenientes (SORRE, 2018, p. 43-44).

Como vemos nesses parágrafos, o regime alimentar anglo-saxão chega à América do Norte e o consumo de carne nas Américas é elevado.

Citamos outra obra de Fumey (2020), porque o *breakfast*, invenção dos ingleses e dos estadunidenses no século XIX, domina várias culturas do mundo. O café da manhã, o *dejejum*, o *petit-déjeuner*, segundo Fumey (2020) não é universal nem segue um padrão único, existindo aqueles compostos por alimentos salgados, ou por alimentos açucarados, ou que não são realizados por algumas culturas (como a italiana, por exemplo). Mas há um estímulo da indústria alimentícia para que ocorra o *dejejum*. Em francês, o café da manhã se chama *petit-déjeuner* enquanto o almoço se chama *déjeuner*. E se há quem defenda esse *dejejum* matinal, há quem o condene. Isto é, não há um consenso entre os médicos nem entre os nutricionistas. Podemos observar que os estadunidenses, por exemplo, sofrem com a pandemia da obesidade, e são os que têm o *breakfast* contendo cereais, suco de laranja, alimentos lácteos e de carne que “invadiu todas as refeições, inclusive o café da manhã, dos países anglo-saxões” (FUMEY, 2020, p. 58, tradução nossa).

Assim, temos a variedade dos regimes alimentares, como distinção das classes consumidoras, tendo Sorre salientado o alto consumo das substâncias de origem animal na alimentação urbana. Segundo ele, muitos fatores intervêm no aumento do consumo de carne, como as profundas transformações na economia rural e na técnica agrícola, desde a metade do século XVIII (como os progressos da zootecnia, paralelos à ampliação e à transformação dos mercados). Logo, o estímulo da demanda aumentada, com o aumento da oferta, possibilitou o aumento desse consumo. Entretanto, é determinante a urbanização crescente, como ele demonstrou com dados quantitativos no período de 1930-1934.

A proveniência dos elementos desse regime é de uma variedade extrema, sem distinção de classe consumidora. O cardápio de um restaurante em Paris é um epítome da produção no mundo. Os frutos da zona tropical, com exceção daqueles cuja conservação e o transporte são impossíveis, assemelham-se aos da zona temperada. As frutas cítricas que ainda eram um luxo há menos de meio século, a banana, que era então pouco conhecida, entram no uso cotidiano em condição fresca. E essa variedade tem tendência a se tornar mais e mais uniforme durante o ano, tanto graças aos

progressos do transporte de alimentos perecíveis quanto graças aos prodígios da horticultura. As gerações que nos precedem conheciam cardápios sazonais, e o calendário do cozinheiro se baseava no do jardineiro. Contudo as estações se alongaram nas suas duas extremidades. E as conservas intervieram (SORRE, 2018, p. 45-46).

Assim, também houve o progresso da fabricação das conservas, em grande parte devido à mudança da estrutura da família, com a inserção da mulher no mercado de trabalho. Como Sorre (2018) afirma:

Outra causa estimulou o progresso das fabricações das conservas. O trabalho das mulheres não lhes permite nem o gosto das lentas preparações culinárias. Quando as refeições não são feitas no restaurante, a rotina acelerada faz com que os produtos prontos e os dos açougues liberem a dona de casa de toda a preocupação com a cozinha. E o consumo do alimento puro, do qual pretensas impurezas foram retiradas, as quais são às vezes substâncias alimentares de alto valor nutritivo, completa a parte artificial nesse tipo de comida. Na base do gosto cada vez mais propagado do alimento puro se encontram sentimentos complexos. O sentimento (que chega a ser um luxo), que é necessário se tornar a partilha de todos os homens, que há um tipo de iniquidade reservada às classes ricas, nem mesmo o pão branco, mas o pão mais branco, o açúcar mais refinado, a carne muscular do boi ou do carneiro, em pedaços escolhidos, ou seja, de valor nutritivo muito inferior ao dos abates. Há ainda uma espécie de superstição em relação a teorias científicas, cujas consequências foram mal interpretadas: a preocupação com a assepsia trouxe o triunfo do alimento cozido ou esterilizado, a condenação do alimento cru, que ainda tem pele (SORRE, 2018, p. 46).

Não se pode negligenciar o aumento do consumo de excitantes e de outras drogas, como características do modo de vida urbano.

Enfim, o aumento do consumo dos excitantes e drogas é também uma característica de origem urbana. Não que o abuso alcoólico seja menor em certas regiões rurais do que nas cidades e que possamos sempre observar os progressos do alcoolismo como o resultado da contaminação urbana. Entretanto, certas formas de alcoolismo, como uso de aperitivos, o são certamente (SORRE, 2018, p. 46).

Max. Sorre (2018) deixa explícita a incompletude do esboço que o geógrafo pode realizar sobre os regimes alimentares porque não menciona todos eles, porque deixa ocultos detalhes importantes – ainda que haja esforço para não omitir nenhum –, e porque falta a precisão numérica nesse esboço. Enfatizando que se trata apenas de um esboço, reconhece sua utilidade para a compreensão da posição dos problemas alimentares no conjunto dos problemas geográficos (SORRE, 2018).

Sorre afirma que a maioria das pesquisas continua a colocar as questões alimentícias no seu devido lugar nos estudos sociológicos e econômicos, tendo o geógrafo muitas indicações úteis. “As informações relativas à nutrição interessam ao geógrafo da mesma maneira das que concernem à composição da alimentação, já que elas informam sobre a capacidade de trabalho dos homens” (SORRE, 2018, p. 47).

Ele enfatiza que é preciso ter a imagem fiel da vida do grupo humano em determinado meio geográfico, e também considerar que a alimentação não é uniforme, podendo haver

períodos de restrições alimentícias impostas ou voluntárias. Exemplo de restrição imposta, que corresponde a épocas de fome ou penúria, e períodos entressafras, como ocorrem em populações sem reservas alimentares. Já exemplo de restrição voluntária se refere aos jejuns. Também há exemplos de superalimentação, quando há excessos elementares periódicos ou ocasionais. Em todos os casos, o pesquisador precisa discernir o que se trata de noções normais e habituais nesses grupamentos (SORRE, 2018).

Sorre considera que “o regime alimentar exerce uma ação morfológica sobre o indivíduo juntamente com as outras condições de vida. Ela se manifesta desde a vida intrauterina, dirige o crescimento, ainda sendo presente no adulto” (SORRE, 2018, p. 55).

Voltemos então ao regime alimentar do Reino Unido e o da América “branca”, referindo-se sobretudo aos Estados Unidos, como Sorre o fizera em 1943. Conforme Philip McMichael (2016) analisa, temos três regimes alimentares predominantes (o da Grã-Bretanha, o dos Estados Unidos e o corporativo), condicionado pelo modo de produção capitalista na agricultura e, por isso, nas questões agrárias. Para o autor:

O projeto de regime alimentar é uma análise feita por catedráticos e ativistas da geografia política do sistema alimentar global. Nas extremidades das extensas cadeias de abastecimento alimentar, produtores e consumidores conscientizam-se cada vez mais do alcance global do sistema alimentar no século XXI (Patel, 2007). Os produtores, desde que firmam contratos com grandes empresas como migrantes ou trabalhadores da terra até pequenos agricultores espoliados em nome da eficiência do sistema alimentar global, sabem muito bem como seu trabalho, seus recursos e seus habitats suprem consumidores em toda parte. Estes últimos, abastecidos de hambúrgueres a bifês ao longo da cadeia alimentar global, cada vez mais se deparam com as disparidades entre um produto de procedência conhecida e outro de procedência desconhecida (Bové; Dufour, 2001). O modo como a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais por meio da mercantilização é o tema do projeto de regime alimentar (MCMICHAEL, 2016, p. 13).

Então seu tema de projeto de regime alimentar é a partir do modo como a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais, não se limitando aos alimentos em si, mas às políticas das relações alimentares (MCMICHAEL, 2016).

O projeto de regime alimentar irrompeu no final da década de 1980 em um contexto “desnacionalizante” em que os Estados enfrentavam a perspectiva de transformação interna, pela reestruturação agroalimentar em escala mundial, e externa, considerando-se os novos princípios multilaterais em discussão na Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (1986-1994). Parecia provável que esses princípios sujeitariam as nações a relações internacionais de propriedade que passavam por uma reestruturação agroalimentar. Após uma década de neoliberalismo, aquele era um momento de transição significativa na organização de nações e economias, sistemas políticos, império e ordem mundial. Estratégias globais de corporações transnacionais suplantavam o comércio administrado da era pós-guerra de regulação nacional. O termo “globalização” migrava da mídia especializada de negócios para o discurso acadêmico e público. Cadeias globais de *commodities* que distribuem durante todo o ano frutas e vegetais provenientes de várias regiões do mundo, conforme a estação climática, tornaram-se cada vez mais organizadas pelo

agronegócio especializado em agroinsumos, cultivo e produção por contratos [*farming contracts*], bem como em processamento e distribuição. As dietas ocidentais resultaram em um comércio de grãos disseminado pelo planeta. A reestruturação agroalimentar desencadeava poderosas forças integradoras, padronizando processos entre regiões ou reconfigurando relações espaciais como elementos diferenciados de um processo global compartilhado (McMichael, 1994, p. 3). Nesse sentido, a “globalização” era um processo formativo e contraditório – um meio de reestruturação, em vez de uma inevitável finalidade (como se assume comumente no discurso social científico e popular) (MCMICHAEL, 2016, p. 14-15).

Assim, segundo McMichael (2016) afirma, o projeto de regime alimentar surge como iniciativa metodológica para especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar, organizando os regimes alimentares em função do reordenamento político.

O projeto do regime alimentar faz um relato histórico ao detalhar a construção política das ordens agroalimentares que, ao mesmo tempo, moldam e são moldadas pela dinâmica da acumulação específica. Nesse sentido, o regime alimentar e a história do capital podem ser compreendidos como mutuamente condicionantes. De modo *formal*, o conceito de regime alimentar define uma ordem mundial capitalista regida pelas regras que estruturam a produção e o consumo de alimento em escala mundial (Friedmann, 1993, p.30-31). De modo *substantivo*, o conceito de regime alimentar refere-se à projeção de poder por rotas alimentares decorrentes de relações historicamente específicas de produção e acumulação de capital. De modo *abstrato*, o regime alimentar pode ser compreendido como “a face política das relações de valor histórico-mundiais” (Araghi, 2003, p. 51). Isso se refere à estruturação política do capitalismo mundial, e sua forma de organizar agriculturas para suprir mão de obra e/ou consumidores de modo a reduzir custos salariais e aumentar a lucratividade. De modo *concreto*, um regime alimentar representa uma conjuntura histórico-mundial em particular, na qual regras dominantes definem uma relação de abastecimento alimentar com preço mundial administrado (MCMICHAEL, 2016, p. 22-23).

McMichael (2016) apresenta, então, os quatro modos do projeto do regime alimentar, o formal, o substantivo, o abstrato e o concreto, mostrando sua ligação entre o regime alimentar e a história do capital. Para enfatizar, analisaremos o parágrafo supracitado, devido à sua grande importância: **formalmente**, “o conceito de regime alimentar então define uma ordem mundial capitalista regida pelas regras que estruturam a produção e o consumo de alimento em escala mundial” (Friedmann, 1993, p. 30-31 *apud* McMichael, 2016, p. 22). **Substantivamente**, esse conceito se refere “à projeção de poder por rotas alimentares decorrentes de relações historicamente específicas de produção e acumulação de capital” (MCMICHAEL, 2016, p. 22). **Abstratamente**, “o regime alimentar pode ser compreendido como ‘a face política das relações de valor histórico-mundiais’ (Araghi, 2003, p. 51)” (MCMICHAEL, 2016, p. 22). O modo abstrato do projeto de regime alimentar se “refere à estruturação política do capitalismo mundial, e sua forma de organizar agriculturas para suprir mão de obra e/ou consumidores de modo a reduzir custos salariais e aumentar a lucratividade” (MCMICHAEL, 2016, p. 23). Finalmente, **concretamente**, “um regime alimentar representa uma conjuntura histórico-mundial em particular, no qual regras dominantes definem uma relação de abastecimento alimentar com preço mundial administrado” (MCMICHAEL, 2016, p. 23).

E o autor apresenta três regimes alimentares hegemônicos:

O primeiro, centrado na Grã-Bretanha (de 1870 à década de 1930) que:

[...] combinava produtos tropicais enviados das colônias para a Europa e a importação de grãos básicos e pecuária de Estados coloniais, abastecendo, no geral, as classes industriais europeias emergentes e, em particular, subscrevendo o *workshop of the world* britânico. Complementando as monoculturas impostas nas colônias de ocupação, a Grã-Bretanha terceirizou sua produção de gêneros de primeira necessidade em meados do século XIX com as colônias, explorando as fronteiras do solo virgem do Novo Mundo. O estabelecimento de setores de agricultura comercial em Estados coloniais emergentes (notadamente Estados Unidos, Canadá e Austrália) moldou o “desenvolvimento” no século XX como uma dinâmica articulada entre setores agrícolas e industriais domésticos (MCMICHAEL, 2016, p. 18-19).

O segundo, centrado nos Estados Unidos (nas décadas de 1950 a 1970), que

[...] redirecionou os fluxos de alimentos (excedentes) dos Estados Unidos para seu império informal de Estados pós-coloniais estratégicos no perímetro da Guerra Fria. Os excedentes alimentares eram resultantes de políticas agrícolas subsidiadas, impulsionando um programa de apoio a alimentos de baixo custo que subsidiava o trabalho assalariado em nações selecionadas do Terceiro Mundo, garantindo lealdade anticomunista e mercados imperiais. Estados desenvolvimentistas internalizaram o modelo norte-americano de agroindustrialização nacional, adotando as tecnologias da Revolução Verde e instituindo a reforma agrária para refrear a inquietação dos camponeses e estender as relações de mercado ao campo. Enquanto isso, o agronegócio esmerava-se em criar vínculos transnacionais entre setores agrícolas nacionais, que se subdividiam em uma série de agriculturas especializadas ligadas por cadeias de suprimento global (como o complexo transnacional de proteína animal que ligava grãos/carboidratos, soja/proteína e confinamento). Em outras palavras, enquanto o modelo nacional de desenvolvimento econômico enquadrava a política de descolonização, uma “nova divisão internacional do trabalho” na agricultura surgia em torno de complexos transnacionais de *commodity* (Raynolds et al., 1993) (MCMICHAEL, 2016, p. 19).

O terceiro, o corporativo (nas décadas de 1980 a 2000) aprofundou esse processo:

[...] incorporando novas regiões às cadeias de proteína animal (por exemplo, Brasil e China), integrando cadeias de suprimento diferenciadas a uma “revolução do supermercado” (Reardon et al., 2003) e subdividindo os alimentos em duas categorias – itens de qualidade e itens padronizados –, para suprir dietas de classe bifurcadas. O *dumping* de excedentes de alimentos subsidiados pelo hemisfério norte (como grãos, leite em pó e partes proteicas de animais) intensificou-se sob as regras de liberalização da OMC, desalojando agricultores “ineficientes”, gerou grande contingente de desalojados vivendo em favelas e estimulou um movimento de protesto global de agricultores, pescadores, criadores de animais e trabalhadores sem terra. Um princípio unificador de soberania alimentar defende uma política democrática no que se refere a direitos do fazendeiro/camponeses, segurança alimentar local e agricultura ecológica voltada à preservação do solo e da saúde humana. Inspirados por visões sociais alternativas ou por demandas políticas (e ecológicas) que expressam insatisfação com um sistema alimentar dependente de combustíveis fósseis, esses movimentos registram o agravamento da crise da agricultura industrial (MCMICHAEL, 2016, p. 19-20).

A distinção entre o primeiro e o segundo regime alimentar está no papel da instrumentalização do alimento para assegurar a hegemonia global, ou seja:

[...] no primeiro, o projeto britânico de *workshop of the world* conectava a riqueza de um capitalismo industrial emergente com zonas de abastecimento de alimentação

barata em expansão pelo mundo; no segundo, os Estados Unidos lançaram mão da ajuda alimentar para criar alianças, mercados e oportunidades para seu modelo agroindustrial intensivo. [...] (MCMICHAEL, 2016, p. 15).

O terceiro regime alimentar é definido diretamente pela hegemonia do mercado, devido ao amplo projeto neoliberal dedicado a assegurar as rotas transnacionais de capital e *commodities*, o que transformou os “pequenos agricultores em uma força de trabalho global informal em prol do capital”. E segundo o autor a civilização humana do século XXI “não tem nenhum outro fundamento mais importante do que seus ecossistemas e fontes de abastecimento alimentar, e a ordem política contemporânea ignora tal fato por sua (e nossa) conta e risco” (MCMICHAEL, 2016, p. 16).

Saindo de uma análise tal como Sorre fez, e mesmo Josué de Castro, a partir do que se comia, sobretudo devido às ofertas alimentares locais, McMichael (2016) conceitua o regime alimentar como uma “estrutura regulamentada de produção e consumo de alimentos em escala mundial” (FRIEDMANN, 1993, p. 30-31 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 24).

Assim, o primeiro regime alimentar, o britânico, contou com a retórica do livre-comércio e com o padrão-ouro, e o trigo era a mercadoria dominante, ligando produtores coloniais a consumidores industriais.

[...] Por meio de um processo de construção de Estado, a organização de uma fronteira do trigo condicionou a provisão de forças de trabalho fabril crescentes exigindo alimentos acessíveis, e vice-versa. Em última instância, a construção dessa fronteira para alimentos baratos serviu aos interesses do capital, em particular suas exigências de reproduzir uma força de trabalho assalariada em expansão, com baixo custo. As regras implícitas referiam-se à elaboração de relações de comércio internacional (para além dos antigos sistemas coloniais de comércio direto), desencadeadas pela abolição das *Corn Laws* [leis dos cereais] (que protegiam os agricultores ingleses das importações de produtos agrícolas) e facilitadas pelo padrão-ouro e a manipulação pela City de Londres dos balanços em libra esterlina a fim de manter e expandir as relações comerciais (McMichael, 1984). A divisão internacional de trabalho que definiu o sistema colonial aprofundou e acelerou o comércio entre as nações como a derradeira regra implícita a sustentar o regime alimentar. Isto é, ratificou o princípio ricardiano de “vantagem comparativa”, segundo o qual o crescimento econômico ideal dependia de nações especializadas na produção e no comércio de produtos determinados por suas relativas dotações de recursos (MCMICHAEL, 2016, p. 25).

McMichael enfatiza que o baixo custo dos alimentos reflete na redução dos salários e legitima determinadas ordens sociopolíticas:

[...] Quando se fala em alimentos de baixo custo, não se trata apenas de reduzir salários, mas também de criar legitimidade para determinadas ordens sociopolíticas, seja suprimindo nações europeias industrializadas, seja ajudando nações em vias de industrialização no Terceiro Mundo no escopo da Guerra Fria ou suprimindo o processamento alimentar e a “revolução supermercadista” na era neoliberal de crescentes níveis de obesidade (Reardon et al., 2003). Cada regime apresenta condições particulares de alimento a baixo custo, e cada conjunto relativamente estável de relacionamentos é expresso em produção, circulação e consumo de alimentos regidos por preços mundiais (MCMICHAEL, 2016, p. 26).

Como o capitalismo, o regime alimentar assume diferentes formas históricas. De fato, o capitalismo é em si um regime alimentar (MCMICHAEL, 2016):

[...] na medida em que sua reprodução depende do suprimento de produtos alimentícios necessários à reprodução (econômica) de sua força de trabalho. Isso implicou a conversão do alimento e da agricultura em relações de mercadoria, o que, além de baratear o primeiro, também insere ambos em uma lógica das estratégias de investimento. Recentemente, essas estratégias passaram a incluir a especulação no mercado futuro do agroalimento com efeitos inflacionários (MCMICHAEL, 2016, p. 37).

O “colapso de um regime coincide com a transição para uma nova dinâmica de acumulação, deslocando as coordenadas e as consequências da mercantilização agrícola para um novo ciclo de expansão com novos limites, e assim por diante” (MCMICHAEL, 2016, p. 37). Desse jeito:

[...] o regime alimentar como tal contribui para uma conjuntura histórico-mundial mais ampla de “modernização” agrícola – uma conjuntura não linear e contraditória. Embora contradições episódicas sejam reprimidas e/ou resolvidas por meio do processo expansivo, protelando a “exaustão absoluta” do ecossistema global (Moore, 2012; Araghi, 2009), ao mesmo tempo há uma deterioração cumulativa da sustentabilidade do ecossistema cujos limites agora são identificados. Cada etapa do regime alimentar, portanto, é parte sucessiva de uma conjuntura histórica em evolução (a era da agricultura industrial). Em outras palavras, cada regime e a conjuntura mais ampla se condicionam mutuamente. Cada regime incorpora uma institucionalização de forças políticas e sociopolíticas que estruturam as relações agroalimentares internacionais naquele momento enquanto predizem um aprofundamento das relações agroalimentares de mercadorias (MCMICHAEL, 2016, p. 37-38).

Ressaltamos as análises de McMichael (2016) supracitadas, pois para ele os regimes alimentares globais a partir do final do século XIX seguem “forças políticas e sociopolíticas que estruturam as relações agroalimentares”. Esses sucessivos regimes estão atrelados às “relações institucionais que organizam as formas em transformação da provisão de alimentos” (MCMICHAEL, 2016, p. 38):

[...] O modo como essas relações são ordenadas, e representadas (ou legitimadas), varia de acordo com o tempo e o espaço histórico. Um regime em particular é definido por um *princípio organizador* que expressa uma forma de domínio ou hegemonia. Assim, a ordem político-econômica das relações alimentares internacionais desde o final do século XIX tem expressado três momentos identificáveis que foram institucionalizados em formas de domínio regidas pelos objetivos estratégicos dos poderes dominantes que definem esses momentos e legitimados pelas ideologias dominantes, notadamente: Grã-Bretanha/multilateralismo de livre-comércio; Estados Unidos/ajuda externa, desenvolvimento e livre-iniciativa; e OMC/livre-comércio e supremacia de mercado. Em cada caso, o comércio mundial de alimentos abarcou, por meio de um preço mundial administrado, uma expansão crescente da agricultura mercantilizada e o aprofundamento correlato das relações de consumo cada vez mais bifurcadas pelas dietas de classe (MCMICHAEL, 2016, p. 38).

Desta forma, o primeiro regime alimentar parece estar contemplado no regime alimentar do Reino Unido apresentado por Sorre. E o dos Estados Unidos começou a dominar o mundo ainda quando Sorre os estava estudando, e ele contempla a influência anglo-saxã nos regimes

alimentares urbanos, por exemplo.

Não faremos a análise completa da obra de Philip McMichael (2016), mas salientamos sua importância para compreendermos na interdisciplinaridade os regimes alimentares, sobretudo impulsionados pela lógica capitalista.

O que Sorre desenvolveu nos seus livros como regimes alimentares oriundos das características físicas e culturais de populações ainda regionalizadas, contempla o processo que ele via da urbanização. Contudo, tanto a urbanização quanto a globalização transformaram o mundo conhecido do Sorre.

Sorre (1958) observa a influência dos meios agindo no psicológico dos indivíduos. A vida urbana gera uma tensão nervosa, com consumo energético excessivo e com seu ritmo implacável, por exemplo. E acrescenta algumas agressões:

[...] às quais os sentidos estão em jogo, mesmo quando não temos mais consciência disso. Prolongamento de uma iluminação deslumbrante alterando o ritmo do dia a dia registrado em nosso corpo, persistência de barulhos de fundo, causa evidente de fadiga. Por muito tempo, o tipo de alimentação com seus elementos ricos e excitantes pôde ser invocado (SORRE, 1958, p. 1.373, tradução nossa).

Sorre (1958) verifica que a desintegração das estruturas familiares que a vida urbana produz, em número crescente, incita a individualidade, uma vez que muitas pessoas não encontram um tipo de estrutura para se integrarem, como uma igreja, uma associação ou mesmo um partido. Essa individualidade não se limita a uma espontaneidade de um feixe de vínculos sociais. Ela também é ameaçada por tudo o que a enfraquece (SORRE, 1958).

E como neste capítulo ele faz uma análise da geografia psicológica, com a seguinte consideração:

[...] As funções mentais do indivíduo estão enraizadas em um ambiente social. Recebem dele um estímulo que pode acelerar, atrasar ou orientar seu desenvolvimento, desde os primeiros estágios do crescimento intelectual. Os âmagos fornecidos pelas estruturas econômicas e sociais não são essências inertes. Sua solidez se reflete no grau de coesão da personalidade. Sua desintegração ou simplesmente suas mudanças de equilíbrio prejudicam gravemente as personalidades menos resistentes e multiplicam as psicoses. No campo psicológico, o meio humano atua por meio das forças de edificação, ou de conservação ou de destruição que ele oculta (SORRE, 1958, p. 1.375, tradução nossa).

“Assim, todos os elementos do ambiente físico e social manifestam uma ação em todos os aspectos da vida psíquica em todos os estágios de seu desenvolvimento. Sem dúvida, somos parados por muita ignorância sobre seu jogo particular” (SORRE, 1958, p. 1.375, tradução nossa).

Vemos como os meios (físico, vivo e social) interferem na saúde mental do indivíduo,

impactando também as suas escolhas individuais, incluindo aí influências na sua individualidade (SORRE, 1958) e no seu individualismo. Saadi Lahlou (2005) afirma que os comportamentos alimentares são determinados por três níveis de instigações: os técnico-econômicos, as psicológicas e as sociais, sendo difícil o indivíduo determinar seu regime alimentar, uma vez que essas três influências persuadem suas escolhas alimentares.

Acrescentamos as mudanças nos ritmos e nos gêneros de vida como, por exemplo, a questão do tempo urbano que “passa mais rápido” por ser ditado pelo relógio e não mais pela natureza, como já falamos anteriormente.

A composição familiar tem sido substancialmente alterada, seja com a inclusão da mulher no mercado de trabalho, deslocando-a do “papel” de “mãe e dona-de-casa” enquanto o homem era o único provedor financeiro da família, por exemplo. E mesmo a composição familiar em si vem se reconfigurando. Quando não temos também pessoas vivendo sozinhas em residências pequenas. Enfim, há a procura pelas refeições semiprontas, pelos objetos comestíveis não identificados industrializados, que aumenta exponencialmente, impactando a qualidade alimentar e nutricional dos indivíduos. E o impacto se estende ao ato cultural da alimentação, que antes garantia variedade no cardápio e nos nutrientes, tradições passadas de geração em geração... não têm sido perpetuadas como outrora.

Ademais, o fenômeno da urbanização faz com que as avós das novas gerações (aquelas que tempos atrás ensinavam a receita da família) já sejam urbanas, ensinando aos netos a como operarem o micro-ondas e qual produto semipronto comprar, por exemplo.

De acordo com Lahlou (2005), o « *modèle naïf* », trata-se de um modelo meramente psicológico em que o sujeito é guiado por seus desejos e decide seu comportamento/seu hábito. Neste “modelo ingênuo”, se o sujeito tem um “mau comportamento”, é porque ou sua vontade é mal orientada, ou seus desejos vão em uma direção diferente e ele não sabe controlá-los por falta de vontade. O mau comportamento resulta de uma falha na « *chaîne du vouloir* ». Segundo Lahlou (2005, p. 92), a prescrição desse *modèle naïf* seria simplista.

Pensando de forma “menos culpável”, a que responsabiliza o indivíduo pelo seu livre-arbítrio, e por suas escolhas alimentares, o autor diz que há três razões que dificultam a mudança nos hábitos, nos comportamentos alimentares apenas pela vontade do indivíduo:

No entanto, a análise detalhada de comportamentos, especialmente alimentares, mostra que a realidade é menos simples. A vontade individual e consciente é apenas um fator, entre outros, na determinação de comportamentos. É improvável, portanto, que apenas a vontade possa produzir mudanças duradouras. O que todos podem ver na prática (LAHLOU, 2005, p. 93, tradução nossa).

Retornando aos regimes alimentares propostos por McMichael (2016), para o tempo que sucedeu nossos autores, importante sua observação da mudança da essência da FAO que se deu em 1986. E McMichael também mostra a influência do mercado financeiro global impactando os regimes alimentares e as estruturas agrárias, aumentando substancialmente a produção de grãos *per capita* a partir de 1986. Assim o autor afirma:

[...] A visão original da FAO desapareceu em 1986, quando o Banco Mundial redefiniu a segurança alimentar como a capacidade de adquirir alimento (Jarosz, 2009, p.51). Esse foi o ano em que a Rodada Uruguai das negociações do GATT teve início, levando à formação da OMC em 1994 e à institucionalização do regime de “livre-comércio” necessário a uma visão de mercado de “segurança alimentar” (MCMICHAEL, 2016, p. 60).

De mais a mais, segundo McMichael (2016), o regime alimentar abastece a relação entre Estado e mercado, havendo, pois, a tendência à padronização dos alimentos, criando tensões. A primeira citada no livro é a “tensão entre o sistema colonial e a ascensão do Estado-nação liberal”, enquanto “o regime alimentar corporativo girou em torno da tensão entre o modelo de exportação de agroalimentos (‘agricultura sem agricultores’) e a orientação do mercado local da maioria dos agricultores no mundo” (MCMICHAEL, 2016, p. 34). Em termos territoriais, o autor observa que:

[...] essa tensão existe, em última instância, entre formas de integração transnacional de regiões produtoras e consumidoras definidas cada vez mais por alimentos padronizados (tanto monoculturas quanto insumos de fonte global) e sistemas alimentares biorregionais ou locais, encurtando a distância entre produtores e consumidores. Estes últimos sistemas são a meta do movimento de soberania alimentar e seu clamor por reduzir proporcionalmente os sistemas alimentares em nome de controle democrático, culinária apropriada e prática ecológica – em que a redução proporcional ressalta o caráter distintivo dos ecossistemas agrícolas. Essa tensão central entre “alimento de procedência desconhecida” e “alimento de procedência conhecida” (McMichael, 2002) pressupõe uma redundância do regime alimentar – na medida em que prevê a realocação de sistemas alimentares como a solução não somente para uma tensão de regime alimentar, mas para uma questão de sobrevivência socioecológica em uma era pós-industrial-agrícola (MCMICHAEL, 2016, p. 34-35).

Campbell (2009 *apud* McMichael, 2016), inspirado nos *insights* ambientais de Friedmann (2000), salienta a tensão entre abstração e situação de culturas alimentares:

[...] Trata-se de uma tensão entre os enquadramentos culturais que enfatizam o baixo custo, a conveniência, o processamento atrativo e o desconhecimento das origens dos alimentos e o status cultural que consumidores abastados atrelam aos alimentos que são socialmente amigáveis e ecologicamente corretos. Diferentemente do caráter emergente do regime corporativo-ambiental de Friedmann, o cenário de Campbell é de um binário desigual em que o regime de alimentos de procedência conhecida é “um novo subconjunto pequeno, porém importante, de contralógica” para o regime de alimento de procedência desconhecida (*ibid.*, p. 318). [...] (MCMICHAEL, 2016, p. 35).

Em suma, segundo McMichael (2016) os regimes alimentares analisados por ele são regidos pelo capital. Assim como o capitalismo assume várias formas históricas, assim também

ocorre com os regimes alimentares. E houve a crise no sistema alimentar no início da década de 1970 separando “a ajuda alimentar pública, humanitária, das vendas comerciais preferenciais, abrindo caminho para um realinhamento da ‘segurança alimentar’ com o provisionamento de mercado”, intensificando essa reestruturação nos Estados Unidos como o “celeiro do mundo” (MCMICHAEL, 2016, p. 60-61).

Foi quando a agricultura teria se formado em torno de complexos industriais de *commodities* “integrando as relações de produção e consumo por regiões nacionais ancoradas no comércio norte-americano de grãos (Raynolds et al., 1993)”. E foi devido à hegemonia estadunidense de livre-iniciativa que “comprometeu o ideal de agriculturas (e economias) nacionais, pavimentando o caminho para um regime cada vez mais privado de comércio global administrado por corporações transnacionais (Cutler, 2001), à medida que surgia um regime alimentar corporativo” (MCMICHAEL, 2016, p. 61).

Vimos que além do ideal e da finalidade da FAO terem sido alterados, estamos sob um regime alimentar que impõe um padrão alimentar, intensificando o regime alimentar urbano, que começou a ser analisado por nossos geógrafos, e que não respeita tanto as características locais (seja das condições físicas, seja das sociais, seja das culturais, por exemplo). O regime alimentar corporativo (nas décadas de 1980 a 2000) se difere dos dois primeiros, por não ter mais a hegemonia de um Estado “amparado por uma moeda internacional e forças militares, o terceiro regime projetou uma hegemonia corporativista sustentada por finanças internacionais e regras multilaterais” (MCMICHAEL, 2016, p. 88).

Sob o regime alimentar corporativo, o alimento barato dependia da junção de grãos do Atlântico Norte com frutas, vegetais e frutos do mar do Sul em uma divisão internacional de trabalho agrícola coordenada por cadeias corporativas de abastecimento transnacional, com relações comerciais regidas pela *International Financial Institution* (IFI), políticas de ajustamento estrutural e protocolos da OMC. Com o efeito combinado de proteções à propriedade intelectual, do agronegócio subsidiado e centralizado, além de padrões de qualidade privados para o varejo global, o modelo de agroexportação fomentou um fenômeno de “agricultura mundial”, que demandava padronização dos produtores para supermercados mundiais. Os agricultores incapazes de atender aos requisitos de certificação ou competir com fluxos de grãos a baixo custo vivenciam migração e espoliação, exacerbando a fome mundial. É essa contradição fundamental, em um regime alimentar agora *global*, que define o regime alimentar corporativo. A medida disso é a politização desse regime pelo movimento de soberania alimentar e a renovação dos debates referentes à segurança alimentar na “crise alimentar” que se desenrola – indicando uma crise de alerta de governança e, talvez, uma crise terminal de sustentabilidade (MCMICHAEL, 2016, p. 88).

McMichael (2016) evidencia numa visão econômica o que aconteceu com o projeto do regime alimentar, já num mundo globalizado, corporativo, mostrando que os sonhos e lutas de Josué de Castro de combate à fome foram frustrados pela lógica capitalista, que inclusive teria

alterado a própria finalidade da FAO.

O tema da alimentação evidencia também a importância de tornar efetivamente humanas as ciências humanas. Assim, para o geógrafo, o regime alimentar se refere à alimentação de um grupo humano, verificando todas as questões em torno desse grupo humano, incluindo a desigualdade de níveis de vida entre ricos e pobres. E a qualidade da alimentação, isto é, se ela contempla as necessidades fisiológicas no que concerne à quantidade de minerais, vitaminas necessárias ao equilíbrio do seu regime alimentar. “Um regime normal inclui uma proporção adequada de alimentos crus” (SORRE, 1952a, p. 188, tradução nossa).

Sorre também ressaltava que os três principais cereais presentes na nossa civilização são o arroz, o milho e o trigo. Para ele, muitas vezes, o produtor agrícola vende sua melhor produção, nem sempre usufruindo dos benefícios dos alimentos que produz em nome de uma lógica comercial.

Igualmente relevantes são suas análises dos regimes alimentares do Reino Unido, francês e urbano. No primeiro, o café da manhã rico em proteínas animais e carboidratos, além da elevada taxa de consumo de açúcar e de laticínios. No segundo, a importância do almoço, tendo um valor de símbolo, no qual os franceses se sentam à mesa e têm o prazer do paladar, da integração na refeição. Já o terceiro, tem toda as consequências que vivemos no regime alimentar urbano, sobretudo impulsionados pela indústria alimentícia. Elevado consumo de proteína animal, muitos cereais (oriundos das *commodities*, quando não transgênicos), muitas substâncias alimentícias semiprontas, com sobrecarga de lipídios, sal e açúcar na sua composição, além de cereais refinados, descorticados ou parboilizado, por exemplo. Acrescentamos a disponibilidade de produtos agrícolas, que não respeitam mais suas safras, pois estão sofrendo com aditivos químicos, e demais interferências, que mantêm sua oferta em todo o ano.

Sorre (2018) afirma inicialmente que “tudo que, no passado, era elemento de diversidade, atenua-se progressivamente diante da generalização dos regimes alimentares urbanos” (SORRE, 2018, p. 44). E prossegue:

[...] Ao mesmo tempo em que a proporção dos homens vivendo nas cidades aumenta, a contaminação dos níveis de vida se propaga e, nos meios rurais, ajuntam-se mais e mais aos meios urbanos, – sem preocupação das diferenças das necessidades. O fenômeno não é unicamente de ordem psicológica. A alimentação das cidades evoluiu muito faz um século e meio. [...] (SORRE, 2018, p. 44-45).

Ele atenta para o aumento do consumo das substâncias de origem animal, e atribui o estímulo ao seu consumo à crescente urbanização. Além dos alimentos dessa origem, há o

desenvolvimento dos alimentos em conserva. Sorre também ressalta que gerações precedentes conheciam os efeitos das sazonalidades e que, devido ao desenvolvimento dos alimentos não perecíveis, as gerações futuras têm a tendência de não mais os perceberem.

E aduz que, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, impulsionando um rearranjo familiar, não é mais possível despende muito tempo no preparo dos alimentos. Isso tem a seqüela da perda nutricional de certos alimentos, e o aumento do consumo de pão branco, açúcar, outros alimentos refinados, e mesmo cozidos, é notável. Acrescenta-se o aumento do consumo de produtos excitantes e de drogas, como o álcool nos regimes alimentares urbanos.

Enfatizamos a perspectiva de Sorre (2018) referente ao empobrecimento nutricional dos regimes alimentares urbanos: o autor considera positiva a introdução de alimentos em conserva, e acredita na compensação da pobreza nutricional tanto com a complementação de frutas, como pela adição de vitaminas industrialmente preparadas.

Reforçando a importância da fome no debate mundial, Sorre e Josué de Castro pensam a fome em escala mundial, mas ainda associada à produção e à distribuição alimentícia. Para eles é consenso que os fatores humanos (sociais) são mais decisivos do que os naturais no combate à fome.

E como Josué de Castro abordou na sua trilogia da fome, ou seja, nas obras *Geografia da fome*, *Geopolítica da fome* e *O Livro Negro da Fome*, as consequências da deficiência alimentar podem condenar os seres vivos a um mau desenvolvimento cognitivo, físico, da imunidade etc. As seqüelas de uma alimentação insuficiente são terríveis. Detalhamos suas obras justamente para mostrar o quão são condizentes com a atualidade, depois de mais de 50 anos de suas publicações.

Passemos para a revolução que nem Castro nem Sorre conheceram, a das TICs, porque vimos que nem Josué de Castro nem Max. Sorre limitam à humanidade um regime alimentar único, uma vez que existem fatos culturais que vão constituir essa variedade de regime, assim como as características do meio. Sorre alude ao consumo crescente de proteína animal, enfatizando a progressiva ascensão da urbanização, e com ela, o desenvolvimento de meios para conservar o alimento, seja mediante refrigeradores/frigoríficos, seja via produção industrial dos alimentos, isto é, em conservas, em alimentos pré-preparados. Como vimos, Sorre propõe um conceito geral à geografia da alimentação, ao regime alimentar. E que a fome sempre acompanhou a história dos homens, e que os geógrafos precisam apropriar-se da responsabilidade de bem estudar os regimes alimentares, sabendo que se trata de um tema

multidisciplinar que requer a ação de vários especialistas.

V.1.4. Revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Por que inserimos esta seção? Porque o próprio Max. Sorre coloca a necessidade da atualização às mudanças.

E é inegável que as TICs representam um impacto muito grande no mundo no século XXI. Não falaremos das tecnologias em si, da inserção do telefone celular no cotidiano das pessoas, sendo uma “tornozeleira eletrônica” da população geral, porque não saímos mais de casa sem ele, porque seus aplicativos permitem saber aonde vamos, quais são nossas escolhas, fechando-nos num mundo de algoritmos, por exemplo.

Tania Steren dos Santos (2001), atenta para a exclusão social inerente à globalização, uma vez que a integração do mundo globalizado incorpora “atitudes, valores e novos padrões de comportamentos mais adequados ao usufruto das oportunidades que as sociedades capitalistas”. Assim, ela ressalta que as “variáveis psicossociais novamente são consideradas as determinantes fundamentais da inclusão social, sendo a educação, a principal delas. A Internet transforma-se numa palavra mágica com força persuasiva: todos devem ‘integrar-se’ à rede mundial para participar da era global”. No âmbito internacional, a exclusão social “tem tomado enormes proporções, o que a torna algo ‘disfuncional’ ao sistema. No discurso das classes dominantes, os próprios indivíduos são culpabilizados pela sua exclusão do sistema, e as sociedades periféricas são consideradas as principais responsáveis pela sua situação de ‘atraso’”. Em suma, as consequências das desigualdades, para Santos, transformam-se em causas, “encobrendo as reais determinações estruturais da crescente situação de exclusão social: as contradições da acumulação capitalista” (SANTOS, 2001, p. 171).

Como Hobsbawm (1998) afirma, as inovações da indústria publicitária, da ciência e da tecnologia dominaram a cultura da vida cotidiana da população desde as últimas décadas do século XIX, evidenciando o que são continuidade e descontinuidade no processo histórico. E de fato, dos séculos antecedentes às primeiras décadas do século XXI as TICs evoluíram muito. Falaremos da descentralização das informações dos meios de comunicação conhecidos por Sorre e Josué de Castro, ou seja, o rádio e a televisão (que ainda não era tão popularizados).

De toda forma, é possível observar que a maioria das campanhas publicitárias na televisão e nos demais meios de comunicação, sobretudo as que têm a imagem como meio de difusão dessa comunicação, referem-se aos objetos comestíveis não identificados, a produtos

ultraprocessados, e/ou que fazem muito mal à saúde. Um exemplo clássico de um produto com essas características são as propagandas de margarina, que Max. Sorre já condenava por seu prejuízo à saúde humana, em 1943, nas quais famílias felizes a consomem, passando a mensagem subliminar que seu consumo une as famílias, que alimenta de forma saudável (pois não tem colesterol, por exemplo), mas que se trata de algo sintético e pleno de gordura vegetal hidrogenada, por exemplo. Citamos os sorvetes, os biscoitos, os refrigerantes, as bebidas alcoólicas, o *fast-food* presentes nos anúncios publicitários.

As propagandas, como observa Igor Oliveira (2009), envolvem:

Fatores como sonhos e seduções por parte dos receptores nos anúncios publicitários, também são inculcados como análises por parte de alguns teóricos como fontes de apelo ao consumo publicitário em uma sociedade. O ato de sonhar, fazer-se estar em um estado imaginativo na qual a percepção da realidade encontra um sentido totalmente distante do anunciado pela publicidade em questão, pode enaltecer ainda mais o uso da publicidade em uma sociedade. O mundo fantasioso é mais atrativo que o mundo real, afinal traz elementos básicos de encanto e sedução não vistos em muitos dos casos por atores sociais em determinados níveis culturais e socioeconômicos (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Como resultado da ideologia, fazendo uso de linguagem apelativa,

A comunicação, enquanto construção simbólica, serve os propósitos do “poder” de forma a criar e a manter um espaço físico e ideológico hegemônico e a perpetuá-lo no tempo. Neste sentido, é no sistema capitalista que surge a publicidade, tendo a propaganda como a sua congénere, sendo que, para que os dois campos fiquem claros, atribui-se à propaganda um conteúdo político e ideológico, enquanto que à publicidade cabe as estratégias informativas e persuasivas, com vista ao suporte de um modelo económico liberal/ capitalista (BRITO, 2012, p. 21).

A publicidade interfere nas decisões, no comportamento, no consumo dos indivíduos. Nuno Brito (2012) chama atenção para a “relação intrínseca entre linguagem, comunicação e economia. O conceito de ‘valor’ é visto enquanto construção cultural, em que discursos disputam uma relação de poder no ‘espaço público’”. A publicidade, tem como missão estratégica “produzir um sistema simbólico com resultados premeditados” (BRITO, 2012, p. 27).

Num mundo marcado pela “abundância”, a publicidade incorpora ela própria a ideologia de uma sociedade capitalista neoliberal, promovendo estratégias discursivas para influenciar e criar necessidades. A ideologia deve ser entendida como qualquer sistema simbólico de sentido usado para transmitir e justificar realidades sociais, políticas e económicas (BRITO, 2012, p. 28).

Já vimos em Sorre (1958) a influência dos meios no psicológico dos indivíduos. E em Lahlou (2005), a influência do meio nas escolhas individuais.

Isabella Henriques (2010) observa a relação entre publicidade e má alimentação, concentrando suas pesquisas na publicidade de alimentos voltados às crianças. Segundo ela:

Não por acaso, no Brasil, mais de 70% das campanhas publicitárias veiculadas em televisão e veículos impressos é de alimentos considerados não saudáveis, como fast food, guloseimas e sorvetes, refrigerantes e sucos artificiais etc. Outro estudo (NASCIMENTO, 2007) mostrou que 82% dos comerciais televisivos sugerem o consumo imediato de alimentos; em 78%, os personagens que os anunciam ingerem os alimentos imediatamente; 24% dos alunos que os assistiam apresentavam sobrepeso ou obesidade, concluindo que assistir à televisão mais de 2h por dia está associado ao aumento de IMC (Índice de Massa Corporal) (HENRIQUES, 2010, p. 74).

Carlos Augusto Monteiro e Inês Ribeiro de Castro (2009) defendem a regulamentação da publicidade de alimentos, porque são intensas as propagandas, ainda querendo dizer que a versão *light* seria a melhor de alimentos ultraprocessados, com grande concentração de açúcar, gordura e sal. Criando inclusive estratégias que estimulam o consumo desses produtos que impactam também o meio ambiente com as embalagens produzidas cada vez mais descartáveis, além da desvalorização do ato de comer, ao consumir cada vez mais produtos semiprontos, por exemplo. E essa estratégia é direcionada ao público de baixa renda. Segundo eles:

Uma estratégia de marketing recente, adotada com grande sucesso por transnacionais de alimentos, envolve o desenvolvimento de ultraprocessados especialmente destinados a consumidores de baixa renda de países emergentes, ou *popularly positioned products*, na linguagem da empresa líder do setor. Essa estratégia inclui a fortificação com vitaminas e minerais de produtos como biscoitos, macarrão instantâneo, sopas desidratadas e bebidas lácteas, a comercialização desses alimentos em “embalagens econômicas” (por exemplo, pacotes de biscoitos com três ou quatro unidades), a criação de novos canais de comercialização (como a venda porta a porta ou em centros comunitários) e a utilização de vendedores recrutados na própria comunidade (MONTEIRO; CASTRO, 2009, p. 58).

Esses são alguns exemplos da evolução da preocupação geográfica nos regimes alimentares, que contam com mudanças na lógica de produção, consumo, distribuição, contando com a linguagem apelativa, persuasiva da publicidade, por exemplo. Além disso, a qualidade da imagem dos aparelhos de televisão, de computador, de telefone celular, das máquinas fotográficas melhorou muito sua resolução, aumentando a preocupação estética também, o que pode explicar o aumento de alguns distúrbios alimentares como anorexia, vigorexia, bulimia, por exemplo.

A evolução dessas TICs está sendo muito rápida, gerando outras frustrações nas populações, que com a intensa urbanização deixam de interagir, fechando-se em aplicativos dos seus telefones celulares, em redes de difusão como WhatsApp ou mesmo em redes sociais como Instagram e Facebook, observando a “vida perfeita” a qual é transmitida no mundo virtual, e sofrendo ainda mais com as imperfeições (naturais) do mundo real.

François Collart-Dutilleul⁶⁶ (2021) trabalhando o conceito de democracia alimentar, considera não apenas os oligopólios como causas da desordem no setor alimentar, como as corporações analisadas por McMichael (2016), mas também a ausência de leis internacionais tanto para esses oligopólios quanto para as tecnologias virtuais. Quanto a estas, Collart-Dutilleul (2021) chama atenção para nosso vício individual e coletivo, que nos submete como “peões”, havendo a necessidade de uma legislação para controle dessas informações.

Nesse raciocínio, lembramos que não faltam ofertas de aplicativos de entrega de objetos comestíveis não identificados, de “restaurantes” *fast-food*, de pessoas comendo coisas semiprontas etc. De pessoas “felizes e bem-resolvidas” consumindo esse tipo de mercadoria...

A nitidez dessas imagens, o poder das TICs precisam ter seus impactos analisados com maior atenção no cérebro humano, inclusive na persuasão do consumo alimentício.

Estamos evoluindo há milhares de anos na Terra e de repente tivemos essa revolução. As novas gerações não mais interagem como as gerações precedentes interagiam. Aquelas ficam mais restritas aos aparelhos telefônicos *smartphone* ou *I phone* ou à internet.

Enfim, citamos brevemente os impactos das TICs porque também temos a outra face dos distúrbios alimentares, que é a de comer em excesso, para encontrar um certo alívio, uma compensação, de algumas frustrações também criadas, ou intensificadas, pelas TICs, por exemplo.

V.2. Conclusões

A violência é o último refúgio do
incompetente.
(Isaac Asimov)

Neste capítulo fizemos algumas reflexões do tempo posterior aos nossos autores até as duas primeiras décadas do século XXI, antes da pandemia do Covid-19.

Começamos pela Revolução Verde até porque ela impactou diretamente o Brasil nesses

⁶⁶ Aqui citamos apenas a importância de ideias para prognóstico do problema da alimentação. Segundo entrevista concedida ao Blog de *Géographies en mouvement* no dia 19 de janeiro de 2021, o jurista François Collart-Dutilleul defende que pela democracia ser essencialmente direta, ou seja, o direito de escolher e de decidir, três elementos constitutivos se conjugam: “1. a igualdade ao poder de aceder a uma segurança alimentar individual; 2. a soberania tanto individual quanto das comunidades em diferentes escalas territoriais; e 3. uma dimensão individual e uma dimensão coletiva indissociáveis” Para ele, é preciso desenvolver a educação e a informação sobre a alimentação para que os comedores consumidores possam tornar-se comedores cidadãos” (*Géographie en mouvement*, 2021).

discursos de “celeiro do mundo”, de “agro é pop” etc. no qual temos uma reprimarização da economia brasileira, como já o constatava Reinaldo Gonçalves (2001) ou como Garcia e Barros Júnior (2015) mostram a reprimarização da economia brasileira, e da América Latina, como “alvo da ofensiva imperialista articulada pelos Estados centrais e suas grandes corporações transnacionais no contexto da globalização neoliberal. A disputa global por recursos naturais é um dos elementos mais marcantes do capitalismo neoliberal e sua lógica de acumulação” (GARCIA; BARROS JÚNIOR, 2015, p. 152), favorecendo o agronegócio patronal, por exemplo.

A transformação do alimento em mercadoria põe em risco a relação que devemos ter com o solo, por exemplo, além da relação com o alimento em si. Estamos exportando *commodities* para produzir objetos comestíveis não identificados, numa lógica de monocultura em latifúndios, quando não de desmatamento para produção de gado em pasto, por exemplo, alterando o regime alimentar mundial, como vimos tanto em Max. Sorre como em McMichael, com o regime alimentar britânico, sendo ampliado pelo estadunidense, e chegando aos regimes alimentares corporativos.

Como Sorre já observava, o regime alimentar urbano influencia os outros, por imitação. E Lahlou (2005) também fala das influências não inocentes que temos no consumo alimentício.

Embora a foto tenha sido publicada dia 28 de julho de 2021, ela reflete um pouco da ideologia dominante na economia brasileira de valorização do setor primário, a partir de latifúndios, sem resolver os problemas agrários e verdadeiramente alimentares nem do Brasil nem do mundo.

Figura 11: Publicação feita pela Secretaria de Comunicação (Secom) em redes sociais mostra homem com rifle para homenagear o Dia do Agricultor Foto: Reprodução/Twitter



Fonte: O Globo, 28/07/2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-publica-depois-apaga-foto-de-homem-com-rifle-no-campo-para-parabenizar-pelo-dia-do-agricultor-25130062>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Vemos nessa foto em homenagem ao agricultor, que o agricultor homenageado parece ser um grileiro, interessado no latifúndio e na defesa da propriedade privada pelo uso da violência. O que difere do que é verdadeiro agricultor, do pequeno agricultor.

Em resposta à homenagem deturpada ao que é o agricultor, tivemos a publicação da seguinte charge pelo cartunista Alberto Benett, simplificando a “homenagem” da imagem anterior, retratando o Brasil como “violento e destrutivo” tanto no campo como na cidade, fazendo referência aos jogos olímpicos que ocorrem excepcionalmente num ano não bissexto devido à Pandemia, colocando como comentário do médico José Marcos Thalenberg: “Nas Olimpíadas das Barbáries somos eternos campeões”, por exemplo.

Figura 12: Charge de Benett publicada na Folha de S. Paulo dia 29/07/2021



Fonte: Folha de S. Paulo, 29/07/2021. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2021/07/leitor-elogia-charge-de-benett-sobre-dia-do-agricultor.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Chamamos atenção para as ações dos meios de comunicação que têm influenciado com ideologias ou com falsas informações grande parcela da população a um rumo autodestrutivo e que aumenta a desigualdade socioeconômica via concentração de renda, seja em concentração de propriedades, de terra, de capital, em contraste com a expropriação, desemprego, falta de políticas públicas para a maior parte da população, por exemplo, incluindo os pequenos agricultores, os sem-terra, entre outros.

A ideia defendida de agricultura de sustentação por Josué de Castro está longe de ser adotada, sobretudo com o fortalecimento da BR no congresso e nas campanhas publicitárias, como vimos nas figuras 11 e 12 supracitadas, por exemplo.

Vejamos nossas considerações finais, para recapitularmos pontos importantes apresentados na nossa tese.

CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida é sede de uma infinidade de fenômenos físico-químicos que, desenvolvendo-se sobre substrato da matéria viva, são chamados fenômenos vitais ou funções. As mais notáveis destas funções, comuns a todos os seres vivos são as funções de nutrição – fenômenos de uma complexidade surpreendente, em torno dos quais se agrupam em organização sistemática as várias outras funções do ser vivo. As chamadas funções de relação têm como finalidade a melhor adaptação do ser vivo para executar as funções de nutrição.

(CASTRO, 1939b, p. 15)

Embora toda a tese tenha sido estruturada para apresentarmos e constatarmos nossas hipóteses da necessidade da interdisciplinaridade para entendermos a questão da fome, que entrou no debate científico graças às contribuições de Josué de Castro, também mostramos como as ciências começaram a se consolidar tal como as conhecemos a partir das últimas décadas do século XIX, persistindo assim no século XX e no começo do século XXI. E evidenciamos como Max. Sorre via a padronização do regime alimentar urbano, iniciado pela influência britânica, ampliado posteriormente, pela estadunidense, atualizado no regime alimentar corporativo, como vimos com McMichael (2016), que associa os regimes alimentares às questões agrárias, também incluídas nas discussões de Josué de Castro, que combatia o latifúndio, a monocultura, por exemplo, presentes na análise de McMichael.

Percebemos, pois, que temos de rever nossos conceitos para superar os problemas socioeconômicos que estamos enfrentando.

Ressaltamos que nossa tese procurou entender o tema da alimentação, analisando-o a partir dos pensamentos dos dois geógrafos, Max. Sorre e Josué de Castro, mas adentramos outros temas. Lembramos que não aprofundamos nos temas adjacentes porque focamos a alimentação e a fome. Contudo advertimos questões e problemas importantes para serem observados.

Ordenamos as considerações finais em cinco seções: na primeira refletimos sobre a organização da tese; na segunda enfatizamos as questões socioeconômicas; na terceira, os impactos qualitativos das mudanças na lógica da produção alimentícia; na quarta seção focamos a importância de se repensar os problemas que as TICs podem causar; e na quinta, expomos nossas conclusões finais da tese.

VI.1. Reflexões sobre a organização da tese e nossas conclusões de cada capítulo

Começamos nossa tese apresentando não somente o contexto histórico no qual Josué de Castro estava inserido no Brasil, mas também o contexto da Geografia na UDF, a biografia de Josué de Castro e suas obras, além do intercâmbio de conhecimentos entre ele e as ciências provenientes da Europa. Ainda que, sobretudo devido à ditadura civil-militar (iniciada com o golpe de Estado de 1964), Josué de Castro não tenha tido o reconhecimento merecido no seu país de origem como teve e tem no mundo, ele teve grande contribuição nas ciências humanas e na Geografia. Exemplificamos a tentativa de ocultar a importância de Josué no Brasil com a notícia de sua morte, que obteve destaque nos principais meios de comunicação em Paris (onde ele faleceu), mas foi irrelevante no Brasil. A tese de doutorado de Helder Remigio de Amorim (2016) retrata muito bem essa desvalorização do Josué no Brasil.

Quanto à posição política de Josué de Castro, conforme Bizzo (2009), não há unanimidade quanto à sua linha ideológica. Bizzo (2009) ressalta a reputação positiva e o pioneirismo de Castro e o percurso seguido para efetivação de suas ideias, culminando na candidatura a um cargo eletivo que o tornou deputado federal.

No segundo capítulo, estudando como Josué de Castro abordou o tema na sua trilogia da fome, como são conhecidas as obras *Geografia da fome*, *Geopolítica da fome* e *O Livro Negro da Fome* entendemos como as consequências da deficiência alimentar podem condenar os seres vivos ao mau desenvolvimento cognitivo, físico, de imunidade etc. As sequelas de uma alimentação insuficiente são terríveis. Detalhamos suas obras justamente para mostrar o quão são condizentes com a atualidade, depois de mais de 70 anos de sua primeira publicação. E ressaltamos que Josué considera o saber instintivo na busca de certos nutrientes mediante uma alimentação deficiente. Falamos mais sobre isso na subseção VI.1.1.

Vimos em Josué de Castro que a fome no nordeste brasileiro, por exemplo, é consequência da exploração humana baseada na monocultura, que vitima as pessoas desprovidas de outro recurso que não fruto de seu trabalho para conseguir a aquisição de produtos alimentícios. Quando detentoras de pequenas propriedades de terra, muitas vezes não conseguem subsídio necessário à manutenção da terra e mesmo da própria nutrição, devido à lógica perversa predominante de produção. E Josué extrapolou sua escala do Brasil para o mundo e viu que isso também ocorre em outros países quando falta uma condução da própria população para evitar esse mal e/ou para corrigir estruturas de um passado histórico imperialista. Josué de Castro denunciou o tabu da fome e também o da reforma agrária, que no Brasil persistem e aumentam ainda mais a desigualdade socioeconômico estrutural. Como solução,

Josué de Castro não somente propõe uma associação mundial de combate à fome, a ASCOFAM, mas também a agricultura de sustentação, com a reforma agrária.

Enfatizamos que Josué de Castro também considera a fome oriunda do meio (a fome na região Norte, por exemplo), mas extrapolou suas análises ao denunciar a fome mais como consequência da desigualdade socioeconômica, o que parece não ter sido considerado antes dele.

Avançamos nossa tese com o terceiro capítulo, focando o Max. Sorre. Para isso, preparamos uma biografia do geógrafo francês e uma apresentação de três principais obras do autor, sem dar tanta ênfase aos tomos II e III, porque é o primeiro tomo de *Os fundamentos da Geografia Humana* que contém o capítulo destinado à alimentação. Destacamos suas contribuições na subseção VI.1.2.

No quarto capítulo, procuramos demonstrar as contribuições de Josué de Castro, como ressaltadas na subseção VI.1.1, e também como ele pensava o futuro. E fizemos o mesmo com Max. Sorre, até porque o geógrafo francês aprofundou seus estudos com maior abrangência. E ele insere Josué de Castro em suas obras, e a questão socioeconômica, considerando o que Josué de Castro denunciou: análise contra os argumentos malthusianos, a fome oriunda da desigualdade socioeconômica, a necessidade de uma humanização das relações econômicas, por exemplo.

No quinto capítulo, refletimos sobre as principais mudanças na alimentação desde a morte dos nossos geógrafos, chegando até 2019, antes da pandemia do coronavírus. E vimos também a importância das constatações de Max. Sorre sobre os regimes alimentares urbanos, tendo influências inicialmente dos regimes alimentares britânicos, em seguida, dos estadunidenses. E que McMichael (2016) também os observa, inserindo os regimes alimentares corporativos (a partir da década de 1980), além dos *land grabbing*⁶⁷.

O sexto capítulo é dedicado a nossas considerações finais, para encerrarmos a tese com o *post scriptum*, no qual fizemos as observações mais pessoais da pesquisadora, sobretudo enquanto estava na França no primeiro confinamento da pandemia.

⁶⁷ “Apropriação de terras: cercamento de terras, florestas, águas e habitats por forças colonizadoras ou neocolonizadoras (nações, empresas, financistas e proprietários de terras próximas)” (MCMICHAEL, 2016, p. 212).

VI.1.1. As maiores contribuições de Josué de Castro

Preferimos destacar numa subseção as maiores contribuições de Josué de Castro, afinal ele inseriu a desigualdade social como consequência da fome. E causadora dela, num círculo vicioso, porque a má nutrição interfere sim no desenvolvimento das capacidades cognitivas, entre outras, o que pode condenar o indivíduo a mau desenvolvimento físico, intelectual, por questões que podem ser superadas, de acordo com Josué de Castro, com uma relação mais solidária entre as pessoas.

No que tange às políticas públicas no Brasil, além da sua contribuição direta para a institucionalização do salário mínimo, a influência de Josué de Castro alcança, entre outras, a universalização da merenda escolar gratuita e nutritiva e as políticas públicas implantadas a partir da década de 1990 tendo como meta o combate à fome. E quem sabe para a criação da moeda social, como abordamos a seguir nesta seção.

No campo teórico, não temos apenas o conceito de fome oculta/fome crônica, como também a necessidade da interdisciplinaridade, para análise e superação de problemas socioeconômicos.

E justamente as questões socioeconômicas são para Josué de Castro a explicação da perpetuação da miséria. Questões socioeconômicas que o pernambucano denuncia devido ao passado imperialista de nações sobre outras, condicionando a exploração do trabalho e de povos; a manutenção de desigualdades devido aos latifúndios, por exemplo.

E para perseguir a meta de erradicar a fome, Josué de Castro traçou sua trajetória, inclusive a ação parlamentar, dedicando sua vida para ao combate à fome.

Para isso, ele não apenas considerava a questão da nutrição individual, mas da coletividade, das questões socioeconômicas, culturais e históricas como variáveis para a superação da fome. E sendo o fim dos latifúndios, da monocultura, *conditio sine qua non* para acabar com a fome, justamente porque ele também considerava o lado da produção alimentícia, contemplando a questão socioeconômica. Do lado da produção dos alimentos, desenvolve a necessidade da agricultura de sustentação e defende imperativamente a reforma agrária; e do lado da aquisição, foi autor de um projeto de lei⁶⁸ criando uma espécie de moeda⁶⁹ (Cupão X),

⁶⁸ Esse projeto de lei está contido no livro Josué de Castro, coordenado por Tânia E. M. da Silva (2012), que está nas nossas referências, nas páginas 630-632.

⁶⁹ No Brasil temos moedas sociais, emitidas com papel-moeda e lastro. Segundo Soares (2006), a primeira moeda social contemporânea surgiu em 1991. Para melhor entender a moeda social, sugerimos a leitura da tese da Dra. Claudia Lucia Bisaggio Soares, que está nas referências, pois ela faz toda uma análise do equivalente geral, até se

distribuída exclusivamente para trabalhadores com renda mensal inferior a um determinado salário (no Projeto era 20 mil Cruzeiros), sendo que os Cupões X eram destinados à compra de gêneros alimentícios de primeira necessidade, entre outras características.

Ressaltamos que tanto Sorre quanto Castro defendem um direcionamento mais humano, isto é, humanista nas relações socioeconômicas. E é esse o direcionamento que precisamos buscar nas ciências, tal como Josué de Castro afirmou inúmeras vezes. Apontamos algumas de suas contribuições/constatações.

a. A paz é possível com a melhoria da alimentação, isto é, com a melhoria da sua distribuição, com o fim da fome.

b. A fome é desnecessária. E muitas vezes ela existe por conflitos de interesses político-econômicos.

c. A geografia de Josué de Castro mostra as misérias em vez das grandezas humanas. E por isso a necessidade de conhecer a realidade para resolver um problema dessa magnitude.

d. Repetimos o que afirmamos na seção II.2.2. da tese: Geopolítica para Josué de Castro é, pois, “um método de interpretação dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente” E acrescenta que “Poucos fenômenos têm interferido tão intensamente na conduta política dos povos, como o fenômeno alimentar, como a trágica necessidade de comer; daí a viva e crua realidade de uma Geopolítica da Fome” (CASTRO, 1965, p. 27).

e. Josué de Castro classifica os tipos de fome: fome absoluta ou fome oculta; fome aguda ou fome crônica/latente/específica; fome endêmica ou fome epidêmica.

f. A fome oculta é a forma típica da fome de fabricação humana.

g. O uso de produtos alimentícios concentrados, purificados, refinados, industrializados é responsável pelo agravamento das carências específicas, ou seja, da fome oculta.

h. O que antes era buscado instintivamente pelos grupos humanos, deixou de o

tornar moeda estatal, com um olhar interdisciplinar. E segundo a Dra. Ariádne Scalfoni Rigo (2014), a primeira moeda social a ser implantada no Brasil foi em 1998, em São Paulo. Ou seja, Josué de Castro já falava na década de 1950 da necessidade de algo que se tornou moeda social nos anos da década de 1990, devido aos impactos e novos desafios da globalização e da financierização da economia, buscando a economia solidária. O maior estudioso da economia solidária é o economista Paul Singer.

ser com a “civilização”, ou seja, com a industrialização alimentícia, provocando empobrecimento de nutrientes seja no polimento do arroz, seja no refinamento do açúcar, seja no branqueamento da farinha. Lembrando que Josué de Castro não conheceu a produção de objetos comestíveis não identificados, nem de organismos geneticamente modificados (OGMs) na escala que temos atualmente.

i. Repetimos aqui sua frase já mencionada na seção II.2.2.: “O apetite do homem civilizado é mais de ordem psíquica e visa mais à satisfação do prazer de comer do que à satisfação de suas necessidades de nutrição” (CASTRO, 1965, p. 87).

j. A fome foi usada como arma nazista.

k. Josué de Castro vê “a necessidade de criação de um governo supranacional entre nações, povos e diferentes classes, voltado para a formulação de uma nova teoria do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. Essa nova teoria deveria integrar os fatores humanos à Economia, de modo a fazer com que o desenvolvimento econômico fosse um meio de proporcionar dignidade a todos”, como citamos na seção II.2.3. da tese.

l. Além da necessidade de:

- i. sensibilizar e despertar a consciência universal sobre o problema;
- ii. realizar pesquisa, investigações e inquéritos sobre a situação alimentar;
- iii. formar pessoal qualificado;
- iv. elaborar projetos específicos de âmbito nacional ou regional.

m. Mesmo sendo provado que “a fome rebaixa aos níveis mais ínfimos o estado da população subnutrida” (como citamos na seção II.2.3.), os pobres continuam sendo responsabilizados (e penalizados) pela pobreza, pela miséria. Assim, de vítimas, os famintos passam a ser considerados “criminosos culpados”, famintos-natos.

n. Josué de Castro acredita que a taxa de fecundidade pode ser reduzida com a melhoria nutricional, e evoca a humanização da nossa civilização, conforme afirmamos na seção II.3.2. da tese.

o. Josué de Castro atenta para o fato de que os efeitos da fome não se limitam aos impactos físicos, pois afetam também o espírito, a estrutura mental e a conduta social dos indivíduos, conforme apresentamos na seção II.3.2. da tese.

p. Josué de Castro já afirmava que “ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares

continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade”, como citamos na seção II.4.1. Assim sendo, o fenômeno econômico não somente impõe, mas perpetua a fome. Lembrando que o sistema que conhecemos nasceu do imperialismo econômico, da expansão das economias capitalistas oriundas da escravidão, do tráfico humano, da exploração do trabalho, da expropriação etc.

q. Por isso Josué de Castro insiste na necessidade de a humanização sobrepor o dinheiro, o poder. Porque o dinheiro precisa estar a serviço do ser humano, e não o ser humano ser escravo do dinheiro, conforme apresentamos na seção II.4.1. da tese, enfatizando que muitos dos problemas socioeconômicos e políticos que temos se devem à má distribuição de renda.

r. Combatente do latifúndio, da monocultura, eis o segundo tabu de Josué depois da Fome. E para ele, do latifúndio decorrem:

- a) a ínfima porcentagem de área cultivada no país (de baixo rendimento e de alto grau de destruição da fertilidade dos solos);
- b) a existência das grandes massas dos sem-terra, dos trabalhadores rurais explorados, e
- c) mesmo a existência do minifúndio, que “significa a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência que não dão para matar a fome da família”, como escrevemos na seção II.4.2. da tese.

s. Assim, temos a necessidade histórica da Reforma Agrária, para romper com a perpetuação da desigualdade social, com o êxodo rural, com a fome..., com a monocultura...

t. Para o combate à fome, a terra precisa melhor produzir os alimentos, sem aumentar a desigualdade social. A policultura, o uso racional do solo e a boa alimentação dos camponeses incluem-se nesse combate.

u. Embora Josué não conhecesse o que chamamos de agroecologia, é essa a sua defesa desde a primeira metade do século XX, mediante a agricultura de sustentação.

Enfim, Josué de Castro foi um homem político, um intelectual que buscava a superação da fome, trabalhando na FAO, por exemplo, e querendo praticar suas descobertas teóricas, ou seja, no combate à fome, para ele, era preciso melhorar a qualidade da alimentação, via aumento do poder de compra (com o salário mínimo, por exemplo), mas também o combate ao latifúndio. Não por acaso, quando Deputado Federal defendeu a Reforma Agrária no Brasil. Como vimos

em Geografia da Fome, a Reforma Agrária é o segundo tabu do povo brasileiro.

Ressaltamos essas contribuições, mas a principal talvez seja a de nos dar a esperança de que é possível acabar com o flagelo da fome, se o espírito da solidariedade reinar sobre o economicismo. E como prova disso, temos políticas públicas com ou sem a atuação de organizações não governamentais (ONGs) e/ou organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) para atenuar os efeitos desumanos do sistema econômico antagônico por natureza.

VI.1.2. Questões importantíssimas que aprendemos com Max. Sorre sobre alimentação

Max. Sorre dedicou sua vida mais à área acadêmica, atualizando seus estudos. Para não sermos injustos, começamos com nosso foco nos estudos de Max. Sorre: foi mais sobre alimentação. Por isso, não contemplamos todo o seu *Os Fundamentos da Geografia Humana*, por exemplo, nem mesmo *O Homem na Terra*.

Mesmo com a ciência predominando na lógica positivista, Sorre já começara sua análise interdisciplinar, principalmente com as ciências naturais, aproximando-se ainda mais das ciências humanas especialmente a partir da década de 1950.

Max. Sorre foi responsável pela valorização do Josué de Castro na Geografia. Também foi um geógrafo muito atuante, tanto na teoria quanto nas questões acadêmico-administrativas.

Vimos que na primeira edição de *Les fondements de la géographie humaine*, publicado em 1943, três anos antes de *Geografia da Fome*, a fome em Max. Sorre não aparecia como podendo ser oriunda das desigualdades sociais, o que foi inserido por Sorre na terceira edição, em 1951, a partir da publicação de Castro em *Geografia da Fome*.

Sorre considera o saber instintivo e a perda dele no consumo de produtos industrializados, no que tange à correção de uma nutrição deficiente, assim como Josué de Castro o fez. Não sabemos quem antecede quem, mas Max. Sorre foi enfático ao dizer da mudança dos regimes alimentares, sobretudo nos espaços urbanos. E ressalta a influência do Reino Unido, posteriormente dos Estados Unidos, como McMichael (2016) o faz. Obviamente Sorre antecede o surgimento dos regimes alimentares corporativos, a partir da década de 1980, segundo McMichael (2016).

Na outra face do saber instintivo, Max. Sorre afirma o poder da imitação na propagação

dos regimes alimentares urbanos (como vimos no capítulo IV), além de outros aspectos culturais. E vimos como Lahlou (2005) considera os hábitos alimentares. Assim sendo, pessoas podem preferir o consumo de margarina ao de manteiga, por causa da influência (de propagandas publicitárias ou de outras que façam os consumidores imitar esse consumo), e não do gosto ou da preferência por uma gordura mais saudável, por exemplo.

Max. Sorre viu as consequências psicológicas do espaço urbano, enfatizando a necessidade de atualizarmos nossos estudos. Por isso incluímos as TICs, e alertamos mais sobre seu poder de influência na seção VI.4, devido à velocidade e ao impacto de suas inovações na alimentação, principalmente mediante a comunicação publicitária em aplicativos, na Internet e em outros meios de comunicação.

Enfim, reconhecemos que, como focamos nossas análises sorreanas na alimentação, nossas observações sobre suas contribuições estão aquém dos reais aportes de Sorre, que lia e registrava as mudanças que observava nas técnicas e nos meios de transportes e de comunicação na primeira metade do século XX, e de suas evoluções desde o século XVIII até quando publicou sua última obra, em 1961. E reconhecemos que Sorre não apenas detectava os dois primeiros regimes alimentares considerados por McMichael (2016), mas também as especificidades do regime alimentar francês até mesmo da construção do conceito de *terroir*, como estão presentes nas suas análises, e Fumey, em várias de suas obras, também considera essas especificidades.

Prossigamos com os pontos que destacamos na tese, isto é, as questões socioeconômicas, os impactos da produção alimentícia na lógica predominante e a revolução nas TICs.

VI.2. Ressaltando as questões socioeconômicas

Uma das maiores contribuições de quem procede de um país que sofreu colonização de exploração é a sensibilidade de inserir as questões socioeconômicas como importantes na perpetuação da fome, desmistificando, por exemplo, as teorias malthusiana e neomalthusiana, além das racistas, eugenistas, de darwinismo social como determinantes das habilidades dos povos. Josué de Castro enfatiza que as diferenças étnicas e sociais das capacidades entre os indivíduos devem-se mais à alimentação, pois a alimentação interfere na formação e no desenvolvimento cognitivo, e no combustível para dar ânimo aos trabalhadores, por exemplo.

Enfatizamos também que Sorre dizia que com o fenômeno da globalização/internacionalização/mundialização, não haveria diferenças substanciais entre os

engenheiros de diferentes continentes do globo, porque o conhecimento passado teria a mesma base, ou seja, tenderia a uma unificação.

Damos destaque às questões socioeconômicas devido a termos observado em nossos estudos que discursos reducionistas dos problemas estruturais, que propagam ódio e/ou culpabilidade a outros povos, ressurgem no planeta desde o fim da Segunda Guerra Mundial., ganhando força principalmente nas primeiras décadas do século XXI. Discursos esses tão superficiais que analisam a conjuntura sem considerar a estrutura socioeconômica, migratória, histórica, cultural...

Seria inacreditável ver ressurgir discursos nazistas depois do holocausto da Segunda Guerra e depois do livro e das duas versões do filme “A onda”⁷⁰, denunciando o perigo da sedução desse discurso. Entretanto outras formas de culpar pobres e outros povos ressurgem, com discursos de “supremacia branca”, por exemplo. Sendo que quem tem um pouco de conhecimento efetivamente científico sabe que temos problemas estruturais, históricos, socioeconômicos e mesmo de influências culturais que explicam outros problemas conjunturais. E que a forma de querer resolver esses problemas reduzindo as causas e/ou as soluções a poucas variáveis pode ser perigosa, além de ser totalmente injusta e infundada. Ademais sabe-se que as características no fenótipo que fazem do indivíduo loiro dos olhos azuis, referem-se a genes recessivos. Desta forma, um “ariano” pode ser descendente de um negro-africano. Isto é, raças não existem, e o discurso racial é social e não genético.

Lembremos que o sistema econômico que conhecemos atualmente, além de ser concentrador e excludente, é novo no processo histórico da ocupação do ser humano na Terra e mostra-se cada vez mais insustentável, se não houver uma humanização e/ou crescimento da solidariedade, como defendido pelos dois autores.

Mostramos que a alimentação impacta a formação do intelecto, e a manutenção das plenas capacidades dos seres animados.

Não recorremos a dados estatísticos, mas é possível buscar estudos que trabalham com dados numéricos para constatar-se que concentração da renda nas mãos de uma minoria implica aumento da desigualdade social e do número de alijados. Além de aumento da obesidade, da má nutrição, ou da fome oculta devido aos regimes alimentares de certa forma impostos pela

⁷⁰ O livro publicado em 1981 pelo autor estadunidense Todd Strasser e que junto ao experimento social realizado pelo professor de história Ron Jones, também estadunidense, em 1967, para o ensino médio, denominado “A Terceira Onda” inspiraram a realização do filme A Onda, em 1981, cuja produção é estadunidense, e em 2008, sendo esta última versão alemã.

atual configuração de produção alimentícia ou da incitação ao consumo de comestíveis de preparo fácil e rápido.

Ressaltamos que os problemas socioeconômicos também refletem nas questões migratórias, por exemplo, e mesmo nos problemas psicológicos.

E que a ciência em si foi apropriada por elites abastadas, com o viés de servir para reificar suas ideologias, assegurar-lhes benefícios e privilégios.

Essa transição da ciência, com o surgimento das ciências críticas, é recente, isto é, a partir do final da primeira metade do século XX.

Disso deriva a necessidade de a ciência buscar sanar os problemas socioeconômicos. Até porque se pararmos para analisar os fatos, não importa o quanto a ciência evolua, se não tratarmos dos problemas sociais, as ciências falham em atender os indivíduos, as populações.

VI.3. Impactos da produção alimentícia na lógica predominante

Focando os impactos da produção alimentícia, a monocultura pode ser prejudicial não somente para o solo, mas o é certamente para as estruturas sociais e para a própria produção de alimentos de verdade.

Existem inúmeros estudos, e experiências, que atestam que são os pequenos produtores e as policulturas que produzem a maior parte do alimento.

Mas numa lógica de industrialização, de abastecimento global, de não valorização das cadeias curtas, da produção local, temos não somente prejuízos à economia local, aos pequenos agricultores e aos consumidores, mas também temos maior produção de lixo (devido à produção e uso de embalagens, por exemplo), o empobrecimento do solo, o aumento dos conflitos fundiários, o aumento da pobreza e/ou do êxodo rural, entre outros impactos negativos.

Quanto ao consumo de alimentos em particular, além da dificuldade em adquirir produtos frescos, *in natura*, há o estímulo ao consumo de objetos comestíveis não identificados seja por campanhas publicitárias, seja pelo ritmo urbano que altera nossa relação com o tempo da natureza, incitando o consumo de produtos prontos no lugar do preparo das refeições. O que muitas vezes não acaba com a fome, pois a fome oculta permanece. E que muitas vezes deixam a população obesa, por não alimentar, não nutrir, não saciar a necessidade de alimento. A subalimentação por produtos refinados costuma aumentar a vontade de ingerir mais objetos comestíveis não identificados.

Quanto às dificuldades em adquirir produtos frescos, consideramos que a falta de tempo para ir às feiras, por parte do consumidor, e mesmo de incentivos/benefícios/subsídios para os pequenos produtores, são fatores que podem comprometer tanto o mercado consumidor quanto o mercado produtor.

Ressaltamos que o uso de agrotóxicos e de agroquímicos em geral contamina o solo, os alimentos e os aplicadores desses venenos, e também resulta na extinção de espécies animais, vegetais, fúngicas e de ecossistemas.

Nessa lógica produtivista, não faltam maus tratos aos animais, seja com extração de apêndices cranianos, como chifres e corno; seja com extração de dentes ou dos bicos para evitar canibalismo entre os animais; seja com castração, muitas vezes, sem anestesia; seja de não dar ao filhote recém-nascido a oportunidade de mamar, pois nasce para ir direto ao abate, seja com animais sofrendo com feridas ou vivendo sem exposição à luz solar ou mesmo movimentar-se; seja com animais sofrendo com mutações genéticas; seja com animais sendo alimentados excessivamente para engorda, seja privando-os até de expressar sentimentos...

Exacerbamos as relações sociais perversas, que importam na precariedade do trabalho, na lógica consumista, no aumento da produção de lixo... devido ao barateamento de produtos alimentícios industrializados, na mudança dos nossos regimes alimentares.

Ressaltamos que o Brasil tem se transformado em abastecer de soja e cereais, causando estresse hídrico, desmatamento de florestas para pastagem e/ou monocultura, que não estamos garantindo a segurança alimentar brasileira, que a exportação de *commodities* tem a pressão pela desvalorização da moeda nacional, encarecendo a mercadoria para o mercado consumidor interno (pois o preço das *commodities* é indexado ao dólar), entre outros jogos político-econômicos que prejudicam a soberania nacional e o povo brasileiro. Podemos observar que a China prefere importar soja do Brasil, em vez de produzi-la em seu território. E a soja é oriunda da Ásia! E alimentos transgênicos são usados para consumo humano no Brasil o que é proibido nos países da Europa, por exemplo.

Vejamos aqui o que apontamos para atenuarmos esses impactos na produção alimentícia.

VI.3.1. Importância das cadeias curtas

Ressaltamos a importância do fortalecimento do mercado local, tanto para ajudar o mercado produtor, quanto para melhorar a alimentação dos consumidores, além de diminuir os

impactos no meio ambiente com a produção de embalagens. O mercado local permite a reutilização de certas embalagens, como de caixas de ovos, por exemplo.

Acreditamos que as cadeias curtas se assemelhem mais à agricultura de sustentação, propugnada por Josué de Castro; também incluída nos estudos de Fumey (2010) “*Manger local, manger global*”, reeditado em 2021; defendida por vários teóricos. Podemos encontrar alguns deles no livro organizado pelos pesquisadores Marcio Gazolla e Sergio Schneider (2017), por exemplo, apesar do conceito ter sido criado recentemente. Segundo os organizadores:

As cadeias agroalimentares curtas de abastecimento podem ser entendidas como expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade entre produção e consumo dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. Neste sentido, a definição de cadeias curtas resgata uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo que refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica. O artigo de Ilbery et al. (2005) foi pioneiro a sugerir que a interação entre produto, processo e lugar cria uma nova “geografia alimentar”, que é marcada pelo papel das cadeias curtas em integrar e ligar diferentes atores a um determinado espaço e um modo de fazer (Galli e Brunori, 2013) (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 12).

Não prolongaremos nossas reflexões sobre as cadeias curtas, já que nosso objetivo foi alcançado, em falar da alimentação e da fome nos pensamentos de Josué de Castro e Max. Sorre e de apresentar os desafios após suas mortes.

Já que falamos da produção, vejamos um pouco o lado do consumo.

VI.3.2. Impactos no meio ambiente dessa lógica do consumo global

Como já dito, as cadeias longas e a forma de consumo são responsáveis pelo aumento exponencial de produção de dejetos por descarte de embalagens não utilizáveis e que não se decompõem facilmente na natureza. Ademais, temos o enfraquecimento do mercado consumidor local e maiores prejuízos aos pequenos agricultores e criadores, que são os verdadeiros produtores de alimentos. E o consumo de produtos industrializados faz com que os consumidores aumentem o consumo de objetos comestíveis não identificados pela praticidade no preparo e muitas vezes pelo preço reduzido, entretanto sem qualidade nutricional e abundantes em calorias.

Notamos que os impactos não se restringem ao dano ambiental; incidem também no aumento da desigualdade social, uma vez que não somente existe muita pobreza no campo, no meio rural, como o aumento do êxodo rural não reflui, inchando as cidades de pessoas que nem têm o que produzir para o autoconsumo. Felizmente observamos o crescimento das hortas

comunitárias e da agricultura urbana que, todavia, ainda são insuficientes para alimentar a população como um todo. E a alimentação de qualidade é combustível necessário ao organismo vivo.

Muitas vezes as pessoas substituem alimentos pelo consumo de objetos comestíveis não identificados para adquirirem outras mercadorias, como já acentuado por Max. Sorre, a ponto de haver pessoas que preferem se alimentar mal e ter mercadorias tecnológicas mais caras. Claro que esse cenário varia de país para país e em diferentes escalas e intensidade.

Ressaltamos nessa lógica que os conflitos agrários se agravam pelo aumento da pobreza.

A curto prazo podemos não perceber esses impactos, mas a médio e longo prazos eles são devastadores.

Vejamos agora o porquê de termos dado destaque às TICs, na próxima seção.

VI.4. A importância do controle das TICs

Colocamos esta seção nas considerações finais porque as TICs têm impulsionado o consumo de objetos comestíveis não identificados e o consumo exacerbado, seja de mercadorias alimentícias seja de outras mercadorias, causando transtornos de compulsão alimentar periódicos ou não.

A exposição excessiva às TICs pode acentuar frustrações, ansiedade, depressão, distúrbios psicológicos, psiquiátricos, inclusive da deturpação da imagem corporal, como os transtornos dismórficos corporais (TDC), a bulimia, anorexia (nervosa ou não) etc. Marle Alvarenga e Maria Aparecida Larino (2002) defendem uma reeducação nutricional para tratamento de bulimia e anorexia nervosas. Já Cybele Ribeiro Espíndola e Sérgio Luís Blay (2006) observam o fenômeno psicossocial de transtornos alimentares, e Mônica Duchesne *et al* (2007) verificam a relação entre restrição alimentar e obesidade.

Sobre a associação que fizemos com relação ao sexo, partimos do tabu que Josué de Castro identificou, para estender à perversão sexual⁷¹, muito incitada pelas TICs. E, por isso,

⁷¹ Fazemos essa analogia à perversão sexual, conforme observa Maria Cristina Poli (2004), segundo Freud, “O ‘elemento cultural’ funda a humanidade; ele é atemporal posto que mítico. Já os laços sociais estabelecem a história, eles inscrevem ao longo do tempo as formas de enlace que os humanos constituem entre si, o que implica também nas diferentes formas de representar este ato primeiro” (POLI, 2004, p. 43). Segundo a autora, tanto Freud quanto Lacan parte da análise do banquete totêmico, do banquete platônico. Ela afirma que “A sociedade conduz à neurose; a perversão é produto da cultura” (Idem, p. 44), tendo a busca pela “satisfação substitutiva”. “Propor os termos ‘fantasia cultural’ e ‘sintoma social’ acompanha os passos de Freud e de Lacan, que conceberam a função do

psicanalista como atinente a ambas as esferas, a clínica do indivíduo e a análise das coletividades. Além disso, elas são profundamente enlaçadas entre si. Como Freud (1921/1973) mesmo o indica, ‘a psicologia individual é, ao mesmo tempo e desde o princípio, psicologia social’ (p.2.563). Lacan (1967/2003), por sua vez, denominou a incidência da psicanálise nestes dois campos de ‘psicanálise em intensão’ e ‘psicanálise em extensão’, sublinhando a interdependência estrita existente entre eles (LACAN, 2003; SOUZA, 1991)” (POLI, 2004, p. 48).

Na nossa tese estendemos o conceito perverso ao ato de se alimentar, uma vez que o texto base da criação da teoria freudiana sobre as questões sexuais, posteriormente analisada por Lacan, é **O banquete**, de Platão. Ou seja, o psicanalista parte de um texto sobre no momento do banquete, sem considerar a alimentação em si, focando o diálogo na figura de Sócrates, a tensão entre Eros e Thanatos, e outros conceitos relacionados ao amor e à sua compreensão (SIMONS, 2005).

Claudia Rodrigues Pádua Salgado Beato e Eliana Rigotto Lazzarini (2020) apresentam a associação ao alimento, ligando à mãe, como fornecedora do alimento, o que assume uma interpretação sexual, devido à pulsão oral não se associaria ao alimento em si, mas ao objeto da mama da mãe que marca a falta.

“Nesse preceito moral há, segundo a análise de Freud, um conflito entre a pulsão e a sua expressão nos laços sociais. Esta tensão se apresenta na frustração decorrente da necessária inclusão de ‘terceiros’, quando a satisfação da pulsão exigiria a restrição a dois: sujeito e objeto. [...]” (POLI, 2004, p. 50). Já Maria Helena Coelho Martinho (2011) em sua tese parte dos poucos estudos sobre perversão. A perversão passou a ser classificada como um transtorno da sexualidade, juridicamente conhecido como parafilias. Para Martinho (2011) “o uso do termo ‘perversão’ [...] serve para caracterizar certos modos de conduta do sujeito, designando comportamentos quase sempre relacionados aos atos sexuais de alguém, ou ainda denotando uma falha no caráter do sujeito. [...]” (MARTINHO, 2011, p. 15) Martinho atenta que o conceito de perversão desenvolvido por Freud coloca a cultura interferindo nas atribuições das funções sociais e que elas mudam no tempo e no espaço devido a isso.

Nosso emprego do termo não se limita à sexualidade, que para Freud “a sexualidade de todo ser humano é perversa” (MARTINHO, 2011, p. 28).

Sonia Alberti (2005) afirma que “desde o século XIX, a medicina tem um lugar bem mais específico para a perversão: trata-se de um conceito que nela compreende o desvio de uma função normal, mais particularmente no que tange à esfera sexual. É dessa especificidade que surge também o termo na psicanálise, em 1905, no texto de Sigmund Freud”. Entretanto, Alberti parte da articulação até então “muito pouco dialetizada: o que é normal? Para poder identificar o desvio de uma função normal, seria necessário, antes de mais nada, precisar o que seria a normalidade” (ALBERTI, 2005, p. 343), saindo da simplificação da associação da perversão com a perversidade. E parte da dicotomia entre proibições e liberdades para supor “ao fenômeno perverso o estatuto de sintoma de que algo não vai bem na relação do sujeito com as proibições oriundas do supereu e que deveriam orientar a renúncia pulsional a ser levada em conta no próprio exercício da liberdade” (ALBERTI, 2005, p. 346). Para Sonia Alberti, “Da leitura dos **Três ensaios** podemos concluir que, em 1905, Freud identificava a perversão com a monotonia da satisfação de um desejo, na via do gozo fálico, mas se utilizando exclusivamente de um único objeto de satisfação. No lugar, então, da liberdade do sujeito de se exercer sexualmente em toda a sua plenitude, o sujeito perverso se limita ao gozo de uma maneira só (ALBERTI, 2005, p. 347). Se até a década de 1980, “era considerado perverso todo ato que parecia ter sido executado sem culpa, [...] hoje é assim considerado porque nos parece por demais destrutivo, ou seja, submetido à pulsão de destruição, para nos mantermos nas referências freudianas. [...]” (ALBERTI, 2005, p. 348).

Jacques Sédât (2008) liga o ato de comer à teoria de Freud, nos conceitos de prazer, desejo e luxúria. Assim, “o registro alimentar de *Genuss* (prazer) ressurgiu em *Totem e tabu* quanto ao consumo do totem: ‘Porém, ele teria que consumir (*zu geniessen*) de vez em quando um pouco de seu totem’ (FREUD, 1993, p. 253). No entanto, o verbo *geniessen*, derivado de *Genuss*, está em consonância fonética com o verbo *essen* (comer), usado na frase anterior. Na verdade, na linguagem do dia-a-dia, *Genuss* costuma ser usado para expressar o fato de saborear um prato, de festejar”. E Sédât quando aborda o registro de prazer, afirma que a luxúria é equívoca por definir tanto a excitação sexual quanto às “fontes de tensão e seu apaziguamento por meio da experiência de satisfação” (SÉDAT, p. 15, nossa tradução). O modelo de satisfação sexual em Freud seria a cessação do desprazer, ou seja, nenhum acesso imediato ao desprazer. Logo, o prazer nunca é autônomo do estado do corpo. “Ao contrário, se apóia, por meio de apoio, em uma necessidade corporal, a de comer, que continua sendo o modelo de satisfação do impulso sexual. ‘A atividade sexual depende primeiro de uma das funções de preservação da vida e só surge mais tarde’ (FREUD, 1987, p. 105)” (SÉDAT, p. 17, nossa tradução).

Piera Aulagnier-Spairani (2003) afirma que “a posição mais ‘pura’ do sujeito perverso é justamente esta reivindicação que faz de seu agir a consequência de uma escolha que ele diz justificada e valorizada por um saber sobre a verdade do que é o bem, assim como do que é o mal em sua articulação fundamental no registro do desejo” (AULAGNIER-SPAIRANI, 2003, p. 46-47).

Enfim, nossa analogia à perversão se refere à influência que os indivíduos têm em constituir o que seria perverso no ato de se alimentar, já que é um conhecimento cultural, dado por terceiros, e que muitas vezes buscamos satisfazer nossos desejos a partir da ingestão de certos alimentos ou objetos comestíveis não identificados.

no ato de se alimentar, devido aos distúrbios que citamos nesta seção. Perversões para “aliviar” frustrações: sexuais, na alimentação... problemas sendo “aliviados” com atos inicialmente instintivos.

Como a tese apenas abordou efeitos contemporâneos das TICs, afirmamos a necessidade de maiores estudos, pois nossos dois geógrafos antecedem as revoluções nelas, como temos visto sobretudo desde as últimas décadas do século XX até o presente.

Ressaltamos a defesa que Collart-Dutilleul (2021) faz para atingir a democracia alimentar.

Vejamos nossas conclusões finais.

VI.5. Conclusões finais

*Dolce sentire come nel mio cuore
ora umilmente sta nascendo amore...
dolce capire che non son più solo,
ma che son parte di una immensa vita
che generosa risplende intorno a me [...]
(Jean Marie Benjamin / Riz Ortolani)*

Estamos no planeta Terra há milhares de anos. Mas há menos de três séculos evoluímos exponencialmente as técnicas, as tecnologias. Assim, encurtamos distância com o desenvolvimento de meios de transportes aquaviários, terrestres e aéreos mais rápidos e mais tecnológicos. Conseguimos também a capacidade de produzir meios de transportes usados coletiva ou individualmente. Vimos que o uso dos meios de transportes individuais causa engarrafamentos e muitos acidentes de trânsito, por exemplo, além da poluição, mostrando insustentável a defesa do individualismo, da ideologia consumista... sem impactos (devastadores) na coletividade, no meio social, no meio ambiente etc.

E graças a essa evolução técnica conseguimos também transportar produtos alimentícios onde eles não existiam. Entretanto, para esses transportes a longa distância, produzimos embalagens que se transformam em lixo no meio ambiente, que estão impactando as outras vidas, como as marinhas, por exemplo.

Estamos perdendo saberes instintivos na alimentação, perdendo a nossa percepção de tempo da natureza..., estamos sendo regidos pelo tempo imediato, pela velocidade das TICs, por exemplo.

É variada e inestimável a contribuição do Josué de Castro para as ciências, sobretudo as ciências humanas, ao formular uma teoria não eugênica e abordar a fome como tema científico, como as questões socioeconômicas impactando diretamente a qualidade da alimentação e o desenvolvimento cognitivo das pessoas.

Josué de Castro começou seus estudos sobre alimentação na década de 1930, como vimos. Isso contribuiu para que ele desenvolvesse seu pensamento, partindo da alimentação, para chegar à fome.

As contribuições de Sorre e Castro são inúmeras, mas vimos que a ameaça da fome continua presente. Presente pela desigualdade socioeconômica; presente pelas más condições que sofrem os pequenos agricultores; presente pela subordinação da política agrícola à manutenção de privilégios e aos latifúndios; presente pela devastação do solo e de ecossistemas, porque como Josué observou quando fez a cartilha com Cecília Meireles, a alimentação é um hábito que precisa ser trabalhado e melhorado constante e permanentemente. E Max. Sorre mostrou o risco da alimentação urbana, que pode gerar a fome oculta, devido aos maus hábitos alimentares.

A ameaça da fome permanece presente pelas conduções posteriores à morte dos nossos autores, como o da política internacional para a produção de *commodities*, pelo não tratamento adequado aos bens-primários, aos recursos naturais etc.

Reforçando a importância da fome no debate mundial, Sorre e Josué de Castro estão pensando na fome em escala mundial, mas ainda associada à produção e à distribuição alimentícia. Para eles é consenso que os fatores humanos (sociais) são mais decisivos do que os naturais no combate à fome. Atualmente o problema da fome está mais atrelado ao problema da distribuição adequada dos alimentos e/ou do acesso da população ao seu consumo.

Tanto Max. Sorre quanto Josué de Castro recorrem à interdisciplinaridade para suas análises. E como vimos, o médico pernambucano parte não apenas de um país do terceiro mundo, cuja colonização foi de exploração, mas também vê os impactos socioeconômicos na população, a partir da alimentação e das condições materiais, históricas, culturais, naturais... a que os povos estão submetidos numa relação antagônica de produção. E para verificar suas perspectivas de superação do problema da fome, da miséria, amplia sua interdisciplinaridade, além de transformar a fome num objeto científico para a Geografia e para as ciências em geral.

Ressaltamos a importância da interdisciplinaridade e da humanização (no senso humanista da palavra) das ciências para solucionarmos os problemas socioeconômicos.

Como Josué de Castro chegou a essa conclusão? Presenciando a pobreza, a miséria da população com quem conviveu desde sua infância em Pernambuco. E constatou que para superar o problema da fome, não se deve limitar aos efeitos individuais e biológicos do corpo humano a uma alimentação deficiente, por exemplo, mas sim estender-se às causas e consequências sociais que a fome provoca no indivíduo e na população em geral.

Por que ele conseguiu revolucionar as ciências? Porque Josué de Castro rompe com a reprodução mecanicista da ciência, que se perpetuava sob a ideologia malthusiana, por exemplo, ao demonstrar que a miséria condena os seres humanos. E não há o “faminto-nato” e sim uma enfermidade social provocando a manifestação biológica, isto é, a fome.

Como ressalta Oliveira-Cavalcanti (2011) sobre a *Geografia da Fome*, o livro fora recebido no meio intelectual, concedendo ao autor o Prêmio José Veríssimo pela Academia Brasileira de Letras, tendo sido Josué de Castro laureado por explicar a “metodologia criada para um novo fazer geográfico, superando as formas tradicionais da geografia” (OLIVEIRA-CAVALCANTI, 2011, p. 72).

Amancio Alves (2007) afirma que Josué de Castro, enquanto pensador, não se “limitou a dar o diagnóstico da fome do mundo, passou também a orientar como poderia desenvolver a luta pela sua erradicação” (AMANCIO ALVES, 2007, p. 17), ressaltando como Josué de Castro trabalhou no governo para resolver problemas da alimentação brasileira. Castro já tinha compreensão que os grandes problemas não eram de ordem étnica ou climática, mas decorrentes de um processo histórico de colonização, impondo a necessidade de políticas públicas corretivas desses impactos negativos.

Observamos que ambos os geógrafos ressaltam a importância da interdisciplinaridade. Mesmo que Max. Sorre seja um geógrafo puro de formação, provou que a interdisciplinaridade tem presença obrigatória na geografia e nas demais ciências. Inclusive manteve-se atualizado, produzindo até a iminência da sua morte.

Voltamos a repetir que a grande observação de Max. Sorre que se comprova na atualidade é do empobrecimento nutricional dos regimes alimentares urbanos, seja pela padronização, seja pelo consumo de objetos comestíveis não identificados industrializados. Isso gera fome oculta.

E vimos também que ambos os autores se dedicaram aos estudos, a compreender, a diagnosticar a realidade, mas que Josué de Castro também fez prognósticos. Nossas conclusões nos levam a que ambos os autores têm grande importância para a necessidade da

interdisciplinaridade, que Max. Sorre teve uma vida dedicada às pesquisas geográficas, procurando suceder os estudos de seu mestre, Paul Vidal de la Blache (e conseguiu), sobretudo no diálogo interdisciplinar, e que Josué de Castro é fruto desses estudos geográficos, mas sua contribuição ultrapassa a geografia então conhecida, pois ele inova os métodos, considerando principalmente as desigualdades socioeconômicas oriundas do processo histórico que, no Brasil, é a principal causa da pobreza, mais do que as condições do meio, como antes sobrevalorizadas pela “geografia” em geral.

Ainda sobre isso, Josué de Castro desnaturaliza muitos preconceitos e tabus. Embora ainda esteja inserido numa análise de etnias e de raças, ele analisa que muitas vezes a “superioridade” ou “inferioridade” está relacionada à qualidade da alimentação dos povos. E mais! Josué de Castro combateu os argumentos malthusianos e neomalthusianos, apresentando uma ciência baseada na realidade, na observação da realidade, considerando características físicas, geográficas, históricas, sociais, culturais, econômicas... apontando para essa superação não somente o acesso a uma boa alimentação, mas a importância de o poder público agir. E para isso, ocupou cargos estratégicos na administração pública brasileira nos governos Vargas, além de, como vimos, ser reconhecido mundialmente, ocupando cargos internacionais.

Fizemos questão de mostrar que a ciência não é imparcial, apesar de muitos usarem o discurso da imparcialidade, ou da não ideologia, para parecerem “imparciais”, defendendo uma ideologia dominante, excludente e perversa à humanidade. Entendemos a importância e a responsabilidade da ciência não para favorecer, reificar, defender um sistema econômico em si, mas sim para buscar combater qualquer discurso que não valorize a vida humana, ou da maioria da humanidade, mantendo e ampliando as desigualdades socioeconômicas que não são naturais nem merecidas. Não há razão para convívio de luxo excessivo de um lado e miséria degradante de outro. O surgimento da Economia como ciência, por exemplo, veio para beneficiar a industrialização nascente na Inglaterra, o comércio para o enriquecimento dessa nação e a consolidação do sistema capitalista industrial nascente na segunda metade do século XVIII.

Mesmo julgando que são insuficientemente desenvolvidas as teorias de Josué de Castro sobre a exasperação do instinto sexual notada nas populações desnutridas e miseráveis, Sorre considera a existência de “uma psicofisiologia da fome” (SORRE, 1958, p. 1.366, tradução nossa), além de considerar a perda do saber instintivo na busca de nutrientes com a industrialização, conforme vimos anteriormente.

Queremos enfatizar aqui que o ato de se alimentar é algo fundamental para a existência do ser vivo, é uma das poucas coisas instintivas que fazemos em público, e é um ato repleto de

cultura, quando temos acesso adequado à alimentação. E que uma alimentação adequada é necessária “para o perfeito equilíbrio e funcionamento do corpo humano” (OLIVEIRA, 2015 p. 241), garantindo pleno desenvolvimento físico, intelectual, cultural, social nos seres humanos.

A fome tanto na América do Sul quanto na América Central, por exemplo, é oriunda do seu passado histórico, de sistema agrícola *plantation*, que não se preocupava em formar um mercado consumidor interno, nem de oferta de produtos para ele, e sim na exploração de produtos primários, como continua sendo a predominância da exportação em nossa balança comercial em pleno século XXI! Ressaltamos, pois, que os europeus colonizadores encontraram fome nos continentes colonizados, e não buscaram saná-la. E pior, ela foi acentuada devido à lógica agroexportadora, que negligenciava a produção alimentícia para abastecimento local e a formação do mercado consumidor interno.

Não constituem novidade neste trabalho os vários argumentos que comprovam que as teorias malthusianas e neomalthusianas não condizem com os fatos, que se expressam na proposição “do aumento populacional gerar a fome”. E que o processo histórico acentuou alguns problemas nos regimes alimentares das populações nativas que foram colonizadas, sobretudo pelos europeus.

A visão dos dois autores ainda é baseada na alimentação e na fome, considerando características étnicas, pois esse debate de raças estava muito presente na época deles. Mas Josué já falava que a “superioridade” étnica se devia à alimentação, ou seja, os colonizadores se alimentavam melhor do que os colonizados, e como uma boa alimentação contribui para o bom desenvolvimento das faculdades humanas (ou físicas e/ou cognitivas), a vantagem existente era, pois, a de alimentar entre os povos distintos. Embora a visão dos dois autores seja extremamente eurocêntrica, e considerem ainda conceitos como civilizados, primitivos, de desenvolvimento num processo de evolução capitalista como um todo, eles muito contribuíram para o entendimento da fome, da diversidade dos regimes alimentares e para a compreensão da geografia no seu sentido de contemplar os meios que Sorre apresenta na seção V.1.3, por exemplo. E esses autores ensejam a evolução do nosso pensamento para superação de quaisquer limitações.

Olivier Assouly escreveu em 2013 (reeditado em 2019) um livro sobre “A organização criminal da fome”, no qual ele descreve como a fome foi usada como arma de guerra nazista. E ainda é usada para condenar parte da população, porque ele acredita que o nazismo não se limita nem a um espaço nem a uma época precisos, o que Castro já dissera em 1951, no seu *Geopolítica da Fome*.

Nas publicações de Castro é possível perceber a marcha de sua preocupação pela boa alimentação até identificar como causas da fome as desigualdades socioeconômicas, sobretudo pela exploração do trabalho. Vimos também suas publicações ao Ministério do Trabalho, sobre questões do salário mínimo, cuja criação no Brasil teve o envolvimento de Josué de Castro. Realmente, o percurso de Josué de Castro foi coerente no exame minucioso da questão da fome, para seu melhor entendimento e para sua superação, buscando na interdisciplinaridade isso tudo: estudando a questão agrária, estudando os fatores biológicos, os sociais, os geográficos, os econômicos, até mesmo os filosóficos. Josué também aprofundou seus estudos na demografia, defendendo tese contrária à malthusiana, como vimos no capítulo II.

Josué de Castro acreditava que, na segunda metade do século XX, a fome poderia ser combatida; entretanto, humanizar a economia não era foco dos ideais dominantes. E a nossa civilização pouco se importara “com o consumo em massa que daria o necessário equilíbrio à sua economia humanizada” (CASTRO, 1968, p. 25).

Sorre, em consonância com Josué de Castro, vê complexidade da fome observada por Josué de Castro, por existirem a fome absoluta e a fome oculta, esta última frequentemente desconsiderada por muitos. Josué destacava a necessidade de aliar a questão social à produção científica, propondo a reforma agrária e a mecanização do campo, com controle da produção para atendimento das necessidades mínimas da população (AMORIM, 2016).

Josué de Castro já aponta o verdadeiro problema da fome, isto é, o que a ocasiona e a aumenta: não é entre a dicotomia dos crescimentos em progressões aritmética e geométrica da alimentação e da população, respectivamente, e sim devido à elevada discrepância entre produção e distribuição.

Estamos analisando a história do tempo presente. Assim, a importância de Max. Sorre e de Josué de Castro se mantém até a atualidade (primeiros 20 anos do século XXI), não apenas no Brasil, mas para o mundo. Em Max. Sorre, enfatizamos, dentre outras, suas contribuições nos regimes alimentares. Quanto a Josué de Castro, podemos afirmar que seus estudos foram fundamentais para se pensar a fome nas escalas nacional e mundial. No momento histórico em que o autor está inserido, o da Guerra Fria, vivido sob uma geopolítica bipolar – capitalismo vs. socialismo/comunismo –, seus ideais desnaturalizavam a fome, entre outras características, mostrando que a fome precisa ser combatida em todos os sistemas econômicos.

E políticas públicas que emergiram no Brasil, a partir da década de 1980, resgataram suas obras para o combate à fome. Como disse Renato Carvalheira do Nascimento (2009):

[...] Josué de Castro teve quatro momentos de resgate de sua obra [1º em 1983, quando houve ciclo de estudos sobre o autor; 2º em 1993, com a divulgação do *Mapa da Fome no Brasil*, pelo IPEA, culminando com a criação do Consea; 3º em 2001, do Projeto Fome Zero pelo então Presidente da ONG Instituto Cidadania, Luiz Inácio Lula da Silva; e o 4º momento, em 2008, no centenário de seu nascimento, houve vários artigos nos jornais, *link* no Consea etc.], todos eles resultando no aprofundamento e discussão de seu pensamento multifacetado como médico e nutrólogo, sociólogo, geógrafo, político e diplomata pernambucano. Uma obra que deixou um importante legado, embora tenha falecido achando que nada do que tinha feito dera frutos, muito menos para a história do pensamento social brasileiro na luta pela erradicação do maior mal da humanidade, como afirmava ele, o mal da fome (NASCIMENTO, 2009, p. 48).

E há outros. E Amorim (2016) também afirma:

Desde o período de Redemocratização, na década de 1980, os debates em torno das políticas de distribuição de renda, justiça social e cidadania entraram novamente na ordem do dia. Alguns programas sociais como o movimento Ação da Cidadania contra a Fome, idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza na década de 1990, assim como o programa Fome Zero criado durante o governo Lula em 2003, representam as principais experiências. Esses programas permeiam não somente o pensamento de muitos intelectuais que discutiram a relação entre o Estado, população, território e alimentação, mas também significam a retomada das ideias de Josué de Castro no que concerne aos programas governamentais de segurança alimentar (AMORIM, 2016, p. 19).

Josué de Castro buscou compreender os fenômenos sociais considerando os fundamentos biológicos, analisando os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos ligados a determinadas áreas geográficas, tanto visando compreender as causas naturais quanto as sociais “que condicionaram o seu tipo de alimentação, com suas falhas e defeitos característicos, e, de outro lado, procurando verificar até onde esses defeitos influenciam a estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados” (CASTRO, 2008, p. 17).

Sua visão critica o discurso estritamente desenvolvimentista.

A luta pela justiça social como Josué de Castro a encampou, de combate à fome, à pobreza, é vital para melhorar a relação pessoal e interpessoal. James Ferreira Moura Jr (2015) em sua tese faz um estudo acerca da vergonha e da humilhação a partir da pobreza multidimensional, incluindo a fome, obviamente. O doutor em psicologia sugere combater esse ciclo vicioso e lamentável de humilhação mediante políticas públicas voltadas a esse público em situação de pobreza.

Enfim, vimos nos capítulos precedentes não apenas como a fome e a alimentação são tratadas por nossos dois geógrafos, mas também as contraposições às teorias de Malthus que culpava os pobres e uma das grandes contribuições de Castro: combater as teorias de Malthus, desvelar os tabus da fome e da reforma agrária, no Brasil, e o da fome no mundo, evidenciando que ela não assolava a população de um ou de outro continente, mas de todo o globo terrestre.

Analisamos em Max. Sorre e em Josué de Castro seus estudos sobre alimentação e fome, nos quais eles relacionam a alimentação deficiente a problemas de saúde, constatando que a fome está associada a uma questão socioeconômica e estrutural e que mais depende da ação política humana do que da disponibilidade do meio, por no mínimo dois motivos: porque o ser humano desenvolve as técnicas, porque vimos sobretudo a partir da década de 1970 um aumento da produtividade de alimentos ou de objetos comestíveis não identificados. E depende da vontade política, para resolver um problema estrutural, que surgiu a partir da exploração, da escravidão, da acumulação capitalista de forma desigual, como Castro apresenta.

Mostramos por isso não apenas os estudos dos nossos geógrafos, mas um pouco de suas biografias. Max. Sorre fora um “analisador” dos fenômenos geográficos, dedicando sua vida aos estudos geográficos, promovendo o diálogo da geografia com outras ciências. Então, mesmo de formação estritamente geográfica, Sorre adota a interdisciplinaridade no seu método de pesquisa e sua contribuição geográfica ainda é mais relevante. Também se dedica ao meio acadêmico, tendo chegado a reitor, promovendo a pesquisa e publicando diversos estudos. Enfim, Sorre foi um intelectual que se preocupou em entender o mundo em que vivia, até sua morte.

Já Josué de Castro fora “presenciador” dos fenômenos por ver a miséria, a fome de perto. E por isso a denunciou. Foi revolucionário em propor seu método geográfico, tendo reconhecimento explícito de Max. Sorre e de vários intelectuais fora e dentro do Brasil. Além disso, ele trabalhou na administração pública, ajudando a criação do salário mínimo no Brasil, procurando melhorar a alimentação do povo brasileiro, envolvendo-se politicamente como deputado federal para defender seu projeto de reforma agrária para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, foi embaixador do Brasil em Genebra e diretor da FAO. Em suma, buscou concretizar seus ideais de combate à fome através do trabalho administrativo, legislativo e em escala mundial, via FAO. E seus conceitos vigoram até hoje nos meios acadêmicos, sobretudo internacional.

Houve certa sincronia nos estudos dos dois geógrafos, num mundo ainda não conectado como o atual (de 2021), da relação do homem com o meio, do meio com o homem, do meio vivo, dos meios sociais.

Josué via a necessidade de um planejamento interdisciplinar para solução dos problemas da alimentação. Contudo, vemos que a alimentação ficou ainda mais setORIZADA, ou seja, nem sempre os nutricionistas, os sociólogos, os economistas, os psicólogos, os geógrafos, os médicos dialogam entre si na busca de solução.

Ambos os autores denunciavam a perda nutricional no processo de industrialização do alimento, e defendiam a produção e o consumo locais, o que chamamos hoje de cadeias curtas. E embora Josué de Castro tenha defendido consumo de proteína, muito ele foca a proteína de origem vegetal. E o fenômeno que estamos observando hoje na alimentação nos remete a várias reflexões, como o porquê de tanta produção pecuária, e de outras criações animais, impedindo o ciclo de vida natural desses seres animados. Muitas aves são criadas em condições indignas, como se fossem produtos (ou mercadorias) e não animais. E no gado encontramos “melhoramentos genéticos” para aumento da produção de leite, também mediante maus tratos à vaca e de afastamento do bezerro, impedido de mamar, aumentando a produção de carne, inclusive de novilhos, incitando o aumento do consumo da proteína animal numa quantidade extravagante!

Precisamos atentar para os reais efeitos desse aumento de consumo excessivo de carne ou mesmo para entender os impactos de uma alimentação baseada no desequilíbrio nutricional e/ou com aditivos químicos. Não pudemos analisar os efeitos da indústria química nos alimentos, mas muito do que ingerimos é repleto de aromas, conservantes, corantes, entre outros produtos artificiais, que são pobres em nutrientes e excessivamente calóricos. Lembrando também dos refrigerantes, geralmente ácido e nocivos à saúde humana.

Como nosso problema da fome ainda é socioeconômico, permanecemos na luta iniciada pelo Josué de Castro através da melhoria da condição de vida das pessoas, que muitas vezes são alienadas, nas esferas social e individual, do autoconhecimento e das suas necessidades. Sorre já apontava pessoas induzidas pelo consumismo, abdicando de boas condições de suas necessidades básicas, para compra de bens materiais dispendiosos.

Propomos nesta tese outra relação entre o sexo e a alimentação. Se Josué de Castro via o tabu da fome, partindo do tabu sexual, constatamos a perversão com o consumo dos objetos comestíveis não identificados, porque as pessoas estão buscando suprir suas frustrações cotidianas com o consumo abusivo do que não é nutritivo e lhes é apresentado como “comida”, seja pelas campanhas publicitárias, seja pela sedução dos aplicativos, seja pela produção desses objetos comestíveis não identificados como sendo a solução para o ritmo moderno, para a alimentação, para o combate à fome.

Se por um lado a industrialização barateou muitos objetos comestíveis não identificados, dando a ilusão que a pessoa se alimenta “bem”, e pode juntar dinheiro para adquirir outra(s) mercadoria(s), por outro lado observamos o barateamento de outros alimentos em nome da redução do salário e do aumento da concentração de renda, como aconteceu quando o alimento

tornou-se mercadoria em *commodity*, como McMichael (2016) afirma nos seus três regimes alimentares.

Vimos como o psicológico também é afetado, e como ele interfere nas escolhas alimentares, que em si não depende do indivíduo. Embora Sorre também tenha apresentado uma variedade de regimes alimentares no globo terrestre, o regime alimentar atual tende a padronizar o consumo em produtos industrializados, ricos em sódio, gorduras e açúcares afetando a saúde mental e física dos comedores, criando e propagando as DCNTs por exemplo.

E ambos os geógrafos detalharam vários problemas médicos que uma alimentação deficiente causa. Por que então estamos nos alimentando mal?

Por causa de uma política internacional que determina nossos regimes alimentares, com o uso da publicidade?

Para aumentar a concentração latifundiária nas mãos de quem opera o agronegócio patronal com produção de grãos e/ou gado?

E quais as consequências disso?

Mesmo que a fome absoluta tenha sido aparentemente reduzida, a fome oculta cresce cada vez mais.

Vimos que François Collart-Dutilleul (2021) propõe leis para assegurar a democracia alimentar, por exemplo, justamente pela ausência de leis que protejam não apenas os produtores, mas os consumidores.

Além do prejuízo aos seres humanos que consomem indiscriminadamente esse tipo de alimento (ou objeto comestível não identificado), temos inúmeros impactos ao meio ambiente, como o aumento da produção de embalagens e, por isso, de lixo; o aumento do desgaste do solo com a monocultura, causando impactos ao meio vivo, e mesmo à qualidade do alimento produzido; a tortura a que outras vidas animais são submetidas, quando a única razão de sua existência é servir como mercadoria alimentícia; as frustrações geradas também por causa de uma alimentação deficiente, havendo pesquisas que confirmam relação entre depressão e outros problemas psíquicos com a qualidade nutricional; a transformação também das pessoas em mercado consumidor, não importando mais sua individualidade, sua importância; a perpetuação do ciclo da miséria, porque Josué provou o que ela acarreta não apenas individualmente, como também socialmente. Citamos a concentração fundiária, a fome a que os camponeses foram e são submetidos, a pobreza urbana como consequências dessa lógica perversa.

A ciência não é imparcial. Muitas vezes ela promoveu o aumento do fosso da desigualdade social, sendo um dever do cientista buscar a justiça social. E vimos para Castro o binômio ciência e justiça social não se limitava à ideologia de sistema econômico, ou de sistema político, ocupava-se do sistema humano.

Mais do que produzir, é preciso distribuir os alimentos. Mas não sacrificando os produtores locais, os pequenos agricultores, os agricultores de minifúndio, de subsistência, como a história do Brasil mostra que se fez e ainda faz, mesmo com a primeira política pública criada em 1996 destinada a esse segmento. Eles precisam ser efetivamente beneficiados!

Vimos que a lógica latifundiária encontrou seu espaço também no Congresso Nacional, perpetuando a injustiça já denunciada por Castro em 1946 na *Geografia da Fome*.

Se valorizássemos efetivamente os produtores locais, com a policultura, evitaríamos o consumo de embalagens, cujo descarte satura de lixo o meio ambiente, alimentar-nos-íamos melhor, com produtos *in natura*, reduziríamos a pobreza no campo (quem sabe até promovendo a justiça social), desenvolveríamos nossa capacidade intelectual, individual e social pelo contato com o produtor nas feiras, reumanizando o mercado local, entre outras experiências que devemos buscar.

Enfatizamos a necessidade de sobrepor a humanização à lógica econômica que nos subtrai a essência da vida. Tratamos o reino animal e o reino vegetal como mercadorias, ou subproduto, incluindo o ser humano. Precisamos aprender a respeitar a vida!

Não há explicação racional para luxo excessivo, desperdício e latifundiários (ruais e/ou urbanos), de um lado, e do outro, miséria degradante, fome ou inacessibilidade de bens de consumo (incluindo alimentos) e desprovidos de posses ou propriedade.

Vimos que tudo está relacionado, e que é preciso pensar de forma harmônica para melhorar o planeta, humanizar a racionalidade. Precisamos mudar a lógica que nos rege, inclusive a forma de valorizar a terra, os produtos primários.

Enfim, pode-se acabar com a fome revendo essa lógica econômica de produção alimentícia (tanto para os agricultores, quanto para os consumidores), de querer persuadir o ser humano que uma substância comestível equipara-se ao alimento. E Josué de Castro já o afirmara no seu *Geopolítica da Fome*.

A qualidade de vida das pessoas aumentaria concedendo-lhes tempo para o ato de cozinhar (que inclui também a cultura, o lazer, a prática e a transmissão de conhecimento).

A redistribuição de renda, a reforma agrária, o combate ao latifúndio e à monocultura, a melhoria da condição do agricultor e do morador das cidades, a garantia da educação, sobretudo das ciências humanas, em busca de compreensão dos problemas e de suas resoluções ainda estão aquém do esperado.

Em Josué de Castro, vimos que o flagelo da fome é isonômico e aflige todos os humanos. E que o problema da fome na sua época poderia ser resolvido com a melhoria do nível de compra e com o aumento da produção alimentícia.

Vimos na análise de Max. Sorre que os regimes alimentares dos humanos estavam restritos às condições climáticas, dos solos, às condições físicas disponíveis como um todo aos grupos populacionais. E que geralmente as pessoas se nutrem de lipídios, carboidratos e proteínas, com exceção dos inuítes, que têm seu regime alimentar limitado aos lipídios e às proteínas, devido à impossibilidade da agricultura no meio em que se encontram.

Mesmo que Sorre admita que a Terra tem limitações na disponibilidade de recursos, e que há um aumento populacional imprópriamente controlado, ele aponta a necessidade dos diálogos entre as ciências e considera de suma importância a compreensão da humanidade para adaptação/adequação a uma nova realidade, trabalhando em valores humanos. Ao mostrar, ainda no começo da década de 1960, a existência de pessoas que preferem ter condições de vida não tão boas para poder adquirir, consumir, comprar bens materiais, identificamos uma crítica contundente a uma sociedade consumista e frívola.

E tem uma visão otimista sobre a eliminação do flagelo da fome, por considerar que os fatores humanos, desde que moldados pelo humanismo, são mais decisivos do que os naturais (SORRE, 1952a).

Mas isso não anula toda a sua crença na humanidade, no sentido que há como melhorar. Lembremo-nos que Max. Sorre não pôde incluir nos seus estudos o processo de descolonização da África, nem de outras conquistas, inclusive no seu continente, que atingiu níveis de concórdia e resolução negociada de conflitos inimagináveis por sucessivas gerações até as envolvidas na destruição das duas guerras da primeira metade do século XX.

Enfim, nossa alimentação é influenciada por escolhas globais e destruidoras da vida, como a dos animais produzidos em larga escala para servirem de alimento (tirando-lhes a essência da vida, de seguir o ciclo da vida), mas aumentando o consumo de carne da humanidade. Fumey (2020) observa que o consumo anual *per capita* de carne era de 20kg em 1800 e em 2000 passou para 98kg.

Precisamos atualizar o conhecimento dos regimes alimentares, reincluindo as análises de Max. Sorre e de Josué de Castro, pois não há um regime alimentar único, mas há a incitação ao homogêneo, que tem sido hegemônico, como visto, supersarcofágico e composto sobretudo por produtos de *commodities*, ultraprocessados.

Ressaltamos a importância também de estudos sobre os impactos de uma alimentação deficiente na população. Mas os problemas socioeconômicos são mais urgentes e necessários de serem resolvidos, com risco de destruição do meio ambiente e das relações humanas, propriamente ditas.

Para isso, decidimos também pontuar tudo que apresentamos na tese, para enfatizar que:

1. Na primeira metade do século XX começou um projeto de longo prazo: seja no Brasil com Getúlio Vargas, seja no mundo com a ONU.

2. Foi Josué de Castro que inseriu o conceito de fome oculta no meio científico, pois antes somente se considerava fome absoluta, evidenciando que a fome se trata de um problema complexo, com manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. E a maioria dos estudos científicos se limitava (ou continua se limitando?) a questões parciais, com uma visão unilateral do problema. Portanto a fome é um fenômeno político-social e econômico, e foi isso que Josué de Castro denunciou. Foi nosso pernambucano quem desnaturalizou a fome como um problema da pobreza. A fome é consequência da pobreza. A fome não é fruto apenas de fenômenos naturais, mas também de fenômenos socioeconômicos e de processos históricos.

3. Para uma alimentação saudável, isto é, um regime alimentar racional, é preciso uma variedade de alimentos – suficiente, completa e harmônica –, incluindo os micronutrientes, que dependem da qualidade do solo. Para uma vida saudável também a atividade física é necessária, mas as comodidades da vida moderna nos induzem a um estilo de vida sedentário.

4. A monocultura, o latifúndio são responsáveis não apenas pelo empobrecimento do solo, mas pelo aumento da fome. E isso também é afirmado por McMichael (2016). O latifúndio e a monocultura são responsáveis pela perda da fertilidade do solo, por sua exaustão. E no âmbito socioeconômico, sufocam a policultura, as pequenas propriedades, aumentam a exploração do trabalho e a desigualdade econômica, não apenas no meio rural, mas também no meio urbano, conforme McMichael (2016) também afirma com a configuração dos regimes alimentares e das questões agrárias. O processo de erosão do solo, provocado pela interferência humana, precisa de regulação para uso racional, para que não haja seu esgotamento.

5. Então vê-se amiúde povos serem penalizados pela falta da qualidade alimentar, pois

é o alimento que contribui para o desenvolvimento cognitivo, físico... para a manutenção das capacidades do ser humano, do ser vivo em geral. Somos uma das poucas espécies onívoras. Precisamos de equilíbrio nutricional.

6. Deparamos com a questão científica, sobretudo das ciências humanas, que consolidam o pensamento hegemônico, geralmente de uma elite abastada. Contudo, existem rupturas e o direcionamento científico para agir em prol da melhoria da humanidade.

7. Ressaltamos o que afirmamos sobre Josué de Castro, que foi um “presenciador” dos problemas humanos, enquanto Max. Sorre foi um “analisador”.

8. Tanto que Josué de Castro conhece a migração pela fome, como ocorre aos retirantes no nordeste brasileiro, sobretudo devido à seca regional.

9. Nessas análises de Max. Sorre estão presentes a variedade da alimentação, embora ele já apontasse para o consumo de objetos comestíveis não identificados, como da margarina, e a influência dos regimes alimentares urbanos, sobretudo oriundos do Reino Unido e dos Estados Unidos.

10. Muitos ainda usam conceitos econômicos de pessoas abastadas, em outro contexto histórico, e com defesa explícita de uma elite dominante.

11. Ressaltamos a necessidade de incentivar maiores pesquisas sobre a qualidade nutricional para ver quais são seus impactos nos indivíduos, relacionando-as com os comportamentos morais e/ou sociais.

12. Como Sorre atenta, o ser humano e o meio são os dois termos-chave da geografia humana, isto é, ambos têm de ser vistos em consonância.

13. Sorre enfatiza a necessidade da interdisciplinaridade para análise de temas complexos e dinâmicos para a compreensão da condição humana.

14. Desde a segunda metade do século XVIII a maneira de o ser humano conceber as relações entre o organismo e o meio geográfico mudou prodigiosamente. Isto é, desde quando o ser humano passou a ocupar a Terra, somente com a Revolução Industrial, com a consolidação do capitalismo tivemos mudanças exponenciais. Isto posto, sabemos que podemos mudar, para melhorar as condições humanas e do meio, ou podemos continuar num ritmo autodestrutivo.

15. Quanto menor a renda do cidadão, maior é o percentual dela usado para aquisição de alimentos. Mesmo com essas mudanças na Terra, ainda somos dependentes do alimento. O organismo humano é onívoro, não adaptado para mudanças tão bruscas nos seus regimes

alimentares, como tem sido com os objetos comestíveis não identificados. Nossa fisiologia evoluiu para se nutrir de alimentos, não de mercadorias industrializadas. São anos de evolução para formação das nossas características físicas: dentição, aparelho digestivo, combinações alimentares...

16. Sorre acredita, assim como Josué de Castro, que é possível reinar um sentimento de fraternidade entre as civilizações, como afirmamos nas seções III.2.1., III.2.3. e IV.1. desta tese. E discorda do econômico sobrepondo-se à lógica das relações humanas e da relação do ser humano com o meio.

17. Sorre já atentava para a padronização dos modos de vida. Inclusive dos regimes alimentares, devido à mundialização, à globalização, à industrialização... e o regime alimentar precisa ser composto também de alimentos crus.

18. Sorre acreditava que para supressão da fome, a organização humana dos mercados é uma condição essencial (conforme apresentamos nas seções III.2.3. e IV.1. da tese).

19. Sorre já apontava para melhorar as condições socioeconômicas do país de repulsão, para resolver os problemas da migração. Com a mundialização e a globalização, as migrações aumentaram, e os discursos nacionalistas exasperados também. Assim, temos de ver o planeta como um todo. Por isso ele também acreditava no sentimento de fraternidade reinando sobre as nações.

20. Nos 10 pontos de combate à fome (seção IV.1.), Josué de Castro defende o combate ao latifúndio, à monocultura e os incentivos (fiscais, de assistência técnica etc.) aos pequenos agricultores, à policultura... também a formação de bons hábitos alimentares, envolvendo conhecimentos históricos de higiene, o amor à terra, a preocupação com o uso da terra...

21. Castro acredita numa cooperação internacional para diminuir as desigualdades econômicas e sociais, mediante uma política de desenvolvimento adequado.

22. Olhando o século XXI, vimos que os regimes alimentares sofrem com a padronização do regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016), sarcofágico (FUMEY, 2020), de cadeias longas (FUMEY, 2010), que a Revolução Verde somente aumentou o fosso da desigualdade socioeconômica, seja no meio rural, seja no meio urbano.

23. Que com a falência do sistema financeiro do Bretton Woods, os Estados Unidos concentraram ainda mais seu poder político-econômico, inclusive determinando o regime alimentar no globo, alterando a configuração mundial até então conhecida. Assim, passamos a

transformar o comércio agrícola em ativos financeiros, para gerar lucro, não mais com a finalidade de alimentar.

24. Como consequência, temos impactos socioeconômicos e ambientais agravados.

25. Embora não abordado com dados quantitativos, nossa alimentação foi impactada por mercadorias oriundas de soja e cereais (transgênicos na maioria dos casos, cujo consumo é permitido ou proibido dependendo do país) além do aumento da produção de animais em pecuária para o consumo de proteína animal. Contudo em escala industrial, sem garantir as condições de vida digna a esses animais, por exemplo. Se nem aos humanos o é garantido!

26. Está havendo uma padronização dos regimes alimentares para o consumo de *fast-foods*, de objetos comestíveis não identificados, de mercadorias ricas em lipídio, açúcar e sal, de consumo de carne, de consumo de álcool, excitantes, além de medicações.

27. O problema da fome em vez de ser resolvido, foi agravado e tem se agravado ainda mais, porque a fome oculta continua presente nesses hábitos alimentares incitados pela indústria, pelas campanhas publicitárias, pelo aumento das desigualdades socioeconômicas, pelo aumento da concentração da renda, pela ameaça à policultura, ao modo de vida dos camponeses...

28. A FAO e a ONU mudaram sua essência na condução das instituições com as novas políticas neoliberais, sobretudo a partir de 1986. O que faz ainda mais imperativa a mudança dessa lógica perversa com todos e com tudo, conforme apresentamos na tese.

29. Fábio Dal Soglio (2009) ainda atenta para o fato de os seres humanos serem os exterminadores do futuro do planeta terra. Por isso nosso apelo é ainda maior para a humanização das ciências humanas, a organização humana dos mercados, para revertermos os impactos no meio e nas relações entre os seres humanos e os demais seres vivos e as relações socioeconômicas entre os seres humanos, como nossos dois geógrafos já pregavam na segunda metade do século XX.

30. Existem movimentos que atentam para a mudança de hegemonia da lógica econômica que vem alterando o mundo desde a segunda metade do século XVIII. Outra forma de pensar alimentação e as relações socioeconômicas é possível. Os Fóruns Sociais Mundiais buscam essa nova racionalidade.

POST SCRIPTUM

Dê instrumentos, mexa na estrutura, e o homem transformará a realidade adversa a que está submetido.
(Josué de Castro, Discurso na Universidade Nacional de Engenharia, Peru, 1965)

As colheres de cabo comprido

Uma mensagem inspiradora, sobre o poder da solidariedade

Conta uma lenda que Deus convidou um homem para conhecer o céu e o inferno. Foram primeiro ao inferno. Ao abrirem uma porta, o homem viu uma sala em cujo centro havia um caldeirão de substanciosa sopa e à sua volta estavam sentadas pessoas famintas e desesperadas.

Cada uma delas segurava uma colher, porém de cabo muito comprido, que lhes possibilitava alcançar o caldeirão, mas não permitia que colocassem a sopa na própria boca. O sofrimento era grande.

Em seguida, Deus levou o homem para conhecer o céu. Entraram em uma sala idêntica à primeira: havia o mesmo caldeirão, as pessoas em volta e as colheres de cabo comprido. A diferença é que todos estavam saciados. Não havia fome, nem sofrimento.

“Eu não compreendo”, disse o homem a Deus, “por que aqui as pessoas estão felizes enquanto na outra sala morrem de aflição, se é tudo igual?” Deus sorriu e respondeu:

“Você não percebeu? É porque aqui eles aprenderam a dar comida uns aos outros”.

Moral:

1. Egoísmo: as pessoas no “inferno” estavam altamente preocupadas com a sua própria fome, impedindo que se pensasse em alternativas para equacionar a situação;
2. Criatividade: como todos estavam querendo se safar da situação caótica que se encontravam, não tiveram a iniciativa de buscar alternativas que pudessem resolver o problema;
3. Equipe: se tivesse havido o espírito solidário e ajuda mútua, a situação teria sido rapidamente resolvida.

Disponível em: <<https://nogueirense.com.br/as-colheres-de-cabo-comprido/>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

Observando a pandemia do COVID-19, acrescentada das mudanças que sofremos posteriormente à morte de Josué de Castro, colocamos as seguintes questões a serem pensadas, e trabalhadas:

Vivemos numa sociedade com inúmeras injustiças, sejam estruturais, sejam conjunturais. Temos uma história que beneficiou uma parcela mínima da população.

Mesmo ciente da colonização europeia sobre todos os continentes do globo terrestre, na Europa também há conflitos (guerras sangrentas), exploração, que somente está sem guerras há gerações desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

As questões migratórias estão presentes na humanidade, mas muitos discursos

xenófobos emergem, e acentuam, sobretudo com as crises econômicas e políticas.

Mas voltando ao COVID-19, enquanto estava na França, pude observar no primeiro confinamento, de 17 de março a 11 de maio de 2020, somente os mercados e as farmácias ficaram abertos. Não houve desespero, embora as prateleiras tenham ficado vazias no dia 16 de março no supermercado que fui. Sobretudo de produtos industrializados, não perecíveis, como farinha, macarrão, conservas, grãos, por exemplo. Sem violência e sem desespero! Por quê? Porque existe a ilusão da abundância alimentar, isto é, temos substâncias comestíveis em abundância, que nos permite comer, mas sem nos alimentarmos de seus nutrientes, porque são inexistentes.

Isso é um primeiro problema.

O segundo que podemos observar é que a maioria das vítimas fatais tinha alguma das seguintes patologias: diabetes, hipertensão ou obesidade. Problemas diretamente relacionados à má alimentação. Isso porque não foram efetuadas pesquisas sobre a qualidade nutricional das vítimas, pois no desespero de inúmeras mortes, a equipe médica trata de sobreviver, de procurar salvar as vidas e de não propagar a infestação do vírus. Vários corpos foram enterrados em valas comuns, coletivas, sem direito a velório.

Já um terceiro problema podemos ver na importância da segurança e da soberania alimentar, e para isso na melhoria das condições dos pequenos produtores agropecuários. De uma certa forma, as cadeias longas são mais valorizadas do que as cadeias curtas, o produto industrializado, por ser mais barato, e por não ser perecível, atrai mais a atenção de alguns consumidores, contudo estamos na terra há cerca de 300 mil anos alimentando-nos de produtos primários. Por que essa alimentação alterada em menos de um século para algo ultraprocessado, por objetos comestíveis não identificados ricos em gorduras, sal, açúcar, produtos sintéticos, transgênicos etc. seria melhor do que a que faz parte da vida? Vida essa composta por culturas, por diversidade no regime alimentar, por cumprir o ciclo de vida.

A forma que estamos produzindo é prejudicial ao meio, aos seres humanos, aos animais criados (e transformados) de forma cruel em alimento, à terra que é usada de forma intensiva, em latifúndios monocultores, do que estamos comendo, como o excesso de proteína animal, o consumo de produtos industrializados. Isso tudo também impactando as relações sociais: sendo que não há mais a transmissão cultural no preparo das refeições, seja porque a substância comestível é mais barata, e as pessoas têm a ilusão de que têm poder aquisitivo, aceitando a (hiper)exploração do seu trabalho, na falta de comunicação entre os componentes da família.

Enfim! Qual o alimento do futuro?

O alimento do futuro não é aquele produzido em laboratórios. O alimento do futuro é aquele que é produzido sob condições consideradas humanas, mas humanas no seu sentido de humanidade, isto é, com boas relações sociais para os produtores e os consumidores, incluindo boas condições de produção e de consumo, nas quais seja contemplado o bom uso da terra, do meio, e principalmente em relação a outras vidas, e aí se destacam os animais, como produtos e não como vidas, que têm seu Ácido desoxirribonucleico (ADN) alterado para aumentar a produtividade de carne, de leite, por exemplo, assim como as plantas, que sofrem transformação análoga também impactante na saúde do corpo humano.

Acrescentamos que o barateamento do que se é consumido como alimento dessa forma, também impacta as relações de trabalho, as relações entre os produtores de alimentos reais e os consumidores, entre outros efeitos que precisam ser mais bem analisados.

François Collart-Dutilleul publicou seu livro « Nourrir. Quand la démocratie alimentaire passe à table » pela Editora Les liens qui libèrent, dia 13 de janeiro de 2021, sendo importante melhor conhecer suas ideias sobre democracia alimentar para aprofundarmos as buscas das soluções aos problemas alimentares.

Vimos a importância da atuação da instituição do Estado para a contenção da propagação do COVID-19 buscando meios de sustentar a população para ficar em casa, mediante ajudas diretas do governo, ou de incentivos às empresas para remunerar seus funcionários, deixando-os confinados. Contudo, os trabalhadores informais, em situação precária de trabalho e os desempregados nem sempre foram beneficiados. Emergiram não somente a importância de um Estado presente, atuante que assegure o bem-estar social de sua população, mas também sua alimentação de qualidade. E para isso, é preciso insistir na melhoria da produção local, porque com barreiras sanitárias rígidas, cessam a exportação e importação de produtos alimentares. Além da importância de ter um estoque de grãos, que o Brasil não o fez perante a pandemia, fragilizando ainda mais sua população com o aumento dos preços e a insegurança alimentar.

Ademais, devemos questionar-nos o que está acontecendo com a lógica que rege a humanidade: aceitamos um papel moeda e ignoramos as relações sociais, interpessoais, entre o homem e o meio; comemos algo cuja procedência e o impacto sobre nossos corpos desconhecemos; manipulamos a vida animal, a vida vegetal com mudanças genéticas, impedindo o ciclo natural; desenvolvemos aromas, substâncias sintéticas para acrescentar a

subprodutos para se tornarem mercadorias alimentícias; deixamos grande parcela da população vulnerável enquanto 1% da população detém a metade de toda a riqueza do mundo; não apaziguamos os conflitos inerentes da história e da diversidade humana, mas acentuamos os problemas quando não asseguramos os direitos humanos, sobretudo de populações marginalizadas, alvo de problemas históricos e estruturais. E aqui não se inclui esse ou aquele grupo étnico, mas também os pequenos agricultores.

Enfim, precisamos pensar se queremos retomar o caminho destrutivo que tínhamos antes de 2019 ou se aproveitamos essa pandemia para refletirmos como melhor conduzir a relação dos meios (físico, vivo e sociais, cf. Sorre, 1958). Até porque mostramos alguns caminhos tomados pela ONU, que divergem da essência de sua criação.

Encerramos nossa tese com a frase do Eduardo Galeano, que iniciou nossa tese: “*La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Entonces, ¿para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar*”. E que mesmo com todos os avanços tecnológicos que tivemos desde Max. Sorre, nossos problemas são mais nas relações inter-humanas, intersociais e entre o ser humano e a natureza, do que tecnológicos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2704-2709, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001100026&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2020.
- ACCIOLY, Elizabeth. Josué de Castro e o Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: SILVA, Tânia Elias Magno (Org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel Cervantes, 2012, p. 592-598.
- ADAS, Sergio. O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-152940/pt-br.php>>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- ALBERTI, Sonia. A perversão, o desejo e a pulsão. **Revista mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. V, n. 2, set. 2005. p. 341-360. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1532/3484>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- ALLIX, André. Max. Sorre, Rencontres de la géographie et de la sociologie. In: **Revue de géographie de Lyon**, v. 33, n.1, 1958, p. 80-81. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geoca_0035-113x_1958_num_33_1_2239>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Fim de Bretton-Woods?: A Longa Marcha da Organização Mundial do Comércio. **Contexto Internacional**, v. 16, n. 2, p. 249-282, 1994.
- ALVARENGA, Marle; LARINO, Maria Aparecida. Terapia nutricional na anorexia e bulimia nervosas. **Brazilian Journal of Psychiatry**, 2002, v. 24, supl. 3, p. 39-43. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/X8DDSZbNZVCdbDByTbXJbDL/?lang=pt#>>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Textos para discussão número 4. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1642.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2020.
- AMANCIO ALVES, José Jakson. Una leitura geográfica da fome com Josué de Castro. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, n. 38, p. 5-20, dic. 2007. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022007000200001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- AMORIM, Helder Remigio de. “Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23349/1/Tese%20Helder%20Remigio%20de%20Amorim_Hist%C3%B3ria_2016.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 169-194, abr. 1997. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000100009>>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, Juiz de Fora, 2007. Disponível em:

<https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020,

ASSOULY, Olivier. **L'Organisation criminelle de la faim**. Paris: Actes Sud, 2019.

AULAGNIER-SPAIRANI, Piera. A perversão como estrutura* Publicado originalmente na Revue de Psychanalyse, Paris, PUF, ano 1, n. 2, p. 11-43, abr-jun/1967. Tradução de Antonio Teixeira e Revisão de Rosa Maria Gouvêa Abras. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [online]. 2003, v. 6, n. 3, p. 43-69. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Byqm5K559pfn9pBHZJCWsWQ/abstract/?lang=pt&format=html#ModalArticles>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BEATO, Cláudia Rodrigues Pádua Salgado; LAZZARINI, Eliana Rigotto. Uma revisita ao desejo do psicanalista em *O banquete* de Platão, segundo o legado de Freud e Lacan. **Revista de Psicanálise da SPPA**, v. 27, n. 3, dezembro 2020, p. 605-625. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/06/1252774/05-sppa3-20-uma-revisital_claudia_eliana_seer.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2021.

BECKER, Gisele. História do Brasil: mudanças e permanências. O Estado Brasileiro pós-revolução de 30: a Era Vargas (1930-1945). In: MARTINS, Rodrigo Perla; MACHADO, Carlos R. S. (Org.). **Identidades, movimentos e conceitos: fundamentos para discussão da realidade brasileira**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 26-32.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11-20, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. Ação política e pensamento social em Josué de Castro. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas [online]. 2009, v. 4, n. 3, p. 401-420. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000300004>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BNF DATA. Maurice Sorre. Disponível em: <https://data.bnf.fr/fr/12544613/maurice_sorre/>. Acesso em: 7 set. 2020.

BOULVAIS, Patrick. Geneanet. Disponível em: <<https://www.geneastar.org/genealogie/?refcelebrite=sorremaximi&celebrite=Maximilien-SORRE>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Biografia de Josué de Castro**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/130825/biografia>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Obesidade cresce 60% em dez anos no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2017/04/obesidade-cresce-60-em-dez-anos-no-brasil>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**, 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2019.

BRITO, Nuno. Consumismo enquanto ideologia: o papel da publicidade. **Revista Comunicando**, 2012. v. 1, n. 1. Disponível em: <http://www.revistacomunicando.sopcom.pt/ficheiros/20130108-nuno_brito.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRUNET, Roger. Géographie et sociologie: Max. Sorre, Rencontres de la géographie et de la sociologie. In: **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, tome 28, fascicule 2, 1957. p. 191-193. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/rgpso_0035-3221_1957_num_28_2_1452_t1_0191_0000_2>. Acesso em: 5 abr. 2020.

BRUNO, Regina. Elites agrárias, patronato rural e Bancada Ruralista. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. Projeto de Cooperação Técnica UFT/BRA/083/BRA. 2015. Disponível em: <<http://oppa.net.br/acervo/textos-fao-nead-gpac/Texto%20de%20conjuntura%2009%20-%20Regina%20BRUNO.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A dimensão populacional na obra de Josué de Castro. 2004. xii, 409 f. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104441/campos_rr_dr_rela.pdf?sequenc e=1>. Acesso em: 3 ago. 2021.

_____. A presença na geografia de Josué de Castro. **Revista Geográfica de América Central**, 2011, v. 2, p. 1-23. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820014.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. Josué de Castro na perspectiva da geografia brasileira 1934/1956 (Uma Contribuição à Historiografia do Pensamento Geográfico Nacional). 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6945/1/arquivo9547_1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. O pão nosso de cada dia nos dai hoje...Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20022008-105544/publico/TESE_ANTONIO_A_TELES_CARVALHO.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

CARVALHO, Paulo. União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural. **Cadernos de Geografia**, n. 26/27. Coimbra: 2007/2008, p. 67-76. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Carvalho36/publication/311582995_Uniao_Europeia_politicas_publicas_e_desenvolvimento_rural/links/584eedec08ae4bc899397dc8/Uniao-Europeia-politicas-publicas-e-desenvolvimento-rural.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro: cidadão do mundo e um cientista de múltiplos saberes. Uma trajetória vitoriosa-1908-1973. In: Museu Josué de Castro do Instituto de Nutrição Josué de Castro UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, s/d. Disponível em: <<http://museu.nutricao.ufrj.br/images/bibliografiajosue.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

CASTRO, Josué de. **Fisiologia dos tabus**. Rio de Janeiro: Editora Nestlé, 1939a.

_____. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Antares, 1984. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXib2RlZ2FkYWdlb2dyYWZpYXxneDo1ZTJmNzBkYzk3ZmY4NmQz>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do

mondo. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **Géopolitique de la faim**. Paris: Les éditions ouvrières, 1956.

_____. **O livro negro da fome**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **O problema da alimentação no Brasil: seu estudo fisiológico**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939b.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**. n. 18, v. 2, p. 173-180, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/597/1226>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CHABOT, Georges. Sorre (Max), Rencontres de la géographie et de la sociologie, 1957. In : **L'information géographique**, v. 21, n.5, 1957, p. 218. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1957_num_21_5_1765_t1_0218_0000_1>. Acesso em: 17 out. 2020.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. Campinas: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 4 n. 2, 2016, p. 1-30. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643195/10739>> Acesso em: 23 ago. 2020.

CHEVALIER, Auguste. La Géographie de l'Alimentation d'après Max Sorre et d'autres observations sur ce sujet signalées par Aug. Chevalier. In: **Revue Internationale de botanique appliquée et d'agriculture tropicale**, 32^e année, bulletin n^o 361-362, Novembre-décembre, 1952. p. 554-559. Disponível em: <https://www.persee.fr/docAsPDF/jatba_0370-5412_1952_num_32_361_6546.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. O Brasil Agrário: o conservadorismo e a direita na bancada ruralista. **Em Tese** [Revista digital semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)], Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 7-32, jan/jun., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n1p7>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CLAVAL, Paul. A geografia francesa. **Espaço Aberto, PPGG-UFRJ**, v. 4, n. 1, p. 7-22, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/download/2429/2075>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CLOZIER, René. Sorre (Max) *L'homme sur la Terre: traité de géographie humaine*, 1961. In: **L'information géographique**, vol. 26, n. 1, 1962. p. 42-43. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1962_num_26_1_6831_t1_0042_0000_8>. Acesso em: 17 ago. 2020.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; TUCCI, Carlos E. Morelli; HOGAN, Daniel Joseph; NAVEGANTES, Raul (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. Cap. 3, p. 52-70. Disponível em: <[http://www.unievangelica.edu.br/files/images/Interdisciplinaridade%20e%20Ci%C3%AAs%20Ambientais%20\(3\).pdf#page=62](http://www.unievangelica.edu.br/files/images/Interdisciplinaridade%20e%20Ci%C3%AAs%20Ambientais%20(3).pdf#page=62)> Acesso em: 29 jul. 2021.

COLLART-DUTILLEUL, François. **Nourrir** : quand la démocratie alimentaire passe à table. Paris: Les liens qui libèrent, 2021.

CONDORCET, Marquis de Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. **Esquisse d'un tableau**

historique des progrès de l'esprit humain. Paris: Librairie philosophique et. Collection : Bibliothèques des textes philosophiques. Version numérique, 2005. Disponível em: <<http://www.anthropomada.com/bibliotheque/CONDORCET-Marquis-de-Jean-Antoine-Nicolas-de-Caritat.pdf>>. Acesso em 2 jul. 2021.

CONSEA: Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CORAZZA, Gentil. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo. **Cadernos IHU Ideias**. Ano 3, n. 39, 2005. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/039cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

COSTA, Frederico Lustosa da. Introdução. In: COSTA, F. L. da; ZAMOT, Fuad (Org.). **Rio de Janeiro: uma cidade, muitas capitais**. Editora FGV, 2010, p. 15-20.

DAL SOGLIO, Fábio. A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina (Org.). **Agricultura e sustentabilidade: planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213995/000732680.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DANTAS, Aldo. Monbeig e a noção de Complexo Geográfico, **Confins**, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/6091>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html>. Acesso em: 3 jan. 2019.

DEVALDÉS, Manuel. **Malthusianismo y Neo-Malthusianismo**. Traducción de José Prat. Barcelona: Biblioteca Editorial Salud y Fuerza, 1908.

DUCHESNE, Mônica et al. Evidências sobre a terapia cognitivo-comportamental no tratamento de obesos com transtorno da compulsão alimentar periódica. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, 2007, v. 29, n. 1, p. 80-92. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rprs/a/jdpgVvZG7F6v8YVKsZcR6jL/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

ESPÍNDOLA, Cybele Ribeiro; BLAY, Sérgio Luís. Bulimia e transtorno da compulsão alimentar periódica: revisão sistemática e metassíntese. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, 2006, v. 28, n. 3, p. 265-275. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rprs/a/WPVsYpsFM5Qb6PW4dGKFn6g/?lang=pt#>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. A arte de comer bem: nutricionistas e visitadoras de alimentação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS (1940-1967). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307990025_ARQUIVO_anpuh2011corrigidoesemresumo.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2. abr.-jun. 2012, p.611-636. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/CHzHTkmKRTnNVGThD7nCdvH/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

FISCHLER, Claude. **L'Homnivore**: Le goût, la cuisine et le corps. Éditions Odile Jacob: Paris, 1990.

FONSECA, Wéverton L.; FONSECA, Wéverton José L.; OLIVEIRA, Augusto M. de; VOGADO, Gleissa M. S.; SOUSA, Gíto G. Terto e; SOUSA, Tiago de O.; SOUSA JÚNIOR, Severino C. de; LUZ, Carlos S. M. Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. In: **Nucleus**. vol. 12, nº1, 2015. p. 233-240. Disponível em: <<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1422/0>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FONTANA, Cleder. Fome e questão ambiental. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 13-24, nov. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/25654>>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Fome e questão ambiental: uma leitura a partir da obra de Josué de Castro. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/101398>>. Acesso em: 22 set. 2020.

FUMEY, Gilles. **Feu sur le breakfast !** Saint-Mandé (França): Éditions Terre Urbaine, 2020.

_____. **Géopolitique de l'alimentation**. Auxerre (França): Sciences humaines éditions, 2012.

_____. **Géopolitique de l'alimentation**. Auxerre (França): Sciences humaines éditions, Version revue et augmentée, 2018.

_____. La mondialisation de l'alimentation, **L'Information géographique**, v. 71, n. 2, 2007, p. 71-82. Disponível em: <<https://doi.org/10.3917/lig.712.0071>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Manger local, manger global**. Paris: CNRS Éditions, 2010.

G, A. Sorre Max: Rencontres de la géographie et de la sociologie. In: **Population**, 13^e année, nº1, 1958. p. 153. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1958_num_13_1_5852>. Acesso em: 24 abr. 2020.

GARCIA, Nicolle Berti; BARROS JUNIOR, Orlando Aleixo de. Agronegócio e reprimarização econômica: um olhar sobre os impactos do processo de inovação técnico-científico e concentração de capital no campo brasileiro. **Revista IDEAS**, 2015, v. 9, n. 2, p. 152-175. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/140>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GASPAR, Lúcia. Josué de Castro. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=367>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GÉOGRAPHIE EN MOUVEMENT. La démocratie alimentaire: une urgence. 19 jan. 2021. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/geographies-en-mouvement/blog/190121/la-democratie-alimentaire-une-urgence>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

GEORGE, Pierre. L'action de l'homme sur la terre. In: **Annales de Géographie**, t. 85, nº469, 1976. p. 361-362. <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1976_num_85_469_17477>. Acesso em: 25 out. 2020.

- _____. La vie et l'oeuvre de Max. Sorre. In: **Annales de Géographie**, t. 71, n. 387, 1962a. p. 449-459. <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1962_num_71_387_16249>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- _____. Un traité de géographie humaine. In: **Annales de Géographie**, t. 71, n. 387, 1962b. p. 514-516. <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1962_num_71_387_16256>. Acesso em: 26 out. 2020.
- GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, 2001, v. 5, n. 3. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/download/19705/11390>>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- GOUROU, Pierre. Géographie et sociologie. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n. 360, 1958. p. 152-153. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_360_16874>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- GRIVOT, Françoise. Bibliographie des œuvres de Max. Sorre. In: **Annales de Géographie**, t. 72, n. 390, 1963. p. 186-191. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1963_num_72_390_16377>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- HENRIQUES, Isabella Vieira Machado. Controle social e regulação da publicidade infantil: o caso da comunicação mercadológica* de alimentos voltada às crianças brasileiras. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 2010. v. 4, n. 4. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/649>>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Os efeitos da elevação dos preços das *commodities* agrícolas sobre a segurança alimentar. In: **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 15 Jan./Jun. 2010, p. 73-94. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2010/PRE%C7O%20DOS%20ALIMENTOS.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- IANNI, Aurea Maria Zöllner. Desafios para um novo pacto sanitário: biotecnologia e risco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 837-846, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/5BkPDCDBByMQHkDmYL4NKpR/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- KIFFER, Ana Paula. Graciliano Ramos e Josué de Castro: um debate acerca da fome no Brasil. **Via Atlântica**, [S. l.], n. 13, p. 29-42, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50250>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- KILSZTAJN, Samuel. 1989. “O Acordo de Bretton Woods e a evidência histórica: o sistema financeiro internacional no pós-guerra”. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4. Disponível em: <<https://rep.org.br/rep/index.php/journal/article/view/1629>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- LAHLOU, Saadi. *Peut-on changer les comportements alimentaires?*. **Cahiers de nutrition et de diététique**, 40 (2), 2005. p. 91-96. ISSN 0007-9960. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/33153/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 21-53. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1199.dir/4_Lander.pdf>.

Acesso em: 29 jul. 2021.

LEITÃO, Ana Letícia Espolador. **Política pública para a agricultura familiar**: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Proinf) no Território Caparaó-ES. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=190290>. Acesso em: 13 jan. 2019.

LEITÃO, Ana Letícia Espolador; PORTELA, Tatiana Fonseca. Alguns impactos da alimentação na saúde da população. In: BOTTER, B.; SCARIM, P. C.; LEITÃO, A. L. E.; FARDIN, R. B. (Org.). **Comida e saúde em diálogo**: o “lugar” da alimentação desde o pensamento antigo até os dias e hoje. p. 141-160.

LIMA, Mayrá S. A atuação do ruralismo como elite política no Brasil: mobilização de vies mediante desigualdades sociais e de representação política. In: **Revista Agenda Política**. vol. 4, n. 3, set./dez. 2016.

MACHADO, Mônica Sampaio. (2009). A Implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. *GEOgraphia*, 2(3), p. 123-140. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2000.v2i3.a13378>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MARTINHO, Maria Helena Coelho. Perversão: um fazer gozar. 2011, 339 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/14544/1/Tese%20completa_MH%20Btd.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução Sonia Midori. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MEGALE, Januário Francisco. **Geografia e sociologia em Max. Sorre**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP), 1983.

MELO M. M.; NEVES, T. C. W. N. Trajetória Político-partidária. In: _____. **Josué de Castro**. Perfis parlamentares; n. 52. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. Cap. 2, p. 53-76. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2642/perfis_josue_castro.pdf?sequence=4>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MONTEIRO, Carlos Augusto; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Por que é necessário regulamentar a publicidade de alimentos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 61, n. 4, p. 56-59, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MOREIRA, Ruy. Max Sorre. *GEOgraphia*, v. 5, n. 10, 2003, p. 135-143. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13460/8660>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MOURA JÚNIOR, James Ferreira. Pobreza Multidimensional e Bem-Estar Pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação. Tese de doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Psicologia Programa de Pós-graduação em Psicologia 2015. Disponível em: <<https://Www.Lume.Ufrgs.Br/Bitstream/Handle/10183/140913/000991608.Pdf?Sequence=1>>

. Acesso em: 24 nov. 2020.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A contribuição de Josué de Castro para o sistema e a política nacional de segurança alimentar e nutricional. In: SILVA, Tânia Elias Magno (Org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel Cervantes, 2012a, p. 604-623.

_____. O papel do Consea na construção da política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. 2012. 197f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2012b. Disponível em: <http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_Renato-Carvalheira-do-Nascimento.pdf>. Acesso em 27 jun. 2019.

_____. O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos? **Revista Chronos** (Dossiê Josué de Castro), Natal, v. 10, n. 1, p. 43-50, jan./jun. 2009.

NEUKIRCHEN, Leandro César; ALVES, Adilson Francelino; PLEIN, Clério. Política pública de incentivo às *commodities*: uma análise da produção à venda na exportação. In: **Revista GeoPantanal**. v. 13 n. 24 (2018): Dossiê: Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/6307>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da revolução verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2020.

OLIVEIRA, Igor. A força da publicidade na cultura do consumo. **Revista Eletrônica de Comunicação**, v. 4, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/rec/article/view/453>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

OLIVEIRA, Maria Leidiana Mendes de. Fome como tabu: o mais antigo e perverso do mundo. **Revista Interface** (Porto Nacional), n. 10, dez. 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/1961>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OLIVEIRA-CAVALCANTI, Luitgarde. A fome como tabu e a luta de Josué de Castro. **Boletín Científico Sapiens Research**, v. 1, n. 2, p. 70-74, 1º jul. 2011. Disponível em: <<https://www.srg.com.co/bcsr/index.php/bcsr/article/view/42/35>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ONUBR NAÇÕES UNIDAS no Brasil. Artigo 25: Direito a um padrão de vida adequado. Publicado em 20/12/2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-25-direito-a-um-padroao-de-vida-adequado/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

PAULA, Nilson Maciel de; SANTOS, Valéria Faria; PEREIRA, Wellington Silva. A financeirização das *commodities* agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/522/425>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PAZ, Alfredo Müllen da; ABBEG, Ilse; ALVES FILHO, José de Pinho; OLIVEIRA, Vera Lúcia Bahl de. Modelos e modelizações no ensino: um estudo da cadeia alimentar. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 157-170, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172006000200157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PIRES, Murilo José de Souza; SANTOS, Gesmar Rosa dos. Modelo agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação

de *commodities*. **IPEA**, Brasília/Rio de Janeiro, 2013: textos para discussão 1817. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/970/1/TD_1817.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PLATÃO. **O Banquete**. Pará de Minas-MG: VirtualBooks, 2003. Disponível em: <<https://www.baixelivros.com.br/ciencias-humanas-e-sociais/filosofia/o-banquete-platao>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

POLI, Maria Cristina. Perversão da cultura, neurose do laço social. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 1, jan-jul 2004, p. 39-54. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/agora/a/hVD65Z79kVfGRYkhBkRjF5P/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PROJETO MEMÓRIAS JOSUÉ DE CASTRO, 2004. Disponível em: <<http://www.projeto memoria.art.br/JosuedeCastro/>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

RATTNER, H. Mudanças climáticas: aquecimento e esfriamento. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 120, p. 163-166, 3 maio 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13317/6981>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RIBEIRO, Guilherme. Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a geografia na obra de Fernand Braudel. (Tese de doutorado 383 f). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp109399.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. Entre armas e púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo. **Revista Continentes**, [S.l.], n. 16, p. 463-485, jun. 2020. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/288>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07102009-112818/publico/JOSE_RAIMUNDO_SOUSA_R_J.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

RIGO, Ariádne Scalfoni. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. (Tese doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA, 2014. Disponível em: <https://w2files.solucaoatrio.net.br/atrio/ufba-npga-ppga_upl/THESIS/110/aridne_scalfoni.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

RINALDI, Patrícia. Nogueira. O papel da ONU na governança econômica global do pós-guerra. **Ideias**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 207–228, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649484>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI: edição revista e atualizada do Novíssimo dicionário de Economia. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2005.

_____. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital.

Sociologias, 2001, n. 6, p. 170-198. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/soc/a/3ZxzcsL7YLskmzn8yLFyCDy/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 5 jul. 2020.

SCHAPPO, Sirlândia. Josué de Castro por uma agricultura de sustentação. 2008. 292p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279996>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 9-24.

SÉDAT, Jacques, D'une jouissance ignorée de Freud. Petite promenade philologique, **Che vuoi**, 2008/1 (n. 29), p. 11-19. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-che-vuoi-1-2008-1-page-11.htm#no17>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 87-107, abr. 1995. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100007>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. In: **Temporalis, Brasília** (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Josué de Castro: um autor do legado esquecido? 2016. 255f. Tese (Doutorado de Saúde Coletiva). Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2016. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/312622/1/Silva_MercedesdeFatimadosSantos_D.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos; NUNES, Everardo Duarte. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22 (11), 2017b, p. 3677-3687, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n11/3677-3688/pt>>. Acesso em: 14. jul. 2019.

SILVA, Nauber Gavski da. A constituição da nutrição no Brasil: Josué de Castro e o projeto nacional. In: SILVA, Francismary Alves da; ÁVILA, Gabriel da Costa; SILVA, Paloma Porto (Org.). **Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em História das Ciências / ENAPEHC**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2010. Disponível em:

<https://www.academia.edu/6542295/A_constituicao_da_nutricao_no_Brasil_Josue_de_Castro_e_o_projeto_nacional>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SILVA, Nauber Gavski da. O “*mínimo*” em disputa: Salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968). 2014. 340 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107903/000946395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Tânia Elias Magno da. Introdução. In: SILVA, T. E. M. Da (Org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012. p. 12-27.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso

da bancada ruralista. In: **Temporalis, Brasília** (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

SIMONS, Marisa. O amor entre a completude e a falta: leitura psicanalítica de o Banquete de Platão. II Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP Campus Guarujá, 2005. Disponível em: <<https://www.unaerp.br/sici-unaerp/edicoes-anteriores/2005/secao-1-1/889-o-amor-entre-a-completude-e-a-falta-leitura-psicanalitica-de-o-banquete-de-platao/file>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória de 1950 a 1980**. 2. ed. Vitória: Grafítusa, 2010.

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, 2006. (Tese de Doutorado). Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89433/226267.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SORRE, Maximilien. **Rencontres de la géographie et de la sociologie**. Librairie Marcel Rivière et Cie: Paris, 1957.

_____. *Économistes ruraux et géographes*. In: **Bulletin de la Société française d'économie rurale**. Vol. 2 n. 1, 1950a. Compte rendu des réunions de travail des 10 et 11 mars 1950. p. 2-3. Disponível em: <www.persee.fr/doc/ecoru_1146-9374_1950_num_2_1_1172>. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. *Géographie des Régimes Alimentaires*. Tradução, prefácio e notas de Ana Letícia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado Ramos. In: _____. **Les fondements de la géographie humaine. Tome premier. Les Fondements Biologiques: essai d'une écologie de l'homme**. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1951. cap. 5. p. 247-290. et *Supplément du Chapitre V*, p. 444-445. **Geografafares**, [S.l.], n. 25, p. 7-59, jun. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografafares/article/view/17665/13740>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

_____. *L'adaptation au milieu climatique et biosocial*. In: **Géographie psychologique**. Paris: Presses universitaires de France, 1958.

_____. *L'homme sur la Terre : traité de géographie humaine*. Paris: Librairie Hachette, 1961.

_____. *La géographie de l'alimentation*. **Annales de Géographie**, t. 61, n. 325, 1952a. p. 184-199. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1952_num_61_325_13393>. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. *Les fondements biologiques de la géographie humaine: essai d'une écologie de l'homme*. Paris: Armand Colin, 1943.

_____. *Les fondements de la géographie humaine. Tome premier. Les fondements biologiques: essai d'une écologie de l'homme*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1951.

_____. *Les fondements de la géographie humaine. Tome II. Les fondements techniques : Les techniques de la vie sociale, les techniques et la géographie de l'énergie, la conquête de l'espace*. Paris: Armand Colin, 1948.

_____. *Les fondements de la géographie humaine. Tome II. Les fondements techniques : les techniques de production et de transformations des matières premières*. Paris: Armand Colin, 1950b.

_____. *Les fondements de la géographie humaine. Tome III. L'habitat: conclusion générale*. Paris: Armand Colin, 1952b.

_____. *Les migrations des peuples: essai sur la mobilité géographique*. Paris: Flammarion, 1955.

_____. *Préface de l'édition française*. In : CASTRO, Josué de. **Géopolitique de la faim**. Paris: Les éditions ouvrières, 1956, p. 15-18.

TEIXEIRA, Izabel Mello et SILVA, Edson Pereira. Eugenia e ensino de genética: do que se trata?. **Revista Ciências & Ideias**, 2017, v. 8, n. 1, p. 63-85. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/hcensino/article/view/28063>> Acesso em: 29 jul. 2021.

TISSIER, Jean-Louis. Maximilien Sorre. **Hypergéó**, 2014. Disponível em: <<https://www.hypergeo.eu/spip.php?article565>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TISSIER, Jean-Louis; SIMON, Dylan. Piqûre de rappel: Les fondements biologiques de la géographie humaine, de Max. Sorre. **En attendant Nadeau**: Journal de la littérature, des idées et des arts, mar. 2020. Disponível em : <<https://www.en-attendant-nadeau.fr/2020/03/22/piqûre-rappel-sorre/>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

TOURAINÉ, Alain. Maximilien Sorre (1880-1962). In: **Sociologie du travail**, 4^e année n°4, Octobre-décembre 1962. p. 416. Disponível em: <www.persee.fr/doc/sotra_0038-0296_1962_num_4_4_1480>. Acesso em: 9 nov. 2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a *geografia da fome* no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

VEYRET-VERNER, Germaine. Sorre (Max): Les Fondements de la Géographie humaine. In: **Revue de géographie alpine**, tome 41, n°2, 1953. p. 382-383. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/rga_0035-1121_1953_num_41_2_1101_t1_0382_0000_1>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. Sorre (Max): *L'homme sur la Terre*. In: **Revue de géographie alpine**, t. 50, n. 4, 1962. p. 671-672. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/rga_0035-1121_1962_num_50_4_1009_t1_0671_0000_2>. Acesso em: 21 abr. 2020.

VIEITES, Renato Guedes; FREITAS, Inês. A. A influência de Maximilien Sorre e Vidal de la Blache na geografia médica de Josué de Castro. **Scientia Plena**, v. 5, n. 6, 2009. Disponível em: <<https://scientiaplena.org.br/sp/article/view/633/294>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

VIGITEL: Pesquisa de Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel), realizada em todas as capitais brasileiras. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

WELSCH, Wolfgang. Mudança estrutural nas ciências humanas: diagnóstico e sugestões. **Educação**, v. XXX, n. 62, maio-agosto, 2007, p. 237-258. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/848/84806203.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2021.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa**: geopolítica da fome. Cortez: São Paulo, 2013.

ZUBERO, Imanol. ¿Superpoblación o sobreconsumo? Malthusianismo práctico, exclusión global y población sobrante. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona: v. XIX, n. 506, 2015. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/bdfe/6128aebb091bb1e6a8489b7b909d64584a88.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

ANEXOS

ANEXO I: PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE JOSUÉ DE CASTRO

- **O problema fisiológico da alimentação no Brasil** (Síntese das bases fisiológicas para construção dos regimes alimentares). Recife: Ed. Imprensa Industrial, 1932. 52 folhas. Tese (Concurso de Livre Docente da Cadeira de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife).
- **O Problema da Alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.
- **O Problema da Alimentação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- **Condições de Vida das Classes Operárias do Recife**. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.
- O valor da alimentação – Estudo econômico das condições de vida das classes operárias no Recife. In: **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, n. 5, Rio de Janeiro, janeiro, 1935.
- A questão do salário mínimo – Elaboração de um plano para o inquérito sobre as condições do trabalho agrícola relacionando com o custo e padrão de vida nos centros rurais. In: **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. n. 14, Rio de Janeiro, outubro, 1935.
- A questão do salário mínimo – Tudo aconselha que inicialmente ele repouse num tipo de ração ideal que, respeitando as zonas que dividem o território nacional, assegure ao homem a albumina e as calorias de que necessita. In: **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, n. 15, Rio de Janeiro, novembro, 1935.
- A questão do salário mínimo. In: **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. n. 24 e 25, Rio de Janeiro, 1935.
- Sociologia Pitoresca. In: **Arquivo Municipal de São Paulo**, n. 2, 1935.
- **Alimentação e raça**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1936.
- A questão sexual (Prefácio do livro de Giuseppe Mariani). Rio de Janeiro, 1936.
- Therapeutica do Diabetes (em parceria com O. Coutinho). In: DIAS, Anes. (Org.). **Diabetes**. Rio de Janeiro, 1936.
- Recife, Cidade Desigual. In: **O Carioca**. nº 15, Rio de Janeiro, 1936.
- Loucura e Crime (Prefácio do livro de Arthur Ramos). Rio de Janeiro, 1937.
- A Paraíba e seus Problemas (Prefácio do livro de José Américo de Almeida). Rio de Janeiro, 1937.
- *Science et Technique*. Rio de Janeiro, 1937.
- **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.
- **Documentário do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- _____. MEIRELLES, Cecília. **A Festa das Letras**. Rio de Janeiro: Livraria Globo, 1937.
- _____. BARRETO, J. de Barros, CASTRO, A. Inquérito sobre as Condições da Alimentação Popular no Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1937.
- Recenseamento Torácico (Prefácio ao livro de M. de Abreu). Rio de Janeiro, 1938.

- Mortalidade Infantil (Prefácio ao livro de João de Barros Barreto). Rio de Janeiro, 1938.
- Geografia Científica e Filosofia. In: **Universidade**, n. 1, Rio de Janeiro, 1938.
- *Basal Metabolis in Tropical Climates*. In: **Arquivos de Medicina Legal e Identificação**, n. 16. Rio de Janeiro, 1938.
- Resistência Dentária e Fator Racial (em colaboração com D. Irene Silva). In: **Arquivos Brasileiros de Medicina**. Rio de Janeiro, 1938.
- A Colonização Alemã no Brasil. In: **Observador Econômico e Financeiro**, n. 33, 1938.
- **O problema da alimentação no Brasil** (Seu estudo fisiológico). 3. ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- **Geografia humana**: estudo da paisagem cultural do mundo. Porto Alegre: Livraria Globo, 1939.
- **Fisiologia dos Tabus**. Rio de Janeiro: ed. Nestlé, 1939.
- *La Scienza della Nutrizione e l'Autarchia Alimentares*. In: **L'Autarchia Alimentare**. Ano II, n. 2, Roma, 1939.
- Namoros com a Medicina (Prefácio ao livro de M. De Andrade). Rio de Janeiro, 1939.
- Alimentação Racional. In: **Observador Econômico e Financeiro**, n. 33. Local ignorado, 1939.
- *Alimentazione e Acclimatazione Umana nel Tropici*. Milão, 1939.
- *La physiologie des tabous*. **Genus**, Novembre 1939-XVIII, v. 4, n. 1/2 (Novembre 1939-XVIII), p. 79-96. Università degli Studi di Roma "La Sapienza". Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/29786381.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2020.
- Vitamina para o Brasil. In: **Observador Econômico e Financeiro**, n. 41. Local ignorado, 1941
- **Fisiologia dos tabus**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares, 1941.
- Pão de Guerra. In: **Resenha Clínico Científica**. Ano XII, n. 10, 1943 (republicado em *The Journal of the American Medical Association*. v. 125, n. 12, jun. 1944).
- **Geografia da Fome**: A fome no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1946.
- *La Alimentación en los Trópicos*. Pánuco, México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- Os Alimentos Bárbaros dos Sertões do Nordeste. In: **Arquivos Brasileiros de Nutrição**. Tomo 3, nº 2, fevereiro de 1947.
- Profilaxia do Bócio Endêmico. In: **América Clínica**. v. II, nº 2, New York, 1947.
- *Les Problèmes de l'alimentation dans les Régions tropicales*. In: Buletin de la Société Scientifique d'Hygiène Alimentaire et d'Alimentation Rationnelle. vol. XXXVI, nºs 1-2-3, 1948.
- Alimentação e População. In: **Revista de Imigração e Colonização**. nº 1, 1948.
- Função Social da Ciência. In: **Revista Universitária**. nº I, Local ignorado, 1948.
- *Terre des Hommes, Terre de la Faim*. In: **Économie et Humanisme**. nº 38, Local ignorado, 1948.
- **A Função Social das Universidades**. Rio de Janeiro: Sauer, 1948.

- **Fatores de Localização da Cidade do Recife:** um ensaio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1948. (Reeditado em 1954, como “A cidade de Recife: ensaio de geografia urbana”, pela Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro).
- _____. LUZ, H. de Souza, BORGES, P. Pesquisa sobre Estado Nutritivo dos Escolares no Distrito Federal. In: **Arquivos Brasileiros de Nutrição**. n. Local Ignorado, 1949.
- _____. BORGES, P. Alimentação e Colonização no Brasil Central. Trabalho apresentado ao Congresso de Imigração, 1949.
- Os Problemas da Alimentação na América do Sul. In: **Trabalhos e Pesquisas do Instituto de Nutrição**. v. II, 1950.
- *La Alimentación en el Área Amazónica*. In: **América Indígena**. vol. IX, nº 2, 1950.
- **Geopolítica da Fome:** ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.
- Atualidades em Vitaminologia (Prefácio ao volume do Instituto Italiano de Vitaminologia G. Lorenzini). São Paulo, 1951.
- _____. PECHNIK, E. Valor Nutritivo de la Mezcla del Maiz con la Leche. In: **Archivos Venezolanos de Nutrición**. v. II, nº 2, Caracas, 1951.
- O Espírito Filosófico da Geografia Moderna. In: **Formação**. nº 15, 1951.
- O Espírito Geográfico da Filosofia Moderna. In: **Boletim Geográfico**. IX (101). Rio de Janeiro: IBGE, 1951. p. 545-547.
- *Problème d'Écologie tropicale* (Prefácio al livro de A. Ramos, Métissage au Brésil), Paris, 1952.
- *Trois milliards de bouches à nourrir*. In: **Constellation**. nº 45, 1952.
- *The Fertility of Hunger*. In: **Collier's**. EUA, 1952.
- _____. REIS, F. *Food Problems in Amazon Area*. In: **Symposium on World Food Supply**. Washington, 1952.
- *Can Chemicals Feed the Words?* In: **Organic Farmer**. v. III, nº II, 1952.
- A influência Holandesa na Paisagem Urbana do Recife. In: **Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1952.
- Alimentos-Composição-Valor Nutritivo e Dietético. (Prefácio ao livro de R. D. de Garcia Paulo). Rio de Janeiro, 1953.
- Frente Mundial contra a Fome. In: **Boletim da FAO**. nº 3. Roma, 1953.
- A Seca. In: **Presença**. v. III, nº 14, 1953.
- _____. SANTOS, W. Carência Alimentar e Verminose na América Latina. In: **América Indígena**. v. XIII, nº 3, 1953.
- *La Faim dans le Monde*. In: **Les Cahiers Albert le Grand**. Oct-déc. Paris, 1953.
- *Pax et Libertas*. In: **Japan Women's University**. 1954.
- Declarações sobre o Problema do Salário Mínimo. In: **Panfleto**. nº 33, 1954.
- *Hunger and World Economic Inequality*. In: **Peace**. v. I, nº 12, 1954.
- **A Cidade do Recife:** ensaio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

- **A Coexistência Política e a Paz.** (Discurso pronunciado na cerimônia quando recebeu o Prêmio Internacional da Paz). Helsinque, 1954, 5 p.
- **Aos Pobres Pertence o Reino da Terra.** (Discurso pronunciado no Conselho Mundial da Paz, ao presidir a sessão dedicada ao estudo das armas atômicas). Estocolmo, 1954, 7 p.
- O mercado mundial de cereais. (Prefácio ao livro de O. D’Herouville). Paris, 1955.
- *El Camiño de la Supervivencia de nuestra Civilización.* In: **Juventude del Mundo.** Enero-febrero, 1955.
- *La Terre des Hommes.* In: **Horizonts.** n° 45, 1955.
- **Três Personagens:** Einstein, Fleming e Roosevelt. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.
- **Ensaio de Biologia Social.** Rio de Janeiro, 1956.
- *The Gamut of Hunger.* In: **A.A.V.V. – Adventures in Moderne Literature.** New York, 1956.
- Crise Social e Desequilíbrio Econômico do Mundo, 1956, 7 p. (texto originalmente elaborado a pedido da UNESCO para publicação “**Way Forum**”, 1956).
- **Documentário do Nordeste.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- **O Livro Negro da Fome.** São Paulo: Brasiliense, 1957.
- **Ensaio de Geografia Humana.** São Paulo: Brasiliense, 1957.
- **Ensaio de Biologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1959.
- **Geopolítica da Fome.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
- **Sete Palmos de Terra e um Caixão:** ensaio sobre o nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- *Ensayos sobre el Sub-Desarrollo.* Siglo Veinte, Buenos Aires, 1965.
- *¿Adonde va la América Latina?* Lima: Latino Americana, 1966.
- **Homens e Caranguejos.** Porto: Ed. Brasília, 1967.
- **O livro Negro da Fome.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- **A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo.** Lisboa: Itáu, 1968.
- *El Hambre – Problema Universal.* Buenos Aires: La Pléyade, 1969.
- *Latin American Radicalism.* Edited by Irving Horowitz, Josué de Castro and John Gerassi. New York: Vintage Books, 1969. Coletânea organizada por Irving Horowitz, Josué de Castro e John Gerassi.
- **A Estratégia do Desenvolvimento.** Lisboa: Cadernos Seara Nova, 1971.
- **Fome, um tema proibido:** os últimos escritos de Josué de Castro. Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Perspectivas Ideal da Cidade de Recife. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, s/d. 5 p.

ANEXO II: PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE MAX. SORRE

LIVROS

- *Les Pyrénées méditerranéennes. Étude de géographie biologique.* Paris, Armand Colin, 1913, 508 p. (tese na *Faculté des Lettres*, Paris).
- *Mexique et Amérique centrale.* Tome XIV. (Obra que faz parte da coleção de 15 tomos, chamada **Géographie universelle**, sob a direção de Paul Vidal de la Blache e de Lucien Gallois) Paris, Armand Colin, 1928, 234 p. (livro publicado enquanto Max. Sorre era professor da Université de Lille).
- *Les fondements biologiques de la géographie humaine. Essai d'une écologie de l'homme.* Paris, Armand Colin, 1943, 440 p.;
- *Les fondements de la géographie humaine.* Paris, Armand Colin, (3 tomos e 4 volumes publicados de 1943 a 1952), incluindo o título acima que, em 1947, será alterado, conforme demonstrado a seguir:
 - Tomo primeiro: *Les fondements biologiques. Essai d'une écologie de l'homme:* 2ª edição em 1947, 440 p.; 3ª edição revista e aumentada em 1951, 448 p.);
 - Tomo II: *Les fondements techniques.* (2 volumes): o volume I em 1948; e o volume II em 1950, 1031 p.;
 - Tomo III: *L'habitat. Conclusion générale.* em 1952, 499 p.
- *Les migrations des peuples. Essai sur la mobilité géographique.* Paris, Flammarion, 1955, 267 p.
- *Rencontres de la géographie et de la sociologie.* Paris, Ed. Marcel Rivière, 1957, 213 p.
- *L'adaptation au milieu climatique et bio-social : Géographie psychologique* (Capítulo III, p. 1343-1394, incluído no Livro VI: **Conditions et règles de vie** do *Traité de Psychologie appliquée*. sob a direção de Henri PIÉRON) Paris, Presses universitaires de France, 1958.
- *L'Homme sur la Terre : traité de Géographie humaine.* Paris, Hachette, 1961, 365 p.

Na nossa seleção de artigos, procuramos apresentar um pouco da trajetória de estudos do Max. Sorre, pois ele insere a questão da psicologia, dos regimes alimentares, da economia, da sociologia, do microclima e de outras questões geográficas presentes em várias obras, relacionando-se com outras variáveis, como migração, entre outras questões do meio e do gênero de vida.

ARTIGOS

- *Régime pluviométrique de la Vendée.* In: **Annales de Géographie**, t. 13, n° 67, 1904. p. 56-

63. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1904_num_13_67_6642>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Missions forestières en Afrique équatoriale*. In: **Annales de Géographie**, t. 30, n° 163, 1921. p. 67-69. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1921_num_30_163_9038>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Travaux sur la géographie de la péninsule ibérique (1915-1919)*. In: **Bulletin Hispanique**, tome 24, n° 2, 1922. p. 149-162. Acesso em: <www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1922_num_24_2_2105>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *XIV^e excursion géographique interuniversitaire*. In: **Annales de Géographie**, t. 32, n°175, 1923. p. 58-59. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1923_num_32_175_10013>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La canne à sucre dans le monde*. In: **Annales de Géographie**, t. 32, n° 178, 1923. p. 349-352. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1923_num_32_178_9857>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La population de l'Espagne d'après le recensement de 1920*. In: **Annales de Géographie**, t. 33, n° 182, 1924. p. 177-181. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1924_num_33_182_9704>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Observations sur la végétation du Maroc*. In: **Annales de Géographie**, t. 33, n° 183, 1924. p. 257-266. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1924_num_33_183_9661>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Pays de Waes, Anvers et campine anveroise*. In: **Annales de Géographie**, t. 35, n° 195, 1926. p. 193-205. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1926_num_35_195_8448>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Trois études de géographie botanique*. In: **Annales de Géographie**, t. 36, n°2 04, 1927. p. 481-498. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1927_num_36_204_9006>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Nomadisme agricole et transhumance dans la Sierra Nevada*. In: **Annales de Géographie**, t. 41, n° 231, 1932. p. 301-305. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1932_num_41_231_10879>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Complexes pathogènes et géographie médicale*. In: **Annales de Géographie**, t. 42, n° 235, 1933. p. 1-18. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1933_num_42_235_10619>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La géographie des industries de transformation de l'énergie*. In: **Bulletin de l'Association de géographes français**, n° 138-139, 18^e année, Mai-juin 1941. p. 71-77. Disponível em: <www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1941_num_18_138_7109>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *La répartition de l'énergie dans le monde*. In: **Bulletin de l'Association de géographes français**, n° 144-145, 19^e année, Mars-avril 1942. p. 25-29. Disponível em: <www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1942_num_19_144_7127>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *Les céréales alimentaires du groupe des sorghos et des millets*. In: **Annales de Géographie**, t. 51, n° 286, 1942. p. 81-99. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1942_num_51_286_11915>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Révolution en agriculture, d'après M. G. Chevalier*. In: **L'information géographique**, volume 10, n° 5, 1946. p. 190-193. Disponível em: <www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1946_num_10_5_5207>. Acesso em: 29 out. 2020.

- *P. Vidal de La Blache et L. Gallois (dir.). Géographie universelle, t. VI : Albert Demangeon, France économique et sociale.* In: **Politique étrangère**, n° 2 - 1947 - 12^e année. p. 225-228. Disponible em: www.persee.fr/doc/polit_0032-342x_1947_num_12_2_5489_t1_0225_0000_3>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *Le présent et l'avenir de l'agriculture française d'après quelques publications récentes.* In: **Annales de Géographie**, t. 56, n° 303, 1947. p. 161-169. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1947_num_56_303_19214>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La notion de genre de vie et sa valeur actuelle.* In: **Annales de Géographie**, t. 57, n° 307, 1948. p. 193-204. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1948_num_57_307_12298>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Économistes ruraux et géographes.* In: **Bulletin de la Société française d'économie rurale**. Volume 2 n° 1, 1950. Compte rendu des réunions de travail des 10 et 11 mars 1950. p. 2-3. Disponible em: www.persee.fr/doc/ecoru_1146-9374_1950_num_2_1_1172>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La géographie des matières grasses.* In: **Annales de Géographie**, t. 59, n°314, 1950. p. 93-108. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1950_num_59_314_12936>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La géographie de l'alimentation.* In: **Annales de Géographie**, t. 61, n° 325, 1952. p. 184-199. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1952_num_61_325_13393>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La conférence mondiale de la population (Rome, septembre 1954).* In: **Annales de Géographie**, t. 63, n° 340, 1954. p. 401-415. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1954_num_63_340_15578>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *L'orientation actuelle de la géographie humaine.* In: **Noroi**, n° 2, Avril-Juin 1954. p. 113-127. Disponible em: www.persee.fr/doc/noroi_0029-182x_1954_num_2_1_1030>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Une contribution à la géographie agricole de Porto-Rico.* In: **Annales de Géographie**, t. 64, n° 343, 1955. p. 220-223. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1955_num_64_343_14857>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Les capitaux et la région de Mr Jean Labasse.* In: **Annales de Géographie**, t. 64, n° 346, 1955. p. 413-420. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1955_num_64_346_14597>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Le XVIII^e Congrès International de Géographie, Rio de Janeiro, août 1956.* In: **Annales de Géographie**, t. 66, n° 353, 1957. p. 1-4. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1957_num_66_353_18332>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Géographie médicale.* In: **Annales de Géographie**, t. 66, n° 353, 1957. p. 31-33. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1957_num_66_353_18488>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Commémoration d'Alexandre de Humboldt d'après une étude de M. Fritz Haefke.* In: **Annales de Géographie**, t. 68, n° 370, 1959. p. 481-485. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1959_num_68_370_15601>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *La géographie de la population d'après Mme J. Beaujeu-Garnier.* In: **Annales de Géographie**, t. 69, n° 371, 1960. p. 68-70. Disponible em: www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1960_num_69_371_14530>. Acesso em: 29 out. 2020.

- *La région parisienne* par P. George et P. Randet. In: **Annales de Géographie**, t. 69, n° 371, 1960. p. 73-75. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1960_num_69_371_14533>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Le XIXe congrès international de géographie Stockholm*, août 1960. In: **Annales de Géographie**, t. 70, n° 381, 1961. Le XIX^e congrès international de géographie Stockholm, août 1960, sous la direction de Max. Sorre. p. 449-451. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1961_num_70_381_16092>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La notion de micro-climat*. In: **Bulletin de l'Association de géographes français**, n° 301-302, 38^e année, Novembre-décembre 1961. p. 162-169. Disponível em: <www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1961_num_38_301_5563>. Acesso em: 9 nov. 2020.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

- *Le problème agraire au Chili*. In: **Annales de Géographie**, t. 40, n° 226, 1931. p. 441-442. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1931_num_40_226_11205>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *L'Equateur méridional*. In: **Annales de Géographie**, t. 40, n° 226, 1931. p. 442. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1931_num_40_226_11206>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *George (P.) Géographie de l'énergie*, 1950. In: **L'information géographique**, volume 14, n° 5, 1950. p. 206-207. Disponível em: <www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1950_num_14_5_6785_t1_0206_0000_5>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- *Écologie humaine tropicale*. In: **Annales de Géographie**, t. 60, n° 320, 1951. p. 233-234. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1951_num_60_320_13255>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Le problème de la population dans l'Italie du Sud, d'après M. R. E. Dickinson*. In: **Annales de Géographie**, t. 66, n° 356, 1957. p. 363-364. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1957_num_66_356_18297>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *La géographie de la population, d'après Mme Jacqueline Beaujeu-Garnier*. In: **Annales de Géographie**, t. 66, n° 357, 1957. p. 443-445. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1957_num_66_357_18309>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Les origines de l'homme américain, par Paul Rivet*. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n° 362, 1958. p. 337-338. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_362_16954>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Atlas aérien, par M. P. Deffontaines et Mme Mariel Jean-Brunhes-Delamarre*. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n° 359, 1958. p. 66-67. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_359_16842>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *L'économie du Mexique d'aujourd'hui*. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n° 359, 1958. p. 70-71. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_359_16845>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *L'Europe, par Alan G. Ogilvie*. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n° 361, 1958. p. 250-251. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_361_16916>. Acesso em: 29 out. 2020.
- *Administration et économie aux États-Unis*. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n° 362, 1958.

p. 371. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_362_16967>. Acesso em: 29 out. 2020.

– *Un tableau géographique de l'Irlande à la veille de la famine*. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n° 363, 1958. p. 456. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_363_16991>. Acesso em: 9 nov. 2020.

– *La collectivisation de l'agriculture: U.R.S.S., Chine et démocraties populaires*. In: **Annales de Géographie**, t. 67, n° 363, 1958. p. 456-457. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1958_num_67_363_16992>. Acesso em: 29 out. 2020.

– *Biogéographie et écologie en Australie*. In: **Annales de Géographie**, t. 69, n° 373, 1960. p. 305. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1960_num_69_373_14613>. Acesso em: 29 out. 2020.

– *Circulation et évolution urbaine d'après une enquête américaine*. In: **Annales de Géographie**, t. 69, n° 373, 1960. p. 320-321. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1960_num_69_373_14623>. Acesso em: 29 out. 2020.

– *Une enquête sociologique dans l'agglomération parisienne d'après Mme Andrée Michel*. In: **Annales de Géographie**, t. 69, n° 374, 1960. p. 419. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1960_num_69_374_14695>. Acesso em: 29 out. 2020.

– *Pays de l'Atlantique*. In: **Annales de Géographie**, t. 71, n° 384, 1962. p. 184. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1962_num_71_384_16182>. Acesso em: 29 out. 2020.

– *Un atlas de Mysore*. In: **Annales de Géographie**, t. 72, n° 390, 1963. p. 230-231. Disponível em: <www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1963_num_72_390_16398>. Acesso em: 29 out. 2020.